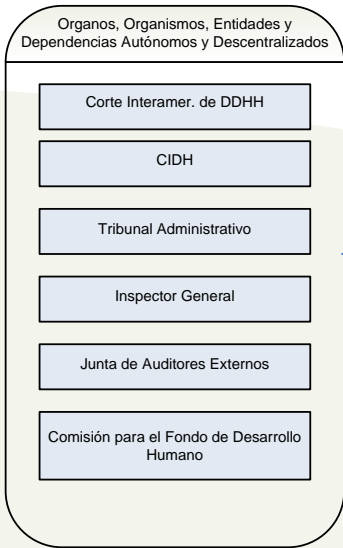


RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL
2005-2006

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	ix
I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS.....	1
Assembléia Geral	3
Conselho Permanente.....	9
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral	12
II. SECRETARIA-GERAL.....	15
Escritório do Secretário-Geral	19
Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação.....	20
Departamento de Assessoramento Jurídico	21
Departamento de Relações Exteriores	24
Departamento de Imprensa e Comunicações	26
Escritório do Cerimonial.....	27
Departamento de Cúpulas	29
Escritório do Secretário-Geral Adjunto	32
Escritório de Conferências e Reuniões	33
Escritório de Serviços Culturais.....	35
Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados Membros	39
Subsecretaria de Assuntos Políticos.....	41
Departamento para a Promoção da Democracia	41
Departamento para a Promoção da Governabilidade.....	43
Departamento para a Prevenção de Crises e Missões Especiais	46
Secretaría Ejecutiva de Desarrollo Integral	48
Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas	49
Departamento de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.....	52
Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade	56
Departamento de Desenvolvimento Sustentável.....	58
Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego.....	61
Subsecretaria da Segurança Multidimensional	62
Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.....	62
Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo.....	64
Departamento de Segurança Pública.....	67
Subsecretaria da Administração e Finanças.....	70
Departamento de Recursos Humanos	70
Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros.....	71
Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia	73
Escritório de Serviços de Compras	74
Escritório de Serviços Gerais.....	76

Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais.....	78
Escritório de Direito Internacional.....	78
Escritório de Cooperação Jurídica	79
III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS	81
Organização Pan-Americana da Saúde	85
Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente	88
Comissão Interamericana de Mulheres	90
Instituto Pan-Americano de Geografia e História	92
Instituto Indigenista Interamericano	95
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	96
IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS.....	99
Comissão Jurídica Interamericana	101
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	103
V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS	107
Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais.....	109
Centro de Estudos da Justiça das Américas	111
Tribunal Administrativo.....	114
Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento	116
Junta de Auditores Externos	118
Junta Interamericana de Defesa	120
Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	122
Escritório do Inspetor-Geral	125
Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano	127
Comissão Interamericana de Telecomunicações	131
Comissão Interamericana de Portos.....	133
VI. OBSERVADORES PERMANENTES	135
VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNT	139
ANEXOS.....	147
Anexo A: Conselhos e Comissões Interamericanos.....	149
Anexo B: Conferências e Reuniões da OEA	151
Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanos	157
Anexo D: Recursos Humanos.....	160
Anexo E: Situação Financeira da OEA.....	168
Anexo F: Seleção de Bolsistas.....	174
Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes.....	179
Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução.....	182



Asamblea General
Consejo Permanente

Secretaría General

Secretaría General Adjunta

Jefatura de Gabinete

Jefatura de Gabinete SGA

Departamento de Planificación, Control y Evaluación

Departamento de Relaciones Externas

Secretaría de Cumbres

Departamento de Prensa y Comunicaciones

Departamento de Asesoría Legal

Oficina de Conferencias y Reuniones

Oficina de Servicios Culturales

Oficina de Coord. de Oficinas y Unidades en los Estados Miembros

Oficina de la Secretaría de la AG, RC, CP y órganos subsidiarios

Oficina de Coord. de Unidades Especializadas

Subsecretaría de Seguridad Multidimensional

Subsecretaría de Asuntos Políticos

Departamento de Asuntos Jurídicos Internacionales

Secretaría Ejecutiva para el Desarrollo Integral

Subsecretaría de Administración y Finanzas

Secretaría del CICTE
Departamento de Prevención de Amenazas contra la Seguridad Pública

Secretaría Ejecutiva de la CICAD

Departamento de Prevención de Crisis y Misiones Especiales

Departamento para la Promoción de la Democracia

Departamento para la Promoción de la Gobernabilidad

Oficina de Derecho Internacional

Oficina de Cooperación Jurídica

Departamento de Seguimiento, Políticas y Programas

Departamento de Comercio, Turismo y Competitividad

Departamento de Desarrollo Social y Empleo

Departamento de Educación, Cultura Ciencia y Tecnología

Departamento de Desarrollo Sostenible

Departamento de Recursos Humanos

Oficina de Servicios de Información y Tecnología

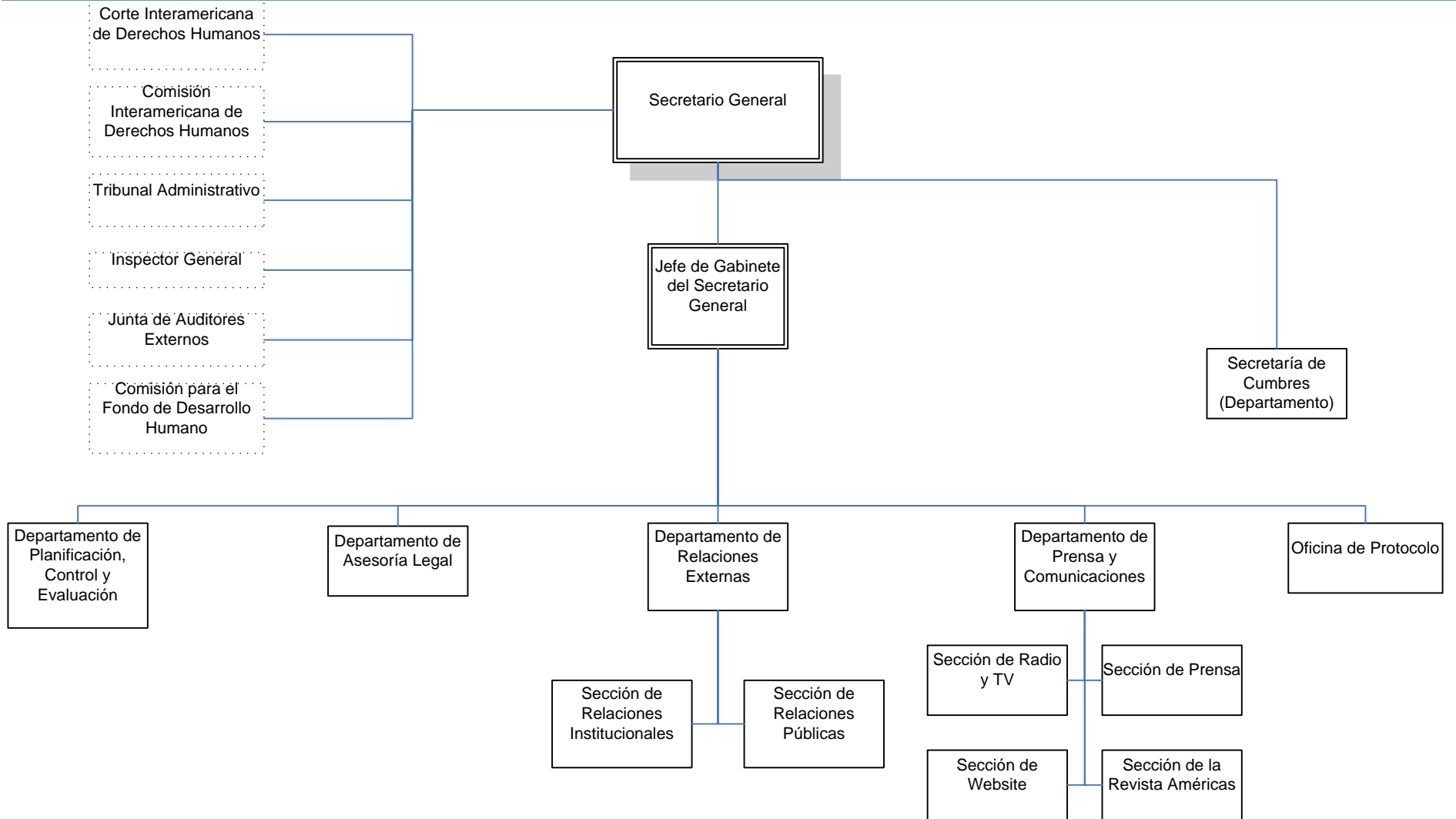
Oficina de Servicios Generales

Departamento de Servicios Presupuestarios y Financieros

Oficina de Servicios de Compras

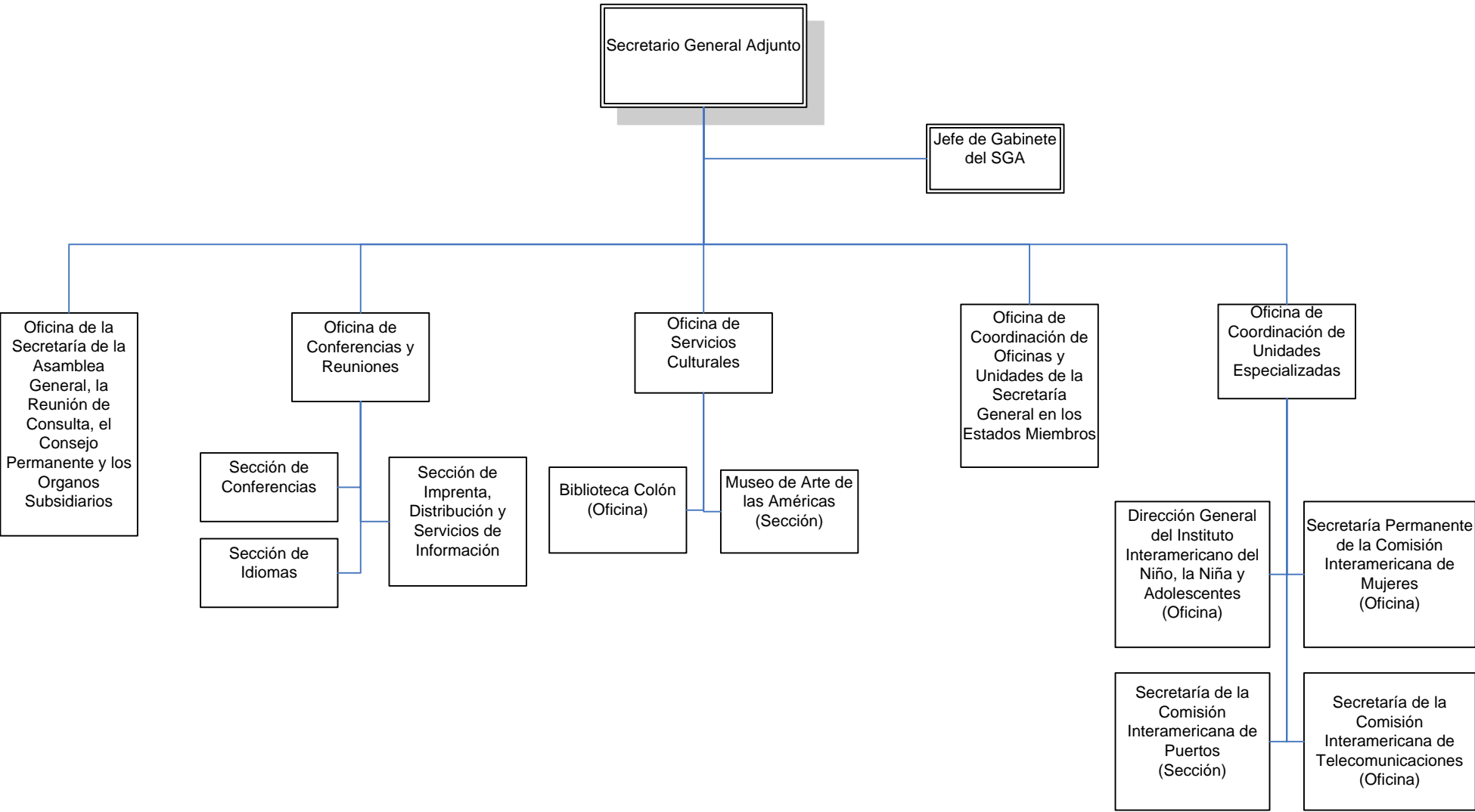
Estructura Organizativa

Apertura de la Oficina del Secretario General



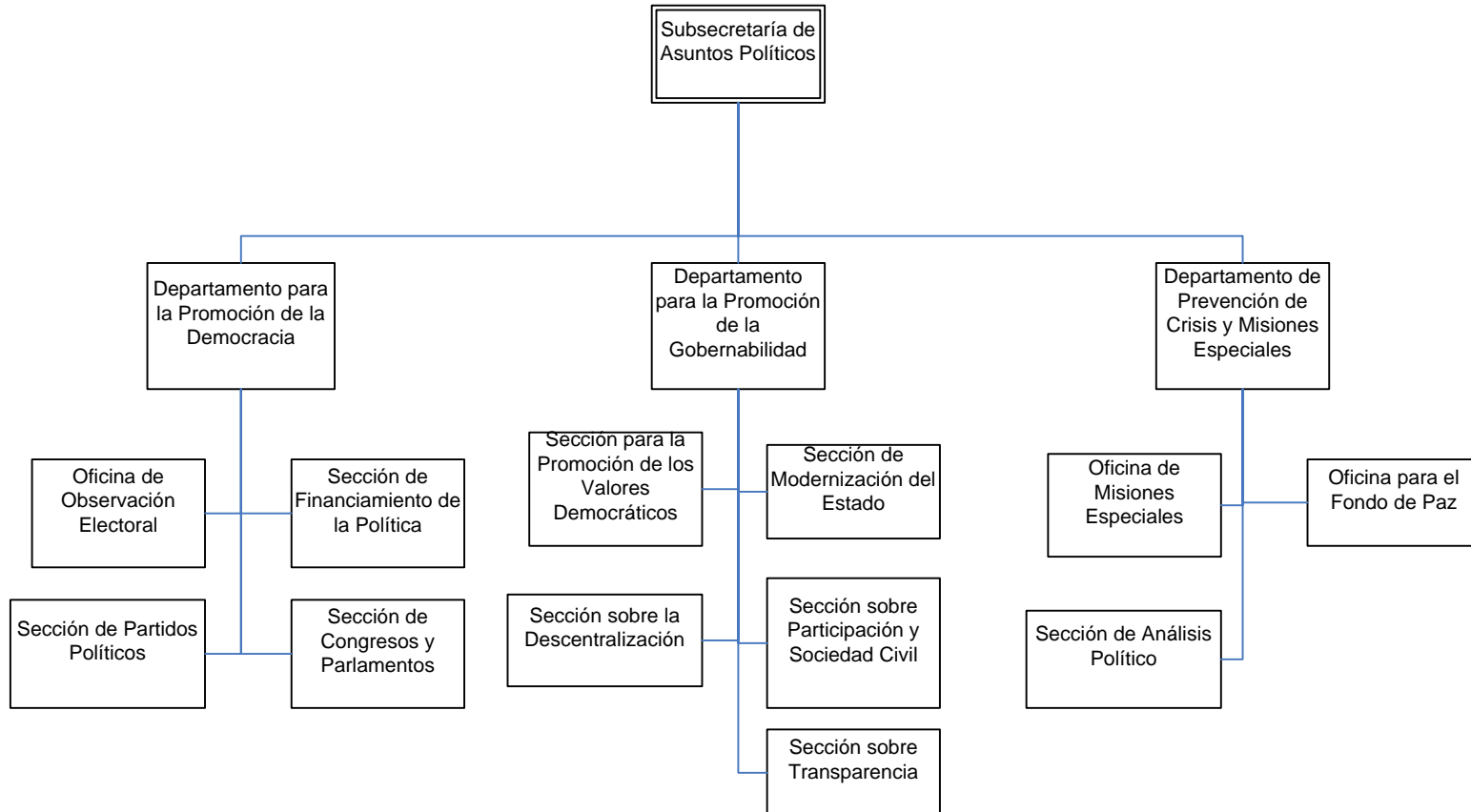
Estructura Organizativa

Apertura de la Oficina del Secretario General Adjunto



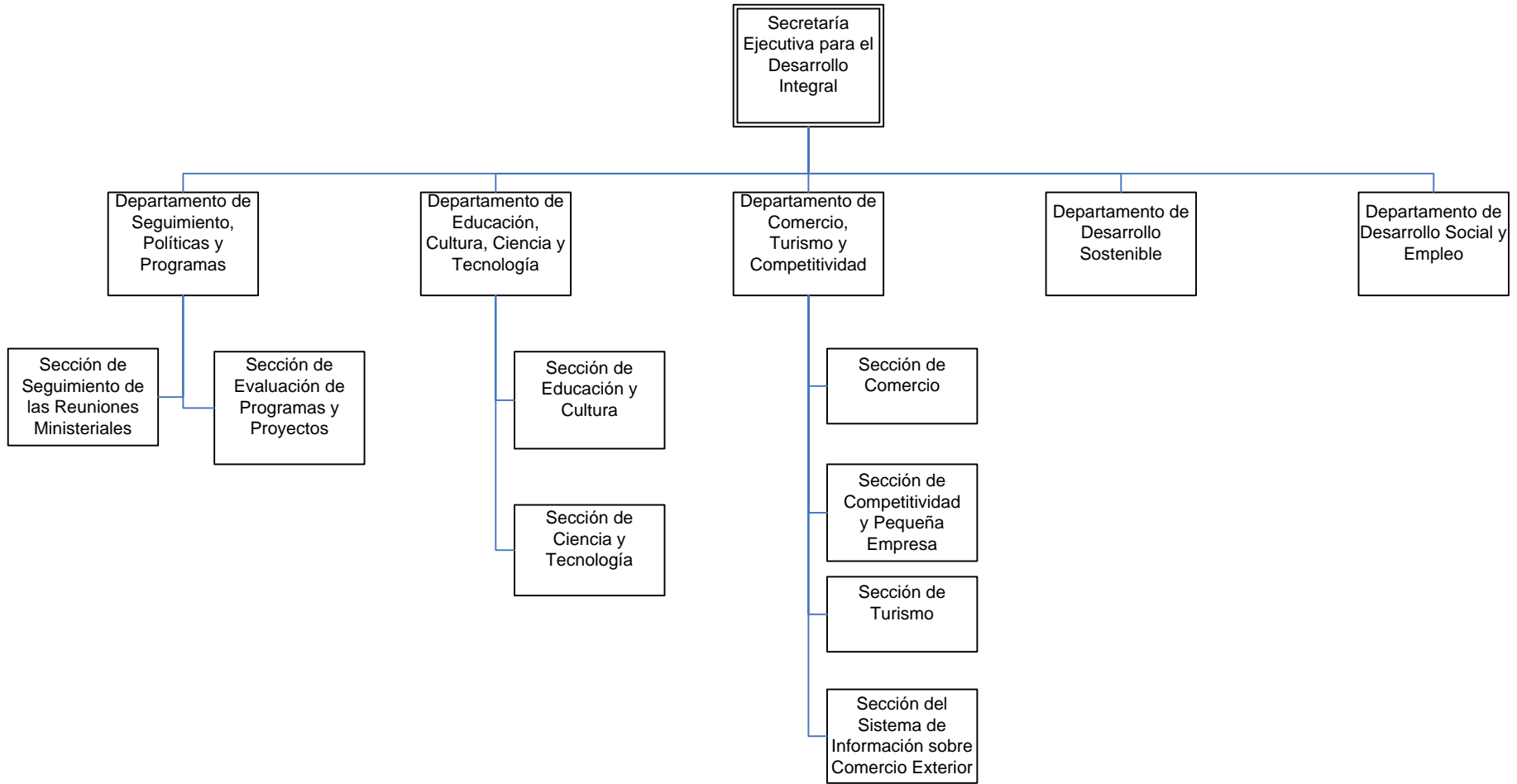
Estructura Organizativa

Apertura de la Subsecretaría de Asuntos Políticos



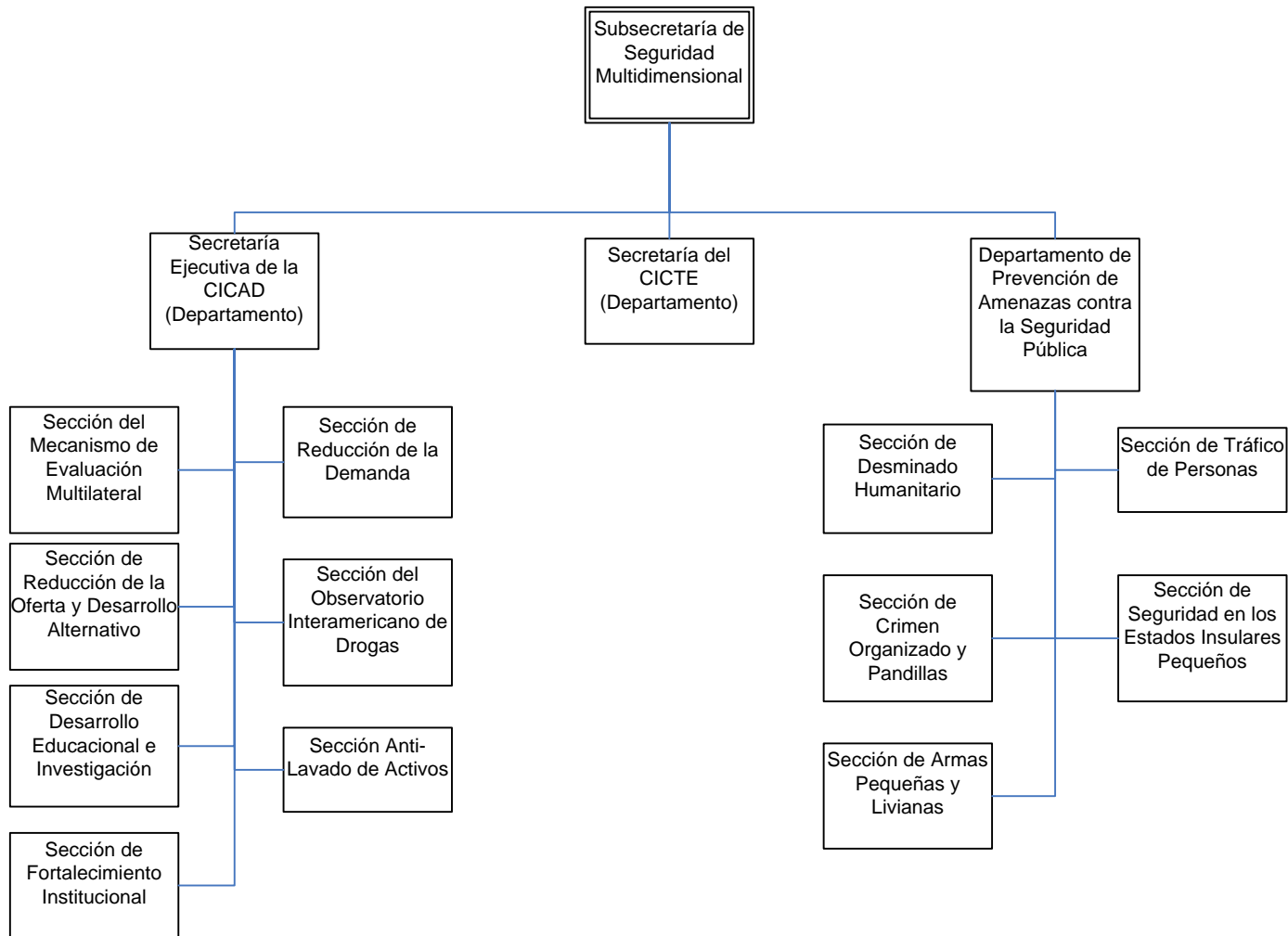
Estructura Organizativa

Apertura de la Secretaría Ejecutiva para el Desarrollo Integral



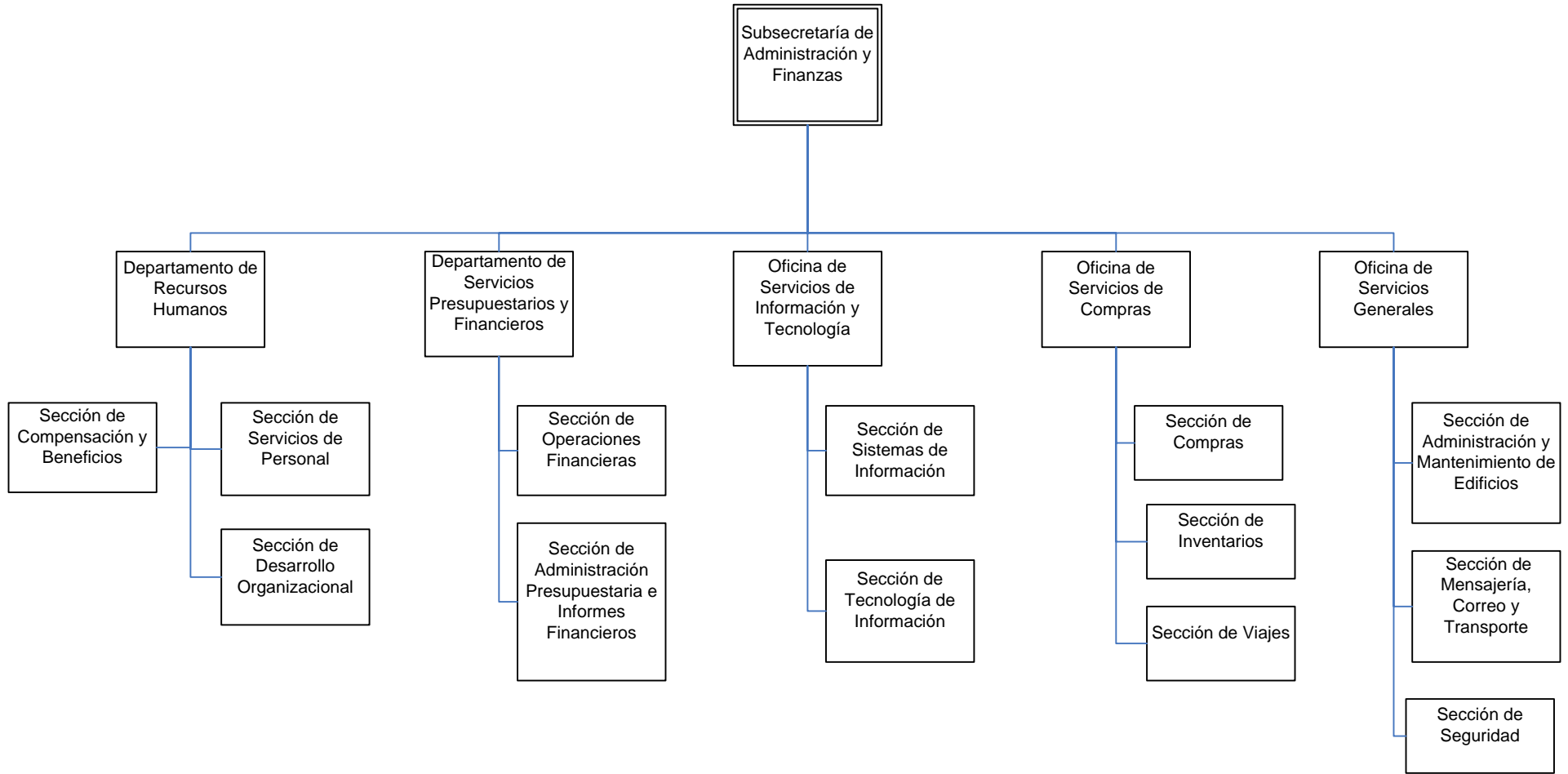
Estructura Organizativa

Apertura de la Subsecretaría de Seguridad Multidimensional



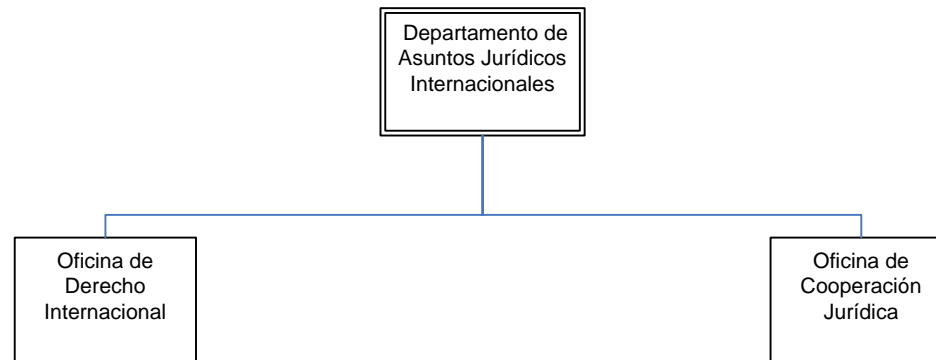
Estructura Organizativa

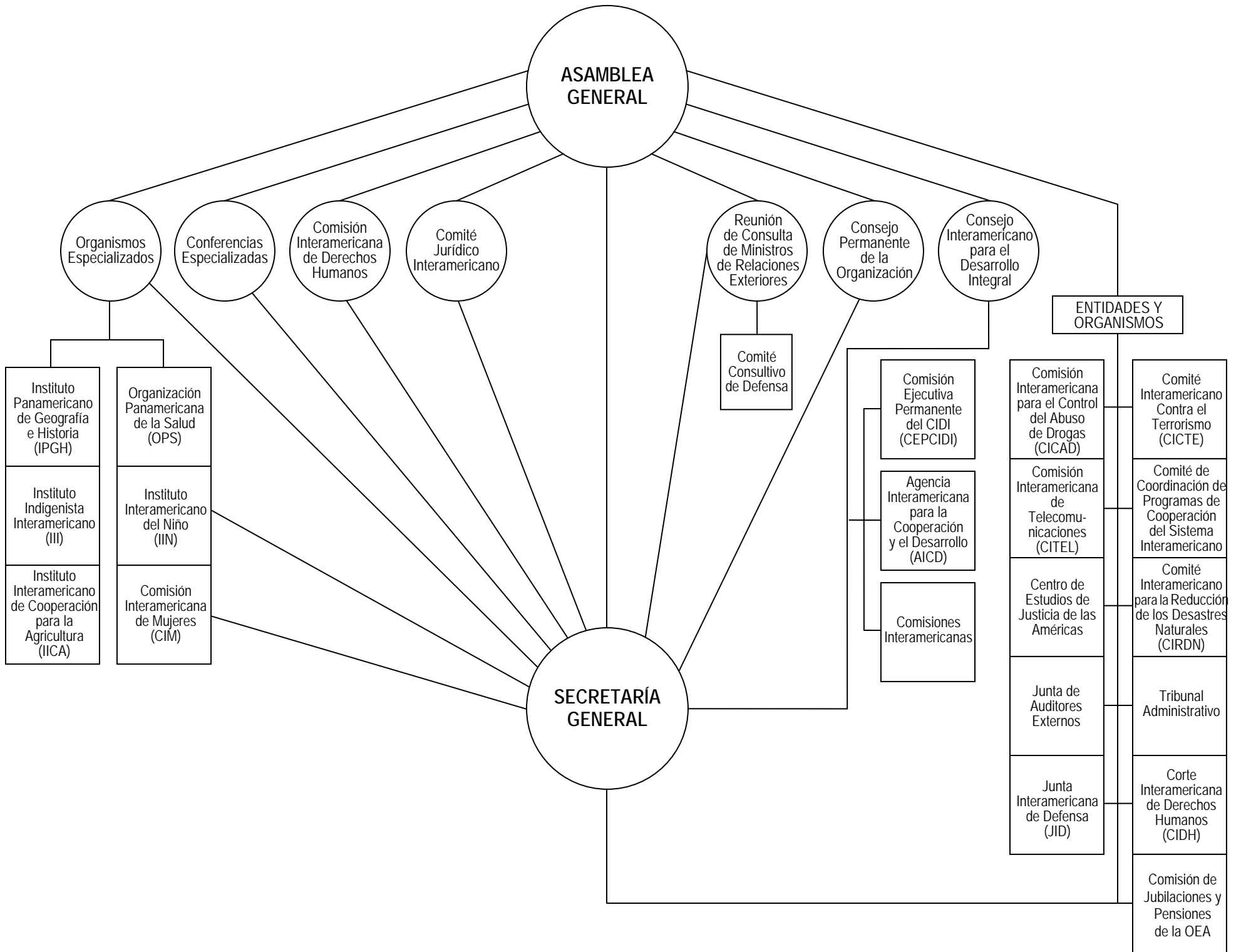
Apertura de la Subsecretaría de Administración y Finanzas



Estructura Organizativa

Apertura del Departamento de Asuntos Jurídicos Internacionales





INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos mandatos dispostos nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de informar sobre as atividades da Organização e sobre sua situação financeira, entre 1º de março de 2005 e 28 de fevereiro de 2006, observando para essa finalidade as diretrizes fixadas na resolução AG/RES. 331, de 1978.

Esta Assembléia também coincide com meu primeiro ano como Secretário-Geral da Organização. Ao apresentar, portanto, essa primeira prestação de contas, gostaria de oferecer algumas reflexões acerca das mudanças ocorridas na Região e na OEA neste período, nossos êxitos, limitações, prioridades e desafios pendentes. Ao fazê-lo restrinjo-me às três áreas fundamentais de trabalho da Organização: democracia e direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional, acrescentando somente ao final alguns comentários sobre assuntos orgânicos e financeiros internos, uma vez que o tema será tratado extensamente numa intervenção posterior.

O ano político

Nossa avaliação geral do ano político é amplamente positiva. Quando nos reunimos em Fort Lauderdale, há um ano, enfrentávamos crises já detonadas ou incipientes em vários países da Região. Poucos dias antes da minha eleição, coube ao Conselho Permanente pronunciar-se sobre o conflito de poderes surgido no Equador, que levava à substituição do Presidente em exercício. Durante a Assembléia, foi anunciada a renúncia do Presidente da Bolívia e foram solicitadas providências urgentes do Secretário-Geral da OEA para desativar um conflito na Nicarágua, que também poderia provocar uma alteração da ordem institucional. Simultaneamente, o processo eleitoral no Haiti enfrentava consideráveis atrasos, dentre os quais se salientava a inscrição eleitoral, de responsabilidade direta da OEA.

Se analisarmos a situação em que chegamos a esta Assembléia, há um evidente progresso. As crises nos quatro países mencionados foram superadas de maneira democrática e não surgem hoje na Região casos similares de instabilidade.

Cooperamos com as autoridades do Equador na designação de uma nova Corte Suprema de Justiça, que se acha em pleno funcionamento, bem como de outras autoridades cuja situação dependia dessa designação, desse modo contribuindo decisivamente para a normalização de um processo que deverá levar, antes do final do ano, a uma eleição presidencial nos termos dispostos na Constituição.

O êxito do processo de inscrição eleitoral no Haiti superou toda expectativa, ao ultrapassar os três milhões e meio de inscritos. Cooperamos com o Governo, o Conselho Eleitoral Provisório e as Nações Unidas numa eleição que possibilitou o processo mais participativo e transparente da história do país e esperamos dar continuidade à ação de nossa Missão Especial ainda com maior intensidade no decorrer do novo governo.

Estivemos presentes com uma Missão de Observação Eleitoral na Bolívia, para verificar um processo absolutamente normal, que levou à eleição de um Presidente por maioria absoluta, o que não havia ocorrido em tempos recentes nessa nação irmã. Mantemos com o novo governo um programa de trabalho de que constam nossa observação eleitoral na eleição da Assembléia Constituinte e nosso apoio técnico a esse processo.

Por vários meses uma missão de alto nível atuou na Nicarágua, na busca perseverante de um acordo que parecia impossível. Finalmente a estabilidade e a continuidade do processo democrático foram possíveis graças à atitude positiva de todos e a Nicarágua se encaminha para uma eleição decisiva em fins deste

ano. Esperamos que dela possam participar adequadamente todas as forças representativas do país, num ambiente de tranqüilidade e confiança recíproca.

Nenhuma dessas realizações é completa e, em cada caso, há novos desafios por superar. Hoje, porém, realizamos esta Assembléia sem crises abertas e com uma avaliação positiva do papel da OEA em cada um dos países que as viveram. Isso nos alegra e nos enche de otimismo para o futuro.

A solidez do desenvolvimento democrático da Região é posta à prova este ano por uma sucessão de processos eleitorais sem precedentes em nossa história recente. Nos últimos seis meses foram realizadas sete eleições presidenciais (duas com segundo turno), duas eleições gerais em países com sistemas parlamentares de governo e numerosas eleições congressuais e municipais. Entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006 teremos um total de treze eleições presidenciais, mais do que jamais tivemos em um ano na Região.

A normalidade em que foram realizadas essas eleições dá conta da firmeza a que chegaram as boas práticas eleitorais em nosso Hemisfério. Em poucos anos conseguimos consolidar sistemas em que o debate político é amplo, as opções são reais, o processo é pacífico, o voto é maciço, a contagem é limpa e o resultado é respeitado. Não é pouco para uma Região que até cerca de duas décadas sofria ainda o flagelo de várias ditaduras e de eleições pouco representativas.

Fomos convidados no decorrer desse período a observar numerosos processos eleitorais em países membros. A OEA esteve presente, com contingentes numerosos de observadores, em seis de sete eleições presidenciais, em eleições locais e municipais e até, pela primeira vez, em eleições primárias. Trata-se de uma tarefa que a Organização cumpre cada vez com maior eficiência e credibilidade. O selo da OEA em uma eleição tem valor e estamos orgulhosos disso. Esperamos estender nossa observação no restante do ano à maioria das seis eleições presidenciais a serem realizadas.

Como conclusão de nossa longa experiência institucional nesta matéria, confirmamos que a qualidade das eleições em nossos países progrediu notavelmente. Naturalmente, sempre podemos melhorar. Os tribunais eleitorais deverão tornar-se cada vez mais independentes e um grande esforço deverá ser envidado para que se disponha de cadastros eleitorais cada vez mais confiáveis, inscrevendo-se um número cada vez maior de eleitores. Em geral, no entanto, não detectamos ações ou práticas que possam ser catalogadas como elementos que viciem um processo eleitoral.

Uma segunda categoria de problemas se refere ao nível de inscrição. O fato de que em numerosos países não haja um grande número de cidadãos inscritos pode se dever a diferentes motivos. Por um lado, há um fenômeno puramente político: cidadãos que não querem se inscrever nem participar por estarem desmotivados com relação à política ou porque o processo de inscrição é muito complexo.

Por outro lado, existem na América Latina e no Caribe milhões de mulheres e homens que nunca foram registrados, nem sequer no nascimento. Isso os deixa fora não somente da participação política e econômica, mas também de programas destinados a melhorar sua condição e proteger sua segurança, para que não sejam presa fácil do abuso trabalhista, da discriminação e do tráfico de pessoas. A manutenção de um registro moderno, completo e confiável de todos os habitantes de um país, pelo menos de todos os seus cidadãos, é um importante objetivo democrático.

Neste aspecto, gostaria de destacar novamente a tarefa executada pela Organização no Haiti, onde contribuimos para a confecção de um cadastro eleitoral que está entre os mais modernos das Américas, planejado ademais com a esperança de que sirva de base para o registro de identidade de toda a população haitiana. Esperamos concluir esta tarefa em cooperação com o novo governo e estender nossa experiência também a outros países do Caribe e da América Latina.

Nosso compromisso com o Haiti é de longo prazo e se soma ao que assumiram, de maneira direta, numerosos Estados membros, participando da MINUSTAH ou por meio de outras formas de cooperação. Esperamos terminar de elaborar, nas próximas semanas, um novo programa de trabalho da OEA no Haiti, em coordenação com o governo, com os organismos da Região e com as organizações internacionais, especialmente as Nações Unidas. Nossa experiência no Haiti mostra que os organismos internacionais devem e podem trabalhar coordenadamente para conseguir melhores resultados. Esperamos continuar a trabalhar com todos e assumir as responsabilidades que nos caibam num plano de ação conjunto. Assim deveria ser em todas as situações críticas em que vários organismos estejam presentes.

Na Colômbia estamos também diante de um enorme desafio, cujo êxito demanda a solidariedade hemisférica. As tentativas do governo colombiano de alcançar a paz, levar à justiça os maiores criminosos e reintegrar à sociedade os combatentes são dificultadas pela persistente violência ligada ao narcotráfico, ao seqüestro e à extorsão. Procuramos apoiar o governo da Colômbia em seus esforços por combater essa violência e ao mesmo tempo levar adiante processos de paz com as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, paramilitares) e com o Exército de Liberação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Conseguir essa paz significa nem mais nem menos que pôr fim ao mais antigo conflito de nossa América, que se arrasta por cerca de 50 anos. Alegra-nos o progresso alcançado com as duas primeiras organizações citadas e esperamos que, no segundo período de governo do Presidente Álvaro Uribe, seja possível estender ainda mais esses processos.

Nossa Organização participa desse programa de paz com a dupla tarefa de verificar o desarmamento e a desmobilização das AUC e zelar pelo cumprimento das normas nacionais e internacionais de direitos humanos. Conseguida a desmobilização deveremos também apoiar os esforços pela reinserção dos combatentes.

Não é uma tarefa fácil, porquanto sempre há retrocessos, dificuldades e imperfeições e o objetivo de plena justiça parece entrar em conflito com o desejo de uma rápida pacificação. Mas os progressos são inegáveis: a violência diminuiu e a desmobilização se concretizou, apesar da persistência de alguns grupos armados de criminosos.

A convicção crescente da comunidade internacional acerca da necessidade de paz na Colômbia possibilitou que a OEA aumentasse sua presença no país. Há alguns meses os presidentes da América do Sul solicitaram à OEA que coordenasse os esforços por aumentar o apoio regional e internacional ao processo de paz na Colômbia. No primeiro trimestre deste ano a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) incorporou 34 novos observadores nacionais e internacionais, chegando a 80 as pessoas que trabalham para a Missão, com um escritório em Bogotá, seis escritórios regionais e um equipamento móvel para as áreas em que não temos presença permanente. Aperfeiçoamos a verificação das etapas de pré-desmobilização, desmobilização e pós-desmobilização dos grupos armados ilegais que participam do processo de paz.

Nossa maior presença foi possível graças aos novos apoios dos governos das Bahamas, Brasil, Canadá, Colômbia, Coréia, Estados Unidos, Holanda, Irlanda, México e Suécia. Ademais anunciaram sua pronta colaboração os governos do Chile, Espanha, Guatemala, Noruega e Tailândia. Cumpre salientar que também a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu contribuições, para que possa intensificar a tarefa a ela atribuída por esta Assembléia no ano passado.

Carta Democrática Interamericana

Dando continuidade aos mandatos de nossa última Assembléia, as tarefas políticas da Secretaria-Geral se organizam em conformidade com a Carta Democrática Interamericana. Em nossa última Assembléia o acompanhamento dos compromissos assumidos na carta Democrática foi motivo de intenso debate, que

culminou com um mandato ao Secretário-Geral de “coordenar as atividades e os programas dos diversos escritórios da Secretaria-Geral relacionados com a promoção da democracia, de acordo com os conteúdos da Carta Democrática Interamericana”.

Referi-me aos aspectos relacionados com a geração democrática da autoridade de governo e também às crises que ameaçam interromper ou pelo menos afetar seriamente a prática democrática. Embora a origem e a crise sejam de grande importância, a Carta Democrática Interamericana se refere também amplamente ao exercício da democracia, que é preciso avaliar como aspecto essencial à luz da Carta.

Há duas maneiras de se proceder a essa avaliação. A primeira seria por meio de relatórios que alguma unidade especializada poderia preparar anualmente acerca do andamento da democracia em cada país. Sinceramente, creio que não exista entre os membros de nossa Organização a disposição de ter examinada sua condição democrática em termos globais.

O tema já foi discutido no ano passado na Assembléia e examinado há alguns meses no Conselho, onde fiz uma exposição em cumprimento ao mandato da Assembléia de Fort Lauderdale, e as reticências ante uma forma de avaliação global são evidentes. Do ponto de vista geral, por conseguinte, só se poderia considerar que os países que queiram apresentar, de maneira voluntária, relatórios acerca do andamento da democracia em seus países possam fazê-lo com uma metodologia comum.

Não obstante isso, também coincidimos nessas reuniões do Conselho em que a própria Carta Democrática Interamericana vem em nosso auxílio nesse aspecto. A Carta, como disse muitas vezes, não apresenta uma definição de democracia, mas sim uma taxonomia, uma descrição de seus aspectos fundamentais. O exercício democrático do poder implica o respeito aos direitos humanos, a recusa a toda forma de discriminação, a plena vigência do Estado de Direito, a liberdade de expressão, o pluralismo político, a separação e independência de poderes, a probidade e a transparência na ação pública.

Nossa proposta é simplesmente que, do mesmo modo que trabalhamos para avaliar o respeito e a vigência de alguns desses aspectos (direitos humanos, transparência, liberdade de expressão, eleições), podemos preparar relatórios anuais acerca de cada uma das áreas de trabalho político da Organização, que coincidam com a descrição da Carta. Se não é possível avaliar a democracia em seu conjunto, que seja ela avaliada por partes.

Torna-se ainda mais claro o acima exposto se examinarmos as diferentes áreas e a possibilidade de avaliar sua situação atual e perspectivas futuras.

Direitos humanos

Assim como na observação eleitoral e no manejo de crises, a OEA já consolidou um prestígio ao longo dos anos na defesa dos direitos humanos, inclusive de maneira mais recente na vigilância permanente da liberdade de expressão. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um orgulho da Organização e queremos manter sua vigência e independência.

Fortalecer nosso sistema de direitos humanos significa desenvolver três linhas de ação.

Em primeiro lugar, conseguir a plena universalização do sistema. Embora todos os países membros da OEA façam parte da Comissão Interamericana, o mesmo não ocorre com a assinatura da Convenção Americana nem com a aceitação da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Devemos nos empenhar na consolidação desse sistema, para o que continuaremos a trabalhar com todos os países que não assinaram a Convenção, com a flexibilidade necessária para acomodar suas apreensões, de maneira que nosso Hemisfério seja regido plenamente pelas mesmas normas nesta matéria.

Devemos nos ocupar, em segundo lugar, de ampliar a ação de nosso sistema na promoção desses direitos, não somente por meio das decisões e sentenças que emitam sobre casos particulares, mas de um aumento da divulgação e conhecimento de seus relatórios nacionais e do sistema de relatorias.

Em terceiro lugar, é preciso aumentar o nível de acatamento das decisões da Corte e da Comissão. Esse nível é alto, mas ainda em alguns países essas decisões não são cumpridas. Para que o sistema continue a ter êxito, não basta o acatamento formal das decisões: elas devem ser plenamente cumpridas.

Finalmente, a preservação e o fortalecimento de nosso sistema de direitos humanos dependem muito substantivamente de que sua independência continue a ser totalmente respeitada. Podemos discordar muitas vezes das decisões da Corte ou da Comissão ou dos relatórios que são publicados. O importante é que reconheçamos que a possibilidade de prepará-los de maneira independente e sem pressões é consubstancial ao prestígio e à vigência do sistema. (Essa independência também depende da possibilidade de se dispor de financiamento adequado para a Comissão, a que me referirei mais adiante.)

Transparência

Os povos das Américas têm o direito de saber como agem suas autoridades e os governos têm a obrigação de conduzir a gestão pública num contexto de transparência. A falta de transparência propicia a corrupção e esta corrói a crença dos cidadãos nas instituições democráticas. Sem instituições sólidas e confiáveis será muito difícil resolver os problemas do povo e gerar a necessária satisfação do cidadão para que se chegue a governos democráticos eficazes e sustentáveis.

A Assembléia Geral de Fort Lauderdale declarou 2006 “Ano Interamericano de Combate à Corrupção”. Os resultados do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, especialmente de sua Comissão de Peritos, que nos serão apresentados nesta Assembléia, representam o primeiro esforço hemisférico de acompanhamento da Convenção, pioneira no mundo nesta matéria.

Os países americanos se conscientizaram da necessidade de enfrentar juntos este problema que não distingue ideologias nem fronteiras geográficas e muitas vezes delas se vale para ocultar o produto dos atos de corrupção, motivo por que este instrumento internacional foi já assinado pelos 34 Estados membros da OEA e ratificado por 33 deles.

Ao mesmo tempo, 28 dos Estados Partes confiaram ao Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção – MESICIC – e a sua Comissão de Peritos a responsabilidade de analisar tecnicamente a implementação de suas disposições e de formular recomendações que os ajudem a cumprir os compromissos assumidos para enfrentar eficazmente este problema.

A Primeira Rodada de Análise examinou a implementação das disposições da Convenção selecionadas para a referida Rodada. Não vou me referir ao conteúdo das recomendações, porquanto está prevista uma exposição na agenda desta Assembléia, mas gostaria de ressaltar que foram aprovadas por consenso pelos peritos em combate à corrupção dos 28 países que constituem o MESICIC, após cuidadoso exame em que os países analisados puderam expressar seus pontos de vista.

A Secretaria-Geral da OEA espera contribuir também para esta implementação e por isso elaborou um programa de cooperação, com a generosa colaboração financeira do Canadá, para apoiar os países que desejem melhorar sua transparência e seus mecanismos de controle.

Esta cooperação deve se destinar a melhorar os sistemas jurídicos e institucionais de que dispõem os países para: prevenir conflitos de interesses; preservar os recursos públicos e a denúncia de atos de corrupção; detectar o enriquecimento indevido dos servidores públicos; promover a participação da sociedade civil no combate à corrupção; fortalecer e aumentar a eficácia dos órgãos de controle superior com competência na matéria; e tornar mais efetivas a assistência recíproca e a cooperação técnica mútua entre os Estados para enfrentar a corrupção, por meio de uma coordenação mais dinâmica de suas autoridades.

Essas realizações deveriam também possibilitar a modernização da gestão pública e o melhoramento da qualidade do governo. As deficiências que notamos muitas vezes, na elaboração e gestão de políticas públicas, nem sempre são produto de falta de probidade, mas, na maioria das vezes, de ineficiência. A cooperação técnica na formulação de políticas públicas, a profissionalização do serviço civil nos países, a aplicação do conhecimento à gestão governamental, as boas práticas no governo e o uso de novas tecnologias são aspectos essenciais da governabilidade, porque os cidadãos também reclamam governos eficientes para a solução de seus problemas.

Estado de Direito

O funcionamento adequado dos Tribunais de Justiça é um dos assuntos mais críticos na avaliação dos cidadãos sobre a situação da democracia e talvez um dos fatores que mais influenciam o surgimento de um veredicto final negativo. A maior parte dos cidadãos da Região acredita que a justiça seja desigual ou corrupta e que não tem acesso a ela. A mudança dessas percepções não será imediata e implica uma transformação das formas de distribuição da justiça no continente.

Há poucas semanas se reuniram aqui em São Domingos, no âmbito da OEA, os Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais das Américas, ocasião em que se deu andamento à cooperação que, com o apoio do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais da Secretaria-Geral, vem sendo prestada em temas tão importantes quanto os mecanismos de extradição, a assistência mútua em matéria penal, o combate ao delito cibernético e as políticas penitenciárias e carcerárias. Estamos seguros de que este processo tão necessário continuará a se fortalecer e a aperfeiçoar as modalidades concretas de cooperação jurídica entre nossas autoridades.

Também continuaremos a prestar assessoramento e apoio técnico ao desenvolvimento do direito internacional privado. Atualmente, por mandato da própria Assembleia Geral e para pronta aprovação por uma conferência especializada, as denominadas Cidip, vêm sendo considerados instrumentos jurídicos comuns em matéria de proteção do consumidor, com vistas à regulamentação do comércio e à atualização e modernização dos registros de garantias mobiliárias no continente. Esses aspectos também repercutem numa maior segurança jurídica na Região.

O Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) é a unidade criada para apoiar os processos de reforma que têm lugar no continente. Vem trabalhando há vários anos na América Latina e nosso propósito é ampliar sua ação e estendê-la ao Caribe. Ao mesmo tempo, o CEJA poderá ser útil na realização da avaliação técnica da situação da justiça nos diferentes países, como requisito essencial da Carta Democrática.

Assuntos de gênero

As atividades da Comissão Interamericana de Mulheres cresceram em importância e suas áreas de trabalho abrangem assuntos de caráter econômico, trabalhista, jurídico, político e de segurança.

Entretanto, nosso trabalho nessa área continua a focalizar fundamentalmente a coordenação das Reuniões Ministeriais.

Devemos proporcionar à CIM condições de tomar maiores iniciativas nesses temas cruciais para o desenvolvimento da democracia. Em nossa Região as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação no emprego, na remuneração e no acesso a cargos públicos, bem como de maus-tratos, violência familiar e outros delitos. Embora o tema seja horizontal, no sentido de que abrange todos os programas e departamentos da OEA, consideramos que é necessário fortalecer a estrutura própria da questão de gênero, a CIM.

Nesse contexto, poderíamos usar a capacidade do PIA (Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero) para melhorar a avaliação e a implementação de políticas públicas nessa área.

Luta contra a discriminação

A conclusão e implementação de três importantes instrumentos jurídicos em matéria de discriminação é a tarefa que enfrentaremos no próximo período.

O primeiro se refere aos indígenas de nossas Américas. Nesse contexto é importante agradecer aos governos da Guatemala e do Brasil por terem sido sede de reuniões de povos indígenas e reafirmar o compromisso da Organização dos Estados Americanos com a aprovação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, salientando a importância da participação plena e efetiva desses povos no processo de elaboração do referido Projeto de Declaração.

Não podemos continuar a adiar a conclusão das negociações desta Declaração, indispensável para servir de guia aos países da América que ainda não dispõem de legislação moderna que consagre os direitos dos povos indígenas e arbitre os meios para preservar sua cultura.

O segundo desafio reside em promover a aprovação de uma Convenção Interamericana contra a Discriminação, destinada a constituir o instrumento geral que aborde todos os fenômenos de discriminação étnica, religiosa, racial, sexual ou de qualquer natureza nas Américas. Esperamos que a conferência que realizaremos este ano no Brasil defina os termos gerais dessa importante iniciativa.

Em terceiro lugar, no Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 5 de novembro de 2005), os Chefes de Estado e de Governo encarregaram a OEA de “considerar, no próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da OEA, a realizar-se na República Dominicana, uma Declaração do Decênio das Américas das Pessoas Portadoras de Deficiência (2006-2016), com um programa de ação”. Esta iniciativa se baseia especialmente na “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”, que nos compete implementar, já amplamente superado o prazo posterior à sua ratificação pelo número mínimo exigido de Estados. Esperamos que esta Assembléia aprove uma resolução a esse respeito e que possamos pôr em prática o conteúdo desta importante Convenção.

Com esses três documentos em plena vigência, nosso acompanhamento dos assuntos relacionados com a discriminação será muito mais concreto e objetivo.

A estas áreas de trabalho há que incorporar nossos programas sobre partidos políticos e parlamentos, que se estendem à América Central e à Região Andina, nosso trabalho em descentralização, que recebeu o incentivo da Terceira Conferência da RIAD no Brasil e o fortalecimento crescente de nosso trabalho com a sociedade civil, que não se limita somente aos diálogos em nossas Cúpulas e Assembléias, mas que também procura uma relação mais direta da sociedade civil com as atividades da Secretaria-Geral.

Com todas estas atividades já executadas por nossa Organização, é possível realizar uma avaliação da aplicação da Carta Democrática com relação a cada um de seus principais componentes. Minha proposta é, por conseguinte, que sejam realizadas avaliações anuais da situação dos direitos humanos, da transparência, das relações de gênero, da discriminação e da situação da justiça nas Américas. Nos próximos anos poderemos acrescentar a esses cinco relatórios três mais, referentes à separação e equilíbrio de poderes, ao pluralismo político (regime de partidos) e à participação da sociedade civil.

Com esses relatórios em consideração permanente pelo Conselho e pela Assembléia, estaremos abrangendo as áreas que a nosso juízo são as mais sensíveis na avaliação da democracia. Em todo caso, ampliá-los em sua extensão e profundidade implica contar com a disposição dos países para permitir o acesso à informação necessária e ao mesmo tempo dispor de suas próprias avaliações dos temas analisados. Em definitivo, todo sistema de avaliação do desenvolvimento democrático é altamente sensível ao nível de informação e ao grau de interesse que os países membros estejam dispostos a conceder-lhe. Conhecer as virtudes e as deficiências de cada um desses traços gerais de nossas democracias nos ajuda a fortalecer-nos mutuamente e a estabelecer os programas da Organização de maneira mais clara.

Em definitivo, o funcionamento dos mecanismos sugeridos para o cumprimento do mandato da resolução 2154 supõe uma vontade política baseada na cooperação e não em uma lógica de supervisão crítica ou punição. Temos experiências valiosas deste enfoque comparativo com o Mecanismo de Avaliação Multilateral da CICAD e mais recentemente com o Mecanismo de Avaliação da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Trata-se de assumir uma atitude positiva ante a possibilidade de cooperar para consolidar a democracia e contribuir efetivamente para a criação de melhores condições de governabilidade.

Alguns problemas

Apesar de nossa avaliação positiva sobre os desdobramentos políticos nessa área, creio ser necessário salientar também alguns problemas surgidos recentemente na Região que, a meu juízo, não contribuem para a necessária unidade hemisférica.

Esclareço desde já que não me referirei ao tema da moda na imprensa internacional, qual seja, a “esquerdização” da América Latina. A OEA não é uma Organização de governos de direita, de esquerda ou de centro, mas de Estados democráticos. Os Estados membros da OEA praticam a democracia no âmbito da nossa carta constitutiva e da Carta Democrática Interamericana. As decisões econômicas e de políticas públicas que tomem são privativas desses governos, as decisões dos povos acerca de quem elegem como seus governantes são respeitadas de maneira absoluta nesta Organização. Aqui só se exige que, em matéria de democracia, nos rejamos pelos princípios comuns que acordemos.

Dito isto, não resta dúvida de que algumas polêmicas recentes afetaram nossa unidade. Creio, conforme salientei em várias declarações, que a retórica inflamada, a intervenção ainda que verbal nos assuntos de outros países e a desqualificação moral das opções políticas de outros membros não contribuem para o clima de harmonia que deveria existir entre nossos países.

Houve diferenças sérias entre alguns de nossos governos, por assuntos relacionados com direitos humanos, meio ambiente, problemas territoriais e opções econômicas. Naturalmente, isso não torna mais fáceis as relações entre nós, mas devemos nos acostumar a discutir nossas diferenças com visão ampla, evitando a ideologização e a desqualificação no debate.

Isso é ainda mais necessário quando a América Latina e o Caribe atravessam uma etapa de bom crescimento econômico, ajudados pelos excelentes preços de nossos produtos no mercado internacional. É o momento para celebrar acordos e formular políticas que nos possibilitem consolidar o que já alcançamos e atrair o investimento necessário para manter nosso crescimento em períodos mais difíceis da economia internacional.

O crescimento sustentado é a base de qualquer esforço de justiça social que possamos realizar. Devemos ser capazes de superar nossas diferenças no plano comercial e continuar a dar andamento a nossos processos de integração, mantendo cada um suas próprias visões e debatendo nossas diferenças com respeito e espírito de unidade hemisférica.

A imprensa internacional fala, a meu juízo prematuramente, de uma divisão na América Latina. Espero que esta Assembléia seja um desmentido a essas afirmações e que aqui em São Domingos reafirmemos nossas convicções democráticas e nossa plena adesão aos princípios de não-intervenção e respeito mútuo que devem guiar nossas relações.

Esta Secretaria participou de gestões para que as divergências entre nossos países se resolvam pacificamente. Gostaria de destacar a recente assinatura dos acordos definitivos de limites entre Honduras e El Salvador e o Acordo para o Estabelecimento de um Processo de Transição e de Medidas de Fortalecimento da Confiança entre os Governos de Belize e Guatemala, estabelecendo uma nova rodada de negociações. Ambas as negociações foram patrocinadas pela OEA e esperamos que sirvam de estímulo para que outros países sigam caminhos similares.

Acostumou-se a dizer que os assuntos entre os países não são da competência da OEA. Isso significa somente, no entanto, que não podem ser encaminhados unilateralmente à Organização. Sem questionar este princípio, permito-me sugerir que a Secretaria-Geral pode ser um mecanismo adequado de aproximação e facilitação de problemas entre as partes, tarefa que se sente plenamente disposta a assumir se lhe for solicitado. Ressalto que se trata de uma questão estritamente voluntária, mas peço que nossos membros considerem efetivamente essa possibilidade, especialmente quando se trate de conflitos que uma mediação ou facilitação de boa-fé possa resolver.

Desenvolvimento integral

O desenvolvimento integral constitui um dos pilares fundamentais da Organização. Não se trata de medir seu êxito somente pelo montante de recursos que possa conseguir para determinados projetos, mas também por sua capacidade de orientar o empenho das Américas em alcançar o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida de seus homens e mulheres e erradicar a pobreza. Devemos encontrar a forma de ajudar a nortear o desenvolvimento de maneira que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa.

A Cúpula de Mar del Plata, realizada em 4 de novembro de 2005, marca um momento importante nessa direção. É o momento em que se assume plenamente que nossas democracias e nossas economias nunca serão estáveis enquanto milhões de nossos compatriotas continuarem a ser excluídos da possibilidade de ter um emprego digno, abandonar a pobreza e desfrutar em alguma medida maior os benefícios do crescimento econômico.

A Declaração de Mar del Plata apresenta a visão dos 34 governos sobre como devem ser enfrentados os maiores desafios na criação de emprego e no fortalecimento da democracia. As iniciativas coligidas na Declaração se referem ao crescimento com geração de emprego, ao trabalho estável para enfrentar a pobreza, à formação da força de trabalho, às pequenas e médias empresas como motor e fator de

crescimento do emprego, ao fortalecimento da governabilidade democrática e à busca de uma estrutura para a criação de trabalho decente.

O Plano de Ação contempla cada uma das áreas da Declaração da perspectiva de compromissos nacionais, cooperação hemisférica e organismos internacionais. Além de defender políticas macroeconômicas sólidas, favoreceu decididamente a necessidade de gerar igualdade de oportunidades. Também destacou o papel fundamental que cabe ao setor privado para gerar emprego e para intensificar os esforços por cumprir os compromissos assumidos na Cúpula do Milênio. Embora houvesse muito mais a dizer dessa Cúpula de Mar del Plata, o que aqui resumi nos possibilita localizar-nos ante o maior desafio de nossos tempos.

As seis Cúpulas realizadas desde 1994 abordaram em profundidade o desenvolvimento, o meio ambiente, a educação, a pobreza, o emprego e a governabilidade. Todos esses temas estão no centro dos organismos do Sistema Interamericano e são precisamente os que a OEA incorpora de maneira prioritária na organização de sua área de desenvolvimento integral.

É a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral que apóia e coordena, entre outras, as Reuniões Ministeriais de Educação, Meio Ambiente, Cultura, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento Social. Em todas elas procurou-se coordenar políticas, criar redes de cooperação horizontal e melhores estratégias de desenvolvimento. Essas tentativas devem constituir a verdadeira coluna vertebral dos trabalhos multilaterais para nos aproximarmos das Metas do Milênio estabelecidas pelas Nações Unidas em coordenação com os demais organismos do Sistema Interamericano (BID, OPAS, IICA e CEPAL) e aqueles com que constituímos o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas.

A Carta Social que vimos discutindo será a companheira inseparável da Carta Democrática Interamericana, na medida em que se insira nesta realidade já bastante completa de mandatos de nossas Cúpulas, Reuniões Ministeriais e Metas do Milênio, faça deles uma adequada síntese e seja acompanhada de um Plano de Ação que também reúna todos os nossos atuais programas. A Carta Social deverá ser a síntese dinâmica de tudo que tenha sido elaborado na última década e não se transformar em mais uma tentativa de proclamar princípios que tantas vezes definimos.

Este processo não se desenvolve de maneira tão rápida quanto gostaríamos e seria extremamente benéfico que se reiterasse sua urgência. Em muitos cidadãos de países que constituem nossa Organização surgem dúvidas profundas acerca da nossa capacidade, como governos democráticos, de bem conduzir o manejo da máquina pública, orientar o crescimento, nos incorporarmos ao mundo, eliminar a pobreza, melhorar os serviços sociais e distribuir melhor os benefícios da democracia.

Nossos países vêm crescendo nos últimos três anos, mas ainda há dúvidas sobre nossa capacidade de criar políticas estáveis que atraiam o investimento e assegurem a permanência desse crescimento quando o ciclo econômico nos seja mais desfavorável. Por outro lado, milhões de pessoas ficam fora dos benefícios desse desenvolvimento e a renda tende a se concentrar.

Estou convencido de que, se conseguirmos levar à prática mais fielmente a Carta Democrática Interamericana e uni-la à futura Carta Social, daremos um enorme passo no sentido de orientar o desenvolvimento de maneira mais justa. O que não deve ocorrer, porém, é que a Carta Social nos leve a fechar-nos uma vez mais em discussões ideológicas e políticas sem sentido, em circunstâncias em que muitos de seus conteúdos estejam já definidos e colocados sob a forma de mandatos nas Cúpulas e Reuniões Ministeriais da última década.

Para levar adiante de modo prático esses mandatos, é necessário fortalecer substantivamente as atividades de nossos departamentos na Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e melhor divulgar sua ação e competência. Dispomos, por exemplo, de um Departamento de Desenvolvimento Sustentável que goza

de reconhecido prestígio em todas as áreas especializadas, em temas como o manejo integrado de recursos hídricos, os desastres naturais e a adaptação climática, a energia renovável, a biodiversidade e o direito, a política e a economia ambiental. Quando nos dizem, por exemplo, que a OEA poderia fazer mais no campo da energia, se perde de vista nosso amplo programa sobre a matéria; e quando nos pedem para discutir nesta Assembléia uma resolução sobre o problema da água, talvez se devesse recorrer mais a nossos especialistas nesse assunto, considerados de primeiro nível entre seus pares.

O que gostaria de salientar não é uma crítica, mas uma autocrítica. Não temos sido capazes, como Organização, de incorporar a grande atividade que desenvolvem algumas de nossas unidades técnicas a nossa ação política, em estreito contato com suas contrapartes nos diversos países. Espero que as mudanças realizadas recentemente em nossa Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral possibilitem que se avance mais no sentido de integrar as políticas de desenvolvimento integral ao primeiro plano da atividade institucional.

Um dos componentes essenciais da ação da SEDI que gostaríamos de ressaltar é constituído pelos projetos de assistência técnica para o desenvolvimento, especialmente nos países insulares e menores. Nessa área levamos adiante uma reengenharia bastante completa que deverá render frutos. Para continuar a obter recursos suficientes, em concorrência com muitas outras instituições, devemos melhorar consideravelmente a qualidade de nossos projetos e sua gestão.

Devemos procurar a maneira de aprovar projetos de maior envergadura, para o que alguns deverão ter caráter regional, sem por isso abandonar a perspectiva nacional quando seja mais útil. Também devemos concentrar nossa atividade principalmente na construção e desenvolvimento institucional e na formação de recursos humanos. Devemos superar os problemas surgidos este ano em nosso sistema de bolsas de estudo e empréstimos, para estarmos em condições de aumentar os recursos e a cobertura, alcançando um número maior de jovens em nossa Região.

Devemos preocupar-nos especialmente com os desastres naturais. A temporada de furacões de 2005 foi equivalente a duas temporadas de furacões completas, reunidas numa só. De 27 tormentas tropicais, 15 foram furacões e sete, furacões maiores. Sequer terminamos de avaliar os danos humanos e econômicos e menos ainda seu efeito no desenvolvimento dos países afetados. Não gostaria de sentir, nunca mais, a impotência que viveu esta Organização para ajudar e coordenar esforços por ocasião desses desastres.

Por esse motivo foram preparados para a aprovação desta Assembléia projetos que modificam o Estatuto do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM), bem como um projeto de resolução para manter como prioridade do mais alto nível a consideração dos desastres naturais, sua gestão e seus efeitos. Por outro lado, aumentaremos a cooperação técnica na preparação de pessoas que devam atender a essas catástrofes em cada país.

Gostaria de dizer, no entanto, que a questão dos desastres naturais é sintomática dos problemas de coordenação que enfrentam os organismos internacionais. Creio que, em conjunto, poderíamos construir uma política de prevenção e redução viável e bem financiada, mas se cada organismo, por importante que seja, acreditar que possa desenvolver isoladamente uma política, provavelmente não estaremos à altura dos próximos desafios. Este é um novo apelo para que nos coordenemos nessa área e, francamente, não nos interessa conduzir a iniciativa, nem que nos atribuam crédito por ela, mas somente fazer nossa parte em uma tarefa indispensável para nossos países.

Há temas que em nossa Assembléia, nosso Conselho e nossos foros quase nunca são considerados, embora façam parte da agenda hemisférica e nela adquiram uma proeminência cada vez maior. Assim ocorreu com o tema migração, cuja relevância na agenda deste ano foi indiscutível e que, no entanto, não tem em nossas deliberações e no trabalho da Secretaria a importância que deveria ter.

Trata-se de um tema de interesse propriamente hemisférico, presente em numerosos países de norte a sul, que afeta as economias, a cultura e as formas de vida de toda a nossa Região. Não diminuirá nos próximos anos, tendendo ao contrário a aumentar enquanto os fatores estruturais que o provocam persistirem em nossos países.

Embora os países membros da Organização tenham perspectivas diferentes para considerar o problema da migração, se vêem obrigados a buscar para ele soluções comuns. Isso poderá ser feito de diferentes maneiras, mediante o fortalecimento do Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas Migrantes que aprovamos na Terceira Cúpula das Américas ou a criação de uma nova instância política no âmbito do Conselho e da Secretaria. Não se trata de apresentar proposta alguma, mas somente de solicitar algo óbvio, ou seja, que incorporemos o tema à agenda de nossas preocupações. Espero, por conseguinte, que algumas das resoluções propostas no passado sobre este assunto possam ser aqui acordadas.

Segurança

A implementação da política de segurança multidimensional acordada no México em 2003 foi lenta, sobretudo em virtude da carência de recursos novos que acompanhassem os importantes mandatos recebidos. Isso não significa, no entanto, que esta área não venha se desenvolvendo de maneira considerável, especialmente com base no trabalho realizado pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), pelo Comitê Interamericano Contra o Terrorismo e pelo Programa de Remoção de Minas.

Não há dúvida quanto à relevância e à qualidade do trabalho nessas três áreas. A CICAD já completou 20 anos e constitui uma das atividades mais prestigiadas da Organização dos Estados Americanos. Sua importância aumentou visivelmente a partir da criação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), que se encontra já em seu décimo de operação. O bom funcionamento do MAM não somente possibilitou o aumento do conhecimento acerca da atividade conduzida pelos países contra o tráfico e o consumo de drogas, mas também a geração de um clima de maior confiança, em que os países estão dispostos a dividir informações e aceitar recomendações e cooperação para suas atividades.

A CICAD também progrediu no que se refere à coordenação de esforços contra a lavagem de dinheiro, colaborando com os países na elaboração de legislação moderna no assunto e avaliando o progresso alcançado.

Além do empenho da Secretaria, a CICAD desenvolve uma linha de cooperação horizontal, mediante a qual os países dividem suas experiências no combate à droga. O êxito da CICAD, no entanto, faz com que as demandas de cooperação e apoio excedam sempre largamente os recursos. Por isso instamos os países a que considerem nossa proposta de que se destine à CICAD um pequeno percentual dos recursos apreendidos, de acordo com suas legislações internas, para desse modo cooperar com a manutenção e ampliação de nossos programas.

O programa do CICTE mostrou grandes realizações na área da segurança portuária, aeroportuária, de alfândegas e fronteiras e, em geral, quanto a ações destinadas à prevenção do terrorismo na Região. Em coordenação com a CICAD muito se progrediu na investigação do financiamento do terrorismo.

Também já se encontra em andamento nosso programa de assistência técnica e capacitação especializada. Dentre suas atividades específicas destacam-se, no próximo ano, a capacitação e cooperação com as medidas de segurança dos países do Caribe, por ocasião da realização da Copa Mundial de Críquete de 2007.

O Programa de Remoção Humanitária de Minas também prestou valiosa contribuição ao grande problema das minas antipessoal, herança de tempos a que não deve retornar nossa Região. No período a que se refere este relatório prestou-se assistência nessa área a seis países da Região. Assim como em muitos outros programas da Organização, financiados estritamente com recursos específicos, este deve restringir sua ação à disponibilidade desses recursos.

Na área de segurança e defesa, a grande notícia do ano é, sem dúvida, a incorporação plena da Junta Interamericana de Defesa à OEA. Trata-se de uma conquista coerente com os tempos; assim como em nossos países, a OEA estabeleceu o princípio do comando civil sobre os assuntos militares de sua competência no Hemisfério. Resta agora transformar esta decisão histórica em um plano de trabalho concreto, o que esperamos fazer nos próximos meses.

Apesar da importância das quatro unidades mencionadas, elas já existiam separadamente na Organização no momento da reunião do México e, por conseguinte, sua localização na mesma Subsecretaria não é suficiente para dizer que tenhamos transformado em realidade a política de segurança multidimensional que estabelecemos nessa conferência, sobretudo quando alguns dos principais aspectos desse conceito mostravam pouca materialidade na ação da OEA há um ano.

Para consolidar as decisões que nossos países tomaram na área da segurança, criei um Departamento de Segurança Pública para elaborar programas de combate ao crime organizado e à formação de gangues, à proliferação do tráfico de armas pequenas e ao tráfico de pessoas. No futuro espero que possamos dispor de capacidade de assessoramento suficiente para prestar colaboração em assuntos de segurança pública aos países membros, especialmente os médios e pequenos.

A médio prazo, nosso objetivo deveria ser configurar, com todos esses elementos, uma agenda de segurança regional que leve em conta todas as dimensões a que aludiu a Conferência do México e se dedique também ao estudo dos problemas da Região que possam ocasionar problemas de segurança entre nossos Estados. É necessário garantir que a paz em que viveu nossa Região nas últimas décadas se mantenha e seja fortalecida com a garantia da paz interna e o combate à criminalidade.

Temas jurídicos

A Comissão Jurídica Interamericana, principal organismo consultivo em matéria de direito internacional para nossa Organização e seus membros, completa este ano 100 anos de vida. Este centenário não poderia estar ausente desta Assembléia Geral e nos permite recordar as muitas contribuições da Comissão Jurídica para o enriquecimento do direito internacional, entre os quais, por exemplo, acham-se nossa Convenção Americana sobre Direitos Humanos e nossa Convenção Interamericana contra a Corrupção, documentos únicos em seu gênero no mundo. A Comissão Jurídica desempenhou um papel central no desenvolvimento da institucionalidade e do direito interamericanos, que todos devemos reconhecer. Em sua agenda de trabalho figuram numerosos temas que já focalizei nesta exposição, como a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e as Convenções sobre Discriminação.

Isso me leva a outra reflexão de caráter institucional. Ao longo das diferentes conferências americanas, a partir de 1889, diferentes instituições foram propostas para o Sistema Interamericano e começaram a ser criadas, cedo ou tarde, nos mais variados campos: saúde (OPAS), mulher (CIM), infância (Instituto Interamericano da Criança), financiamento do desenvolvimento (BID), agricultura (IICA), direitos humanos etc.

Uma instituição que se propôs e nunca se concretizou foi a Corte Interamericana de Justiça. A primeira proposta é de 1923 (Quinta Conferência Americana), quando se pleiteou o estabelecimento de uma Corte Permanente de Justiça Americana; a segunda data da Oitava Conferência Americana, em 1938. Nesta

última resolução se diz, muito francamente, fato nem sempre habitual, que *“se neste momento não são dadas as condições necessárias para o estabelecimento desta instituição administradora da justiça na América, não se deve abandonar a idéia e o propósito de criá-la quando essas condições imperativamente reclamem sua instauração ...”* para concluir declarando que: *“é o propósito firme dos Estados do Continente Americano chegar a constituir um Tribunal Interamericano de Justiça Internacional, quando os mesmos Estados reconheçam a oportunidade de fazê-lo com a segurança de êxito...”* (resolução XXV, aprovada em 22 de dezembro de 1938).

Nessa época foi criada a Corte Internacional de Haia, sucessora da Corte Permanente. Os Estados americanos constituíam então quase 50% das Nações Unidas e tinham, por conseguinte, grande peso na nova Corte. Uma nova solicitação da Décima Conferência, em 1954, não apresentou conseqüências. Hoje isso mudou completamente; os Estados americanos têm peso bastante menor na Corte e talvez possam voltar a considerar a possibilidade de uma corte regional, que complementasse de maneira adequada o atual Sistema Interamericano. Talvez estejamos próximos da “oportunidade” pensada em 38, que vale a pena examinar em nossos organismos especializados.

Administração e finanças

Desde minha chegada à Secretaria há um ano, tomei a decisão de não alterar além do necessário a estrutura orgânica da Organização, a fim de evitar perturbar ainda mais as pessoas que trabalham na OEA, que se haviam encontrado em situação de extrema incerteza por quase um ano antes de minha posse. Nessa decisão coincidimos plenamente com o Secretário-Geral Adjunto, com quem formamos uma só equipe e uma só direção.

Em virtude do acima exposto, apesar de ter a autorização da Assembléia para introduzir mudanças, foram elas reduzidas, fundamentalmente, a três aspectos. Denominamos subsecretarias as principais áreas de trabalho, com o objetivo de salientar claramente, não somente suas responsabilidades, mas sua inclusão na Secretaria-Geral. Criamos um novo Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação, a fim de dispor das informações necessárias no âmbito da Secretaria-Geral para orientar a obtenção de recursos e as despesas da instituição. Reorganizamos o Escritório de Bolsas de Estudo, com a finalidade de assegurar uma gestão autônoma e transparente, sem prejuízo do pleno direito que assiste aos organismos políticos de fixar os critérios substantivos de sua ação.

A terceira mudança se deveu a circunstâncias desafortunadas que foi necessário enfrentar. Quanto aos dois primeiros, não concebo que em uma instituição com um comando único, cada unidade obtenha e administre de maneira autônoma seus recursos sem conhecimento da direção.

Nosso propósito é claro: devemos guiar a instituição com base nos objetivos e prioridades decididos entre os órgãos políticos e a Secretaria-Geral. É necessário reforçar esse conceito para estabelecer o que compete a cada um, coordenar as ações e garantir que se trabalhe somente nos mandatos que decorram dos organismos legítimos. No próximo ano prestaremos conta desse aspecto, ressaltando o progresso e/ou as deficiências com relação aos temas substantivos de que tenhamos sido encarregados. Os relatórios deixarão de ser meras relações dos fatos ocorridos e não haverá temas na Organização que não estejam vinculados a mandatos legítimos.

Para que isso seja possível é preciso assegurar o financiamento adequado. A pedido dos países membros da CARICOM, que incluíram na agenda desta Assembléia a questão do financiamento permanente da OEA, apresentarei um relatório minucioso, que figura como anexo deste.

Preocupa-me, ademais, do ponto de vista organizacional, encontrar uma localização mais adequada para os países atualmente observadores que colaboram mais estreitamente com a OEA. A OEA conta

atualmente com mais de 70 países observadores, o que nos parece uma demonstração de confiança e interesse que agradecemos. Devemos reconhecer, porém, que os graus de interesse e apoio que os observadores nos proporcionam são diversos.

Se há em outras instituições próximas a nós, como o BID, categorias intermediárias entre a filiação plena e a observação, creio que nós também poderíamos criá-las, de maneira muito cuidadosa e consensual. A filiação plena deve ser somente de países da América, mas me parece justo que países amigos que cooperam de maneira sistemática e intensa conosco tenham um reconhecimento adequado.

Sei que esta discussão ocorreu há alguns anos e por isso não considere prudente trazê-la de novo como tema à Assembléia, mas espero que possamos reexaminá-la novamente no decorrer do ano.

Esta exposição deve ser necessariamente breve e por isso é acompanhada dos documentos que cada unidade encaminha com o conteúdo de seu trabalho. Ao concluir, gostaria somente de mencionar os esforços que envidamos por conectar adequadamente a OEA, além dos países membros, com os organismos internacionais, regionais, sub-regionais e globais; o desenvolvimento considerável das comunicações como uma unidade essencial de transmissão de nosso pensamento e de nosso trabalho; e a recente consolidação da Cátedra das Américas, que por meio de convites a estadistas, intelectuais e personalidades da cultura e de renome internacional, consegue levar adiante um diálogo de alto nível sobre o presente e o futuro de nossa Região.

....

José Miguel Insulza
Secretário-Geral

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral, o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos, é constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm direito a se fazer representar e a emitir seu voto. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização tem sua origem na Assembléia General. Suas atribuições acham-se dispostas no Capítulo IX da Carta, que, em seu artigo 57, determina que a Assembléia se reunirá anualmente na época que determine o Regulamento e na sede escolhida conforme o princípio de rodízio. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral.

Assim como a agenda interamericana vem se expandindo nos últimos anos, também o número de temas constantes da agenda da Assembléia Geral vem crescendo.

Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões

O Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões foi realizado de 5 a 7 de junho de 2005 em Fort Lauderdale, Estados Unidos da América. Foi presidido pela Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleeza Rice, e aprovou cinco declarações e 97 resoluções. Os resultados da Assembléia Geral foram publicados nas Atas e Documentos (OEA/Ser.P.XXXV-O.2), que se divide em dois volumes: o Volume I, de que constam os textos certificados das declarações e resoluções aprovadas, e o Volume II, que abrange as atas textuais das sessões plenárias, as atas resumidas da Comissão Geral e outros documentos correspondentes a esse período de sessões.

Declarações

Declaração da Flórida: Concretização dos Benefícios da Democracia [AG/DEC. 41 (XXXV-O/05)]: insta a Organização a que mantenha os ideais e compromissos da Carta da OEA e da Carta Democrática Interamericana, trabalhando em conjunto na promoção dos valores políticos e econômicos comuns, com o propósito de que este seja um Hemisfério de nações democráticas, estáveis e prósperas. Reafirma que o Secretário-Geral, no exercício da autoridade que lhe confere a Carta da OEA e de acordo com a Carta Democrática Interamericana, poderá encaminhar à consideração do Conselho Permanente as situações que possam requerer ação, em conformidade com ambas as Cartas. Encarrega o Conselho Permanente de, a fim de facilitar a cooperação regional para o fortalecimento da democracia representativa e da boa governança, considere, em colaboração com os governos, de maneira permanente, iniciativas em apoio a essas áreas, em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e com a situação em que se encontram os processos democráticos na região. Incentiva o Grupo de Trabalho encarregado da negociação da Carta Social das Américas e de um Plano de Ação a fazer com que seu trabalho contribua efetivamente para o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes na OEA sobre democracia, desenvolvimento integral e combate à pobreza. Instrui o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) a que, em colaboração com as redes hemisféricas de cooperação pertinentes, formule estratégias para combater a pobreza, o analfabetismo, os baixos níveis de desenvolvimento humano, os problemas sociais e a deterioração do meio ambiente.

Declaração sobre a Situação na Bolívia [AG/DEC. 42 (XXXV-O/05)]: faz um apelo a todos os setores do processo político boliviano para, por meio do diálogo, de maneira pacífica e respeitando os direitos humanos, rapidamente superarem a atual crise, em conformidade com as disposições constitucionais pertinentes, preservando a democracia e garantindo a unidade da Bolívia, e manifesta a disposição da Organização dos Estados Americanos de prestar toda a cooperação que seja solicitada pelas legítimas

autoridades bolivianas, a fim de facilitar o diálogo como meio para superar e assegurar a preservação das instituições democráticas.

Apoio à Nicarágua [AG/DEC. 43 (XXXV-O/05)]: manifesta a preocupação da Assembléia Geral com a situação que afeta gravemente o sistema democrático na Nicarágua, põe à disposição do país a experiência da OEA, com o objetivo de apoiar o fortalecimento da institucionalidade democrática, e ressalta a importância de que o Conselho Permanente dispense atenção permanente à evolução dos acontecimentos na Nicarágua, à luz da Carta Democrática Interamericana.

Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas [AG/DEC. 44 (XXXIV-O/05)]: expressa satisfação ante a reafirmação do Governo argentino de continuar a analisar todos os caminhos possíveis para a solução pacífica da controvérsia e ante sua atitude construtiva a favor dos habitantes das Ilhas Malvinas. Reafirma a necessidade de que se iniciem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania, a fim de encontrar uma solução pacífica para o litígio. Decide, por conseguinte, a continuar a considerar o tema nos períodos de sessões seguintes da Assembléia Geral.

Coordenação do Voluntariado no Hemisfério para a Resposta aos Desastres Naturais e a Luta contra a Fome e a Pobreza - Iniciativa Capacetes Brancos [AG/DEC. 45 (XXXIV-O/05)]: manifesta renovado compromisso com a Iniciativa Capacetes Brancos, decide promover sua cooperação, dividir a experiência por eles adquirida em situações de crise e buscar a maior eficácia no desenvolvimento dos mecanismos de resposta a situações de emergência; acolhe com satisfação a decisão dos governos de Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai, que designaram seus respectivos pontos focais para a Iniciativa Capacetes Brancos; reconhece o progresso alcançado nos Seminários Regionais para a Promoção e Divulgação do Voluntariado para a Assistência Humanitária na América Latina e no Caribe; e registra seu interesse em que cada país defina a capacidade, programas e experiências nacionais, governamentais e não-governamentais, para o combate à fome e à pobreza e para a gestão de situações de emergência, inclusive a participação de corpos de voluntários.

Resoluções

A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões, acordou importantes decisões relacionadas com temas tais como democracia, direitos humanos, desenvolvimento jurídico, desenvolvimento social, segurança hemisférica, terrorismo, corrupção, sociedade civil, remoção de minas antipessoal, desastres naturais, comércio, turismo, bolsas de estudo, mulher, infância e indígenas. A Assembléia também aprovou resoluções atinentes a temas de que se encarregam os órgãos, organismos e entidades da Organização, bem como resoluções sobre temas de administração da Secretaria-Geral.

- AG/RES. 2061 (XXXV-O/05) Sede e data do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
- AG/RES. 2062 (XXXV-O/05) Homenagem ao Secretário-Geral Adjunto Luigi R. Einaudi
- AG/RES. 2063 (XXXV-O/05) Liberdade de comércio e investimento no Hemisfério
- AG/RES. 2064 (XXXV-O/05) O papel dos Poderes Legislativos na luta contra a corrupção e a impunidade no Hemisfério
- AG/RES. 2065 (XXXV-O/05) Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado
- AG/RES. 2066 (XXXV-O/05) Divulgação dos conteúdos do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos nos centros de formação acadêmica dos países do Hemisfério
- AG/RES. 2067 (XXXV-O/05) Defensores de direitos humanos: Apoio às tarefas realizadas pelas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas

- AG/RES. 2068 (XXXV-O/05) Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas
- AG/RES. 2069 (XXXV-O/05) Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana
- AG/RES. 2070 (XXXV-O/05) Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional
- AG/RES. 2071 (XXXV-O/05) 2006: Ano Interamericano de Combate à Corrupção
- AG/RES. 2072 (XXXV-O/05) Promoção do Tribunal Penal Internacional
- AG/RES. 2073 (XXXV-O/05) Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- AG/RES. 2074 (XXXV-O/05) Normas para a elaboração dos relatórios periódicos previstos no Protocolo de San Salvador
- AG/RES. 2075 (XXXV-O/05) Fortalecimento dos sistemas de direitos humanos em seguimento do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas
- AG/RES. 2076 (XXXV-O/05) Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do seu Programa de Cooperação
- AG/RES. 2077 (XXXV-O/05) Fortalecimento dos mecanismos do diálogo político para o desenvolvimento integral
- AG/RES. 2078 (XXXV-O/05) Fortalecimento da cooperação técnica para o desenvolvimento integral
- AG/RES. 2079 (XXXV-O/05) Fortalecimento do diálogo político substantivo no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
- AG/RES. 2080 (XXXV-O/05) Exame da relação entre comércio, dívida e financiamento
- AG/RES. 2081 (XXXV-O/05) Pobreza, equidade e inclusão social: Seguimento da Declaração de Margarita
- AG/RES. 2082 (XXXV-O/05) Microcrédito e microfinanciamento para a criação de emprego e redução da pobreza e instrumentos de ajuda à coesão social e à participação comunitária
- AG/RES. 2083 (XXXV-O/05) Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas
- AG/RES. 2084 (XXXV-O/05) Relatório da Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura
- AG/RES. 2085 (XXXV-O/05) Relatório da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social
- AG/RES. 2086 (XXXV-O/05) Relatório da Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação
- AG/RES. 2087 (XXXV-O/05) Relatório da Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia
- AG/RES. 2088 (XXXV-O/05) Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
- AG/RES. 2089 (XXXV-O/05) Décimo Nono Congresso Interamericano de Turismo
- AG/RES. 2090 (XXXV-O/05) Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua
- AG/RES. 2091 (XXXV-O/05) Apoio e seguimento do processo de Cúpulas das Américas
- AG/RES. 2092 (XXXV-O/05) Aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil nas atividades da OEA e no processo de Cúpulas das Américas
- AG/RES. 2093 (XXXV-O/05) Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério
- AG/RES. 2094 (XXXV-O/05) Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos
- AG/RES. 2095 (XXXV-O/05) Reunião do Conselho Permanente com representantes dos Poderes Legislativos das Américas
- AG/RES. 2096 (XXXV-O/05) Nomeação de mulheres para cargos de nível executivo superior na OEA

- AG/RES. 2097 (XXXV-O/05) Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas: Relatório de sua Terceira Rodada de Avaliação
- AG/RES. 2098 (XXXV-O/05) Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
- AG/RES. 2099 (XXXV-O/05) Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres
- AG/RES. 2100 (XXXV-O/05) Apoio às atividades e à preparação da Quarta Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações
- AG/RES. 2101 (XXXV-O/05) Décimo Nono Congresso Pan-Americano da Criança
- AG/RES. 2102 (XXXV-O/05) Cooperação entre a Organização dos Estados Americanos e o Sistema das Nações Unidas, a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana e a Secretaria-Geral da Comunidade do Caribe
- AG/RES. 2103 (XXXV-O/05) Apresentação pública de candidatos propostos para Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos
- AG/RES. 2104 (XXXV-O/05) Consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco)
- AG/RES. 2105 (XXXV-O/05) Apoio à ação contra as minas antipessoal no Equador e no Peru
- AG/RES. 2106 (XXXV-O/05) Apoio ao Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal na América Central
- AG/RES. 2107 (XXXV-O/05) As Américas como uma região livre de armas biológicas e químicas
- AG/RES. 2108 (XXXV-O/05) Proliferação e tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve em todos os seus aspectos
- AG/RES. 2109 (XXXV-O/05) A educação para o desarmamento e a não-proliferação
- AG/RES. 2110 (XXXV-O/05) Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
- AG/RES. 2111 (XXXV-O/05) Apoio interamericano ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares
- AG/RES. 2112 (XXXV-O/05) Preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares do Caribe
- AG/RES. 2113 (XXXV-O/05) Transparência e fortalecimento da confiança e da segurança nas Américas
- AG/RES. 2114 (XXXV-O/05) Redução de desastres naturais e gestão do risco
- AG/RES. 2115 (XXXV-O/05) Enfrentar a pobreza extrema, a desigualdade e a exclusão social como forma de fortalecer a segurança hemisférica
- AG/RES. 2116 (XXXV-O/05) Luta contra a criminalidade organizada transnacional no Hemisfério
- AG/RES. 2117 (XXXV-O/05) Seguimento da Conferência Especial sobre Segurança
- AG/RES. 2118 (XXXV-O/05) Combate ao delito do tráfico de pessoas
- AG/RES. 2119 (XXXV-O/05) Promoção e fortalecimento da democracia
- AG/RES. 2120 (XXXV-O/05) Apresentação dos candidatos e candidatas para constituir a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos
- AG/RES. 2121 (XXXV-O/05) Acesso à informação pública: Fortalecimento da democracia
- AG/RES. 2122 (XXXV-O/05) Programa de governabilidade democrática nas Américas
- AG/RES. 2123 (XXXV-O/05) Promoção da responsabilidade social das empresas no Hemisfério
- AG/RES. 2124 (XXXV-O/05) Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero
- AG/RES. 2125 (XXXV-O/05) Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão
- AG/RES. 2126 (XXXV-O/05) Prevenção do racismo e de toda forma de discriminação e intolerância e consideração da elaboração de um Projeto de Convenção Interamericana
- AG/RES. 2127 (XXXV-O/05) Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário

- AG/RES. 2128 (XXXV-O/05) Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- AG/RES. 2129 (XXXV-O/05) Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- AG/RES. 2130 (XXXV-O/05) Direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias
- AG/RES. 2131 (XXXV-O/05) Situação do Instituto Indigenista Interamericano
- AG/RES. 2132 (XXXV-O/05) Fortalecimento dos sistemas nacionais de direitos humanos dos Estados membros e apoio ao trabalho dos Defensores do Povo, Defensores dos Habitantes, Procuradores ou Comissários de Direitos Humanos (Ombudsmen)
- AG/RES. 2133 (XXXV-O/05) Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por Parte de um de Seus Progenitores
- AG/RES. 2134 (XXXV-O/05) Pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares
- AG/RES. 2135 (XXXV-O/05) Apoio e seguimento das atividades relacionadas com a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
- AG/RES. 2136 (XXXV-O/05) Observações e recomendações sobre os relatórios anuais dos órgãos, organismos e entidades da Organização
- AG/RES. 2137 (XXXV-O/05) Apoio ao trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo
- AG/RES. 2138 (XXXV-O/05) Quarto Relatório Bienal sobre o Cumprimento da Resolução AG/RES. 1456 (XXVII-O/97), “Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ‘Convenção de Belém do Pará’
- AG/RES. 2139 (XXXV-O/05) Projeto de Carta Social das Américas: Renovação do Compromisso Hemisférico do Combate à Pobreza Extrema na Região
- AG/RES. 2140 (XXXV-O/05) Deslocados internos
- AG/RES. 2141 (XXXV-O/05) Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes, Incluindo os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias
- AG/RES. 2142 (XXXV-O/05) As Américas como zona livre de minas terrestres antipessoal
- AG/RES. 2143 (XXXV-O/05) A proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no combate ao terrorismo
- AG/RES. 2144 (XXXV-O/05) Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas
- AG/RES. 2145 (XXXV-O/05) Negar MANPADS a terroristas: Controle e segurança dos Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS)
- AG/RES. 2146 (XXXV-O/05) A extradição e a denegação de refúgio aos terroristas: Mecanismos de cooperação na luta contra o terrorismo
- AG/RES. 2147 (XXXV-O/05) Fortalecimento da democracia no Haiti
- AG/RES. 2148 (XXXV-O/05) Combate à exploração sexual comercial e ao contrabando e ao tráfico de crianças e adolescentes no Hemisfério
- AG/RES. 2149 (XXXV-O/05) Direito à liberdade de pensamento e expressão e a importância dos meios de comunicação de massa
- AG/RES. 2150 (XXXV-O/05) Obrigação dos Estados membros de respeitar as normas e princípios do Direito Internacional contidos na Carta da OEA para preservar e fortalecer a paz continental
- AG/RES. 2151 (XXXV-O/05) Concretização dos benefícios da democracia: Cooperação solidária para o desenvolvimento integral
- AG/RES. 2152 (XXXV-O/05) Limitação de gastos militares
- AG/RES. 2153 (XXXV-O/05) Modificações ao Estatuto do Centro de Estudos da Justiça das Américas
- AG/RES. 2154 (XXXV-O/05) Promoção da cooperação regional para a aplicação da Carta Democrática Interamericana

AG/RES. 2155 (XXXV-O/05) Voto de agradecimento ao povo e ao Governo dos Estados Unidos
AG/RES. 2156 (XXXV-O/05) Modernização e reorganização da Secretaria-Geral da OEA
AG/RES. 2157 (XXXV-O/05) Orçamento-programa da Organização para 2006; cotas e contribuições
para o FEMCIDI para 2006

CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente, um dos órgãos mediante os quais a Organização realiza seus fins (artigo 53 da Carta), depende diretamente da Assembléia Geral. É constituído por um representante de cada Estado membro, nomeados especialmente pelo respectivo governo, com categoria de embaixador, cujas funções e atribuições são definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarregue a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como órgão de consulta, de acordo com o disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Zela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda a solucionar pacificamente suas controvérsias. Atua também como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que a Assembléia decida o contrário.

Presidências e vice-presidências

Presidiram o Conselho Permanente os seguintes embaixadores:

- Julho a setembro de 2005. Presidente: Embaixador Roberto Álvarez Gil, Representante Permanente da República Dominicana. Vice-Presidente: Embaixadora Deborah-mae Novell, Representante Permanente de Antígua e Barbuda.
- Outubro a dezembro de 2005. Presidente: Embaixador Izben C. Williams, Representante Permanente de Saint Kitts e Nevis. Vice-Presidente: Embaixador Jorge Valero Briceño, Representante Permanente da Venezuela.
- Janeiro a março de 2006. Presidente: Embaixadora Sonia Johnny, Representante Permanente de Santa Lúcia. Vice-Presidente: Embaixadora Marina Valere, Representante Permanente de Trinidad e Tobago.
- Abril a junho de 2006. Presidente: Embaixador Ellsworth I.A John, Representante Permanente de São Vicente e Granadinas. Vice-Presidente: Embaixadora Marina Valere, Representante Permanente de Trinidad e Tobago.

A presidência é exercida, sucessivamente, pelos representantes na ordem alfabética dos nomes em espanhol de seus respectivos países e a vice-presidência de maneira idêntica, seguindo-se a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos por um período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre.

Exposições

No decorrer do ano, os Secretários-Gerais, o Secretário-Geral Interino e o Secretário-Geral Adjunto se dirigiram em várias ocasiões ao Conselho Permanente para fazer referência às gestões de facilitação levadas a cabo nos países da região, inclusive a Colômbia, Bolívia, Haiti e Nicarágua, e ao processo em andamento entre Belize e Guatemala. Também se referiram às missões de observação eleitoral que vem realizando a Secretaria-Geral nos Estados membros da OEA, apresentaram relatórios relativos à gestão administrativa e pronunciaram discursos por ocasião das visitas protocolares à Organização.

Visitas ao Conselho Permanente

O Conselho recebeu as seguintes personalidades: Presidente de Honduras, Licenciado Ricardo Maduro Joest; Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández; Presidente da República da Guiana, Bharrat Jagdeo; Primeiro-Ministro Interino do Haiti, Gérard Latortue; Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Oscar Maúrtua de Romaña; Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival J. Patterson;

Presidente eleito do Haiti, René Préval; Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo; Vice-Presidente do Panamá, Samuel Lewis Navarro; Presidente da República da Nicarágua, Enrique Bolaños Geyer; Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Licenciado Norman Caldera Cardenal; Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutiérrez; Ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Embaixador Carlos Morales Troncoso; Ministro das Relações Exteriores do Equador, Embaixador Francisco Carrión MENA; entre outros.

Resoluções e declarações

O Conselho aprovou as seguintes resoluções, cujos textos completos poderão ser consultados na página do Conselho na Internet:

- | | |
|------------------------------|--|
| CP/DEC. 28 (1494/05) | Declaração do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos sobre os Atos de Terrorismo Perpetrados no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em 7 de julho de 2005 |
| CP/RES. 885 (1499/05) | Apoio à democracia na Bolívia |
| CP/RES. 886 (1501/05) | Convocação da Terceira Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério |
| CP/RES. 887 (1501/05) | Convocação da Segunda Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Judicial Mútua em Matéria Penal e Extradicação |
| CP/RES. 888 (1501/05) | Sede e data da Sexta Reunião de Negociações para a Busca de Consensos, do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas |
| CP/RES. 889 (1503/05) rev. 2 | Convocação da Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas |
| CP/RES. 890 (1503/05) | Fundo Específico para o Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar os Casos de Subtração de Menores por Parte de um de seus Progenitores |
| CP/RES. 891 (1505/05) | Solidariedade com o povo e o Governo dos Estados Unidos e assistência às vítimas do furacão Katrina |
| CP/RES. 892 (1507/05) | Apoio à Nicarágua |
| CP/RES. 893 (1514/05) | Realocação da dotação orçamentária aprovada mediante a resolução CP/RES. 882 (1478/05) para financiar parte dos gastos não previstos no ano financeiro 2005 |
| CP/RES. 894 (1516/05) | Uso e reposição do Fundo de Capital para Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, a fim de atender a compromissos excedidos em matéria de bolsas de estudo |
| CP/RES. 895 (1524/05) | Criação da Subsecretaria de Segurança Multidimensional e da Subsecretaria de Assuntos Políticos |

CP/RES. 896 (1524/05)	Convocação da Quarta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Delito Cibernético, em cumprimento do disposto na resolução AG/RES. 2068 (XXXV-O/05) e às recomendações da Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA -V)
CP/RES. 897 (1526/06)	Convocação do Trigésimo Primeiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/DEC. 30 (1528/06)	Declaração do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos sobre as eleições realizadas no Haiti
CP/RES. 898 (1528/06)	Sede e data da Sétima Reunião de Negociações para a Busca de Consensos, do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas
CP/RES. 899 (1531/06)	Data e sede da Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VI)
CP/RES. 900 (1532/06)	A Junta Interamericana de Defesa como entidade da Organização dos Estados Americanos e aprovação de seu Estatuto
CP/RES. 901 (1535/06)	Mudança de data do Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/RES. 902 (1537/06)	Convites para o Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/RES. 903 (1542/06)	Ajuste do orçamento-programa de 2006
CP/RES. 904 (1550/06)	Convocação da Reunião dos Estados Partes na Convenção Interamericana Sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
CP/RES. 905 (1550/06)	Convocação da Reunião sobre Limitação de Gastos Militares e a Promoção de Maior Transparência na Aquisição de Armamentos
CP/RES. 906 (1550/06)	Convocação da Segunda Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD para a Elaboração de Legislação Modelo Relacionada com as Áreas a que se Refere a CIFTA
CP/RES. 907 (1550/06)	Enfrentar a Pobreza Extrema, a Desigualdade e a Exclusão Social como Forma de Fortalecer a Segurança Hemisférica

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão da Organização dos Estados Americanos subordinado diretamente à Assembléia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi criado com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua, em 29 de janeiro de 1996 (Capítulo XIII). A ele são subordinadas a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e as comissões interamericanas.

Décima Reunião Ordinária do CIDI

A Décima Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) foi realizada na sede da OEA em 28 de abril de 2005. O Representante Permanente de Saint Kitts e Nevis, Embaixador Izben C. Williams, e o Representante Suplente do Chile, Patricio Powell, foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da reunião. As Delegações da Argentina, Canadá, Brasil e Estados Unidos foram eleitas para constituir a Comissão de Estilo da reunião.

O Secretário Executivo de Desenvolvimento Integral, Brian Stevenson, apresentou um relatório sobre a cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Organização. Manifestou sua convicção de que a OEA, seus Estados membros e sua Secretaria poderiam chegar a grandes realizações ao considerarem os desafios que o desenvolvimento suscita para a região. Nesse contexto e beneficiando-se da reestruturação realizada na Secretaria-Geral, salientou que a SEDI apoiará os Estados membros na definição e promoção de políticas de desenvolvimento para a região no âmbito do CIDI e de seus processos ministeriais, bem como prestará ajuda e assistência técnica aos programas de desenvolvimento. No decorrer da reunião ressaltou-se a importância atribuída à tarefa de obter financiamento externo, manter as contribuições, apoiar o Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e assegurar a administração eficiente e transparente dos fundos.

Foram eleitos na reunião quatro membros da Junta Diretora da AICD, bem como o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão Executiva Permanente. Vários Estados membros ofereceram contribuições voluntárias ao FEMCIDI e foram aprovados os seguintes relatórios: descrição sucinta dos programas e atividades em curso na área do turismo; relatório à Assembléia Geral, em cumprimento à resolução AG/RES. 1987 (XXXIV-O/04); relatório sobre a implementação de estratégias de mobilização de recursos externos e ampliação do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA; relatório das atividades da Secretaria-Geral da OEA, em cumprimento à resolução sobre comércio e integração nas Américas; relatório do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável e sobre o projeto de Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável 2005-07.

A Décima Reunião Ordinária do CIDI continuou a considerar e aprovar resoluções sobre os seguintes temas: Fortalecimento dos mecanismos do diálogo político para o desenvolvimento integral; Fortalecimento da cooperação técnica para o desenvolvimento integral; Fortalecimento do diálogo político substantivo no âmbito do CIDI; Pobreza, equidade e inclusão social: Acompanhamento da Declaração de Margarita; Microcrédito e microfinanciamento para a criação de emprego e redução da pobreza e instrumentos de ajuda à coesão social e à participação comunitária; Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas; Exame da relação entre comércio, dívida e financiamento; Décimo Nono Congresso Interamericano de Turismo; Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho; Relatório da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Relatório da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social; Relatório da Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Relatório da Primeira Reunião de Ministros e Altas

Autoridades de Ciência e Tecnologia; Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável; Delegação de autoridade para a aprovação da designação do Secretário Executivo de Desenvolvimento Integral; Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua.

O CIDI também decidiu submeter à consideração do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral projetos de resolução sobre os seguintes temas: Fortalecimento dos mecanismos do diálogo político para o desenvolvimento integral; Fortalecimento da cooperação técnica para o desenvolvimento integral; Fortalecimento do diálogo político substantivo no âmbito do CIDI; Exame da relação entre comércio, dívida e financiamento; Pobreza, equidade e inclusão social: Acompanhamento da Declaração de Margarita; Microcrédito e microfinanciamento para a criação de emprego e redução da pobreza e instrumentos de ajuda à coesão social e à participação comunitária; Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas; Relatório da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Relatório da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social; Relatório da Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Relatório da Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia; Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho; Décimo Nono Congresso Interamericano de Turismo; Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua. Todos os projetos foram considerados e aprovados pela Assembléia Geral em junho de 2005.

Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)

As Comissões Especializadas Não-Permanentes são órgãos de natureza técnica de apoio ao CIDI na consideração de assuntos de caráter especializado ou no desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico. As oito comissões, uma por área prioritária do Plano Estratégico, são as seguintes: Educação, Diversificação Econômica, Abertura Comercial e Acesso a Mercados, Desenvolvimento Social e Geração de Emprego Produtivo, Desenvolvimento Científico e Intercâmbio e Transferência de Tecnologia, Fortalecimento das Instituições Democráticas, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

A CEP-CIDI convocou a reunião anual das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES), correspondente ao exercício de programação FEM-CIDI 2004, que foi realizada de 3 a 5 de maio de 2005. Os 33 membros das oito comissões procederam à avaliação dos projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD recomendações sobre aqueles que deviam ser financiados e o nível de financiamento de cada um. As CENPES recomendaram 92 projetos, dos quais 52 são multinacionais e 40 nacionais, num total de US\$7.598.967,52. As recomendações das CENPES foram aprovadas pela Junta Diretora da AICD, em junho de 2005.

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Escritório do Secretário-Geral

No último ano, as atividades do Escritório do Secretário-Geral orientaram-se de acordo com a agenda hemisférica e os mandatos definidos pelas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da região, bem como em resposta a acontecimentos específicos em alguns Estados membros.

Em termos gerais, o Escritório apoiou e complementou os esforços realizados pelos diversos órgãos, subsecretarias, departamentos e unidades em uma ampla gama de temas: a promoção e defesa da democracia; a proteção dos direitos humanos; a promoção da governabilidade; o combate à pobreza e à discriminação; a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentável; a luta contra o crime e a prevenção da criminalidade; o desenvolvimento da ordem jurídica interamericana; a promoção da cooperação solidária entre os países das Américas, a fim de lograr prosperidade e desenvolvimento; e a luta contra a corrupção, o abuso das drogas e o terrorismo.

O Escritório prestou apoio político e administrativo aos esforços empreendidos pelo Secretário-Geral para resolver uma série de controvérsias políticas no Hemisfério, entre as quais se destacam os esforços para solucionar a crise política do Equador, os esforços para ajudar a negociar um compromisso político entre o Governo da Nicarágua e os dois principais partidos políticos, bem como a participação direta do Secretário-Geral no processo de preparação das eleições gerais na República do Haiti.

O Escritório também realizou pesquisas, preparou minutas para os discursos do Secretário-Geral e serviu de ligação com as Missões Permanentes, entidades governamentais e a sociedade civil. O Escritório organizou as viagens do Secretário-Geral à Cúpula das Américas em Mar del Plata; às tomadas de posse dos Presidentes da Bolívia, Chile, Costa Rica e Haiti; a conferências ministeriais, viagens oficiais aos Estados membros e a outras conferências internacionais e eventos, incluindo reuniões na sede das Nações Unidas em Nova York.

No aspecto administrativo, o Escritório do Secretário-Geral promoveu uma série de mudanças substanciais à maneira em que a Organização é financiada, administrada e organizada tendo em vista uma administração disciplinada, transparente e responsável dos recursos humanos e financeiros da Organização. Neste sentido, o Escritório desenhou a nova estrutura da Secretaria-Geral, a qual foi apresentada pelo Secretário-Geral ao Conselho Permanente em 15 de dezembro de 2005 mediante a Ordem Executiva 05-13 (que foi revisada em 14 de fevereiro de 2006). A nova estrutura orgânica baseou-se numa ampla avaliação dos mandatos conferidos pelos Estados membros, na identificação das funções desempenhadas por cada área da Secretaria-Geral para cumprir esses mandatos e nos antecedentes de reorganização. A nova estrutura consiste em quatro pilares substantivos (a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Assuntos Políticos, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e a Subsecretaria de Segurança Multidimensional), mais as unidades de apoio aos órgãos políticos (todas sob a responsabilidade do Secretário-Geral Adjunto), a Subsecretaria de Administração e Finanças e o Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais.

O Escritório do Secretário-Geral promoveu a criação da Comissão de Avaliação de Projetos, a qual é responsável pela avaliação da pertinência e relevância dos projetos em execução e das propostas de projetos que são apresentados para execução com recursos administrados pela Organização. Impulsionou também a criação da Comissão de Mobilização de Recursos, que é encarregada de elaborar uma estratégia integral para os programas de obtenção de recursos da Organização e avaliar os resultados das atividades financiadas por doadores externos.

No mesmo sentido, o Escritório deu impulso à criação do Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação, cujas atribuições são coordenar os processos de planejamento, controle e avaliação da Secretaria-Geral, desenvolver e administrar os instrumentos que permitam uma gestão articulada, gerenciar a programação e o controle orçamentário em coordenação com a Subsecretaria de Administração e Finanças, bem como administrar a informação gerencial e as estatísticas institucionais necessárias para a tomada de decisões estratégicas.

Finalmente, o Escritório do Secretário-Geral, trabalhando estreitamente com a Subsecretaria de Administração e Finanças, conseguiu que a Assembléia Geral, reunida em período extraordinário de sessões no fim de janeiro de 2006, aprovasse uma escala transitória de cotas, que determinará as contribuições dos países membros à Organização nos próximos dois anos. A Assembléia Geral aprovou, também, um novo limite orçamentário de US\$81,5 milhões para 2007, que cria as condições para tornar possível o primeiro aumento do Fundo Ordinário da OEA em mais de uma década.

Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação

O Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é subordinado ao Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e cumpre as funções estabelecidas na Ordem Executiva 05-15, de 21 de dezembro de 2005.

O DPCE foi criado com a finalidade de coordenar os processos de planejamento, controle e avaliação da Secretaria-Geral, incluindo-se as subsecretarias, departamentos e escritórios a ela subordinados; desenvolver e administrar os instrumentos que possibilitem uma gestão articulada desses processos; organizar a programação e o controle orçamentário em coordenação com a Subsecretaria de Administração e Finanças; e empenhar-se na obtenção das informações gerenciais e estatísticas institucionais necessárias à tomada de decisões estratégicas. O Departamento também serve de Secretaria Técnica da Comissão de Avaliação de Projetos, criada pela Ordem Executiva N° 05-11, de 31 de outubro de 2005, revisada em 12 de janeiro de 2006.

O DPCE iniciou suas atividades em janeiro de 2006 até formar uma equipe constituída por um diretor e cinco profissionais. Entre janeiro e março deste ano, executou atividades em três campos: desenvolvimento de instrumentos de planejamento, avaliação e controle; programação orçamentária; e avaliação de projetos.

Na área de instrumentos de planejamento, avaliação e controle, o DPCE capacitou seu pessoal e definiu metodologias com vistas à disponibilização de um painel de controle gerencial, procedimentos de planejamento e controle, de avaliação de efetividade e de avaliação e acompanhamento de projetos. Esses instrumentos acham-se em processo de desenvolvimento.

Quanto ao tema programação orçamentária, o Departamento planejou e executou um processo de definição de metas programáticas de cada uma das dependências da Secretaria-Geral para a elaboração do orçamento 2007. Foram realizados dez workshops com a participação de mais de 120 funcionários da Secretaria-Geral. Esse processo foi executado usando-se a metodologia proporcionada pelo DPCE, que estabelece uma estrutura de classificação de metas por produto, processo e subprocesso, que atendem

principalmente a mandatos da Organização. Esse trabalho lançou as bases para a elaboração do Plano Operacional Anual (POA), como primeiro passo para um processo de planejamento estratégico da Organização. O Departamento também participou de todo o processo de apresentação, pelo Secretário-Geral aos órgãos políticos da Organização, da proposta de orçamento 2007, de sua discussão e da alimentação do processo com informações programáticas apresentadas pela primeira vez na programação orçamentária da OEA.

Também no campo da avaliação de projetos o Departamento prestou serviços técnicos de secretaria às cinco reuniões realizadas pela Comissão de Avaliação de Projetos (CEP). Criou e colocou em funcionamento um grupo de trabalho de apoio à CEP, o qual coordena. O Grupo de Trabalho se reuniu quatro vezes até esta data e o DPCE processou cerca de 30 projetos, no que diz respeito a sua pertinência e relevância, de acordo com os mandatos expedidos pelos órgãos políticos. Foram igualmente criados instrumentos de apoio à CEP e seu grupo de trabalho, tais como a formulação de perfis de projetos para a apresentação de propostas à CEP e a elaboração de um instrumento de análise da pertinência dos projetos apresentados. Também vem sendo desenvolvido um banco de dados para o manejo de informações sobre projetos da Organização.

Departamento de Assessoramento Jurídico

O DAL, criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é subordinado ao Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e presta assessoramento jurídico relacionado com os temas de sua competência.

Consultas

De acordo com seus registros, o Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL), de março de 2005 a fevereiro de 2006, respondeu por escrito a 964 consultas procedentes das diferentes dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações dos Estados membros. Dessas consultas, 441 foram pareceres jurídicos e 326, revisão de acordos. Os principais usuários institucionais foram: Subsecretaria de Administração e Finanças (250); SEDI (197); Subsecretaria de Assuntos Políticos (170); Subsecretaria de Segurança Multidimensional (87); Escritório do Secretário-Geral (52); Escritório do Secretário-Geral Adjunto (43); e Departamento de Relações Externas (21).

Assessoramento à Secretaria-Geral

Colaborou na redação e revisão de instrumentos normativos, inclusive ordens executivas, sobre: “Reestruturação da Secretaria-Geral”; “Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais e Escritório do Assessor Jurídico do Secretário-Geral”; “Transferência do Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros para o Escritório do Secretário-Geral Adjunto”; “Criação da Comissão de Avaliação de Projetos”; “Contratação de Pessoal Profissional e de Prestadores de Serviço Independentes para a Prestação de Serviços Profissionais à Secretaria do Instituto Interamericano da Criança e à Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres: Medidas para se Conseguir uma Representação Geográfica mais Equitativa”; “Criação da Comissão de Mobilização de Recursos”; “Funções do Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação”; e “Processo de Negociação, Preparação, Revisão, Assinatura e Registro de Acordos na Secretaria-Geral”.

Colaborou na preparação das diretrizes do Secretário-Geral sobre: “Atendimento às Normas Gerais, Regulamentos Administrativos, Orçamentários e Financeiros que Regem o Funcionamento da Secretaria-Geral”; e “Diretrizes para os Contratos por Tarefa (CPRs) para a Execução de Projetos Financiados com Fundos Externos”.

Participou das reuniões realizadas pelo Secretário-Geral Adjunto com vistas à próxima Assembléia Geral e prestou assessoramento em outros assuntos.

Assessorou o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral em assuntos administrativos e trabalhistas vinculados ao IIN e em outros assuntos.

Colaborou com a Missão Especial da OEA no Haiti, no que se refere à preparação, coordenação, supervisão e entrega às autoridades haitianas de cartões de identificação de eleitores e ao processo de licitação e seleção das empresas encarregadas de oferecer bens e serviços relacionados com os cartões de identificação.

Prestou assistência à SEDI na redação e negociação de acordos com doadores para a execução de projetos específicos e na preparação de acordos modelo para a execução de projetos. Cooperou na preparação dos documentos relacionados com a quinta etapa do projeto de reconstrução de habitações em Honduras e participou da licitação respectiva. Revisou os formatos de acordo de projetos financiados pelo FEMCIDI.

Assessorou a Secretaria Executiva da CIDH na revisão de acordos com doadores para a execução de projetos e em assuntos trabalhistas.

Colaborou com o Departamento para a Promoção da Democracia na revisão de acordos de privilégios e imunidades; contratos para as missões de observação eleitoral em países como a Bolívia, Guiana, Peru, Suriname, São Vicente e Granadinas, e Venezuela; e projetos sobre automatização do voto eletrônico, modernização do Estado e promoção da participação do cidadão em processos eleitorais. Colaborou com a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia na revisão de contratos.

Cooperou com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável na redação e negociação de uma emenda ao convênio para o projeto do “Sistema Aquífero Guarani”, financiado pelo Banco Mundial, na solução de consultas trabalhistas e na revisão de contratos com fornecedores do projeto “Rede Interamericana de Informação sobre Biodiversidade”.

Assessorou a Seção de Turismo e Pequena Empresa na designação e obtenção do registro de duas marcas junto ao Escritório de Registro de Marcas e Patentes dos Estados Unidos da América.

Assessorou a Subsecretaria de Administração e Finanças na negociação e redação de diferentes documentos, tais como contratos de arrendamento de escritórios no Edifício GSB e contratos para a restauração do Edifício Principal. Prestou assessoramento em assuntos orçamentários e administrativos relacionados com a interpretação de normas para aplicação a casos concretos, tais como solicitações de audiência e reconsideração, benefícios de repatriação e políticas de pessoal. Assessorou a aplicação do acordo com o país sede sobre o reembolso de impostos. Participou na Secretaria-Geral da redação das ordens executivas sobre a proibição de discriminação trabalhista e a proteção dos denunciantes, informantes e testemunhas e vem assistindo o Departamento de Recursos Humanos na capacitação de investigadores e assessores nos casos de denúncias de discriminação trabalhista e assédio sexual.

Colaborou na redação e revisão dos memorandos administrativos referentes a políticas sobre: uso dos CPR; revisão do formato dos CPRs; regulamentos e procedimentos para uso de software de que a Secretaria-Geral possui licença de uso; procedimentos administrativos e políticas relativas a serviços prestados pelo Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia; responsabilidade dos funcionários autorizados a alocar os recursos da Secretaria-Geral; e política e procedimento acerca dos aparelhos telefônicos celulares. Realizou as negociações para a transferência do Plano de Aposentadoria 401(m) para novos fiduciários e administradores.

Colaborou com o Escritório do Inspetor-Geral na revisão dos termos de referência dos contratos para a realização de auditorias em Estados membros e a solução de consultas e participou de auditorias de projetos e de casos, bem como de investigações, proporcionando a devida sustentação jurídica.

Prestou assessoramento sobre assuntos societários e tributários a entidades sem fins lucrativos tais como a Fundação para as Américas, a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Modelo da OEA e o Fundo de Jovens Empresários das Américas.

Participou de várias comissões da Secretaria-Geral como integrante e/ou assessor, inclusive as Comissões de Seguros, de Seleção e Adjudicação, de Publicações, de Vendas, a Junta de Fideicomissários do Fundo de Benefícios Médicos e o Leo Rowe Memorial Fund.

Assessoramento aos órgãos políticos

Assessorou as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, principalmente sobre assuntos administrativos, orçamentários, trabalhistas e processuais. Assessorou o Conselho Permanente e a CAAP, inclusive na preparação de projetos de resolução, na criação de um guia para a utilização dos fundos do subprograma sobre conferências e nos trabalhos destinados a encontrar solução para o problema do aumento das cotas dos Estados membros. Assessorou a CAAP e a CEPICIDI em possíveis soluções para corrigir o desequilíbrio financeiro do Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento.

Assessorou o CIDI, a CEPICIDI e a Junta Diretora da AICD em assuntos normativos e processuais, inclusive a preparação do Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

Assessorou a CICAD em atividades vinculadas a seus programas de avaliação multilateral, desenvolvimento jurídico, controle de armas e controle de lavagem de ativos, inclusive a participação em períodos ordinários de sessões e em grupos especializados, em grupos de peritos governamentais do processo de avaliação das políticas de drogas e de lavagem de ativos e em eventos internacionais sobre o controle do tráfico ilícito de armas e munições. Prestou assistência técnica a vários Estados membros, revisando anteprojetos legislativos sobre o controle do tráfico e abuso de drogas, lavagem de ativos e comércio ilícito de armas e munições.

Preparou projetos de resolução para a CITEI e assessorou sua Secretaria em temas relacionados com a formulação do projeto de orçamento, o uso de fundos específicos, a aplicação da Convenção Interamericana sobre Permissão Internacional de Radioamador e a natureza jurídica dos mandatos do processo de Cúpulas.

Colaborou com a Assembléia de Delegadas da CIM.

Assessorou o IIN sobre a aplicação de seu Estatuto e Regulamento e sobre o Plano Estratégico.

Colaborou com a Junta Interamericana de Defesa e com a Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente na modificação da documentação para a normalização do vínculo jurídico entre a OEA e a JID. Cooperou com a JID e com o Colégio Interamericano de Defesa na revisão de contratos.

Assessorou a Comissão Geral e a Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA.

Assessorou a Direção-Geral do IICA na criação de um novo sistema de avaliação, reconhecimento do mérito e privilégios e imunidades. Assessorou a Comissão Executiva e a Comissão Especial Assessora em assuntos administrativos.

Cooperou com a Comissão de Aposentadoria e Pensões na redação de novas disposições pertinentes aos casos de divórcio e na redação das diretrizes para a participação do Secretário Tesoureiro do Fundo de Aposentadoria e Pensões na Comissão Administrativa do Plano 401(m).

Orientou a Comissão do Fundo Leo S. Rowe quanto à política vinculada à cobrança de dívidas não pagas.

Litígios

Prestou assessoramento na tomada de decisões para a prevenção de litígios. Colaborou com os funcionários de audiência e com a Comissão de Reconsideração na busca de soluções para conflitos trabalhistas, levando em conta o melhor interesse da Secretaria-Geral. Conseguiu acordos de transação extrajudicial evitando-se dessa maneira demandas contra a Organização.

Departamento de Relações Exteriores

O Departamento de Relações Exteriores (DRE), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é subordinado ao Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e desempenha as funções estabelecidas na Ordem Executiva 05-15, de 21 de dezembro de 2005.

Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas às relações externas, promovendo os Observadores Permanentes, as organizações não-governamentais, as instituições acadêmicas, o país sede da Organização, o setor privado e as entidades sem fins lucrativos, entre outros, e com eles mantendo contato. Informação detalhada sobre as atividades dos Observadores Permanentes encontra-se no Capítulo VI deste relatório.

Cátedra das Américas

A Cátedra das Américas foi criada mediante a resolução CP/RES. 870 do Conselho Permanente em setembro de 2004, com o objetivo de enriquecer o debate hemisférico sobre os principais temas da agenda interamericana, e formalmente lançada em janeiro de 2005, graças ao patrocínio da Universidade de San Martín de Porres. Esta iniciativa consiste em conferências mensais em que célebres personalidades de destaque mundial dividem seus conhecimentos e experiências com o público em geral. Cada Cátedra é seguida de um painel em que especialistas emitem comentários sobre os temas da conferência. Em 2005, participaram da Cátedra vários oradores de prestígio, entre os quais o ex-Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter; o ex-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias; o Presidente do Tribunal Penal Internacional, Philippe Kirsch; o ex-Secretário Adjunto do Tesouro para Assuntos Internacionais, John Taylor; o Prêmio Nobel de Literatura, Derek Walcott; o Presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa, Alejandro Miró Quesada; o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza; o ex-Presidente de Governo da Espanha, Felipe González; o Diretor Emérito da Organização Pan-Americana da Saúde, George Alleyne; e o Vice-Presidente do Congresso Nacional da República Popular da China, Cheng Siwei.

Tomando por base as 12 conferências mensais da Cátedra, foram elaborados outros programas especiais que foram transmitidos pela Voz da América, HITN e EDUSAT e que consistiram em transmissões diferidas das Cátedras mensais, seguidas de mesas-redondas constituídas por membros da comunidade diplomática local e reconhecidos acadêmicos, que refletiram sobre as propostas. Nesse período foi renovado o acordo com a Universidade de San Martín de Porres para a realização de 12 cátedras adicionais, a serem realizadas em 2006.

Programa da Assembléia Geral Modelo da OEA (MOEA)

O Programa da Assembléia Geral Modelo da OEA para estudantes (MOEA) foi transferido do Departamento de Conferências e Reuniões para o Escritório de Relações Externas e Mobilização de Recursos em janeiro de 2005. Procurou-se expandir as atividades da MOEA, de maneira a ser realizada mais de uma Assembléia Geral Modelo por ano para universidades e escolas de ensino médio. Seguindo-se esse enfoque, em março de 2005 foram iniciadas conversações com a Fundação Global para a Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE) e a Associação das Nações Unidas da República Dominicana (ANU-RD), seguidas de negociações com o Governo dominicano. Em setembro de 2005, o Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, o Secretário-Geral da OEA e as representantes da FUNGLODE e da ANU-RD assinaram um acordo para a realização da Vigésima Terceira MOEA para Universidades do Hemisfério em São Domingos, em março de 2006. Também foram iniciadas conversações com a Universidade do Norte de Barranquilla (UNINORTE) para a realização de uma MOEA para Universidades do Hemisfério em Barranquilla, Colômbia, em outubro de 2006. Em outubro de 2005, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Instituto Interamericano de Diplomacia (IAID) para a participação do Escritório de Mobilização de Recursos como co-patrocinador do Modelo de Washington para Universidades (WMOAS), que se realiza anualmente em Washington, D.C. De 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005, foi realizada em Washington, D.C. a Vigésima Quarta Assembléia Geral Modelo para escolas de nível médio da qual participaram aproximadamente 370 estudantes, representando 33 países membros da OEA, provenientes principalmente dos Estados Unidos, além de uma delegação de Porto Rico e uma delegação da República Dominicana. Por outro lado, foram iniciadas negociações com a Universidade San Martín de Porres do Peru para a realização de uma MOEA nacional para estudantes do quinto ano do ensino médio, em setembro de 2006, em Lima. Também foi iniciado contato com a Superintendência das Escolas Públicas de Washington, D.C, com vistas à participação dessas escolas na MOEA de 2006. O programa MOEA foi divulgado mediante o envio de cartas informativas a 70 universidades dos Estados Unidos, a apresentação do programa a universidades durante os “tours” da OEA, a preparação de uma nova página do MOEA na Internet, a ser publicada no primeiro semestre de 2006, a elaboração de 4.000 folhetos informativos sobre o Programa MOEA (em inglês e espanhol) para distribuição a universidades e escolas de nível médio e a publicação de uma página a cores sobre a MOEA na contracapa da revista Américas, edição de abril de 2006.

Programa de divulgação

O programa de divulgação de audiências externas do Departamento recebeu um total de 4.088 visitantes e organizou 226 reuniões de divulgação em 2005, principalmente para informar sobre as atividades realizadas pela Organização nas áreas relacionadas com o fortalecimento da democracia, o livre comércio, a promoção e proteção dos direitos humanos, a segurança multidimensional e o desenvolvimento sustentável, entre outros. No período a que se refere este relatório também foi iniciado um projeto especial de divulgação juntamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de dar a conhecer melhor o papel que desempenham as instituições multilaterais no contexto global. As visitas realizadas por grupos externos à OEA aumentaram em cerca de 9% em comparação com o ano anterior.

Outras atividades

Em cumprimento à resolução AG/RES. 2121 (XXXV-O/05), do Trigesimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Fort Lauderdale, Flórida, em junho de 2005, o Departamento de Relações Externas organizou juntamente com o Ministério da Secretaria-Geral do Governo do Chile o Encontro de Porta-Vozes de Governo dos Estados membros da OEA em Santiago, Chile, em 17 e 18 de agosto. O objetivo desse seminário foi examinar, por meio de discussões dinâmicas e palestras apresentadas por especialistas, temas relativos à liberdade de expressão e ao acesso à informação pública

na região. O evento foi aberto pelo Presidente do Chile, Ricardo Lagos, juntamente com o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, o Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), José Luis Machinea, e o Ministro Secretário-Geral de Governo do Chile, Osvaldo Puccio.

O DRE organizou uma conferência em que foram analisados os resultados dos dados do Latinobarómetro 2005, instituição que realizou por mais de uma década pesquisas na América Latina e no Caribe sobre a confiança dos países da região nas instituições democráticas, bem como sua percepção quanto a essas instituições. O Secretário-Geral da OEA e o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, conduziram a conferência. Marta Lagos, Diretora Executiva do Latinobarómetro, apresentou os resultados das pesquisas realizadas em 18 países da América Latina e o professor Robert Worcester, do Conselho Assessor Internacional do Latinobarómetro, examinou os resultados das pesquisas realizadas em seis países do Caribe. Enrique García, Presidente da Corporação Andina de Fomento (CAF), e Peter Hakim, Presidente do Diálogo Interamericano, comentaram as exposições feitas por Lagos e Worcester.

Departamento de Imprensa e Comunicações

O Departamento de Imprensa e Comunicações (DPC), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é subordinado ao Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e cumpre as funções estabelecidas na Ordem Executiva N° 05-15, de 21 de dezembro de 2005.

Entre os objetivos do Departamento de Imprensa e Comunicações constam: informar os meios de imprensa sobre a agenda do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e do Conselho Permanente e firmar a imagem da OEA como foro continental de debate político presente na conjuntura política dos países membros e com presença significativa na solução das crises encenadas na América e no Caribe.

De agosto de 2005 até esta data, com a intenção de fazer com que os meios de comunicação do Hemisfério repercutam a gestão da Organização dos Estados Americanos e os objetivos por ela fixados, o Departamento de Imprensa e Comunicações intensificou a produção de material jornalístico com maior conteúdo, bem como a relação com os meios de comunicação para retomar espaços perdidos na imprensa hemisférica.

Com uma estrutura simples, o Departamento manteve as seções de imprensa escrita, rádio e televisão, promoveu o Escritório de Webcast, ativou a divulgação de fotografias e reorientou o perfil da revista Américas, intensificando o tratamento da informação qualitativa e quantitativamente em todas essas seções. Com poucos recursos para rádio e televisão, que exigem tecnologia coerente com a que se utiliza hoje, deu-se prioridade ao trabalho com a mídia impressa para então, uma vez decididamente instalada a presença e a opinião do organismo, reforçar as demais seções.

Ganhou-se espaço tanto na mídia digital quanto na de papel. A constatação é simples e pode ser conseguida com um simples acesso aos Newsclips ou ao “Notícias da OEA” na página na Web. As declarações, a opinião e a imagem institucional estão presentes nos meios de comunicação de massa.

O DPC efetuou uma competente cobertura das Missões de Observação Eleitoral e das gestões da OEA na busca de soluções para as crises de países do Continente. A ampla demanda pela informação hoje gerada pela OEA obriga a que se desenvolva um trabalho intenso com a mídia, seja na sede em Washington, D.C., seja nos países para os quais viajam as missões e/ou funcionários. A Nicarágua, Haiti, Bolívia, Equador, Venezuela e Peru viveram processos políticos que produziram notícias em que o papel da OEA predominou, não passa despercebido, está presente e alcança destaque na mídia.

O Departamento, com uma estratégia ágil e direta, optou por uma produção de comunicados mais extensos sobre as audiências do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e sobre as sessões do Conselho Permanente. Coordenam-se entrevistas e conferências de imprensa com base na agenda pública das instâncias mencionadas. Passou-se de um estilo que somente registrava uma informação para outro que contextualiza e oferece mais elementos noticiosos. Desse modo, os conceitos sobre fortalecimento institucional, governabilidade, aperfeiçoamento do sistema democrático e observação dos processos eleitorais, por exemplo, missões como as realizadas no Haiti, são divulgados com êxito.

Nesse contexto, e assumindo que em grande medida o objetivo de recolocar a Organização na mídia implica a prestação da informação de maneira transparente, o Departamento se empenhou na obtenção de novos mecanismos para projetar a imagem do organismo. Desse modo, realizam-se encontros do Secretário-Geral com grupos de jornalistas selecionados, anteriormente a eventos protagonizados pela OEA, com a finalidade de estabelecer uma estrutura geral de informação. Os profissionais do DPC também mantêm contato permanente com numerosos jornalistas que cada vez mais procuram opinião em nosso organismo. A política do Departamento é levar em conta todas as solicitações e, embora nem sempre se possa atender ao interesse do solicitante, estabelece-se uma corrente de boa vontade importante no espírito que deve imperar entre a instituição e os meios de imprensa.

No contexto das Missões de Observação Eleitoral, bem como nas viagens do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto – em especial ao Peru, Venezuela e Haiti – o Departamento desempenhou papel importante na divulgação da função da OEA. Os comunicados e a organização de contatos com a imprensa de cada país, acordados a partir de Washington, são a chave da crescente abundância de informações. A isso se soma o trabalho efetuado com a mídia local.

Quanto à página da OEA na Internet, o Departamento de Imprensa e Comunicações apresentou um projeto de centralização administrativa da informação, cujo objetivo é coordenar o acesso ao material incorporado à página, ordenar os critérios para transferir documentos e uniformizar a mensagem da Organização de acordo com o critério da autoridade. Ordenar e coordenar os conteúdos no contexto de uma nova arquitetura de informação eletrônica constitui um imperativo inadiável.

Com respeito à fotografia, sua distribuição aumentou consideravelmente nos meios de comunicação. Não somente é publicada na página na Internet, mas também encaminhada à mídia, organizada por tema e país. Foi instaurado o sistema de “foto e pé de foto”, para cobrir os eventos em que uma imagem transmite tudo. Este sistema teve boa repercussão e é utilizado pela mídia de todos os países membros.

Quanto à tecnologia de que dispõe o DPC, pretende-se sua modernização, de maneira a aperfeiçoar a transmissão técnica com a mídia de rádio e televisão, possibilitar despachos rápidos pela Internet no decorrer das viagens do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto e equipar a Sala de Imprensa destinada aos profissionais externos que chegam à sede da OEA para recolher a informação que o organismo gera.

Pode-se afirmar, a julgar pelo volume de informação refletida nos Newsclips (produto de divulgação diária que compila informações sobre a OEA e salienta as notícias locais mais importantes, nos 34 países membros), que o discurso da OEA se instalou na imprensa do Continente. O que diz a OEA hoje é notícia que se procura e se publica.

Escritório do Cerimonial

O Escritório do Cerimonial foi criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É subordinado ao Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e presta apoio nas áreas de sua competência.

O Escritório, no período a que se refere este relatório, deu continuidade a sua função de coordenar as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos Departamentos da Secretaria-Geral. Também serviu de elemento de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro, aos vistos do pessoal das Missões e aos privilégios e imunidades do pessoal diplomático das Missões. Organizou e coordenou ainda o uso do Edifício Principal para funções de natureza protocolar ou sociocultural e manteve atualizado o Catálogo de Missões. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se as relatadas a seguir.

Foram organizadas sessões solenes para as visitas dos Presidentes de Honduras, República Dominicana e Guiana e cerimônias e sessões solenes para o Dia das Américas, para o aniversário de Simón Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América - Encontro de Dois Mundos. O Escritório coordenou a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes da República Dominicana, Equador, Brasil, Peru e Nicarágua e as visitas de cortesia de vários Observadores Permanentes. Foram organizadas cerimônias de despedida para os Embaixadores do México, Peru e Uruguai e também para o Secretário-Geral Adjunto, Luigi Einaudi. Foram preparadas e enviadas cartas de felicitação pelo dia nacional dos seus países aos Representantes Permanentes e Observadores Permanentes. Organizou-se também a cerimônia de posse do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto.

Foram realizadas 12 “Semanas dos Países”, um programa em que os Estados membros e Observadores Permanentes dedicam uma semana à organização de eventos culturais ou acadêmicos. Colaborou-se na organização de quatro exposições de pintura e quatro recitais não vinculados ao programa das Semanas dos Países. Prestou-se apoio de natureza protocolar às inaugurações das exposições do Museu de Arte das Américas. Todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e de outros acordos entre a Organização e os países membros foram organizados por este escritório. No decorrer da Assembléia Geral de Fort Lauderdale foram organizados vários eventos de trabalho e uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral a cerca de 800 convidados.

No que se refere à administração do Edifício Principal, foram realizadas no ano aproximadamente 200 recepções, almoços, jantares e conferências. A arrecadação do aluguel do Edifício prevista para 2005 foi da ordem de US\$90.000. Em virtude de o Salão Simón Bolívar se encontrar em obras e de o Conselho Permanente usar o Salão das Américas para todas as suas reuniões, não foi este último alugado com a frequência dos últimos anos. Colaborou-se intensamente na organização e realização do Festival de Comida das Américas e na recepção de Natal, por ocasião da montagem da árvore de Natal pela Organização de Mulheres das Américas (OMA), que reúne as senhoras diplomatas da OEA. Durante todo o ano prestou-se apoio à OMA. O Escritório organizou e coordenou ademais os seguintes eventos oficiais: sete cafés da manhã, 12 almoços e cerca de 15 recepções.

O Escritório do Cerimonial revisou e processou cerca de 4.000 solicitações feitas pelas Missões Permanentes e seu pessoal, antes de encaminhá-las ao Departamento de Estado. Dentre as solicitações salientam-se credenciamentos, concessões, mudanças e renovações de vistos e prorrogações de permanência, autorizações e renovação de autorizações de trabalho, importação e aquisição de artigos isentos de impostos, obtenção e renovação de cartões de dedução de impostos e carteiras de motorista, além de solicitações relacionadas com o registro, renovação de registros, verificação de seguros, venda ou exportação de veículos. Foram realizadas gestões para a obtenção de vistos para altos funcionários da OEA e licenças de motorista tanto para pessoal da OEA quanto para funcionários não diplomáticos das Missões Permanentes. O Escritório serviu de ligação com o Escort Service do Departamento de Estado e com empresas aéreas com vistas a agenciar serviços para as viagens do Secretário-Geral.

O “Catálogo de Missões, Chefes de Estado, altas autoridades de governo, órgãos da OEA e entidades filiadas” foi atualizado e publicado através da Intranet da OEA. Coordenou-se com a empresa que produz

o Official Diplomatic Directory a inclusão de informações sobre as Missões e a Secretaria-Geral no catálogo a ser publicado em 2006. Manteve-se um calendário mensal das atividades no edifício.

Departamento de Cúpulas

O Departamento de Cúpulas (DEC), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, faz parte do Escritório do Secretário-Geral e presta serviços nos temas de sua competência.

Cúpulas das Américas

Desde a Terceira Cúpula das Américas, e em cumprimento a várias resoluções, o DEC presta apoio técnico e logístico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), administra a Rede de Informação da Cúpula das Américas, mantém a memória institucional do processo de Cúpulas, atualiza as informações sobre as atividades de acompanhamento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas, coordena a participação da sociedade civil na OEA e o processo de Cúpulas, preside o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas e presta as informações solicitadas pelos países sobre o processo de Cúpulas.

O DEC apoiou as reuniões do GRIC voltadas para a preparação da Quarta Cúpula das Américas. O apoio consistiu, ademais dos aspectos logísticos e técnicos das reuniões, na compilação dos relatórios nacionais apresentados pelos países sobre a implementação dos mandatos das Cúpulas. No decorrer do processo de preparação da Quarta Cúpula, a Argentina, na qualidade de Presidente do GRIC e sede da Cúpula, dirigiu os trabalhos com o apoio técnico desta Secretaria. O GRIC realizou oito reuniões nesse período, nas quais foram negociados a Declaração e o Plano de Ação de Mar del Plata, prestando assessoramento técnico e logístico, encaminhando a documentação pertinente aos coordenadores nacionais e traduzindo e publicando os documentos na página da Internet a que têm acesso os governos.

O DEC apoiou a vinculação das Reuniões Ministeriais e outras reuniões setoriais ao processo de Cúpulas e coordenou a participação da sociedade civil nessas reuniões. Prestou-se assistência às seguintes reuniões: Décima Quarta Reunião Interamericana, em Nível Ministerial, sobre Saúde e Agricultura, Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da CICAD, Reunião dos Ministros da Saúde e Meio Ambiente, Quarta Reunião de Ministros da Educação, Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural e Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho.

O DEC também presta serviços de secretaria ao Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC), constituído por 12 organismos, e é encarregado de coordenar suas atividades. O GTCC se reuniu em cinco ocasiões em 2005: 3 de fevereiro, 9 de março, 8 de junho, 7 de setembro e 4 de novembro.

O DEC realizou o seminário “Contribuições do Grupo de Trabalho Conjunto à Quarta Cúpula das Américas”, que teve lugar em 7 de setembro de 2005, em Buenos Aires, Argentina, com o objetivo de definir iniciativas concretas a serem consideradas no Plano de Ação de Mar del Plata e promover o intercâmbio de opiniões entre os Coordenadores Nacionais de Cúpulas e representantes das instituições sobre a incidência, acompanhamento e implementação dos mandatos da Quarta Cúpula. O Grupo apresentou aos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da Quarta Cúpula das Américas o relatório “Realizações das Cúpulas das Américas: Resultados institucionais”.

Ainda no âmbito da Quarta Cúpula das Américas, foi realizada, a convite do Secretário-Geral da OEA e do Presidente do BID, a terceira reunião dos chefes de organismos, com o objetivo de debater o papel e a colaboração das instituições no processo de acompanhamento das Cúpulas.

Empenhado em divulgar informações sobre a implementação dos mandatos das Cúpulas e em preparação para a Quarta Cúpula das Américas, o DEC organizou oito eventos. Publicou quatro edições do boletim eletrônico “As Cúpulas das Américas Informam”, em março, maio e julho de 2005 e janeiro de 2006. O DEC também apresentou aos Chefes de Estado e de Governo reunidos na Quarta Cúpula os relatórios: “Realizações das Cúpulas das Américas: Resultados nacionais” e “Realizações das Cúpulas das Américas: Resultados institucionais”, sobre a implementação dos mandatos do Plano de Ação de Québec e da Declaração de Nuevo León. Com o objetivo de prestar informações sobre o processo de Cúpulas, foram realizadas várias exposições sobre os preparativos para a Quarta Cúpula em alguns Estados membros (República Dominicana, Barbados, Bahamas, Costa Rica, Venezuela, Santa Lúcia (OECS) e Trinidad e Tobago), em unidades técnicas da OEA (CICAD, Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia) e no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O DEC mobilizou recursos financeiros externos de Estados membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos, México, Trinidad e Tobago, Nicarágua e Guiana), de membros do GTCC (BID e CAF), bem como de organismos governamentais de desenvolvimento, tais como a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID) e o Open Society Institute.

Apoio à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

O DEC presta apoio técnico a essa Comissão e é responsável pela coordenação da participação da sociedade civil em suas reuniões, bem como pelo registro das organizações não-governamentais na Organização. Nesse sentido, no período de que se trata, prestou apoio técnico a cinco sessões desta Comissão mediante a preparação de relatórios, do projeto do plano de trabalho e da análise de solicitações de registro de organizações não-governamentais, bem como coordenou o registro de 36 organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, levando em conta as “Diretrizes para a Participação de Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA”.

Sociedad civil

No âmbito do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, foi organizado um diálogo entre representantes de mais de 150 organizações não-governamentais, o Secretário-Geral e vários Ministros das Relações Exteriores, com o objetivo de discutir o papel da sociedade civil na preparação da Quarta Cúpula das Américas. Com a idéia de fortalecer as relações com a sociedade civil e sua participação no processo de Cúpulas, a Secretaria manteve atualizada a página relacionada com esse assunto na Internet. Também atualizou o banco de dados das organizações não-governamentais registradas na OEA.

Apoiou ainda a participação de representantes da sociedade civil nas Reuniões Ministeriais e conferências especializadas realizadas no âmbito do Conselho Permanente, inclusive a Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas. Cumpre salientar que a participação da sociedade civil nas atividades preparatórias da Quarta Cúpula das Américas se deu por meio do Foro Hemisférico da Sociedade Civil, realizado em abril de 2005, e de vários seminários regionais realizados nas sub-regiões Andina, do Caribe e do MERCOSUL. A sociedade civil também teve a oportunidade de apresentar ao GRIC suas recomendações sobre a Quarta Cúpula das Américas na Trigésima Sétima e Sexagésima Reuniões desse Grupo.

Apoio ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

O DEC prestou apoio técnico e logístico ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do Conselho Permanente da Organização. Nesse sentido, colaborou na preparação de seu Plano de Trabalho e apresentou a vários organismos de cooperação projetos para a obtenção de recursos que contribuam para o financiamento da participação dos representantes dos povos indígenas na discussão do projeto de Declaração e para o melhoramento da comunicação e do intercâmbio de experiências entre a Secretaria-Geral, os Estados e os povos indígenas.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 2073 (XXXV-O/05), a Secretaria apoiou a realização da Quinta e Sexta Reuniões de Negociação para a Busca de Consenso, do referido Grupo de Trabalho, realizadas de 7 a 11 de fevereiro, em Washington, D.C., e de 10 a 14 de outubro de 2005, em Antígua, Guatemala, respectivamente. Também foi realizada uma reunião do Caucus Indígena, de 2 a 6 de maio de 2005, em Washington, D.C.

Continuou-se a administrar o Fundo Específico de Apoio à Elaboração da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que recebeu contribuições do Brasil, Canadá, Estados Unidos, Nicarágua, Finlândia e Guatemala e do Banco de Dados dos Povos Indígenas das Américas.

ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

No âmbito do artigo 115 da Carta da OEA e de acordo com a ação e a política decidida pela Assembléia Geral e com as respectivas resoluções dos Conselhos, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, oferece serviços consultivos ao Secretário-Geral e responde pelas atividades de que este o encarrega.

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto prestou serviços de assessoramento ao Secretário-Geral, apoiou as atividades de diversas dependências da Secretaria-Geral e realizou esforços para apoiar os Estados membros na busca de soluções de temas de importância crítica para eles.

Na sua condição de Secretário da Assembléia Geral, coordenou os serviços técnicos e operacionais para a realização do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2005, em Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos. Também supervisionou os serviços técnicos preparatórios do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral a realizar-se em Santo Domingos, República Dominicana, em junho de 2006.

Também, e nessa mesma condição, coordenou os serviços técnicos e operacionais para a realização do Trigésimo Primeiro e do Trigésimo Segundo Períodos Extraordinários de Sessões da Assembléia Geral, nos quais foram aprovados a escala de cotas do fundo ordinário e o limite orçamentário para 2007 e o Estatuto da Junta Interamericana de Defesa, respectivamente.

Como Secretário do Conselho Permanente e de seus órgãos subsidiários, o Secretário-Geral Adjunto proporcionou apoio em matéria de políticas e orientação aos Presidentes destes órgãos e facilitou as deliberações dos temas de suas respectivas agendas. O Escritório da Secretaria do Conselho Permanente, da Assembléia Geral, das Reuniões de Consulta e dos órgãos subsidiários proporcionou apoio aos representantes dos Estados membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho, das sessões solenes em que foram recebidos Chefes de Estado e de Governo. Também prestou apoio às reuniões conjuntas do Conselho com a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) e às reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas.

No período abrangido por este relatório, também se realizou uma série de reuniões especiais e privadas do Conselho Permanente e de reuniões periódicas de coordenação entre os Presidentes do Conselho e coordenadores regionais, as quais foram coordenadas pela Secretaria-Geral Adjunta.

Este apoio e coordenação foram prestados igualmente a outras instâncias, como ao Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), à Reunião de Estados Partes e da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), à Comissão Especial contra a Criminalidade Organizada Transnacional, ao Grupo Especial de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Povos Indígenas, ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância e ao Órgão de Consulta Conjunto da Comissão de Segurança Hemisférica e da CEPCIDI sobre Desastres Naturais.

Como resultado da entrada em vigor da Ordem Executiva 05-13, a Secretaria-Geral Adjunta tem sob sua responsabilidade, além das funções estatutárias de ser a Secretaria do Conselho Permanente: a Assembléia Geral; as Reuniões de Consulta e os Órgãos Subsidiários; o Escritório de Conferências e Reuniões; o Escritório de Serviços Culturais, sob a qual estão a Biblioteca Colombo e o Museu de Arte das Américas;

o Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades das Secretarias-Geral nos Estados membros; e o Escritório de Coordenação de Unidades Especializadas, no qual estão a Secretaria da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Direção Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), a Secretaria da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e a Secretaria da Comissão Interamericana de Portos (CIP). Dado o fato que não terem sido destinados os fundos do orçamento de operações para o Escritório de Coordenação de Unidades Especializadas e para o Escritório de Serviços Culturais, estas áreas atualmente não contam com coordenador específico. Apesar de seus recursos humanos limitados, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto tem mantido um sistema de comunicação e consulta com as entidades especializadas e está em processo de desenvolver um plano abrangente para rever o funcionamento efetivo e otimizar áreas de sinergia entre as entidades. Além disso, o Escritório tem tido êxito em ressuscitar os Grupos de Amigos dos serviços culturais. Estes grupos, compostos dos Representantes Permanentes dos Estados membros em conjunto com representantes do setor privado, criaram uma colaboração com o objetivo de melhorar o funcionamento destas entidades e melhorar a integração de programas e projetos no novo plano estratégico da organização.

Por meio de uma Ordem Executiva, criou-se a Comissão de Mobilização de Recursos Externos, o qual é presidido pelo Secretário-Geral Adjunto. A Secretaria desta Comissão está a cargo do Departamento das Relações Exteriores e tem uma estreita coordenação com o Escritório do Secretário-Geral e as Subsecretarias de Administração e Finanças, de Assuntos Políticos, de Segurança Multidimensional e de Desenvolvimento Integral.

Além dos temas cobertos por estas áreas, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por encargo do Secretário-Geral, vem coordenado as atividades de Secretaria relacionadas com o tema de Desastres Naturais. Nesse sentido, trabalhou-se em estreita colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e os Órgãos, Organismos e Entidades pertinentes do Sistema Interamericano. Prestou-se especial atenção aos casos particulares de desastres em países, tendo sido convocadas reuniões da Comissão Executiva da Comissão Interamericana para a Redução de Desastres Naturais. Também foram negociadas contribuições do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência para países afetados por desastres naturais.

O Secretário-Geral Adjunto continuou a presta apoio constante ao Secretário-Geral nos assuntos políticos dos Estados membros da OEA e a representá-lo em diversas reuniões e foros. Merecem menção particular os esforços feitos pelo Secretário-Geral Adjunto na busca de soluções para a crise política e institucional no Haiti, tendo visitado diversas vezes este país no período deste relatório. O Secretário-Geral Adjunto representou o Secretário-Geral em diversas reuniões internacionais em que o tema do Haiti foi abordado.

O Secretário-Geral Adjunto liderou a Missão de Observação Eleitoral a São Vicente e Granadinas em dezembro de 2005. Também representou o Secretário-Geral na cerimônia de tomada de posse do Presidente Manuel Zelaya de Honduras em 26 de janeiro de 2006.

Escritório de Conferências e Reuniões

O Escritório de Conferências e Reuniões (OCR) foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituído pelo Escritório do Diretor e três seções: Conferências, Idiomas e Documentação e Informação.

O OCR continuou desenvolvendo e integrando sua infra-estrutura de apoio e serviços às reuniões dos órgãos políticos e apoiou o planejamento, a organização, a estrutura logística e a prestação de serviços para a realização de 697 reuniões da OEA, as quais implicaram a preparação, negociação de acordos e mobilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos da sede da OEA aos países sede das reuniões.

Atualizou os sistemas de calendários semestral e anual de reuniões da Organização e os mecanismos de racionalização do uso dos recursos para os serviços de conferências. Em apoio à CAAP, levou a cabo com êxito o controle e gestão do Subprograma do Fundo Ordinário para o financiamento das reuniões não-programadas da OEA, incluindo a realização Trigésimo Primeiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, em janeiro de 2006.

Em coordenação com o Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia (OIT), foram substituídos e modernizados equipamentos e facilidades dos serviços de conferências, dotando-se as instalações de equipamento tecnologicamente avançado e digital. Foi re-inaugurada a sala de conferências Libertador Simón Bolívar, completamente renovada e funcional com equipamento de primeira linha que, além de proporcionar serviços convencionais de pedido de palavra, proporcionam os mais sofisticados serviços multimídia de áudio e vídeo, integrados e compatíveis com serviços de videoconferência em tempo real em quatro idiomas, de maneira coordenada com o Departamento de Imprensa e Comunicações da Secretaria-Geral e o OIT.

Além disso, o OCR renovou todo o seu equipamento de reprodução de documentos com máquinas digitais rápidas, bem como o sistema de arquivos e recuperação de documentos do Centro de Documentação que presta serviços ao Conselho Permanente na sala de conferências Libertador Simón Bolívar.

O OCR e o Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros concluíram a implementação da reforma dos procedimentos administrativos no Sistema OASES para as reuniões da Organização. Além disso, com o OIT, integrou-se a plataforma automatizada de serviços de conferências e o acesso pela Internet a estes serviços, para todos os usuários. De esta forma, os usuários poderão consultar à distância o calendário de reuniões, obter documentos oficiais das reuniões, acessar o banco de dados de referências e assistir às reuniões.

Conferências

Em matéria de conferências, o OCR coordenou na sede 670 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e seus órgãos subsidiários, do CIDI e seus órgãos subsidiários e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN). Nos Estados membros foram realizadas 60 reuniões de alto nível, tais como o Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, o Trigésimo Sétimo e Trigésimo Oitavo Períodos Ordinários de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), reuniões técnicas da CIDH, CITEL, CICAD, Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) e outras 815 reuniões.

Neste período, o OCR atualizou um calendário semestral das reuniões da Organização, como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários para os serviços de conferências.

Idiomas

O OCR proporcionou serviços de tradução e interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais para todas as reuniões de órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros, cujo número se elevou a 697 eventos. Foram traduzidas mais de 44.000 páginas aos quatro idiomas oficiais. Prosseguiu-se a política de renovação de equipamento e programas para serviços de idiomas (TRADOS) e atualizou-se o glossário quadrilíngüe denominado MultiTerm. A Seção continuou ampliando seu registro de tradutores e intérpretes independentes com profissionais dos Estados membros.

Deu-se prosseguimento aos contatos interinstitucionais para o intercâmbio de glossários e terminologia com outros organismos internacionais e ampliou-se a biblioteca eletrônica de documentos da OEA na Internet. Foi feito um empenho especial para incluir no registro um maior número de tradutores e intérpretes residentes em todos os Estados membros, o que gera economias para os países anfitriões das reuniões fora da sede.

Documentos e Informação

O OCR reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, incluindo a impressão dos documentos oficiais, e sua reprodução, distribuição e armazenamento. O OCR prestou apoio às Missões Permanentes dos Estados membros e aos Observadores Permanentes no processo de busca de informação.

Apresenta-se a seguir uma amostra das atividades em que a seção participou nesse período.

- Impressão e distribuição de 5.345 documentos, num total de 4.476.932 páginas.
- Impressão e distribuição de 9.325 convites para o Museu de Arte das Américas e o Escritório do Cerimonial.
- Continuação do armazenamento de informação e manejo de documentos por meio do sistema IDMS.

Escritório de Serviços Culturais

O Escritório de Serviços Culturais (OSC) foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É integrado pela Biblioteca Colombo e pelo Museu de Arte das Américas.

Biblioteca Colombo

Atualmente, a Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da União Pan-Americana e do Sistema Interamericano. Ao longo dos anos, a Biblioteca evoluiu de um programa bibliotecário tradicional até incorporar os Arquivos e o Programa de Administração de Registros da Secretaria-Geral, sendo, além disso, a biblioteca depositária dos documentos da OEA.

Em 2002, o Conselho Permanente alocou à Biblioteca Colombo US\$300.000 do Subfundo de Reserva para que seus documentos e arquivos fossem digitalizados e se tornassem acessíveis eletronicamente. Em 2005, a Biblioteca Colombo deu início a três projetos e, nesse período, 10.549 fichas do catálogo de publicações da OEA foram tornadas acessíveis eletronicamente pelo Projeto de Conversão Retrospectiva de Catálogo de Documentos. Os expedientes aparecerão no formato padrão OCLC MARC no Catálogo de Acesso Público On-Line da Biblioteca (OPAC), atingindo uma base de clientes maior pela Internet e pela página da Organização na Internet.

Deu-se continuidade ao Projeto de Preservação e Digitalização, que cria imagens digitais para um grupo seletivo de resoluções e declarações do Conselho Permanente e de Atas e Documentos da Assembléia Geral. Cinquenta mil imagens foram identificadas para digitalização e, em 2005, 9.310 documentos da OEA foram escaneados e verificados para controle de qualidade.

Em novembro de 2005, o programa do Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada desenvolvido por TLC (*The Library Corporation*) foi instalado e o pessoal treinado. O sistema permite que a Biblioteca ofereça serviços que automatizam todas as suas funções, inclusive aquisições, séries, distribuição, documentos da OEA e catalogação, oferecendo acesso ao rico acervo sobre o Sistema Interamericano da Biblioteca Colombo.

As doações contribuíram para suplementar o orçamento limitado da área de Aquisições da Biblioteca. Esta recebeu e processou 1.534 livros e publicações periódicas e preparou 43 ordens de compra de requisições recebidas de outros departamentos da OEA para a compra de livros e outros materiais. Foram agregados à coleção 4.054 documentos das Nações Unidas.

O Projeto de Conversão Retrospectiva do Catálogo de Documentos foi concluído, e 10.549 fichas do catálogo de publicações da OEA estão acessíveis eletronicamente. A Biblioteca atribuiu 166 ISBNs (Número Internacional Normalizado de Livros) e 51 CIPs (*Cataloging-in-Publication*) a novas publicações e documentos da OEA. Isso assegura que as novas publicações e documentos da OEA sejam disponibilizados de imediato no catálogo on-line. A Biblioteca continua publicando a *Selective List of Books Accessioned and New Periodicals Received in the Columbus Memorial Library*. Essas informações são encontradas no Arquivo Público da Biblioteca na Intranet.

A demanda de serviços de referência continua crescendo na medida em que a Biblioteca Colombo fornece acesso aos recursos que apóiam os programas da OEA. A Biblioteca está apoiando as necessidades atuais de pesquisa e os Arquivos estão documentando e dando acesso às ações históricas já tomadas.

A Unidade de Referência respondeu pela circulação de 11.068 livros e de 4.624 publicações periódicas e atendeu a 5.212 solicitações de informações, usando 127 pés cúbicos de fotografias históricas para responder a essas solicitações; a Unidade de Controle de Documentos também teve um aumento nas solicitações, atendendo a 1.423 pedidos de informações, enquanto a Unidade de Administração de Arquivos atendeu a 398. Foram feitas 9.001 fotocópias para a Secretaria-Geral, as Missões e usuários externos.

A capacidade do serviço de referência aumentou com o uso de diversos bancos de dados. A Biblioteca é assinante de *First Search*, que pode dar acesso às informações de 70 bancos de dados que abrangem um amplo conjunto de temas com acesso a milhares de bibliotecas no mundo e a 5,9 milhões de artigos em texto eletrônico de 9.000 publicações periódicas, incluindo 3.500 revistas eletrônicas.

A versão de busca na rede de *Hispanic American Periodicals Index* (HAPI) proporciona informações mundiais sobre a América Central e a América do Sul, o México e o Caribe, a região fronteiriça entre Estados Unidos e México e os hispanos nos Estados Unidos. A Biblioteca continua tendo acesso ao *WorldCat*, o Banco de Dados da Série de Tratados das Nações Unidas e a *Lexis-Nexis*. Também se assina a *The Economic Intelligence Unit – Selected Country Profiles and the Official Document System of the United Nations OnLine*.

Com referência aos documentos e publicações da OEA, 74.200 documentos foram recebidos, processados e distribuídos, preparando-se ajuda de busca para a recuperação destes documentos. Vinte e três novas classificações foram proporcionadas para documentos da OEA.

Em matéria de preservação a Série de Arquivos Oficiais da OEA foi processada, microfilmada e distribuída a bibliotecas universitárias e especializadas. Foram realizadas vendas que contribuíram para a Biblioteca atender ao mandato de buscar fontes externas de financiamento, que resultaram em depósitos na conta Hipólito Unanue no montante de US\$80.310.

O serviço de administração de arquivos e registros (ARMS) tem um acordo de contrato com a *Iron Mountain* e a *Paxton Records* para o armazenamento externo de documentos da Organização. O número de caixas armazenadas com o contratante externo foi de 4.893. O Centro de Administração de Arquivos recebeu 357 caixas de arquivos semiativos para armazenamento; enviou 479 caixas aos escritórios para o transporte e transferência de seus arquivos; processou arquivos permanentemente valiosos que foram também armazenados. O ARMS tem a custódia de 10.692 pés cúbicos de expedientes da Secretaria-Geral.

A Biblioteca Colombo montou quatro exposições: Biblioteca Colombo - Depositária da Memória Institucional da Organização dos Estados Americanos; Doações do Equador à Biblioteca Colombo; O Canal do Panamá – por ocasião da visita do Presidente da República do Panamá à OEA; e CARICOM.

A Biblioteca Colombo foi beneficiada com a contribuição dos estagiários e voluntários lotados a projetos específicos, como também com a do Grupo de Amigos da Biblioteca Colombo, que foi introduzido na ordem do dia da sessão do Conselho Permanente de 23 de setembro de 2005.

Museu de Arte das Américas

No período deste relatório, o Museu enfocou seu trabalho em atividades de conservação e promoção dos seus acervos e, em particular, na estrutura física do edifício que o abriga, no acervo permanente, nos arquivos de arte e na coleção de materiais audiovisuais.

No que se refere às benfeitorias do edifício, com o apoio de doações das missões observadoras da China, do Catar e da Turquia, foram realizadas importantes obras de renovação e restauração para melhorar a acessibilidade, preservação e aparência estética/histórica da entrada do Museu, incluindo a renovação do leiaute da área de recepção, com a instalação de um console e um piso de mármore e a restauração das portas originais e das escadas de madeira. Como parte do projeto, imprimiu-se um guia a cores que contém um breve resumo da história do edifício e os programas principais do Museu, o qual é oferecido aos visitantes.

No período deste relatório, 11.200 pessoas visitaram as exposições do Museu, em visitas guiadas ou individualmente. As quatro exposições do acervo permanente neste período – *El Arte del Grabado* (74 obras), *Jamaica en la Colección* (10 obras), *El Lenguaje de Objetos* (56 obras) e *Geometría y Gesto* (62 obras) – exploraram diferentes facetas temáticas e técnicas do acervo permanente com uma ampla representação de todas as regiões das Américas. As exposições foram resenhadas em *Contemporary Impressions: the Journal of the American Print Alliance* (primavera de 2005); *InPrint* (março de 2005); *El Tiempo Latino* (abril de 2005); *Gaceta Ibero-americana* (primavera 2005) *Éxito*; *Latino* (maio de 2005) e *The Washington Post* (19 de novembro de 2005).

Devido às renovações da sala de conferências do Conselho Permanente, a galeria satélite do Edifício Principal foi fechada, e a atividade de exposições na galeria foi suspensa até a designação de um espaço alternativo. Enquanto isso, formou-se uma comissão de seleção para exposições com membros do pessoal do Museu e especialistas de instituições culturais externas. Esta comissão reuniu-se pela primeira vez em novembro de 2005 para examinar 69 propostas de exposições recebidas pelo Museu; desse grupo, preparou-se uma seleção para possíveis futuras exposições.

Para aprofundar o contexto educativo das exposições, foram oferecidas visitas guiadas e sessões informativas a 39 grupos (905 pessoas) vindos de universidades, liceus, colégios e outras associações educativas ou culturais. Além disso, foram realizados três *workshops* para crianças com a participação de artistas convidados, explorando temas relacionados com as exposições; 20 aulas para adultos sobre as técnicas do desenho e serigrafia; e uma conferência do historiador de arte Doutor Edward Sullivan, Decano da Faculdade de Humanidades da Universidade de Nova York. Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, imprimiu-se um catálogo a cores sobre a coleção gráfica do museu. Continuam sendo fornecidas informações didáticas sobre as exposições na página do Museu na Internet para atingir uma audiência mais extensa por esse meio.

Como parte das atividades de *Arte-en-oficina*, 194 obras da coleção estão em empréstimo a escritórios e áreas públicas dos edifícios da sede. Relacionados com essa atividade, foram realizados trabalhos de conservação preventiva, incluindo limpeza, mudanças de vidro por plexiglas com filtro UV e

consolidação de capa pictórica. Também foram reeditados os formulários de empréstimo para ser assinados em cada escritório, a fim de melhorar o controle das obras emprestadas internamente.

Neste período, foram incorporadas 15 doações ao acervo permanente, incluindo gravações de Edith Bering do Paraguai, Félix Ángel da Colômbia, Rudy Ayoroa da Bolívia e Antonio Seguí da Argentina; fotografias de Diego Cifontes do Equador; e pinturas de Beatrix Briceño do Panamá e Jaime Colson da República Dominicana.

Os arquivos de arte representam uma fonte única para pesquisadores em seu estudo da arte latino-americana e caribenha. Para promover este recurso, a página do Museu na Internet ganhou uma nova seção que descreve o conteúdo e a organização dessa documentação. Nesse período, respondeu-se a 950 solicitações de informações, e 38 pesquisadores de diversas instituições visitaram o Museu para consultar os arquivos de arte *in loco*. Também foram processadas 35 caixas de material que estavam armazenadas em um local fora da sede, com materiais e documentos relevantes aos arquivos de arte. O Museu continua recebendo e processando novo material bibliográfico enviado por artistas, galerias e diversas instituições culturais para enriquecer e ampliar o arquivo de arte.

Foram digitalizadas 180 imagens do acervo permanente para uso na banco de dados do Museu (um sistema integrado da coleção automatizada para a catalogação e controle de obras de arte). Começou-se a primeira fase da conversão da coleção de filmes sobre arte e artistas dos países membros do formato VHS para o formato digital para fins de preservação e de melhoria do seu potencial de vendas. Também foram emprestados filmes à *Hispanic Information and Telecommunications Network* (HITN), uma rede de comunicações que promove o avanço educativo, social, cultural e econômico da comunidade hispana residente nos Estados Unidos. Os filmes foram projetados como parte dos programas culturais da HITN.

Foram inventariadas 150 obras que não fazem parte do acervo permanente e que estavam armazenadas em um local fora da sede. Essas obras não foram incluídas no acervo permanente pelas razões seguintes: 1) o artista já está representado na coleção com obras equivalentes ou melhores; 2) o seu estado de conservação é pobre; ou 3) a obra não satisfaz aos critérios da Comissão de Aquisições para sua inclusão na coleção. Desse grupo de obras, o museu organiza vendas de arte para beneficiar o Museu e negocia doações de arte a escolas e instituições culturais.

O Museu negociou uma doação de oito obras de arte ao *Latin American Youth Center*, uma organização nacionalmente reconhecida por seu trabalho de apoio à comunidade hispana e caribenha de Washington, D.C.; participou de um programa cultural sobre mulheres artistas latino-americanas, organizado pela Comissão de Mulheres do *National Museum of Women in the Arts*; assistiu às reuniões mensais do consórcio de museus *Neighbors to the President*, para intercambiar e desenvolver atividades que promovam as coleções e programas dos museus membros; e colaborou com a Associação de Funcionários na realização da VII Exposição Anual de Arte.

As vendas de arte, vídeos, diapositivos, catálogos, direitos de reprodução e o aluguel do edifício do Museu resultaram neste período em depósitos no valor de US\$17.090. Por meio do Departamento de Relações Externas, obtiveram-se doações dos Governos da China (US\$20.000), de Catar (US\$10.000) e da Turquia (US\$6.000) para restaurações do edifício do Museu e uma doação do Governo do Brasil (US\$10.000) para a publicação de um guia sobre a representação do Brasil no acervo do Museu. Neste período, diversos estagiários e voluntários contribuíram para o Museu trabalhando em atividades relacionadas com a catalogação de obras de arte, a documentação dos arquivos e a conservação preventiva da coleção de arte gráfica.

Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados Membros

O Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1 para apoiar os serviços prestados no nível hemisférico por meio de diversas instâncias.

A fim de otimizar os serviços nos diversos Estados membros, em janeiro de 2006 os Diretores de todos os Escritórios da Secretaria-Geral da OEA na região foram convidados a visitar a Sede de 19 a 20 de janeiro de 2006. O tema principal da reunião foi compartilhar com os Diretores a estratégia e o enfoque adotado para cumprir em 2006 as expectativas dos Escritórios nos Estados membros. O encontro constituiu um espaço para familiarizar-se com a visão da nova administração da Secretaria-Geral e ofereceu uma oportunidade ideal para manter um amplo diálogo e intercâmbio de idéias entre os encarregados dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e o pessoal da sede. Cumpre destacar que este tipo de encontro não era realizado há quase duas décadas.

Entre os diversos temas tratados deve-se indicar que na área de democracia e governança os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros facilitarão ainda mais o diálogo, o acesso às atividades de capacitação e o apoio técnico aos governos. Além disso, os Escritórios têm reconhecido a importância de trabalhar mais estreitamente com as ONGs na promoção das atividades da OEA. Esta colaboração continuará e será reforçada à medida que os Diretores dos Escritórios continuarem recebendo orientação estratégica e apoio da Sede e procurarem familiarizar-se mais com a agenda nacional do país anfitrião.

Nos diálogos do Secretário-Geral com os Diretores dos Escritórios, aquele destacou a importância que a atual administração atribui aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Neste sentido, exortou-se a consolidar uma maior receptividade, responsabilidade e dedicação no tocante às metas e objetivos da Organização, observando ao mesmo tempo as normas e procedimentos vigentes. O Secretário-Geral Adjunto indicou que seu Gabinete, como responsável pela coordenação dos Escritórios nos Estados membros, procurará assegurar que eles contem com os devidos níveis de apoio e ação do Escritório de Coordenação. Recordou igualmente a importância de que os Diretores observem os procedimentos operacionais e as diretrizes recebidas, exerçam uma direção e administração responsáveis e demonstrem responsabilidade e cumprimento dos controles internos, em conformidade com as ordens Executivas, Memorandos Administrativos, Escritório do Inspetor-Geral e Departamento de Recursos Humanos.

A reunião ofereceu uma oportunidade para intercambiar idéias com os Diretores sobre a forma como estes podem desempenhar um papel mais significativo e de apoio em seu lugar de destino; e de que maneira se lhes pode dar os meios para que sejam representantes mais eficazes da Organização, promover uma diplomacia eficiente e uma boa gestão pública, bem como melhorar o entendimento e os intercâmbios entre os povos das Américas. Além disso, cumpre destacar que os Diretores dos Escritórios tiveram a oportunidade de dialogar com a Presidência do Conselho Permanente, Escritório do Inspetor-Geral, diversos Subsecretários e Diretores de diversas áreas. Como resultado do encontro e a fim de formular um documento estratégico, os Diretores contribuíram com diversas idéias, iniciativas e sugestões.

Entre outras atividades realizadas pelo Escritório de Coordenação, em dezembro de 2005 se facilitou a aquisição de 15 computadores e 13 scanners para melhorar a eficiência dos Escritórios da OEA nos Estados membros. Os novos computadores foram devidamente equipados com os programas e licenças correspondentes e enviados aos escritórios cuja necessidade de equipamento foi anteriormente identificada. O uso dos scanners começou a reduzir o uso da comunicação por fax e futuramente eliminará a necessidade desse tipo de comunicação, o que redundará em poupança para os Escritórios. O Escritório de Coordenação continua trabalhando com o Escritório de Serviços de Informações e Tecnologia para melhorar a eficiência no campo. Com este propósito, está em fase de teste um sistema

telefônico com base na Internet e este período de prova encerrará em 15 de maio de 2006. Até esta data, 21 países estão participando com esta tecnologia. Este mecanismo de voz por meio do Protocolo de Internet [VOIP] permitirá aos escritórios comunicar-se entre si e com a sede, como se fosse uma ligação local, eliminando-se dessa forma os encaminhados custos de ligações interurbanas.

Em conformidade com a resolução AG/RES. 2157 (XXXV-O/05), foi apresentado o relatório sobre os Planos de Trabalho para 2006 no qual são abordadas diversas atividades da OEA no âmbito das áreas prioritárias indicadas nos mandatos do processo de Cúpulas das Américas e da Assembléia Geral da OEA. Entre tais atividades figuram, *inter alia*, programas e projetos nas áreas de democracia e direitos humanos, prestação de cooperação técnica, apoio à Comissão Interamericana para o Controle do Uso de Drogas (CICAD); apoio ao CICTE no combate ao terrorismo; redução dos desastres naturais; desenvolvimento sustentável; e educação.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A Subsecretaria de Assuntos Políticos, criada mediante a Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituída pelo Departamento para a Promoção da Democracia, o Departamento para a Promoção da Governabilidade e o Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais.

Departamento para a Promoção da Democracia

Foro Interamericano sobre Partidos Políticos (FIAPP)

As atividades do Foro Interamericano sobre Partidos Políticos concentraram-se em cinco áreas principais em 2005: projetos nacionais de assistência técnica, promoção da perspectiva de gênero e participação política da mulher, incentivo a uma agenda de reforma, institucionalização dos partidos políticos e geração de conhecimento prático. Destacam-se os programas de apoio ao processo da Assembléia Nacional Constituinte na Bolívia; à supervisão internacional da constituição de uma Corte Suprema de Justiça no Equador; e às ações em prol do diálogo e da reforma política executada pelo Programa de Valores Democráticos e Gestão Política na Guatemala.

Desse modo, no período a que se refere este relatório, o FIAPP prestou apoio às missões da OEA que acompanharam as últimas transições políticas no Equador e na Bolívia, com o objetivo de definir linhas de cooperação com as instituições representativas desses países. No caso da Bolívia, o resultado da Missão foi a formulação de um programa de cooperação política e técnica para as instâncias nacionais relevantes por um período estimado de dois anos.

O FIAPP organizou e prestou assessoria técnica especializada como parte das missões do Conselho Permanente e do Secretário-Geral ao Equador para determinar o apoio ao fortalecimento da democracia, em atendimento a solicitação do governo desse país. Também prestou apoio à Colômbia, Venezuela e Peru, por meio de programas de assistência técnica, em assuntos relacionados com a promoção do diálogo político, o fortalecimento institucional e o melhoramento da governabilidade democrática. Na Guatemala, no âmbito do Programa de Valores Democráticos e Gestão Política, cumpre salientar a colaboração com a Comissão Específica de Assuntos Eleitorais do Congresso da República no processo de reforma da Lei Eleitoral e de Partidos Políticos e de redação da Lei do Registro Nacional das Pessoas (RENAP).

O FIAPP participou, com os Ministérios da Mulher da América Central, da discussão sobre as medidas de ação afirmativa, a adoção de cotas nos partidos e a capacitação política. Também organizou reuniões sub-regionais, tais como o fórum para o fortalecimento dos partidos da CARICOM; o workshop para a implementação da nova lei de garantias e reeleição presidencial na Colômbia; e o debate sobre as perspectivas do financiamento de campanhas no México. O FIAPP realiza neste momento um estudo comparativo da situação e perspectivas dos partidos políticos da Região Andina e dispõe de uma ampla coleção de publicações (www.upd.oas.org/fiapp).

Missões de Observação Eleitoral e Programa de Fortalecimento de Sistemas e Processos Eleitorais

O melhoramento dos processos eleitorais, que continua a ser um desafio vital para a transparência e a legitimidade das instituições democráticas da região, é o objetivo primordial desse programa. O esforço se concentra na organização e execução de Missões de Observação Eleitoral nos Estados membros que as solicitam, apoio ao fortalecimento institucional das autoridades eleitorais dos países da região e modernização dos processos e sistemas eleitorais.

Ao se concluir o período de 2005 a 2007, a região terá presenciado uma singular conjuntura quanto ao número de processos eleitorais realizados. Deste número, que supera 30 processos, cerca da metade se referirá a eleições presidenciais. Nesta conjuntura, o papel da OEA adquire especial relevância, uma vez que boa parte desses processos será objeto de observação pela Organização, a pedido dos respectivos governos.

A Secretaria-Geral da OEA observou em 2005 sete eleições, inclusive, pela primeira vez, um processo de eleições primárias de partidos políticos, realizado em Honduras. Essas eleições, organizadas e supervisionadas por uma autoridade eleitoral de recente criação, merecem menção especial, dado que sua realização constitui um progresso considerável do ponto de vista da participação política dos cidadãos, estendendo-se esta até o âmbito da principal instituição de todo regime democrático, ou seja, o partido político.

A OEA deslocou um grupo de 113 pessoas para acompanhar as eleições gerais de Honduras em novembro de 2005, que elegeram o Presidente e o Vice-Presidente da República, membros do Congresso Nacional, prefeitos e corporações municipais.

A Missão de Observação Eleitoral (MOE) realizada a convite do Governo da República do Suriname foi instalada com o mandato de acompanhar o desenvolvimento do processo eleitoral de 25 de maio, mediante o qual foram eleitos os membros da Assembléia Nacional e dos Conselhos Distritais e Locais.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela, por sua vez, estendeu convite à OEA para a organização e instalação de uma Missão de Observação Eleitoral por ocasião da eleição de deputados para a Assembléia Nacional, realizada em 4 de dezembro de 2005.

Em 18 de dezembro de 2005, a OEA enviou uma Missão de Observação Eleitoral para observar as eleições gerais e municipais de 18 de dezembro de 2005 na Bolívia. A Missão, a que se incorporou um grupo de 166 observadores internacionais, provenientes de praticamente todos os Estados membros da OEA, realizou uma contagem rápida cujos resultados afirmaram a precisão dos resultados oficiais divulgados pela CNE.

No que se refere ao apoio aos Estados membros no fortalecimento e modernização de suas instituições eleitorais, continuou-se em 2005 a prestar assistência a programas tais como o fortalecimento institucional na Guatemala e Honduras; a modernização da gestão do registro civil e de cidadãos de Honduras, Paraguai e Haiti; a promoção da participação do cidadão; o apoio aos processos de reformas legislativas no campo político-eleitoral na Guatemala; e a modernização das instituições eleitorais no Peru, Honduras e Equador.

Cumprе salientar no âmbito desses programas o apoio prestado ao Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti na organização e administração das eleições presidenciais. Nesse país, a OEA, mediante o apoio da Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti, conduziu o programa de assistência técnica eleitoral para a formulação e execução de um sistema de registro de eleitores, com base no qual se conseguiu: i) a emissão de um documento de identidade para mais de três milhões de haitianos; ii) a criação de um sistema de registro permanente; iii) a configuração de um cadastro eleitoral completo e confiável; iv) a confecção de um documento de identificação para os votantes; e, finalmente, v) o lançamento das bases de um sistema de registro civil.

Continuou-se também a promover a cooperação horizontal na área eleitoral entre os países do Hemisfério, por meio da Rede Interamericana de Tecnologia Eleitoral (RITE) e do Programa Interamericano de Tecnologia Eleitoral (PITE). Nesse contexto foi realizada a Quarta Reunião Interamericana de Tecnologia Eleitoral em Bogotá, Colômbia, da qual participaram mais de 20 autoridades eleitorais do Hemisfério.

Esse importante evento, que teve lugar em 6 e 7 de abril de 2005, em colaboração com a Organização Eleitoral da Colômbia, possibilitou que se desse prosseguimento ao esforço de promover e fortalecer o intercâmbio de conhecimentos, práticas e experiências em tecnologia eleitoral junto a autoridades vinculadas a essa área. Como parte da mesma iniciativa, foram apresentadas as realizações da OEA e das diferentes autoridades eleitorais interamericanas nesse último ano e se deu a conhecer o alcance das novas tecnologias por elas adquiridas ou desenvolvidas.

Mediante o Convênio de Cooperação Horizontal assinado com o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, continuou-se a apoiar a realização de exercícios piloto de voto eletrônico no Paraguai, Panamá e República Dominicana.

Finalmente, no campo dos “programas especiais”, deu-se andamento em 2005 à implementação do Programa de Facilitadores Judiciais Rurais na Nicarágua.

Fortalecimento do Poder Legislativo

No âmbito da cooperação interparlamentar, o Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas (PAFIL) prestou assessoramento e assistência técnica à Reunião de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Latina, em Bogotá, Colômbia.

Com respeito à questão do combate à corrupção e transparência da gestão legislativa, o Programa manteve reuniões com o Grupo de Parlamentares Latino-Americanos contra a Corrupção (PLACC) e realizou a Conferência sobre Ação Legislativa contra o Terrorismo nos Estados do Caribe Oriental, em São Vicente e Granadinas.

O PAFIL assumiu a coordenação de um projeto sobre a responsabilidade dos Poderes Legislativos frente aos tratados de livre comércio, apresentado pelo Fórum de Presidentes de Poderes Legislativos da América Central e da Bacia do Caribe e financiado pelo FEMCIDI. Na primeira fase foi aprovada a realização de uma pesquisa sobre a agenda para se fazer frente à exigência de competitividade decorrente dos acordos comerciais internacionais.

Departamento para a Promoção da Governabilidade

A sustentabilidade de um sistema político democrático se baseia na solidez e vitalidade de suas instituições e de sua cultura política. É por esse motivo que o Departamento tem como missão prestar assessoramento, informação e apoio técnico à Secretaria-Geral da OEA e aos Estados membros no fortalecimento das instituições e da cultura democrática.

Promoção de valores e práticas democráticas

Os artigos 26 e 27 da Carta Democrática Interamericana solicitam à Secretaria-Geral que apóie o fortalecimento da cultura democrática por meio de programas de educação da infância e da juventude, como forma de assegurar a permanência dos valores democráticos, inclusive a liberdade e a justiça social. Para isso é imperioso incentivar e promover o desenvolvimento de valores e práticas democráticas para despertar e alimentar o interesse, compromisso e espírito participativo das novas gerações do Hemisfério nos processos políticos democráticos.

Desde 1995, a OEA, por intermédio do Programa de Promoção de Liderança e Cidadania Democrática, é uma referência hemisférica na área de formação de uma nova liderança democrática. O programa disponibiliza recursos acadêmicos e metodologias modernas para a capacitação de jovens líderes do Hemisfério, por meio de cursos regionais e nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticas e

gestão política. Os cursos têm por objetivo fortalecer o conhecimento que os jovens líderes têm da democracia e o compromisso que com ela assumiram; facilitar o uso de ferramentas de análise política; capacitar os jovens no uso de tecnologias modernas da informação e das comunicações aplicadas à prática da política; e promover a análise e intercâmbio de experiências entre os jovens líderes da região. Trata-se de cursos intensivos, de aproximadamente nove dias de duração, que abrangem teoria, exercícios analíticos e estudos de caso sobre temas tais como os desafios à democracia; os partidos políticos e sistemas eleitorais; a comunicação política; as técnicas de negociação e liderança. Os docentes dos cursos são reconhecidos especialistas e eminentes personalidades políticas dos países da região.

Em 2005, foram realizados 13 cursos nacionais e regionais para jovens líderes sobre instituições, valores e práticas democráticas na Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Peru e Suriname. Participaram mais de 500 jovens líderes oriundos dos partidos políticos, dos meios de comunicação, do setor acadêmico, da sociedade civil e das forças armadas. O programa teve a colaboração de dezenas de instituições de contrapartida, inclusive o Banco Interamericano de Desenvolvimento e centenas de especialistas acadêmicos, presidentes e altos funcionários.

O programa também deu início ao curso a distância para professores do ensino fundamental e médio sobre a Carta Democrática Interamericana, bem como para o ensino de valores democráticos, com a assistência dos Ministérios da Educação do Peru e da Argentina. O curso piloto tem como meta principal capacitar 1.500 professores peruanos para que planejem “aulas democráticas” que formem jovens cidadãos democráticos.

De acordo com os mandatos da Quarta Reunião de Ministros da Educação, a Secretaria-Geral apoiou a formulação e implementação do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas, uma iniciativa hemisférica para promover a cultura democrática por meio da educação, da pesquisa, do aperfeiçoamento profissional, dos recursos educacionais e do intercâmbio de informação.

Programa de apoio aos processos de descentralização

Continuou-se a prestar apoio técnico à Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), cujo objetivo é contribuir para a implementação de compromissos das Cúpulas Interamericanas.

A RIAD concluiu a série de reuniões sub-regionais para o fortalecimento dos intercâmbios de experiências entre os governos centrais e promoveu o diálogo com protagonistas de processos locais, tais como associações nacionais e regionais de municípios e organizações da sociedade civil que participam do desenvolvimento local. Nesse contexto, complementando as reuniões sub-regionais centro-americanas e da CARICOM e o encontro dos países federais convocados no período anterior, o Peru, como Vice-Presidente Sub-Regional para a América do Sul, realizou o primeiro intercâmbio da RIAD para os Estados sul-americanos, em Lima, em agosto de 2005. Ao mesmo tempo iniciou o diálogo desses países com uma das associações regionais de municípios, a Federação Latino-Americana de Cidades, Municipalidades e Associações (FLACMA).

Além disso, a Jamaica, como Vice-Presidente Sub-Regional para os Estados da CARICOM, e o Governo de Trinidad e Tobago, como país sede, convocaram uma Conferência Ministerial em agosto de 2005 na qual atores chave de governos centrais, locais e da sociedade civil da região continuaram a examinar os desafios e realizações na área da descentralização e participação. Essa reunião teve o apoio do *Commonwealth Local Government Fórum*, que dela também tomou parte, e deu continuidade à constituição de um Foro de Ministros Caribenhos (*Caribbean Forum of Ministers*) acordado no ano anterior para coordenar o cumprimento dos compromissos e atividades tanto da RIAD/OEA como da *Commonwealth* nesses campos. Também se deu andamento à formulação de uma estratégia regional para

a descentralização e a participação comunitária e se aprovou o *Acordo de Port-of-Spain (Port of Spain Accord)* que registra os resultados e as decisões da reunião.

Com vistas ao fortalecimento da RIAD e em cumprimento a um mandato específico, a Secretaria Técnica dedicou-se à criação de um Grupo de Apoio Técnico e Financeiro com contribuições da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) e assistência técnica da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID). Também com assessoramento técnico de especialistas de 13 organismos sub-regionais, regionais e internacionais, em especial da *International City/County Management Association*, foi organizada uma feira sobre descentralização e melhores práticas municipais, atividade apresentada em vídeo e também de forma interativa com a participação de oito municípios do Hemisfério. A atividade foi coordenada com a Terceira Reunião Ministerial da RIAD. A Secretaria Técnica executou atividades de promoção e apoio técnico à RIAD, inclusive a página na Internet e um projeto de pesquisa centro-americano, “Fortalecimento da Descentralização na América Central”, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ademais de duas edições de um programa de capacitação *on-line* de seis meses, na área de descentralização e desenvolvimento local/regional, com a participação de formuladores de políticas em descentralização, administrado com a colaboração da Universidade Alberto Hurtado, do Chile.

As atividades da RIAD foram implementadas como prestação de contas à Terceira Reunião Ministerial da RIAD em Recife, Brasil, de 26 a 28 de outubro de 2005, e à Quarta Cúpula das Américas, em Mar del Plata, República Argentina, em novembro do mesmo ano. A Reunião Ministerial examinou o tema “Governos Locais, Participação do Cidadão e Desenvolvimento Regional: Combate à Pobreza, Geração de Trabalho e Renda e Governabilidade Democrática” e, além das sessões plenárias, dedicou espaço à análise dos temas em sessões de diálogo regional. O Governo do Brasil foi eleito para a presidência da RIAD e para as vice-presidências foram eleitos os Governos da Costa Rica, Chile, Jamaica e México, países que constituem uma comissão diretora para colaborar com a presidência na gestão da Rede e na execução das atividades sub-regionais. A primeira reunião dessa comissão diretora para o novo período, convocada pelo Brasil para 27 e 28 de março de 2006, aprovou um plano de enfoques temáticos e atividades de orientação da ação da RIAD em 2006 e 2007.

Finalmente, cumpre mencionar que a Quarta Cúpula das Américas, realizada em novembro de 2005, reconheceu em sua Declaração os esforços da RIAD nas áreas por ela examinadas.

Programa regional para a segurança das identidades no Caribe

No período a que se refere este relatório, foram executadas diversas atividades relacionadas com os projetos de fortalecimento e modernização dos registros civis em Belize, Dominica, Grenada, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Também prosseguiram as gestões para a realização de novas atividades nacionais em Antígua e Barbuda e Saint Kitts e Nevis.

O Professor Albert K. Fiadjoe, da Universidade das Índias Ocidentais (Cave Hill, Barbados) concluiu um estudo comparativo dos registros civis em vários países caribenhos. O estudo analisou as leis, normas e práticas organizacionais e administrativas de várias instituições responsáveis, com o propósito de estabelecer a identidade das pessoas, e formulou várias recomendações para o melhoramento do funcionamento dessas instituições, de acordo com a Declaração de Nuevo León, de 2004, especificamente quanto ao enfoque na “modernização do Estado como elemento importante para o fortalecimento da governabilidade democrática e da boa governança, conjugando eficácia e eficiência com melhor acesso aos serviços, transparência e responsabilidade na gestão, bem como a consolidação e a profissionalização da administração pública”.

A publicação desse estudo e a realização de uma reunião de âmbito ministerial estão sujeitas à obtenção dos recursos solicitados. Além disso, o planejamento da facilitação para promover a “cooperação horizontal” entre os países membros da CARICOM sobre o direito de identidade começou com o Escritório da Secretaria-Geral na Jamaica para dar início a um possível plano de capacitação para os empregados dos registros civis, em coordenação com o Departamento do Registro Geral (registro civil) desse país. Também esta parte do programa está sujeita à obtenção dos recursos solicitados.

Departamento para a Prevenção de Crises e Missões Especiais

Este Departamento, que substitui o Escritório para a Prevenção e Solução de Conflitos, é encarregado de apoiar o Secretário-Geral na prevenção e solução de crises político-institucionais que ocorram ou sejam passíveis de ocorrer na região. Nesse sentido, o Departamento busca integrar a capacidade institucional de análise política e de prevenção, manejo e solução de crises e conflitos.

Em 2005, em resposta às solicitações dos Governos da Bolívia, Equador e Nicarágua, prestou-se assistência técnica e assessoramento às missões enviadas a esses países. Essas missões tiveram a efetiva participação do Secretário-Geral e se desenvolveram em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e de resoluções da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

A Missão do Representante Especial do Secretário-Geral na Bolívia, chefiada por Horacio Serpa (Colômbia), se dedicou a facilitar a interlocução com os mais diversos atores, por meio da participação, com as autoridades nacionais e o povo da Bolívia, na busca dos caminhos do entendimento. O trabalho da Missão contribuiu para a realização pacífica de um processo eleitoral com a credibilidade e a legitimidade necessária para sua respectiva aceitação pelos que participaram da disputa, em que pese os múltiplos desafios existentes.

A Missão dos Representantes Especiais do Secretário-Geral no Equador, constituída por Sonia Picado (Costa Rica) e José Antonio Viera-Gallo (Chile), teve por meta o acompanhamento do processo de escolha dos membros da Corte Suprema de Justiça. A OEA apoiou os esforços do Governo do Equador no crítico processo de restabelecimento da Corte Suprema de Justiça após uma grave crise político-institucional desencadeada pela saída do Presidente Lucio Gutiérrez e sua substituição pelo Presidente Alfredo Palacio. O trabalho realizado em apoio ao reordenamento das instituições do Estado destacou o valor da ação coordenada da OEA, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade Andina de Nações (CAN), bem como de organismos nacionais e da sociedade civil.

A Missão do Representante Especial do Secretário-Geral na Nicarágua, chefiada por Dante Caputo, acompanhou o processo de diálogo nesse país de junho a outubro de 2005. A Missão facilitou o diálogo entre o governo e os diferentes setores da sociedade nicaragüense no contexto de uma crise política com potencial para afetar a institucionalidade democrática no país. Desse modo, a OEA apoiou os esforços do Governo da Nicarágua e dos diversos setores políticos para assegurar a governabilidade e restabelecer o equilíbrio de poderes do Estado por meio dos acordos celebrados, consolidados numa legislação-quadro adotada como medida para encaminhar a solução do conflito político no país e gerar condições para assegurar a estabilidade do Governo e o normal desenvolvimento do processo eleitoral.

De fevereiro de 2005 a março de 2006, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) participou de 20 desmobilizações das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) no âmbito do processo de paz liderado pelo Governo colombiano. Nesse período, a MAPP/OEA, por meio do trabalho de seus sete escritórios distribuídos no território colombiano, verificou a desmobilização, o desarmamento e a reintegração de mais de 18.000 combatentes das AUC. Nesse contexto, a MAPP/OEA implementou um projeto piloto destinado a comunidades afetadas pela violência, com intensa presença de indivíduos armados no município de Tierralta, Departamento de Córdoba. Mediante este projeto foram capacitados

líderes comunitários como conciliadores em equidade, para contribuir para a solução pacífica dos conflitos em suas comunidades. Esta Missão conta com uma especialista encarregada de incorporar a perspectiva de gênero ao desenvolvimento da MAPP.

Nesse período prosseguiu a implementação do Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), cujo objetivo principal é gerar capacidade institucional e fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais que facilitem processos de diálogo político e criem mecanismos para a administração de conflitos nos países da América Central.

No mesmo período também foram implementados o Programa de Gênero, Construção da Paz e Prevenção de Conflitos na Região Andina e o Programa de Sistemas de Prevenção e Solução de Conflitos da OEA na Bolívia (PSPRC), mediante o qual se apoiou o Governo boliviano na formulação e implementação de uma estratégia e uma política na área de conflitos e na capacitação de representantes do Governo e da sociedade civil no desenvolvimento de processos de negociação, diálogo político e solução de conflitos.

O Escritório deu continuidade ao seu trabalho de promoção de política interestatal por meio do Fundo de Paz. Nesse sentido, a Secretaria-Geral da OEA promoveu a assinatura do “Acordo sobre uma Estrutura de Negociação e Medidas de Fortalecimento da Confiança” entre os Governos de Belize e da Guatemala em 7 de setembro de 2005, mediante o qual esses países acordaram dar início a uma nova rodada de negociações. A Primeira Sessão de Negociação no Nível Ministerial foi realizada em 14 e 15 de novembro de 2005, em San Pedro, Belize. A Segunda Sessão ocorreu em 10 de fevereiro de 2006 na sede da OEA, em Washington, D.C. Nessa sessão, o Secretário-Geral propôs que fosse iniciado um processo de negociação da controvérsia territorial sobre a área marítima nela implicada.

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), cuja estrutura foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituída pelo Escritório do Secretário Executivo e pelos seguintes departamentos: Acompanhamento, Políticas e Programas; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Comércio, Turismo e Competitividade; Desenvolvimento Sustentável; e Desenvolvimento Social e Emprego.

Escritório do Secretário Executivo

A SEDI, por intermédio de seu Escritório Executivo, continuou em 2005 a prestar apoio aos órgãos políticos no âmbito do CIDI mediante uma coordenação efetiva com os diferentes escritórios da Secretaria. Continuou também a se dedicar à implementação de programas e à mobilização de recursos externos em apoio aos esforços envidados pelos países em prol de seu desenvolvimento e do progresso da região.

As principais iniciativas deste ano, uma época de transição institucional, são representadas pelas ações abaixo descritas, de cada um dos departamentos, seções e programas. Cumpre ressaltar a consolidação do Programa de Inovações e Alianças para o Desenvolvimento como nova estratégia de cooperação horizontal entre os governos da região, que propicia maior participação do setor privado e a oportunidade de com ele implementar acordos.

Novos mecanismos de cooperação

As iniciativas constantes do Programa de Inovações e Alianças se baseiam em três pilares: cooperação horizontal, participação do setor privado e capacitação de recursos humanos. Os projetos focalizam principalmente os temas governo eletrônico e desenvolvimento municipal, mas também se ocupam de outros temas como responsabilidade social da empresa e reciclagem de computadores. As atividades executadas contam com o apoio de diferentes áreas da Secretaria-Geral. O Programa recebe assistência da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), do Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os resultados da área de governo eletrônico se centraram principalmente nas atividades da Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (GEALC) e na capacitação on-line em governo eletrônico. A Rede GEALC foi consolidada e dela participam representantes de 31 países. A Rede dispõe de um portal (www.redgealc.net) e de dois facilitadores regionais. Como parte de suas atividades, foram mobilizados 14 especialistas de 12 países com vistas à organização de dois workshops de governo eletrônico no Caribe (Trinidad e Tobago) e Ottawa, em que se reuniram, respectivamente, 13 e 29 gerentes de governo eletrônico dos diferentes países da América e do Caribe.

Quanto a capacitação, ao se encerrar o ano de 2005, mais de 1.000 pessoas de todas as sub-regiões da OEA haviam sido capacitadas por meio do curso on-line de governo eletrônico. A colaboração estratégica com o ICA foi consideravelmente intensificada em 2005 mediante seu apoio à maioria das atividades de governo eletrônico. O acordo com a Microsoft possibilitou que se prestasse assistência a atividades de governo eletrônico de governos da região.

Como parte das atividades do programa Municípios Eficientes e Transparentes (MuNet), após o workshop sobre governo eletrônico no plano municipal (Caracas), foi iniciado o trabalho direto com 21 municípios das regiões andina e centro-americana, com vistas à formulação de estratégias de governo eletrônico, com a ajuda de consultores locais. Essas estratégias já foram formalmente apresentadas aos prefeitos em 70%

dos municípios participantes. Duzentos funcionários desses municípios foram capacitados por meio do curso de governo eletrônico acima mencionado. A SEDI criou um portal municipal de governo eletrônico, e-Muni, que os municípios do programa MuNet vêm testando e que possibilitará sua incorporação à sociedade da informação mediante a implementação de iniciativas específicas de governo eletrônico.

Além disso, a área de desenvolvimento municipal concentrou-se nas atividades do programa MuNet, que busca o fortalecimento da capacidade municipal nos temas cadastro/registro e governo eletrônico, com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do acordo com a Stewart Information International.

O Programa MuNet expediu convocação para a entrega de propostas na área de cadastro e registro, para recebimento de fundos semente destinados a trabalhos a serem iniciados em 2006. Cinco países foram selecionados: Costa Rica, El Salvador, Equador, Peru e Venezuela. No que diz respeito a intercâmbio de informações, foi produzido um CD com o relatório do workshop da OEA sobre cadastro e registro, realizado em 2004, do qual foram distribuídas mais de 500 cópias. Com o apoio do ICA, foi criado um grupo virtual de discussão sobre cadastro e registro, com a participação de mais de 160 especialistas e profissionais de toda a América Latina e o Caribe. No âmbito da capacitação do MuNet, com o apoio de especialistas da região e da Prefeitura de Gijón, Espanha, foi produzido um CD do curso de auto-estudo “Gestão Cadastral”, com a finalidade de contribuir para o melhoramento da gestão governamental. Mais de 500 cópias do CD foram distribuídas a municipalidades, associações municipais e outros organismos da região. Finalmente, o acordo com a Stewart Information International possibilitou a implementação de um sistema integrado de informação geográfica de cadastro/registro e arrecadação fiscal em Antígua e Barbuda. Este projeto foi apresentado aos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) em setembro, a fim de serem analisadas as possibilidades de reproduzi-lo nessa sub-região caribenha.

No âmbito do programa *Computers for Communities*, apoiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento (ACDI), a OEA, em colaboração com o ICA e o Ministério da Indústria do Canadá (IC), coordenou um último workshop regional para o Caribe, em Kingston (fevereiro de 2005). A iniciativa dispõe de um portal que presta informações e facilita o intercâmbio de experiências (www.cpc-cfc.net).

No que se refere ao tema responsabilidade social da empresa, o programa executado em conjunto pela AICD e pelo Foro EMPRESA, aprovado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), do BID, e pela ACDI, consolidou suas operações em 2005 com atividades de capacitação para grupos e empresas membros, especialmente nos países piloto (Chile, Peru, Brasil, El Salvador), além de divulgar informações sobre responsabilidade social da empresa em toda a região.

Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas

O Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas (DSPP), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: Acompanhamento das Reuniões Ministeriais, que atua como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), e Avaliação de Programas e Projetos, responsável pela administração e avaliação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e por outros projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento.

Acompanhamento das Reuniões Ministeriais

A seção coordenou as atividades de acompanhamento dos mandatos decorrentes da Assembléia Geral e da Décima Reunião Ordinária do CIDI, bem como dos aprovados nas diversas reuniões setoriais, no nível tanto ministerial quanto de comissões interamericanas.

Em colaboração com outras dependências da Secretaria-Geral, planejou, coordenou e apoiou os trabalhos preparatórios e a realização das seguintes reuniões setoriais: Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia; e Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. Consta da seção correspondente às atividades de cada área da SEDI uma relação mais completa dos acordos aprovados pelos Estados membros em cada uma das reuniões mencionadas.

Como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), planejou e coordenou a Décima Reunião Ordinária do CIDI. Em preparação para esta reunião, o DSPP organizou as reuniões dos diversos órgãos e elaborou os relatórios e documentos técnicos sobre os temas de sua competência; também contribuiu para o intercâmbio de informações especializadas vinculadas a políticas de cooperação nas áreas prioritárias do Plano Estratégico constantes da agenda do CIDI.

Finalmente, a seção teve a seu cargo o apoio ao trabalho da Junta Diretora da AICD mediante o processamento de consultas eletrônicas relativas à gestão dos projetos de cooperação técnica financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

Avaliação de Programas e Projetos

- Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2004

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004”, que abrange 109 propostas de projetos apresentadas por 31 países membros. O montante das solicitações para esse projeto foi de US\$11.863.018. O total de contribuições dos Estados membros para o FEMCIDI 2004 foi de US\$7.873.028,80.

O documento de proposta de programação, juntamente com a documentação pertinente aos projetos nele incluídos (proposta completa, relatórios de andamento, planos de trabalho etc.), foi encaminhado no início do ano às Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A reunião das CENPES correspondentes ao ciclo de programação FEMCIDI 2004 foi realizada de 3 a 5 de maio de 2005. Os 33 membros das oito Comissões avaliaram os projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD suas recomendações sobre os projetos que deveriam ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

O documento “Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004”, do qual constam as recomendações da reunião das CENPES, foi aprovado pela Junta Diretora da AICD em junho de 2005. Noventa e dois projetos, 52 multinacionais e 40 nacionais, foram aprovados, num montante total de US\$7.598.967,52. Para o financiamento do ciclo de programação FEMCIDI 2004 a Junta Diretora autorizou, além do uso das contribuições líquidas para o FEMCIDI 2004, a utilização de juros acumulados entre janeiro de 2004 e abril de 2005, fundos não programados e parte da Conta de Reserva FEMCIDI 2002.

Especificam-se a seguir o número de projetos financiados por conta e a distribuição dos recursos concedidos:

- Comércio: 9 projetos no total de US\$815.575
- Desenvolvimento social: 15 projetos no total de US\$1.061.280
- Educação: 27 projetos no total de US\$2.363.005

- Cultura: 3 projetos no total de US\$126.048,52
- Ciência e tecnologia: 16 projetos no total de US\$1.601.000
- Democracia: 4 projetos no total de US\$122.779
- Turismo: 6 projetos no total de US\$622.679
- Meio ambiente: 11 projetos no total de US\$819.917
- Desenvolvimento integral: 1 projeto no total de US\$66.583

Quanto aos projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2004, a Junta Diretora aprovou que seu período de execução fosse de meados de 2005 a novembro de 2006. Por ser este um período de execução mais extenso do que o habitual, de 12 meses, a Junta também decidiu que esse período não poderá ser prorrogado. A SEDI colaborou com a área de assessoramento jurídico da Secretaria-Geral na atualização dos instrumentos jurídicos (acordos e memorandos de execução) que regem a administração e execução dos projetos, bem como com as instituições executoras na preparação dos planos de execução que cada projeto deve apresentar a fim de receber o primeiro desembolso de recursos. Até meados de fevereiro de 2006, haviam sido desembolsados US\$3.087.058,81 para todos os projetos em execução.

- Execução FEMCIDI 2003 e FEMCIDI 2002

Em novembro de 2004, a Junta Diretora da AICD autorizou a prorrogação do período de execução de 73 projetos financiados pelo FEMCIDI 2003 e de dois projetos financiados pelo FEMCIDI 2002. A data de encerramento desses projetos foi determinada caso a caso e variou de fins de janeiro a fins de dezembro de 2005. Não houve possibilidade de solicitação de nova prorrogação, motivo por que a execução desses projetos se encerrou em dezembro de 2005.

A SEDI prosseguiu, com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros, o trabalho relativo ao monitoramento da elaboração e análise dos relatórios de andamento, prestou apoio às instituições executoras em casos em que apresentaram dificuldades para a coordenação de ações, em especial com respeito a projetos multinacionais, processou as transferências de recursos e analisou os relatórios finais recebidos.

- Capacitação em formulação de projetos

Prosseguiu a colaboração com os Estados membros na capacitação de pessoal no uso dos instrumentos necessários à formulação de projetos de cooperação multinacionais e nacionais que solicitam recursos de organismos internacionais de financiamento e de organismos regionais e nacionais de cooperação. Em 2005, foram realizados workshops destinados a funcionários governamentais e de organizações não-governamentais, em Honduras, Santa Lúcia, Panamá, México, Venezuela e Uruguai, nos quais foram capacitadas mais de 200 pessoas.

- Avaliação de projetos financiados pelo FEMCIDI

O segundo ciclo de avaliação de projetos financiados com recursos do FEMCIDI foi concluído em maio de 2005. A amostra selecionada para este segundo ciclo abrangeu 38 projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2001 e 2002, cuja data prevista de conclusão se situava entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003 (embora alguns projetos tenham prosseguido em 2004). Na amostra de projetos selecionados foram incluídos alguns de um ano de duração e outros plurianuais. Dos 38 projetos selecionados para serem avaliados pelos consultores independentes, 18 eram multinacionais e 20, nacionais. Vinte deles receberam financiamento de US\$100.000 ou mais.

Cumpra ressaltar que as avaliações mostram que 100% dos projetos avaliados observam um grau de coerência elevado com as políticas e prioridades dos governos, bem como com as prioridades fixadas pelos Estados membros no âmbito da OEA. Embora uma proporção considerável dos projetos (76%) tenha alcançado os resultados previstos, houve entre eles diferenças de grau, ao passo que 24% alcançou os resultados esperados, mas de maneira mais limitada. Também se pode afirmar que em grande medida (86%) esses projetos utilizaram adequadamente os recursos a eles proporcionados e que a relação entre seus custos e resultados foi razoável. No que se refere à sustentabilidade, não obstante essa categoria continuar a ser a mais frágil de todas as avaliadas (somente em 63% dos casos indicou-se que o fluxo de benefícios e impactos prosseguiria uma vez concluído o projeto), registrou-se uma ligeira melhora (5%) com respeito à sustentabilidade dos projetos avaliados no primeiro ciclo.

Como resultado acumulado do primeiro e segundo ciclos de avaliação, a SEDI definiu e agrupou as conclusões em três categorias de fatores: 1) fatores que contribuem para o êxito dos projetos; 2) fatores que dificultam o desenvolvimento ótimo dos projetos; e 3) lições aprendidas (elementos que devem ser levados em conta no melhoramento do processo de planejamento e execução de projetos). A finalidade desses fatores é facilitar o uso das conclusões por parte tanto das instituições coordenadoras e executoras quanto das que apresentem novas propostas de projetos e da Secretaria, de maneira que se possa melhorar a formulação e execução dos projetos e suas perspectivas futuras de sustentabilidade. Por esse motivo, dividiu-se cada uma das três categorias em subcategorias, considerando-se a formulação, a administração e a execução e a sustentabilidade dos projetos. Por conseguinte, e atendendo a instruções da Junta Diretora da AICD, esta informação foi transmitida aos Órgãos Nacionais de Ligação (ONEs), aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e às instituições que coordenam os projetos ou deles participam, para que seja utilizada no decorrer da fase de formulação de novos projetos e levada em conta na etapa de execução.

O terceiro ciclo de avaliação foi iniciado pela SEDI no segundo semestre de 2005 com a seleção de uma amostra de 27 projetos financiados pelo FEMCIDI 2002 e 2003. Os consultores independentes concluirão seu trabalho com a entrega dos relatórios nos primeiros meses de 2006, oportunidade em que os resultados das avaliações serão levados ao conhecimento dos Estados membros. O relatório com a análise dos resultados do terceiro ciclo será apresentado à Junta Diretora da AICD em meados de 2006.

Departamento de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

O Departamento de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (DECCT), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: Educação e Cultura (SEC) e Ciência e Tecnologia (SCT).

Educação

A Reunião Ministerial de Educação foi realizada pela primeira vez no Caribe. A Quarta Reunião, que teve sede em Trinidad e Tobago (Scarborough, 11 e 12 de agosto de 2005), aprovou por consenso a Declaração de Scarborough e os Compromissos de Ação, que traduzem as prioridades em ações concretas para os próximos dois anos. No dia anterior, havia sido organizado com o BID um seminário de alto nível sobre “Educação para a Democracia: Uma Agenda para a Ação”. Anteriormente ao seminário foram realizadas uma reunião preparatória (12 e 13 de maio de 2005), um diálogo virtual com organizações da sociedade civil moderado pela Organização Universitária Interamericana (OUI) e uma reunião de organizações internacionais comprometidas com a educação nas Américas.

A SEC, na qualidade de Secretaria Técnica, organizou a Quarta e Quinta Reuniões de Autoridades e a reunião da Comissão Executiva da Comissão Interamericana de Educação (15 e 16 de fevereiro e 8 e 9 de novembro de 2005), apoiando e incentivando seus trabalhos. Nas reuniões foi examinada a situação dos

projetos e atividades na esfera da CIE e o OECT apresentou um plano de trabalho preliminar 2005-07 baseado nos Compromissos de Ação da Quarta Reunião Ministerial.

Com referência ao apoio e assistência aos projetos hemisféricos e de Cúpula, os três projetos hemisféricos financiados pelo FEMCIDI nas áreas de equidade e qualidade, aperfeiçoamento docente, educação de nível médio e certificação de qualificação profissional, progrediram, apesar de diversos obstáculos operacionais e de comunicação, decorrentes de mudanças nos ministérios e países coordenadores. Prosseguiu a prestação de assistência técnica, de acordo com as solicitações recebidas.

No que se refere aos projetos de Cúpula, o Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE) continuou a coletar e a analisar os dados dos Estados membros relativos ao desempenho de seus sistemas educacionais e lançou seu Relatório do Panorama Educacional 2005. Em julho, o OECT participou da reunião de países coordenadores e assumiu a concepção e desenvolvimento da página na Web: www.prie.oas.org.

A Segunda Reunião do Foro Hemisférico de Educação (Brasília, 13 a 15 de junho de 2005), cujo objetivo é aprimorar a avaliação dos resultados educacionais nos Estados membros, teve a participação de 22 países, bem como do município de Quito, Equador, de peritos técnicos do PRIE e de representantes de organizações internacionais, de autoridades nacionais e internacionais e de observadores.

Quando ao tema Educação de Valores e Práticas Democráticas, em colaboração com o Ministério da Educação da Colômbia, foi organizado o Workshop Internacional de Qualificação da Cidadania, em Bogotá (25 a 28 de abril de 2005), cujo objetivo era promover uma análise do programa de qualificação do cidadão desse país.

Na Quarta Reunião Ministerial de Educação, os países aprovaram a criação do Programa Interamericano de Educação de Valores e Práticas Democráticas, com três componentes: 1) pesquisa; 2) aperfeiçoamento profissional e recursos educacionais; e 3) intercâmbio de informações. O Programa Interamericano será coordenado pela SEC, em cooperação com o Departamento para a Promoção da Democracia (OPD).

No que se refere à educação infantil inicial, a SEC prestou assistência técnica contínua aos Ministérios da Educação e às organizações internacionais neste campo. Em setembro de 2005, juntamente com a Unidade da Infância e Juventude, da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, e a Unidade de Avaliação da Educação, do BID, a SEC apoiou o “Simpósio Mundial de Desenvolvimento Infantil Precoce: Uma Prioridade para um Crescimento Sustentado”, com a finalidade de assegurar uma representação dos países da América Latina e do Caribe, mediante a participação de especialistas em avaliação de programas de educação inicial da região. Antes foram convocados os diretores nacionais de educação inicial e currículo para participar de um congresso internacional sobre o tema.

Cultura

O principal componente do Plano de Trabalho 2003-05 da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) e do Plano de Ação do México, aprovado pela Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura (México, agosto 2004), é o Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC). Como primeiro passo para a construção dessa infra-estrutura, foi criada a Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Observatórios de Políticas Culturais, constituída no decorrer de sua primeira reunião (Washington, 24 de agosto de 2005). A Rede procura promover o intercâmbio entre entidades afins na região e vem discutindo sua estrutura definitiva, ao mesmo tempo que efetua um levantamento para conhecer os temas, os problemas e o funcionamento dos observatórios culturais da região.

Foi realizada uma reunião de coordenação com o Convênio Andrés Bello e os países sede dos workshops sub-regionais sobre sistemas de informação cultural (Canadá, Chile e México) para, levando em conta as necessidades concretas de cada sub-região, definir um piso comum quanto a temas e metodologia. Os workshops se realizam a partir de março de 2006.

Na área da cooperação horizontal foi realizado o workshop "Projetos Integrais de Conservação e Desenvolvimento de Comunidades" (México, 19 a 23 de setembro de 2005), com o objetivo de compartilhar a experiência do México de envolver as comunidades na conservação e manutenção de seu patrimônio.

A Segunda Reunião da CIC (Washington, 24 e 25 de agosto de 2005) procurou definir seu Plano de Trabalho 2005-07, centrando-se para tanto em quatro temas principais: i. diversidade cultural e desenvolvimento sustentável; ii. infra-estrutura de informação cultural; iii. recomendações da sociedade civil à Segunda Reunião Ministerial de Cultura; e iv. Terceira Reunião Ministerial de Cultura. A CIC apresentou um parágrafo sobre a importância da diversidade cultural, que foi incorporado à Declaração de Mar del Plata.

Também nesse período foram eleitas as novas autoridades da CIC (2005-07), que ficou assim constituída: Canadá (Presidência), Brasil e Guatemala (Primeira Vice-Presidência) e Estados Unidos e Jamaica (Segunda Vice-Presidência). Solicitou-se às autoridades que preparassem o Plano de Trabalho, que no momento em que se conclui este relatório circula entre os Estados membros. O Canadá fez oferecimento informal de sede para a próxima Reunião Ministerial de Cultura, a ser realizada em Montreal no segundo semestre de 2006.

Ciência e Tecnologia

Em matéria de tecnologias da informação e redes avançadas, os esforços visaram a interconexão, com o objetivo de facilitar o acesso à nova geração de aplicações e tecnologias de Internet avançada na região, em diversas atividades e foros. Estreitaram-se os vínculos de cooperação com diferentes instituições, inclusive a Fundação Nacional de Ciências (NSF), o BID, a Internet2 e o Instituto Nacional da Saúde, e promoveu-se o fortalecimento da Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas (CLARA) e o diálogo entre esta rede, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e o Caribe (CRECTEALC), assinando-se, ademais, o acordo de cooperação OEA/CRECTEALC. Também se promoveu a criação de indicadores de ciência e tecnologia.

Colaborou-se com a CITEEL na área da conectividade para a pesquisa científica e avançada, a ser considerada pelos países como parte da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito, bem como na avaliação de cursos de curta duração para a região.

No tema gênero e ciência e tecnologia colaborou-se com o Gender Advisory Board da UNCSTD, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e a Cátedra Regional UNESCO - Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina, em ações destinadas à incorporação da perspectiva de gênero a programas e políticas de ciência e tecnologia. Também se colaborou na preparação do Relatório Internacional sobre Ciência, Tecnologia e Gênero (IRSTG-2006), da UNESCO-Paris, apoiou-se a participação de entidades chave nesse tema no diálogo com a sociedade civil na preparação da Quarta Cúpula e participou-se de diversos encontros e reuniões com instituições nacionais e regionais com vistas à análise da cooperação no melhoramento da educação de mulheres cientistas, destacando-se a Segunda Conferência Internacional de Mulheres na Física, da IUPAP.

Foram realizados cursos eletrônicos sobre ciência, tecnologia e sociedade com a contribuição do enfoque de gênero, organizados pela Cátedra Regional UNESCO e desenvolvidos na plataforma do Portal Educacional das Américas, da OEA.

Juntamente com a Agência dos Estados Unidos para o Comércio e o Desenvolvimento e a Federação Mundial de Organizações de Engenharia, e com o co-patrocínio de empresas privadas, foi realizado o simpósio “Engenharia para as Américas” (Lima, novembro de 2005), que reuniu numerosos participantes de 24 Estados membros e lançou as bases do movimento intersetorial para o melhoramento da formação em engenharia e tecnologia nas Américas.

Em reunião realizada em janeiro de 2006, formulou-se um plano estratégico para a implementação das recomendações do Simpósio. A iniciativa “Engenharia para as Américas” procura estabelecer um mecanismo para a promoção de reformas educacionais no plano regional, que, considerando as necessidades do setor produtivo, prepare os novos engenheiros com base em sistemas de acreditação transparentes, que favoreçam a mobilidade profissional, os níveis de investimento e a integração regional.

Proseguiu o acompanhamento das atividades relacionadas com o projeto multilateral do FEMCIDI “Capacitação para o uso seguro e sustentável da biotecnologia agrícola na América Latina e no Caribe”. Prestou-se assessoramento no uso da biotecnologia pelo programa do Fundo para Jovens Empresários das Américas (YABT) e pelos jovens cientistas da região.

Quanto aos serviços tecnológicos, como Secretaria Executiva do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), continuou-se a apoiar seu fortalecimento e o fortalecimento da Cooperação Interamericana de Acreditação. Prestou-se assessoramento e assistência técnica à realização da Décima Primeira Assembléia Geral do SIM (Trinidad e Tobago, outubro de 2005) e das reuniões de seu Conselho. Também prosseguiu o acompanhamento e a prestação de assistência técnica ao projeto de metrologia química e acreditação patrocinado na região pelo governo alemão, por intermédio da PTB. Esses esforços estão voltados para o apoio às PMEs, gerando emprego e melhorando a competitividade.

Na área de materiais e nanotecnologia, deu-se apoio ao fortalecimento da Colaboração Interamericana de Materiais (CIAM) e participou-se de sua atividade anual co-patrocínada pela NSF e pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México. Foram coordenadas ações com os países integrantes da CIAM interessados em colaborar na implementação da iniciativa hemisférica correlata.

No que se refere à promoção da participação da sociedade civil, em coordenação com a Secretaria de Cúpulas, envidaram-se esforços por promover e facilitar a participação e a contribuição de organizações da sociedade civil vinculadas à ciência-tecnologia-engenharia-inovação-educação em ciências (CTIIEC) no processo de diálogo deste setor no âmbito da preparação da Quarta Cúpula das Américas. Dentre os esforços que alimentaram os diálogos da sociedade civil em reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), da Assembléia Geral e da própria Cúpula, destaca-se a participação em cinco importantes eventos hemisféricos.

Também se apoiou o desenvolvimento de jornadas ibero-americanas nos temas tecnologias convergentes nano-bio-info-cogno, energia fotovoltaica e ressonância magnética nuclear, por meio de cursos de curta duração para profissionais da região, co-patrocínados pela OEA, pelo Programa CYTED e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Foi lançada a segunda edição da publicação Ciência, Tecnologia, Engenharia e Inovação para o Desenvolvimento: Uma Concepção para as Américas no Século XXI, que apresenta parte do processo preparatório da Primeira Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia no âmbito do CIDI.

Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade

O Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade (DCTC), estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído pelas seguintes seções: Comércio; Competitividade e Pequena Empresa; Turismo; e Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE).

Comércio

Esta área apóia os Estados membros, especialmente os de economias menores, no fortalecimento de sua capacidade institucional e em matéria de pessoal, a fim de que participem da implementação e administração de acordos comerciais e se beneficiem de mercados ampliados e aumentos nos fluxos de investimento.

No período 2005-06, foram desenvolvidas atividades nas seguintes modalidades:

- Apoio aos processos de negociação e implementação de acordos comerciais.
- Apoio aos Estados membros na formulação, programação e execução de projetos de cooperação horizontal na área de comércio.
- Trabalhos analíticos e estudos de política sobre comércio e outros assuntos relacionados com acordos de comércio e integração no Hemisfério.
- Esforços por aumentar a transparência e promover maior participação da sociedade civil na área de comércio.

Reconhecendo o papel que desempenha o setor privado como motor do crescimento gerador de emprego, o DTTC promove vínculos com esse setor, prestando apoio ao Fórum do Setor Privado da OEA, que se reúne antes da Assembléia Geral e das Cúpulas das Américas com o objetivo de dar andamento ao diálogo público-privado e promover iniciativas concretas vinculadas à agenda de desenvolvimento integral da OEA. Foram duas as atividades realizadas em apoio ao Fórum do Setor Privado. O Primeiro Fórum do Setor Privado, realizado em Fort Lauderdale, Estados Unidos, por ocasião do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, em junho de 2005, e o Segundo Fórum do Setor Privado, que teve lugar em Buenos Aires, Argentina, em 2 de novembro de 2005, na Quarta Cúpula das Américas, que propiciou um importante espaço de diálogo entre representantes de entidades empresariais – nacionais, regionais e interamericanas – e de empresas e companhias do setor privado das Américas, que formularam suas recomendações aos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA sobre estratégias para a criação de emprego, a promoção da competitividade e produtividade por meio da educação e da tecnologia e o fortalecimento da governabilidade e da transparência.

O DTTC apóia os esforços dos Estados membros por aumentar a transparência e promover maior participação de setores da sociedade civil mediante diversos projetos e atividades que organiza para jornalistas, parlamentares, acadêmicos e outros grupos interessados.

Competitividade e pequena empresa

No que se refere ao tema competitividade, foram lançadas as bases para a assistência aos Estados membros em seus esforços por projetar, formular e implementar políticas que tenham impacto na competitividade e os prepare para aproveitar os benefícios do comércio. Também se promoveu o diálogo

público-privado interamericano de maneira que as políticas e programas de promoção da competitividade reflitam as necessidades do setor empresarial e redundem em maior prosperidade.

Quanto ao tema pequena empresa, a OEA vem apoiando o desenvolvimento da MPME na América Latina e no Caribe mediante iniciativas multinacionais em qualidade, gestão da inovação, empreendimento, associatividade, gestão de exportações e outras áreas de ação. Procura-se atualmente apoiar um melhor uso de serviços da Internet e meios digitais para ampliar o apoio à MPME nessas áreas de ação, melhorar seu acesso aos mercados de compras governamentais e levá-la a competir nos mercados internacionais.

No período a que se refere este relatório as atividades se centraram no seguinte:

- Fortalecimento da capacidade das MPMEs e da estrutura institucional que as apóia de fazer melhor uso de serviços da Internet e meios eletrônicos, a fim de fortalecer a competitividade para o comércio e o desenvolvimento. Neste primeiro ano as ações se voltaram para a definição de serviços acessíveis através da Internet e se realizam num espaço de colaboração entre governo, associações de MPMEs e organismos técnicos que prestam serviços empresariais e outros à MPME. A aprendizagem foi iniciada com o uso de serviços da Internet e meios eletrônicos para a criação de empresas, associação e encadeamento, gestão de exportações e participação competitiva da MPME em compras governamentais.
- Estratégias para o desenvolvimento da E-MPME. Análise de lições aprendidas e melhores práticas simultaneamente ao desenvolvimento de ações piloto na formulação de estratégias para o desenvolvimento da E-MPME, ou seja, da capacidade da MPME de utilizar serviços disponíveis eletronicamente, como o de governo eletrônico, e participar do comércio eletrônico.
- O programa de compras governamentais procura contribuir para a eficácia, eficiência e transparência das aquisições e contratações públicas nos Estados membros da OEA.

As atividades deste programa no período 2005-06 são descritas a seguir.

- Fortalecimento da capacidade das instituições responsáveis pelas compras governamentais nos Estados membros da OEA, com vistas à formulação de estratégias e programas destinados a melhorar os processos e sistemas de compras governamentais, em especial mediante o uso de sistemas eletrônicos de compras através da Internet.
- Apoio às iniciativas da Rede Interamericana de Compras Governamentais, dirigida pelas autoridades nacionais de compras governamentais, de que também participam organizações do setor privado e a sociedade civil.
- Organização da cooperação quanto às prioridades de ação estabelecidas pelas autoridades de compras, dentre as quais se destacam a formulação de estratégias para o desenvolvimento de compras governamentais eletrônicas e a modernização em geral, a participação da MPME em compras, bases para a harmonização de práticas de compra e formação profissional e capacitação de administradores e responsáveis por compras governamentais.

Turismo

Nesta área apóia-se o diálogo político e técnico interamericano para o desenvolvimento do turismo, bem como a ação conjunta em projetos e atividades multinacionais, com especial atenção para o desenvolvimento da pequena empresa turística, da segurança e do bom manejo ambiental, desse modo

procurando contribuir para a competitividade dos destinos turísticos da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais. As atividades se centraram em:

- Apoio à realização dos Congressos Interamericanos de Turismo, reunião de nível ministerial que se realiza no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA.
- Gestão de qualidade e comercialização na micro, pequena e média empresa turística (MPME turística), em especial em pequenos hotéis. Destacam-se os aspectos vinculados ao estabelecimento de normas, capacitação e certificação, bem como a associação e encadeamento para a comercialização pela Internet e o uso de meios eletrônicos. A gestão de qualidade abrange a gestão ambiental e de segurança. Este foi o eixo central de ação no Caribe e na América Central nos últimos anos.
- Preparação para a redução do impacto de desastres naturais e causados pelo homem, que influenciem a infra-estrutura turística da CARICOM, e para o processo de recuperação desses desastres. Trata-se de um projeto novo no Caribe.
- Estratégias de promoção do desenvolvimento da MPME turística. Este novo projeto guarda relação com os mandatos sobre apoio ao desenvolvimento da MPME turística e mais especificamente sobre apoio à formação profissional, capacitação e uso de serviços na Internet e meios digitais. As consultas com autoridades e técnicos dos países recomendam que se dê prioridade inicial ao fortalecimento da capacidade nacional para a preparação de estratégias e aos aspectos de qualidade, associatividade e comercialização.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O SICE compila e divulga em sua página na Internet informação sobre comércio e integração econômica. Tem por objetivo proporcionar informação atualizada e completa sobre comércio no Hemisfério, nos quatro idiomas oficiais da OEA. Desde que o conteúdo do SICE foi disponibilizado em sua página na Web (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou de maneira regular, chegando em 2005-06 a uma média de mais de 6.000 visitantes por dia.

O SICE dispõe de documentos relativos aos seguintes temas: acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; processo da ALCA; arbitragem comercial; comércio eletrônico; política de concorrência; propriedade intelectual; barreiras técnicas ao comércio; serviços; instituições relacionadas com o comércio; informação geral sobre os países; empresas e câmaras de comércio; dados quantitativos, inclusive fluxos de comércio, tarifas e preços.

Algumas das atividades do SICE no período 2005-06 se concentraram em: i) promover a transparência por meio da página do Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE) na Internet, que centraliza e divulga informação sobre comércio e assuntos conexos nas Américas; ii) projeto dos Centros de Referência Comercial do Caribe para toda a CARICOM. Desenvolvido para facilitar o acesso à informação nos temas considerados nas negociações comerciais, com a finalidade de aumentar o conhecimento de que se dispõe sobre os temas comerciais nos países do Caribe.

Departamento de Desenvolvimento Sustentável

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, de 14 de fevereiro de 2006, é a entidade da Secretaria-Geral responsável pelo assessoramento e apoio na área

do desenvolvimento sustentável e meio ambiente, em cumprimento aos mandatos decorrentes dos órgãos de governo e das Cúpulas das Américas.

Atividades de Apoio para a Elaboração de Políticas

O DDS prestou assessoramento e apoio técnico-operacional a diferentes eventos regionais, dentre os quais cumpre salientar a Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, por determinação da CEPCIDI por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável. Para essa finalidade, coordenou-se a realização do workshop “Agricultura, Silvicultura e Turismo Sustentáveis”, realizado em São José, Costa Rica, e deu-se continuidade à preparação dos workshops sobre recursos hídricos e gestão de risco de desastres naturais, a serem realizados em 2006.

Também prestou apoio técnico e assessoramento ao Órgão de Consulta Conjunto sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão do Risco, da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI), com o objetivo de dar andamento ao cumprimento do disposto na resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05). Participou das reuniões desse Órgão, contribuindo para o intercâmbio de experiências e métodos de análise da vulnerabilidade ao risco e dos custos e benefícios de se investir na redução dos desastres naturais.

Elaboração de Projetos, Programas e Atividades

O DDS continuou a prestar assistência aos países na formulação, elaboração e execução de políticas, projetos e programas, em especial para fazer face aos desafios que os Estados membros devem enfrentar quanto ao desenvolvimento integral dos recursos hídricos, sobretudo nas bacias fluviais internacionais; ao desenvolvimento sustentável das zonas fronteiriças; à gestão de áreas costeiras e adaptação à mudança climática; à conservação da diversidade biológica; à gestão ambiental e econômica; à redução de desastres naturais; à energia sustentável e à eficiência energética; e à participação pública. Enumeram-se a seguir as ações e projetos que constituem esta área. Consultas mais pormenorizadas poderão ser feitas mediante o acesso a www.oas.org/dds.

- Gestão de recursos hídricos
 1. Implementação de práticas de manejo integrado de recursos hídricos para o Pantanal e a Bacia do Alto Rio Paraguai.
 2. Gestão integrada das atividades terrestres que afetam as áreas marinho- costeiras da Bacia do Rio São Francisco.
 3. Implementação do Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo.
 4. Programa de Ação Estratégico para o Manejo Integrado de Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan.
 5. Estrutura para a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Prata com relação aos efeitos hidrológicos da variabilidade e mudança climática.
 6. Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani.
 7. Capacitação na pesquisa e gestão relacionadas com o aquífero transfronteiriço, com vistas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani.
 8. Gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas.
 9. Gestão sustentável da terra no ecossistema transfronteiriço do Gran Chaco Americano.
 10. Plano de ação estratégica para a Amazônia brasileira.
 11. Plano de ação para o desenvolvimento integrado do Vale do Paranaíba.
 12. Aperfeiçoamento do manejo de recursos hídricos no Brasil.

13. Preparação e execução dos mecanismos de divulgação de lições aprendidas na gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços.
 14. Rede interamericana de recursos hídricos.
- Gestão do risco de perigos naturais
 1. Programa de Capacitação em Redução de Riscos do Caribe (CHAMP).
 2. Federação de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) – Programa de Avaliação da Vulnerabilidade e Capacidade (VCA) na América Central, com base na comunidade.
 3. Programa de Redução de Desastres das Instalações Universitárias nas Américas.
 4. Técnicas de avaliação de vulnerabilidade.
 5. Mudança climática: Organização das Ciências para a Cordilheira Americana.
 - Conservação e uso sustentável da biodiversidade
 1. Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN).
 2. Sistema de Registro de Propriedade na América Latina e no Caribe.
 3. Desenvolvimento sustentável e conservação biocultural na região fronteiriça entre o Brasil e o Suriname.
 - Gestão de zonas costeiras e adaptação à mudança climática
 1. Atividade sobre mudança climática relacionada com São Vicente e Granadinas.
 - Promoção da energia sustentável
 1. Programa de Energia Renovável nas Américas.
 2. Aliança da América Latina e Caribe para Energia Renovável e Eficiente.
 3. Projeto de Desenvolvimento Geotermal do Caribe Oriental (Geo-Caraïbes).
 4. Iniciativa Global de Energia Sustentável para Ilhas.
 - Direito ambiental, política e economia
 1. Avaliações ambientais e capacitação no contexto do livre comércio.
 2. Avaliações ambientais da Comunidade Andina e da América Central.
 3. Avaliação da sustentabilidade da cadeia produtiva da soja.

Fontes de Financiamento

Uma percentagem considerável (90%) do financiamento do desenvolvimento das atividades e projetos anteriormente citados provém de fontes externas, tais como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), os Estados membros e organismos regionais e internacionais de cooperação. O montante da cooperação técnica administrado anualmente pelo DDS é de aproximadamente US\$10 milhões.

Temas Multissetoriais

O DDS apoiou, nas atividades por ele executadas, políticas e projetos de alcance multissetorial, em áreas como agricultura e turismo sustentáveis, e colaborou com os países na definição das causas dos processos de degradação de terras e dos instrumentos para combatê-los. Por meio dessas ações, contribuiu para

facilitar a elaboração de políticas hemisféricas em assuntos relacionados com a governabilidade de temas ambientais; a inclusão de instituições locais e municipalidades na tomada de decisões e na promoção de mecanismos de participação pública e cívica que propiciem oportunidades a grupos indígenas, mulheres, organizações comunitárias e não- governamentais, a fim de formar alianças na busca do desenvolvimento sustentável.

Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego

O Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: a de Desenvolvimento Social e a de Emprego.

No período a que se refere este relatório iniciou-se a elaboração da Carta Social das Américas e, como parte da equipe da Secretaria-Geral encarregada de apoiar as atividades do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI na execução dessa tarefa, prestou-se apoio técnico à elaboração de documentos para as discussões do Grupo de Trabalho.

No que se refere às funções de Secretaria Técnica da Comissão Coordenadora da Rede Social da América Latina e Caribe, que reúne fundos de investimento social e outros organismos de combate à pobreza, prestou-se apoio à coordenação de sua conferência anual, realizada em Cuzco, Peru, em setembro de 2005, administrou-se o fundo voluntário especial e participou-se de atividades de cooperação, dentre as quais se destaca o encontro da Rede Social com autoridades do governo basco em Bilbao, em outubro de 2005.

Em cumprimento ao Plano de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES), o Governo do Chile patrocinou, com o apoio do DDSE, o workshop internacional “As Comunidades de Aprendizagem: Experiência do Programa-Ponte “Chile Solidário”, em Viña del Mar, em julho de 2005. O workshop teve a participação de representantes de 23 Estados membros que puderam compartilhar suas experiências em matéria de proteção social. Além disso, desenvolveu-se um projeto de promoção das micro, pequenas e médias empresas e de reflexão sobre seu desenvolvimento como estratégia de combate à pobreza e geração de emprego.

No que se refere ao tema trabalho, foi realizada em 2005 a Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), da OEA, em setembro, na Cidade do México. A Conferência teve grande participação dos Ministros do Trabalho do Hemisfério, de organizações de trabalhadores e empregadores e de representantes de vários organismos internacionais. Os Ministros aprovaram a Declaração e o Plano de Ação do México, que orientam a cooperação hemisférica nas questões trabalhistas. Enviaram, ademais, mensagem à Quarta Cúpula das Américas, que foi inserida na Declaração de Mar del Plata, em que se ressalta a contribuição vital dos Ministérios do Trabalho para a consecução dos objetivos da Cúpula, a promoção do trabalho decente e as políticas de incentivo ao investimento e ao crescimento com equidade.

Como parte dos trabalhos preparatórios da Décima Quarta CIMT, a Secretaria coordenou um amplo processo de negociação, constituído por três reuniões preparatórias e um Foro Virtual, e continuou a fortalecer as atividades dos Grupos de Trabalho da CIMT, que se reuniram em abril de 2005, em Buenos Aires. Promoveu-se e consolidou-se a participação de trabalhadores e empregadores, agrupados nos órgãos assessores COSATE e CEATAL, na Conferência e na Quarta Cúpula das Américas, continuou-se a desenvolver a estratégia de cooperação horizontal entre os Ministérios do Trabalho e estreitaram-se seus vínculos com outros organismos internacionais. Nesse sentido, cumpre salientar o Memorando de Entendimento assinado em setembro de 2005 entre a Secretaria-Geral da OEA e a Direção-Geral da OIT.

SUBSECRETARIA DA SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

A Subsecretaria da Segurança Multidimensional foi criada mediante Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, a Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo e o Departamento de Segurança Pública.

Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembléia Geral em 1986, tem por base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Sua Secretaria Executiva foi criada, em nível departamental, pela Ordem Executiva N°05-13 Rev. 1.

O programa de combate às drogas da CICAD, de que se encarrega a Secretaria Executiva, é dividido nas seguintes áreas: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), Redução da demanda, Redução da oferta e desenvolvimento alternativo, Desenvolvimento jurídico, Fortalecimento institucional e Observatório Interamericano sobre Drogas. Para melhor focalizar suas atividades de capacitação e estudos de especialização, foi criada em 2005 a Seção de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa.

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

A Comissão examinou e aprovou, em seu Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em São Domingos, República Dominicana, de 26 a 29 de abril de 2005, os relatórios sobre os 33 países e o Relatório Hemisférico da Terceira Rodada de Avaliação (2003-04) do MAM. Também se recomendou que uma delegação da CICAD visitasse Antígua e Barbuda para assegurar sua participação no processo do MAM. Essa visita ocorreu em agosto e conseguiu do governo daquele país o compromisso de renovar sua participação, o que foi cumprido.

Foi elaborada e lançada uma estratégia de promoção do MAM e seus benefícios para os governos, uma vez que o êxito do processo depende de múltiplas instâncias governamentais para que se possa recolher as informações solicitadas.

O Grupo de Peritos Governamentais (GPG) do MAM se reuniu em Washington, D.C., em outubro de 2005, para discutir e avaliar os indicadores, procedimentos e prazos do processo do MAM, bem como para elaborar recomendações para o aperfeiçoamento do Mecanismo. O GPG concluiu suas recomendações em fevereiro de 2006, já que a Quarta Rodada de Avaliação (2004-06) será iniciada em meados deste ano. Em novembro, o GPG analisou as informações apresentadas pelos países sobre o andamento da implementação das recomendações formuladas na Terceira Rodada.

Redução da demanda

O Programa de Redução da Demanda prioriza, por meio de seus programas e projetos, a capacitação de profissionais nos campos da prevenção e tratamento do uso indevido de drogas e do fortalecimento das instituições que se ocupam desses temas. O Grupo de Peritos em Redução da Demanda preparou e lançou a publicação *Es Hora de Prevenir: Lineamientos Hemisféricos de la CICAD en Prevención Escolar*, com a finalidade de fixar diretrizes claras nesta área prioritária. Também foram estabelecidos dois eixos de colaboração: com o Lions Clube Internacional, para promover seu programa de habilidades para a vida, e com o Centro de Informação de Estratégia Nacional (NSIC) dos Estados Unidos para o programa “Cultura da Legalidade”.

A CICAD assinou um acordo de cooperação horizontal com o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) do Chile. Esse acordo tem por objetivo desenvolver um programa de colaboração mútua para apoiar os programas de prevenção escolar dos países das Américas. O CONACE irá oferecer experiência no campo a sua equipe de especialistas.

Redução da oferta

Na área de redução da oferta foram oferecidos múltiplos cursos de capacitação no controle de drogas e precursores químicos, de que participaram funcionários de alfândega, policiais e portuários. Em 2005, a CICAD continuou a apoiar a Academia de Inteligência Antidrogas, com sede em Lima, por meio dos seminários de capacitação em temas relacionados com inteligência operacional e estratégica. Também foi realizado um curso para promotores na América Central.

Com a finalidade de melhorar o controle da distribuição e uso de substâncias químicas e produtos farmacêuticos, os dois grupos de peritos que se ocupam desses temas apresentaram recomendações pormenorizadas aos países. Outro grupo de peritos continuou a se ocupar da área de portos e vias marítimas para o transporte de drogas ilícitas.

Desenvolvimento alternativo

A Unidade de Oferta e Desenvolvimento Alternativo executa e coordena programas de desenvolvimento, compreendidos em um contexto de desenvolvimento alternativo integral e sustentado, em regiões de produção de cultivos ilícitos, tais como a Bolívia, a Colômbia e o Peru.

A CICAD participou de uma aliança inovadora entre a Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a indústria do chocolate representada pela Fundação Mundial do Cacau (WCF). Trata-se da ACCESO (Andean Countries' Cocoa Export Support Opportunity), que criará uma rede andina de cacau para aumentar a competitividade e a produtividade dos produtores de cacau da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Foi concluído em 2005 um estudo sobre o programa de aspersão aérea na Colômbia, que analisou o impacto desse programa na saúde humana e no meio ambiente. Também foi realizado um estudo em profundidade sobre o impacto de vários tipos de herbicidas usados no processamento e refinamento da cocaína e da heroína. Ambos os relatórios foram apresentados ao Governo colombiano e discutidos em diversos foros científicos, além de terem sido distribuídos via Internet.

Desenvolvimento jurídico

O Programa de Desenvolvimento Jurídico dispensou atenção ao controle de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, por meio de emendas ao Regulamento Modelo, destinadas a fortalecer os controles sobre as atividades dos intermediários de armas. Esses esforços se baseiam na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA).

Controle de lavagem de ativos

Um projeto conjunto BID-CICAD colaborou na capacitação e prestação de assistência técnica. Organizou e implementou diversos workshops para juízes e promotores, simulações de julgamentos sobre lavagem de ativos, cursos de especialização para policiais, agentes alfandegários e promotores, com a finalidade de rastrear os fluxos de ativos resultantes do tráfico ilícito de drogas.

O programa de fortalecimento das unidades de inteligência financeira atingiu suas metas na América do Sul e teve seqüência na América Central, mediante a tentativa de aí estabelecer essas unidades e capacitar suas equipes de profissionais. Com a participação das Nações Unidas, avaliou-se a viabilidade da criação de um programa interativo de capacitação na América Central. O Grupo de Peritos se reuniu para considerar temas como crime organizado, técnicas especiais de pesquisa, perdimento de bens, cooperação internacional e lavagem de ativos como delito penal.

Fortalecimento institucional

Em 2005, o programa de fortalecimento das Comissões Nacionais Antidrogas apoiou os países andinos na concepção e colocação em funcionamento de seus Observatórios Nacionais sobre Drogas e intensificou o projeto de descentralização das Estratégias Nacionais Antidrogas para os municípios, com a contribuição do Governo da Espanha. Esse projeto oferece cooperação aos escritórios centrais das Comissões Nacionais e dos municípios selecionados, na capacitação e equipamento das unidades destinadas à descentralização e na elaboração de planos municipais de prevenção do uso indevido de drogas.

Desenvolvimento educacional e pesquisa

Com oito anos de experiência, essa nova unidade conseguiu incorporar aos programas de graduação e pós-graduação de 16 escolas de enfermagem da América Latina importantes componentes do problema das drogas e ministrou essa capacitação a um total de 15.000 estudantes. Este modelo de colaboração vem sendo aplicado a outros tipos de educação superior: escolas de saúde pública, educação e medicina.

Foi assinado um memorando de entendimento com o Brasil para prestar apoio aos Estados membros interessados na introdução nos currículos das universidades de temas relacionados com o abuso de drogas; na implementação de programas de capacitação em pesquisa on-line para profissionais da saúde e áreas correlatas; e num estudo piloto sobre drogas, mulheres e violência, que terá a participação de 23 universidades de 11 países do Hemisfério.

Observatório Interamericano sobre Drogas

A unidade de estatística, pesquisa e informação da CICAD, o Observatório Interamericano sobre Drogas (OID), preparou novas metodologias de pesquisa sobre o consumo de drogas (SIDUC) para domicílios, estudantes universitários e pacientes em centros de reabilitação e em salas de emergência e prestou assistência técnica e financeira a diversas pesquisas sobre o consumo de drogas em 13 países. Foi publicado o Resumo Estatístico sobre Drogas 1994-2004, com informações sobre apreensões de drogas, produtos químicos e imóveis, erradicação de cultivos e pessoas detidas por delitos relacionados com drogas, além de um estudo comparativo do consumo de drogas baseado em pesquisas entre estudantes em cidades capitais da América Latina. Em sua fase piloto, o programa destinado a ajudar os Estados membros a avaliar o custo humano, social e econômico das drogas elaborou uma série de estimativas de custo nos sete países. Na Cúpula das Américas foi apresentado um relatório analítico e um manual de metodologias.

Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo

A Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) foi criada, em nível de departamento, pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1.

O programa de assistência técnica e capacitação especializada do CICTE vem sendo consolidado desde 2005. Com mais de 20 entidades associadas, no âmbito da OEA e externamente, aumentou substancialmente o volume dos programas, ao mesmo tempo em que foram abordadas novas esferas do

Plano de Trabalho. Também o serviço de assistência e consulta legislativa, administrado de maneira conjunta com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, continuou a prestar assessoramento prático aos Estados membros na revisão de sua legislação de combate ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo, para que seja coerente com as obrigações impostas por tratados internacionais e com os requisitos das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse trabalho torna-se especialmente importante à medida que mais países ratificam a Convenção Interamericana contra o Terrorismo e as convenções das Nações Unidas contra o terrorismo que lhe servem de base. Até esta data, 17 Estados membros ratificaram a Convenção Interamericana e 16 ratificaram as 12 convenções internacionais contra o terrorismo. A décima terceira convenção, referente ao terrorismo nuclear, foi aberta a assinatura em setembro.

Segurança portuária

Em parceria com a Administração Marítima dos Estados Unidos, a Organização Marítima Internacional e a Universidade Marítima Mundial, ministrou-se no ano passado capacitação na aplicação do Código ISPS sobre segurança portuária a 158 funcionários de segurança portuária de 30 Estados membros. Como cada vez mais Estados membros adquiriram condições de certificar o cumprimento do Código, foram incluídos novos cursos para instrutores em segurança portuária e capacitação mais especializada em inspeção de contêineres. Os portos dos Estados membros despacham 600.000 contêineres por ano somente para os Estados Unidos, motivo por que se considera que a maior segurança dos contêineres constitui um elemento essencial para que se mantenha um fluxo de comércio seguro e eficiente. Além disso, foi iniciado um programa de avaliação de segurança portuária em profundidade para quatro sistemas portuários nacionais, ademais de terem sido formuladas recomendações específicas e ministrada capacitação individualizada a cada um deles. Foi iniciada neste ano uma série de visitas de acompanhamento, a fim de se determinar a eficácia dessa capacitação.

Segurança de aeroportos

O programa de segurança de aeroportos é paralelo ao de segurança dos portos. A elaboração de um Memorando de Entendimento com uma agência contratante representou um trabalho mais longo do que era previsto. Em colaboração com a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) e com a Administração de Segurança do Transporte dos Estados Unidos, foram capacitados 81 funcionários de segurança de aeroportos de 24 Estados membros, em aspectos essenciais das normas de segurança da OACI. Também se prestou apoio a um seminário da OACI destinado a proporcionar aos Estados membros melhores condições de aplicar os novos requisitos, de 2006, do programa de inspeção de bagagem de mão Hold Baggage Screen (HBS). A assistência do CICTE possibilitou que participassem da reunião mais de 21 de Estados membros que, do contrário, não teriam podido participar.

Segurança de alfândegas e fronteiras

Os Estados membros reconheceram o fato de que o fortalecimento dos sistemas de controle de alfândegas e fronteiras é um elemento essencial não somente para deter o movimento de terroristas e materiais perigosos, mas também para adquirir maior capacidade de fazer frente ao problema do contrabando de todo tipo e a possíveis atividades de tráfico de seres humanos. Uma estreita colaboração entre autoridades alfandegárias, de imigração e policiais é essencial para um eficiente controle de fronteiras, razão pela qual, em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações, foi iniciada uma série de estudos gerais nessa área, dos quais cinco foram realizados em 2005. Nesses estudos oferecem-se recomendações pormenorizadas aos Estados membros para o melhoramento de seus sistemas de controle de fronteiras. Pelas mesmas razões ministrou-se capacitação em mecanismos de elaboração e administração de programas de integridade profissional a 121 funcionários de alfândegas e outros serviços de aplicação da lei de 18 Estados membros. Finalmente, num workshop conjunto do CICTE, da

CICAD e do CCALA, foram capacitados 17 funcionários de alfândegas e aplicação da lei da CARICOM e dois do Haiti. O Departamento de Segurança Interior dos Estados Unidos prestou apoio chave a essa atividade, inclusive acesso às instalações de Port Everglades, para um trabalho de capacitação prática. Todos esses programas ajudam os Estados membros a elaborar uma doutrina operacional comum e a aperfeiçoar essa colaboração.

Legislação e assistência jurídica

O serviço de assistência legislativa e jurídica formulou um enfoque claramente diferenciado e eficaz para colaborar com os Estados membros na conciliação dos complexos problemas que implica a aplicação de um conjunto de acordos internacionais e normas legais nacionais. Para começar, foram organizadas reuniões sub-regionais para familiarizar os Governos dos Estados membros com os requisitos e as conseqüências dessas convenções. Em seguida, foram oferecidos workshops a Estados membros, individualmente considerados, para exame da legislação vigente e das leis pendentes de promulgação. Finalmente, foi ministrada capacitação especializada a funcionários da área jurisdicional, tais como promotores, sobre procedimentos técnicos relacionados com as convenções. Foi realizada no ano passado uma reunião sub-regional sobre legislação antiterrorista, para seis Estados do Caribe Oriental, seis workshops nacionais sobre legislação antiterrorista e dois programas sub-regionais de capacitação em assistência judicial mútua em casos relacionados com terrorismo para promotores. Em todos esses programas trabalhou-se em estreita relação com outras entidades interessadas, como a CICAD, pertencente à família de entidades da OEA, e com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, um importante parceiro nesses programas. Em 2006, esse programa será ampliado em colaboração com o Governo da Espanha.

Segurança cibernética

Em cooperação com o Governo do Brasil, foi realizada, em setembro de 2005, a Segunda Reunião de Peritos Governamentais em Matéria de Segurança Cibernética, em São Paulo, ocasião em que se deu forma final aos planos de implementação de uma rede de alerta na área de segurança cibernética para as Américas. Nas próximas semanas será iniciada a execução desse plano, estabelecendo inicialmente uma rede eletrônica de equipes de resposta a incidentes de segurança (ERIS) nacionais nos Estados membros e em seguida ministrando capacitação a operadores de ERIS dos Estados membros, à medida que sejam definidos.

Outras iniciativas

Colaborar com os Estados membros da região do Caribe na preparação da Copa Mundial de Críquete de 2007 continua a ser um objetivo altamente prioritário da Secretaria.

Em colaboração com o Bureau Federal de Investigações dos Estados Unidos (FBI), ministrou-se capacitação especial em negociação de reféns a 38 oficiais de polícia de 12 Estados da região do Caribe. O acompanhamento desse curso foi realizado por meio do segundo exercício anual de política antiterrorista. O cenário deste ano, na Jamaica, se baseou num incidente com tomada de reféns em um acontecimento esportivo.

Em cooperação com o Governo de Trinidad e Tobago foi realizado o primeiro seminário de inteligência antiterrorista para executivos de segurança da região do Caribe. Participantes da região do Caribe, da Argentina e da Colômbia apresentaram exposições não sigilosas sobre possíveis problemas da região e analisaram mecanismos de intercâmbio de informação útil. A Argentina dará prosseguimento a essa atividade este ano, com um curso para profissionais de inteligência.

O Governo da Argentina também realizou um seminário regional sobre assistência judicial e cooperação no combate ao terrorismo e prevenção do financiamento do terrorismo para 65 funcionários governamentais de 11 Estados membros. Os participantes analisaram mecanismos de melhoramento da colaboração mútua em assuntos judiciais entre juízes, promotores e a Polícia Judiciária. A Secretaria prestou apoio à participação da Unidade de Inteligência Financeira da Colômbia no exercício sobre tipologias do GAFI, a fim de propiciar debates sobre novas tendências no financiamento do terrorismo. O CICTE possui status de observador no GAFI.

A fim de estabelecer uma rede regional de grupos de estudo de temas relacionados com segurança, até esta data foram definidos e contatados mais de 80 desses grupos, além de se ter estabelecido um diálogo com entidades acadêmicas e profissionais interessadas. Renovou-se completamente a página na Internet, o que provocou um aumento considerável de visitantes e transferência de arquivos.

Departamento de Segurança Pública

O Departamento de Segurança Pública foi criado mediante a Ordem Executiva 05-13 Rev.1, para centralizar e executar o trabalho de combate às novas ameaças à segurança constantes da Declaração sobre Segurança nas Américas, emitida em 2003. Iniciou suas atividades em 1º de março de 2006.

Uma vez que o Departamento não desenvolveu atividade alguma na maior parte do período a que se refere este relatório, as informações sobre muitas de suas áreas (criminalidade organizada transnacional e quadrilhas; armas de fogo, munições e explosivos; cooperação policial; e segurança especial dos pequenos Estados) são projetadas para o futuro. As informações sobre as atividades correspondentes às duas áreas do Departamento que antecedem sua criação (Remoção humanitária de minas e Tráfico de pessoas) são apresentadas a seguir.

Remoção humanitária de minas

O Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA) prestou assistência à Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru e Suriname no período a que se refere este relatório. Um dos resultados a serem ressaltados é que o Suriname e a Guatemala, com o apoio do AICMA, concluíram seus programas de remoção humanitária de minas e se declararam livres de minas antipessoal em março e dezembro de 2005, respectivamente.

Colaborou-se diretamente nessa área com os esforços dos Estados membros beneficiários na remoção de quase 9.000 minas no decorrer de 2005. A Nicarágua – o país mais afetado da América Central – alcançou 90% de sua meta de eliminar todas as minas antipessoal espalhadas em seu território por ocasião do conflito armado interno. Prevê-se a conclusão do esforço principal da Nicarágua em fins de 2006 e o encerramento das operações de remoção de minas em meados de 2007.

Em 2005, foram realizadas operações de remoção de minas na fronteira entre o Peru e o Equador. Dando continuidade ao acordo de cooperação com o Governo da Colômbia, assinado em 2003, foi realizado um seminário sobre remoção humanitária de minas no primeiro trimestre de 2005, com vistas ao intercâmbio de lições aprendidas entre o programa e os diferentes organismos que atuam nessa área. Em outubro do ano passado, uma equipe de capacitadores do programa, com o apoio da Junta Interamericana de Defesa (JID), capacitou um grupo de 40 militares colombianos nas tarefas de localização, sinalização e limpeza de campos minados. Prevê-se a continuação em 2006 da remoção de minas de 33 outros campos minados que se acham sob jurisdição militar.

No propósito de atender às necessidades da população afetada, o AICMA continuou a oferecer apoio ao projeto de assistência a vítimas de minas e artefatos não-detonados. Este programa beneficiou aproximadamente 800 vítimas, localizadas principalmente na Nicarágua.

Finalmente, no que se refere ao trabalho de educação preventiva das populações afetadas por minas, o AICMA apoiou campanhas de sensibilização na Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua e Peru, que divulgaram informações sobre o perigo das minas para mais de 200.000 pessoas que vivem em áreas afetadas. O conjunto de realizações do programa também foi publicado na imprensa local e internacional, com vistas à maior divulgação dessa iniciativa.

Combate ao tráfico de pessoas

No período a que se refere este relatório prosseguiu a implementação dos mandatos das resoluções AG/RES. 2118 (XXXV-O/05), “Combate ao delito do tráfico de pessoas”, e CIM/RES. 225 (XXXI-O/02), “Combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças”.

Juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), continuou-se a desenvolver a segunda fase do projeto contra o tráfico de pessoas no México e na Bolívia. Também para conscientizar a respeito do flagelo que representa o tráfico de pessoas e para que esse tema seja abordado no plano hemisférico, foram organizados workshops e seminários de capacitação e conscientização nos seguintes países: Belize (abril), Peru (abril), Bolívia (julho e outubro), Equador (agosto), Guatemala (setembro e dezembro) e México (março, maio e outubro). Esses seminários destinaram-se a representantes governamentais que atuam nessa área, advogados, diplomatas, policiais, funcionários de migração, organizações não-governamentais, adolescentes, meios de comunicação etc.

No Haiti, vem-se trabalhando em conjunto com a Unidade contra o Tráfico de Pessoas da Polícia Nacional do Haiti (PNH). O projeto contribuirá para a capacitação profissional da polícia, para o controle do uso dos recursos internacionais destinados à Brigada de Menores, bem como para a organização de atividades nessa área. Também se deu início ao projeto de pesquisa sobre o tráfico de pessoas no Haiti, que procurará determinar seu impacto no país.

Foram realizadas exposições em numerosos eventos internacionais, tais como os seguintes: Seminário de Conscientização e Capacitação para o Combate ao Tráfico de Pessoas, Lima, Peru, abril de 2005; Segundo Fórum Atlântico-Europa-América, Madri, Espanha, 13 de julho de 2005; Seminário de Capacitação, Quito, Equador, agosto de 2005; série de seminários sobre migração e tráfico internacional de seres humanos, Nações Unidas, Nova York, N.Y., 18 de outubro de 2005; Primeiro Congresso Latino-Americano das Forças de Segurança Policiais para Pessoas Desaparecidas, Santiago, Chile, 19 a 21 de outubro de 2005; reunião da Comissão Especial sobre Criminalidade Organizada Transnacional, Washington, D.C., fevereiro de 2006; reunião “O Tráfico de Pessoas e a Exploração Sexual Comercial Infantil”, Puebla, México, 1º de março de 2006; seminário “Tráfico Ilícito e Tráfico de Pessoas: A Necessidade de Legislar no Chile”, Santiago, Chile, 30 de março de 2006; Seminário de Capacitação, La Paz, Bolívia, 31 de março de 2006. Participou-se também do lançamento do Portal Eletrônico da Rede Latino-Americanos Desaparecidos, em La Paz, Bolívia, em 25 de novembro de 2005, e na Cidade de Belize, Belize, em 26 de abril de 2006, e da elaboração do Plano Estratégico 2005-10 do Centro Interamericano de Combate ao Desaparecimento, Exploração e Tráfico (CIDETT), Lima, Peru, em 2 e 3 de fevereiro de 2006.

Cumprir salientar, finalmente, que foi realizada de 14 a 17 de março de 2006 a “Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas”, em Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, em cumprimento ao mandato da resolução AG/RES. 2118 (XXXV-O/05).

Criminalidade organizada e quadrilhas

Esta seção presta assistência técnica e jurídica os Estados membros no combate à criminalidade organizada. Em março de 2006 proporcionou-se apoio técnico à Presidência da Comissão Especial sobre Delinquência Organizada Transnacional na elaboração do Plano Hemisférico de Ação contra a Criminalidade Organizada Transnacional, com base em decisão tomada pela própria Comissão no sentido de que o Plano apresentasse um enfoque horizontal e abordasse todos os temas, em vez da visão temática original. A Comissão ainda continua, no momento em que se apresenta este relatório, a analisar o projeto do Plano de Ação. Uma vez aprovado pelos Estados membros, a seção será responsável pela coordenação da implementação dos mandatos que os Estados membros atribuam à Secretaria-Geral. A seção é responsável também pela prestação de assistência técnica no que se refere às quadrilhas, vistas como fenômeno independente da criminalidade organizada, como se percebe da resolução da Assembléia Geral AG/RES. 2144 (XXXV-O-05), “Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas”.

Armas de fogo, munições e explosivos

Esta área será responsável pela implementação dos mandatos da Assembléia Geral sobre armas de fogo, munições e explosivos, bem como pelo fortalecimento dos objetivos e mandatos da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Também prestará assistência aos Estados membros nos assuntos vinculados a proliferação, tráfico, identificação, recolhimento, controle e destruição de armas de fogo, munições e explosivos e servirá como centro de informação e observação desses temas no Hemisfério.

Cooperação policial

A Seção de Cooperação Policial se dedicará ao melhoramento da capacidade técnica das forças policiais da região mediante a colaboração em técnicas policiais, conhecimentos, melhores práticas, tecnologia e recursos humanos. A seção organizará seminários e workshops de capacitação, prestará assistência técnica às forças policiais e promoverá o intercâmbio de informações e o diálogo entre as forças policiais da região.

Segurança especial dos pequenos Estados

Os pequenos Estados, especialmente os Estados insulares, possuem características peculiares que os tornam vulneráveis aos riscos e ameaças de natureza multidimensional e transnacional vinculados a assuntos políticos, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e de salubridade. Nesse contexto, a cooperação multilateral constitui a maneira mais efetiva de responder a essas ameaças e preocupações comuns aos pequenos Estados, bem como de administrá-las. Esta seção se encarregará de prestar apoio a esses Estados na área da segurança pública, conforme disposto nas resoluções da Assembléia Geral sobre as preocupações especiais dos pequenos Estados insulares do Caribe.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Subsecretaria da Administração e Finanças (SAF) foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É assim constituída: Escritório do Subsecretário; dois Departamentos: Recursos Humanos e Serviços Orçamentários e Financeiros; e três Escritórios: Serviços de Informações e Tecnologia; Serviços de Compras; e Serviços Gerais.

Escritório do Subsecretário

O Escritório do Subsecretário, no período que abrange este relatório, continuou a apoiar os órgãos políticos da Organização por meio da coordenação com as diversas áreas da Secretaria-Geral. As principais atividades de 2005 constam das ações descritas em cada um dos departamentos, escritórios e seções.

Departamento de Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituído pelas seguintes seções: Remuneração e Benefícios; Serviços ao Pessoal; e Desenvolvimento Organizacional.

Em 2005, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) experimentou uma redução de pessoal ao passo que, ao mesmo tempo, teve um aumento nas solicitações de serviços de assessoramento e consulta. Neste período surgiram desafios nos serviços e informações prestados em matéria de benefícios (transporte, saúde, vistos) ao pessoal das administrações (do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto) entrantes e cessantes, orientação sobre as normas e procedimentos em matéria de recursos humanos, serviços de pessoal e orientação à nova gerência, além do recrutamento, classificações de cargos e administração de benefícios para o pessoal em todos os fundos ou fontes de financiamento. O detalhe do pessoal da Secretaria-Geral é ilustrado no Anexo D. Uma das iniciativas motivadas pela mudança de administração foi a elaboração de um manual em formato eletrônico de orientação para os novos membros de pessoal da Organização. Além disso, a mudança de administração deu lugar a diversas reestruturações. O DRH deu apoio em matéria de pessoal e gestão de cargos, além de atualizar e implementar mudanças extensas no sistema automatizado de informações.

Um aumento significativo no volume de atividades do DRH acompanhou a designação ao departamento da revisão no tocante para a conformidade com as normas e regulamentações para os Contratos por Tarefa (CPRs) da SG/OEA. Reconhecendo que a participação do DRH no processamento de CPRs acrescentaria complexidade e problemas de tempo, o DRH criou guias e instruções para as áreas clientes; normas e formas atualizadas; assessorou as diferentes áreas/clientes nos mecanismos para simplificar e otimizar procedimentos seguindo com as normas e os procedimentos nesta matéria, desenvolveu um banco de dados com as informações dos diferentes CPRs para assistir à adesão às regras e ao controle dos CPRs. Este trabalho incluiu diversas missões com grande volume de contratos fora da sede em Washington.

O volume de operações correntes que realiza o DRH, tais como recrutamento, concursos para vagas, classificações de cargos, concessão de benefícios e renovação de seguros, aumentou em 2005. O Departamento avaliou e processou 3.216 ações de pessoal e 425 certificados relacionados com o emprego, 688 tramitações relacionados com vistos G4 para os funcionários e consultores, 74 autorizações de trabalho para os dependentes de funcionários e consultores com visto G4 e 170 tramitações relacionadas com vistos G5; na área de viagens regulamentares, tramitou 109 viagens (ao país de origem, repatriações, recrutamentos e transferências).

O Departamento ofereceu os serviços de secretaria à Comissão Mista de Seguros e à Comissão de Fideicomisso do Fundo de Benefícios Médicos, dando apoio técnico aos membros, preparando o material para as reuniões e tomando ação nas decisões adotadas.

Além disso, apoiou diversas áreas oferecendo assessoramento em mecanismos alternos de contratação para ajudar a atender a necessidades das Missões, prestando assistência com estudos em matéria salarial.

Além destas funções regulares e recorrentes do Departamento, resumem-se a seguir algumas das iniciativas especiais mais recentes. Em matéria de desenvolvimento e capacitação e com base no estudo preparado pela firma DeLoitte e Touche, o DRH, em colaboração com o Escritório para a Promoção da Democracia, ofereceu workshops sobre comunicações para o pessoal na sede. Foram organizados e oferecidos dois workshops para o pessoal da sede sobre “Trabalho em Equipe com Mente Aberta e Confiança”. Ambos os workshops foram oferecidos em 14 oportunidades no período de outubro de 2004 a dezembro de 2005. O formulário de Avaliação do Desempenho também foi modificado para poder refletir o tema de “boas comunicações”.

A unidade de serviços de saúde recebeu cerca de 3.035 visitas e o médico de plantão, contratado por meio da Universidade Johns Hopkins, fez aproximadamente 150 exames médicos. A unidade continuou trabalhando com sua visão da promoção da saúde e prevenção da doença entre os empregados com programas como campanha de vacinação contra a gripe, injeções contra alergias, doações de sangue e a Feira da Saúde, que contou com 250 participantes e dois novos programas da saúde que tiveram como objetivo o tratamento dos altos níveis de estresse existentes em qualquer local de trabalho. Além disso, foi criada uma série de seis conferências sobre “A nutrição e a saúde”, das quais participaram cerca de 190 membros do pessoal.

O Programa da SG/OEA de Estudantes Estagiários continua crescendo e foram recebidas aproximadamente 463 solicitações de candidatos, dos quais 181 foram selecionados pelas diversas dependências da Secretaria-Geral.

Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros

O Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DBFS) foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituído pelas seções de Operações Financeiras e de Aspectos Orçamentários.

Aspectos Orçamentários

O projeto de orçamento-programa para 2006 foi preparado por US\$76,3 milhões sem incluir um aumento de cotas como parte do financiamento. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões encarregou o Conselho Permanente de convocar uma Assembléia Geral Extraordinária com o objetivo de determinar uma nova escala de cotas, estabelecer o limite orçamentário para 2007 e tratar outros assuntos de natureza financeira ou orçamentária que a Assembléia Geral considere pertinentes.

A Secretaria-Geral facilitou os serviços de apoio na etapa de análise efetuada pela Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários do Conselho Permanente (CAAP) e do Grupo de Trabalho sobre a Escala de Cotas. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado em 30 e 31 de janeiro de 2006, aprovou uma nova escala de cotas transitória, a entrar em vigor no biênio 2007 e 2008, e encarregou o Conselho Permanente de apresentar uma nova metodologia de cálculo da escala de cotas no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões. Além disso, a Assembléia Geral fixou o teto orçamentário de 2007 em US\$81,5 milhões, em consonância com a análise apresentada pelo Secretário-Geral, mas ainda abaixo dos US\$88,5 milhões que, segundo se estima, serão requeridos em 2007 para assegurar o ótimo funcionamento da Secretaria e dispor de suficientes recursos no

orçamento do Fundo Ordinário para cumprir os mandatos provenientes da Assembléia Geral e da Cúpula das Américas.

Em 14 de dezembro de 2005, o Secretário-Geral apresentou ao Conselho Permanente (CAAP) seu plano de reestruturação da Secretaria-Geral. Essas mudanças estruturais tiveram impacto nas atividades do Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros, o qual, juntamente com o Departamento de Recursos Humanos, envidou esforços no sentido de harmonizar a estrutura existente nos sistemas informáticos OASES e assim assegurar que os Estados e relatórios financeiros, bem como os arquivos de pessoal, apresentem informações coerentes com a estrutura definida na Ordem Executiva N° 05-13 e assim preparar os relatórios periódicos sobre a situação de execução orçamentária do Fundo Ordinário 2005 e dos Fundos Específicos.

Em 2005, a Secretaria-Geral teve de enfrentar um déficit orçamentário da ordem de US\$3,9 milhões devido a situações extraordinárias surgidas no exercício de execução orçamentária. As bolsas de estudo concedidas pelo Programa de Bolsas de estudo da Organização representaram compromissos que excediam o orçamento aprovado em US\$2 milhões. Foi também necessário aumentar os recursos alocados ao objeto de despesa de manutenção de edifícios em um montante de US\$624.000 e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em US\$272.500. A Secretaria determinou, além disso, que o orçamento aprovado sob o objeto de despesa de Cessação de Serviços Repatriações era insuficiente para custear o deslocamento de pessoal que ocorreu principalmente em consequência da mudança de administração efetuada em 2004 e à reestruturação efetuada sob a Ordem Executiva N° 05-03 e que requeria um reforço de aproximadamente US\$1,1 milhão. Para atender a este déficit, a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários autorizou o uso de US\$1,0 milhão em recursos existentes sob a dotação suplementar destinada originalmente para custear os custos relacionados com a mudança de administração de 2005 e o uso de saldos residuais em montante não superior a US\$0,9 milhão do objeto de pessoal, cujo resultado foi adiar recrutamentos e outras variações de custos de pessoal. A CEPICIDI e o Conselho Permanente autorizaram um empréstimo de US\$2,0 milhões do Fundo de Capital de Bolsas de estudo estabelecido mediante a resolução CP/RES. 831 para custear a despesa dos compromissos extraordinários do programa de Bolsas de Estudo e Treinamento.

Aspectos Financeiros

A situação financeira da Organização dos Estados Americanos é resumida nos demonstrativos financeiros constantes do final deste relatório, no Anexo E, que inclui:

- a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário (Quadros 1 e 2) e o Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) (Quadros 3 e 4), cujos orçamentos são aprovados pela Assembléia Geral; e,
- b) os Fundos Específicos (Quadro 5), financiados por contribuições unilaterais ou multinacionais para custear atividades aprovadas pelos órgãos dirigentes. Os Demonstrativos Combinados de Ativos, Passivos e Saldos de Fundos apresentam a situação financeira da Organização ao término do exercício financeiro, enquanto os Demonstrativos Combinados de Variação nos Saldos de Fundos refletem o resultado da atividade financeira no período fiscal.

Em 2005, a arrecadação total de cotas, pertinentes tanto a 2005 como a cotas atrasadas de anos anteriores, elevou-se a US\$76,3 milhões, significando um aumento de 13,7% com relação às arrecadações efetuadas em 2004, as quais se elevaram a US\$67,1 milhões.

Os demonstrativos financeiros preliminares mostram que, em 31 de dezembro de 2005, a situação financeira do Fundo Ordinário melhorou com relação à de 2004 como consequência de melhorias na arrecadação de cotas. O saldo do Fundo Ordinário em 31 de dezembro de 2005, que se elevou a US\$10,1

milhões, superou o saldo no encerramento das atividades de 2004 em US\$2,6 milhões, atingindo US\$7,6 milhões.

Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia

O Escritório de Serviços de Informação e Tecnologia (OITS) foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituída por duas seções: Sistemas de Informações e Tecnologias da Informação.

O OITS finalizou a modernização dos sistemas que darão apoio às reuniões dos diferentes órgãos políticos da Organização no recém-reformado Salão Libertador Simón Bolívar. As novas tecnologias incorporadas são: sistema de conferências e de interpretação simultânea sem fio da companhia Danish Interpretation System; sistema de câmaras operadas remotamente com qualidade de transmissão para televisão; rede de distribuição de vídeo utilizando tecnologia de ponta que permite a transmissão de diferentes fontes de vídeo aos embaixadores no respectivo idioma; rede sem fio com acesso à Internet e instalação de um computador para cada delegado dentro de uma rede privada. A implementação destes sistemas foi coordenada com os Escritórios de Conferências e Reuniões, Imprensa e Comunicações, Serviços Gerais e do Secretário-Geral Adjunto.

A infra-estrutura para transmissão de televisão e rádio pela Internet “Webcast” foi melhorada com a compra de um servidor multimídia que utiliza tecnologia de ponta e consolida transmissão do sinal nos quatro idiomas oficiais da OEA.

Os sistemas de comunicações foram melhorados com a aquisição de dois sistemas de videoconferência Polycom. Estes equipamentos contam com tecnologia avançada e representam uma alternativa de baixo custo para a realização de reuniões e de redução de custos.

Foi concluída a modernização da infra-estrutura de cabeamento do Edifício Administrativo. Foi instalada uma nova rede com tecnologia Fast Ethernet que permite a transmissão dedicada de dados a uma velocidade de 100 megabits por segundo (mbps). Com a instalação desta nova tecnologia continua-se a ampliar na Secretaria-Geral a plataforma que permite a consolidação dos serviços de voz e dados em uma só infra-estrutura, a qual, além disso, permite a integração com os sistemas de redes do Edifício GSB, melhorando a velocidade de operações como correio eletrônico, transmissão de dados, acesso ao sistema OASES, bem como do sistema de Controle de Documentos (IDMS).

Foi implementado um sistema seguro de Instant Messaging para facilitar as comunicações entre a sede e os Escritórios da OEA nos Estados membros e adquiriu-se o programa GoToAssist, que permite melhorar o tempo de resposta para o suporte técnico remoto a esses Escritórios.

O OITS continua apoiando a expansão do Sistema de Correio Eletrônico Seguro do Grupo de Trabalho de Assistência Jurídica Mútua utilizando o Groove Virtual Office. Neste ano, o número de Estados membros participantes aumentou de 10 a 20. A OEA é a organização internacional líder no uso desta tecnologia facilitando a comunicação rápida e segura entre as Autoridades Centrais dos Estados membros em matéria jurídica e de extradição.

Para melhorar a administração dos serviços telefônicos foi desenvolvido um sistema de contabilidade de ligações interurbanas que facilita a elaboração de relatórios de uso mensal de cada área. Ademais, continua-se a prestar suporte no desenvolvimento de aplicações em outras áreas, tais como CIDH, conferências, Solicitação de Serviços e Biblioteca Colombo.

Como parte da proteção das informações dos sistemas corporativos da Organização, foi implementado um novo sistema centralizado de apoio utilizando servidores de maior capacidade e otimizando os recursos do processo. Isso permitiu recuperar dados de maneira rápida e mais eficiente.

O OITS tem mantido de forma eficiente, segura e estável a integridade das redes de voz e de dados e, por meio do Helpdesk, continua prestando um serviço técnico de alta qualidade.

Foi melhorada a infra-estrutura dos servidores e do mecanismo de apoio do sistema OASES e foi concluída a primeira parte de um mecanismo de auditoria dos sistemas administrativos que permite o monitoramento de violações dos processos e estabelece controles internos dos módulos críticos (Folha de Pagamento, Contas a Pagar, Recursos Humanos e “GL”).

Na área de pesquisas e desenvolvimento, o OITS fez uma avaliação dos diferentes lugares para levar a cabo o Plano de Continuidade e Recuperação, tendo avaliado custos e condições das diversas alternativas. Além disso, o OITS representou a OEA no Consórcio de Organizações Internacionais para a avaliação técnica e financeira das propostas de prestação de serviços de ligações interurbanas.

Escritório de Serviços de Compras

O Escritório de Serviço de Compras (OSC) foi estabelecido pela Ordem Executiva 5-13 Rev. 1. É constituído por três seções: Compras, Inventário e Viagens.

Área de Compras

Como se pode observar no quadro seguinte, a OSC sofreu um novo aumento (até de aproximadamente 15% com relação a 2004) no volume de trabalho e no processamento de ações de compras.

	Linhas de Requisições	Cabeçalhos de Requisições	Linhas de ordens de Compras	Cabeçalhos de ordens de Compra
2004	28,747	16,690	29,880	20,622
2005	31,008	18,361	31,988	22,449
Aumento (%)	15%	15%	7%	9%

Do mesmo modo, o montante total de transações relacionadas com Ordens de Compra, excluindo acordos subiu de US\$111 milhões em 2004 a US\$116 milhões neste ano (um aumento de aproximadamente 5%). Deste último montante, mais de US\$20 milhões foram destinados a ações relacionadas com a aquisição de bens e US\$11 milhões para as relacionadas com viagens dentro e fora da sede.

Quanto à manutenção e administração do sistema, a área de compras atendeu a mais de 1.000 tíquetes do sistema de atenção ao cliente. Da mesma maneira continuou a revisão periódica de transações de compra e foram removidas mais de 15.000 transações entre requisições e ordens de compra. Este controle constante permitiu ao Escritório encerrar a tempo no fim de 2005 apesar das múltiplas dificuldades surgidas.

Foram ministradas mais 15 sessões ordinárias e especiais de treinamento para a preparação, revisão, recebimento e aprovação de ações de compras, bem como cursos especiais para processar transações relacionadas com a contratação de consultores (CPRs) e cursos avançados para tratar de temas especiais relacionados ao sistema de compras. Continuou também o acompanhamento do processo de certificação dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

O Escritório participou ativamente da aquisição e negociação de contratos de bens e serviços para a Missão Especial da OEA no Haiti e o Processo de Registro Eleitoral. Essas operações em 2005 elevam-se a um total de US\$5.428.528 em sete licitações formais e incluem: veículos de tração 4x4, computadores portáteis, formulários de registro, chapas de impressões digitais, carimbos de assinatura, câmaras digitais, almofada sem tinta para impressões digitais, serviços de comparação de vestígios digitais, cartões eleitorais e serviços de impressão.

Além disso, foram concluídas 18 licitações formais (adicionais), publicadas na página na Internet, e processadas outras oito mediante a modalidade “Ajuda Memória”. Algumas das mais importantes elevam-se a um total de US\$392.483 e incluem a coordenação e processamento, seleção de fornecedores e negociação e execução de contratos de compras para: conectividade de Internet; veículos de tração 4x4 para a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia; avaliação de portos e treinamento em Belize para o CICTE; e equipamento de laboratório para projetos do DDS na Bolívia.

Como nota importante, cumpre ressaltar que só as atividades de compras relacionadas às operações da Missão Especial da OEA no Haiti requerem o registro e conversão de mais de 2.200 ordens de compra para CPRs, bens e serviços e utilizaram os serviços de pelo menos cinco pessoas do OSC.

Além disso, entre outras atividades, o OSC atendeu novamente aos requisitos do Conselho Permanente quanto ao relatório semestral de Contratos por Tarefa (CPRs). Esse relatório requer atenção constante e contínua mudando de acordo com as necessidades do Conselho Permanente.

Área de Ativos Fixos

Foi recebida e coordenada a colocação de etiquetas de códigos de barra, foram entregues aos usuários na sede e feitas autorizações de pagamento de 451 novos bens, com um custo de US\$2.642.553, registrando mais de 11.000 novos campos para seu controle no banco de dados de inventários. Foram inventariados fisicamente mais de 17.000 bens localizados em todos os edifícios da sede, atualizando o banco de dados de inventários de mais de 85.000 campos, incluindo as reconciliações dos bens de mais de 60 funcionários que se aposentaram da Organização ou foram transferidos para outras áreas. Foram eliminados do registro de inventários por obsolescência ou dano 342 bens com base em autorizações da Comissão de Disposições, para o qual realizou vendas e doações às Missões junto à OEA e aos funcionários das Missões e da Organização. Foram coordenadas e realizadas mais de 1.000 entregas aos diversos usuários em todos os edifícios da sede de mais de 3.000 caixas ou envelopes aos funcionários. Prestou-se serviço constante de apoio técnico a mais de 100 usuários do sistema de compras em linha de materiais de escritório, coordenando as compras, entregas, devoluções e autorizando pagamento de mais de 350 ordens de compra.

Além disso, foram lançados mais de 1.000 novos bens no banco de dados de inventários recebidos pelos Escritórios da Secretaria-Geral, projetos e missões fora da sede, com um custo de US\$1.913.737; e foram atualizadas informações de mais de 2.000 bens adicionais, registrando mais de 31.000 campos no banco de dados.

Área de Viagens

No que se refere às atividades relacionadas à área de viagens, continuaram a ser atendidas as necessidades da Secretaria-Geral em tudo o que se relaciona com viagens. Por outro lado, foi coordenada a obtenção de quase 500 vistos oficiais para passageiros a mais de 20 países junto aos respectivos consulados.

Escritório de Serviços Gerais

O Escritório de Serviços Gerais (OSG) foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É constituído por três seções: Manutenção de Edifícios, Serviço de Mensageiros e Transporte e Segurança.

O OSG concentrou seus esforços na realização e continuação de importantes projetos de infra-estrutura de edifícios, bem como na manutenção dos mesmos. Nesse sentido, foi feita a reforma histórica do Salão Libertador Simón Bolívar com um custo total aproximado de US\$4,2 milhões. Esse salão de conferências conta com mais de 50% de espaço adicional e está equipado com um novo sistema de ar condicionado, bem como com um novo sistema de prevenção de incêndios (sprinkler). Prevê-se a instalação no futuro de um alarme contra incêndio. Conta também com cabines de interpretação reformadas, espaço para distribuição de documentos e uma peça de controle de equipamentos. O Salão Simón Bolívar recebeu instalações modernas de interpretação simultânea em quatro idiomas, bem como instalações com tecnologia de ponta em rede de vídeo e som. Com este projeto de renovação foi construída também uma sala de imprensa no Escritório de Informação Pública.

Recebeu-se a autorização da CAAP (CP/CAAP/SA-525/05) para fazer investimentos de capital no valor de US\$624.000 para substituir o elevador do Edifício Principal; substituir o equipamento de resfriamento (cooling tower); instalar um filme protetor nas janelas; e realizar reparos estruturais do estacionamento, no edifício da rua F; e, por último, substituir o compressor do Museu. A compra do elevador e do equipamento de resfriamento já está em processo de licitação, enquanto que o reparo estrutural do estacionamento está concluído.

Foi concluída a fachada externa, principalmente, da residência oficial do Secretário-Geral, no valor de US\$52.000, autorizada pela CAAP (CP/CAAP-2741/05 rev 1). Os trabalhos principais consistiram na pintura exterior da residência e seu anexo, reparo de pisos exteriores, calhas, repavimentação do estacionamento e a instalação de ar condicionado no anexo.

Foram alugados escritórios disponíveis no segundo andar do edifício da rua F ao Instituto Albert Sabine, bem como diversos depósitos aos inquilinos da Secretaria nesse edifício. O aluguel de espaços renderam US\$1.582.102 em 2005.

Modernizou-se o sistema contábil (Equitrac) das fotocopiadoras no valor aproximado de US\$32.900. O novo sistema em rede, que substitui o sistema baseado em 'MODEM', permite uma comunicação mais eficiente e segura e diminui substancialmente a possibilidade de que usuários não-autorizados penetrem no sistema de informática da Secretaria-Geral. Igualmente, continuou a política de substituir as fotocopiadoras de mais de 10 anos e foram adquiridas quatro máquinas novas no valor de US\$27.000. Além disso, foram contratados serviços de manutenção, incluindo reparos, papel e materiais, para o conjunto de fotocopiadoras da Secretaria-Geral (46 fotocopiadoras) em um total aproximado de US\$106.000.

No tocante à manutenção de todos os edifícios da Secretaria-Geral, continuaram os trabalhos em um valor aproximado de US\$6,5 milhões, incluindo o pagamento do seguro geral, bem como a hipoteca do edifício da rua F. Este montante custeia principalmente a despesa dos serviços básicos, contratos de manutenção, reparos e compra de materiais. O aumento do custo dos serviços básicos (água, eletricidade, vapor, gás e esgoto), bem como o aumento do custo dos contratos de manutenção (equipamentos eletromecânicos, elevadores, equipamentos de segurança, sistemas de prevenção de incêndios, fumigação, coleta de lixo e gasolina) e a contratação dos serviços de segurança e limpeza, tornaram necessária uma dotação orçamentária adicional de US\$628.000 (CP/CAAP-2792/05).

Continuou a administração dos estacionamentos de propriedade da Secretaria-Geral seguindo as diretrizes e regulamentações dos Memorandos Administrativos N° 83 e 91. A administração não tem um custo administrativo direto para a Secretaria-Geral e é paga pelos usuários dos estacionamentos. Considerando que todos os funcionários da Secretaria-Geral têm direito a um estacionamento e os espaços disponíveis na Secretaria-Geral não são suficientes, é necessário o aluguel de espaços adicionais em estacionamentos privados. A administração dos estacionamentos também subsidia a compra de passes do sistema de transporte público (metrochecks) para aqueles funcionários que têm direito a estacionar, mas que utilizam este sistema. O custo operacional dos estacionamentos foi de aproximadamente US\$551.000, ao passo que as receitas atingiram US\$578.000.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS

O DAJI foi estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. É integrado pelo Escritório de Direito Internacional e pelo Escritório de Cooperação Jurídica (Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica).

O Escritório do Diretor continuou suas atividades de direção, planejamento e coordenação dos programas, das atividades e das ações em processo. Em suas funções de apoio aos diversos órgãos e instâncias interamericanas encarregados do desenvolvimento do Direito Internacional, participou dos dois períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana, da Reunião de Autoridades Centrais e das Jornadas de Direito.

Também participou como assessor na Missão de Alto Nível do Conselho Permanente no Equador, em aplicação da Carta Democrática (abril de 2005), e acompanhou os observadores da OEA no processo de seleção de membros da Corte Suprema (outubro 2005). Participou ainda, representando o Secretário-Geral, do Congresso Anual da Federação Ibero-americana de Ombudsmen (Assunção, novembro de 2005) e do Congresso da União Internacional de Magistrados (Montevidéu, novembro 2005).

Em matéria acadêmica e de divulgação do direito interamericano, interveio, entre outras atividades no Seminário “Democracy and Multilateralism in the Americas”, organizado pela Universidade de Laval (Québec, maio de 2005) e no Curso sobre Direito Interamericano da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Atuou como membro da mesa de tese de Doutorado de Estado sobre a Democracia no Sistema Interamericano apresentada na Universidade de Paris II (Paris, abril de 2005). E publicou artigos sobre o direito interamericano em diversos livros e revistas especializados.

Escritório de Direito Internacional

Em 2005, o Escritório de Direito Internacional (ODI) prestou serviços jurídicos no campo do Direito Internacional à Assembléia Geral e à CAJP, elaborando projetos de resolução, organizando sessões especiais e elaborando relatórios finais, além de assessorar as delegações. Prestou assessoramento jurídico aos grupos de trabalho sobre racismo, populações indígenas e tráfico de pessoas, organizando diversas reuniões de peritos. Também elaborou estudos para a seleção de temas para a CIDIP-VII e para estabelecer a metodologia na preparação de instrumentos interamericanos sobre registros eletrônicos e proteção ao consumidor. O ODI elaborou também versões preliminares de instrumentos internacionais para emendar a Convenção Interamericana para Facilitar a Assistência em Casos de Desastres Naturais bem como o Estatuto do FONDEM e do IACNDR.

Na sua condição de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), o ODI ofereceu apoio técnico e administrativo durante seus dois períodos ordinários de sessões. Preparou agendas anotadas, apoiou a redação de projetos de resolução, editou os relatórios apresentados pelos membros da CJI, elaborou atas resumidas e se encarregou da preparação de seu Relatório Anual. No período de recesso da CJI, o ODI apoiou o trabalho dos relatores e deu cumprimento dos mandatos constantes das resoluções da CJI.

Em cumprimento do Programa Interamericano de Desenvolvimento do Direito Internacional, AG/RES. 1471 (XXVII-O/97), o ODI organizou o XXXII Curso de Direito Internacional entre 1º e 26 de agosto de 2005, com a participação de 28 professores de diversos países da América e da Europa, 29 bolsistas da OEA eleitos entre mais de 100 candidatos e 14 alunos que arcaram com os custos de sua participação. Seu tema central foi “A contribuição das organizações internacionais ao Direito Internacional atual”. De 22 a 26 de outubro de 2005, o ODI organizou as Jornadas de Direito Internacional em Ottawa, Canadá, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa, com a presença de 52 professores de

Direito Internacional. Também publicou o XXXI Curso de Direito Internacional, cujo tema foi “Direito Internacional, Comércio, Finanças e Desenvolvimento”; as Jornadas de Direito Internacional realizadas no Peru em 2003 e as realizadas no Chile em 2004; e a Série sobre Pareceres da CJI: “Concorrência e Cartéis nas Américas”, de João Grandino Rodas e Jonatham T. Fried. Desde 1994, o ODI mantém e atualiza uma loja virtual que tem um catálogo de 19 publicações. O ODI também atualizou o conteúdo e o desenho, a administração e o controle de sua webpage, bem como daquela da Comissão Jurídica Interamericana, e apoiou os trabalhos da Vigésima Quarta Assembléia Modelo para Estudantes de Escolas Secundárias na sede da OEA de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005. Seus advogados participaram de diferentes foros com o objetivo de assessorar juridicamente ou informar sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Organização.

O ODI tem a função de depositário dos tratados multilaterais interamericanos e dos acordos bilaterais realizados pelos órgãos da OEA. Em 2005, o ODI participou de 4 processos de assinatura, 17 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão e 15 processos de designação de autoridade central. Também foram preparadas certificações e fornecidas informações atualizadas e completas sobre esses tratados. Com relação aos acordos bilaterais, foram registrados 92 acordos de cooperação sobre diversas áreas e publicados on-line os textos completos em formato PDF. Na página eletrônica do ODI, podem-se consultar as informações atualizadas sobre os tratados interamericanos e os acordos bilaterais de cooperação.

Escritório de Cooperação Jurídica (OCJ)

Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJAs)

Foram oferecidos os serviços de assessoramento e secretaria técnica às seguintes reuniões:

- “Segunda Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação”, realizada em Brasília, Brasil, de 1º a 3 de setembro de 2005 (Seção privada: <http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/indeix.html>).
- Reuniões realizadas na Sede da OEA no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação, em 5 e 6 de maio e 9 e 10 de novembro de 2005 (Seção privada <http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/indeix.html>).
- Quarta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, realizada na sede da Organização em 27 e 28 de fevereiro de 2006 (http://www.oas.org/juridico/spanish/cybGE_IVreun_sp.htm)

Como resultado destes encontros, foram adotadas diversas recomendações e ações sobre os temas tratados, as quais serão apresentadas à consideração da REMJA-VI e podem ser consultados nas seguintes páginas eletrônicas: (<http://www.oas.org/juridico/spanish/reunione.html>; <http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/indeix.html>; <http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp.htm>; http://www.oas.org/juridico/spanish/gapeca_sp.htm).

Luta contra a corrupção

Continuaram sendo desempenhadas as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC). A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos deste Mecanismo, realizou com êxito oito reuniões e concluirá dentro em breve os trabalhos previstos para a primeira rodada. De 7 a 12 de março e de 26 de setembro a 1º de outubro de 2005, foram realizadas duas reuniões ordinárias e adotados 11 relatórios de países.

Como resultado de seus esforços de captar fundos externos para financiamento de suas atividades, o OCJ impulsiona um projeto piloto, financiado pela Agência de Cooperação do Governo do Canadá, destinado a apoiar a implementação das recomendações da Comissão do MESICIC na Argentina, no Paraguai, na Nicarágua e na Colômbia.

Em desenvolvimento do Plano de Ação de Manágua e das Resoluções AG/RES. 2034 (XXXIV-O/04), parágrafo dispositivo 6, c, realizou-se na sede da Organização a Reunião de Peritos sobre Cooperação com Relação à Negação de Acolhida a Funcionários Corruptos e Àqueles que os Corrompem, à Sua Extradicação e ao Não-Ingresso e Recuperação dos Ativos Originados em Atos de Corrupção e Sua Restituição a Seus Legítimos Proprietários, em 28 e 29 de março de 2005.
(http://www.oas.org/juridico/spanish/rexecor_sp.htm).

Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)

Ofereceu-se apoio técnico às seguintes reuniões, realizadas na sede desta Organização e cujos documentos podem ser consultados no seguinte endereço:

http://www.oas.org/juridico/spanish/images/armas_r11_c46.jpg.

- Sexta Reunião Ordinária da Comissão Consultiva da CIFTA, realizada de acordo com a Resolução da Assembléia Geral AG/RES. 1999 (XXXIV-O/04), em 14 e 15 de abril de 2005.
- Primeira Reunião de Autoridades Nacionais Diretamente Responsáveis pela Concessão de Autorizações ou Licenças de Exportação, Importação e Trânsito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, realizada em 6 e 7 de outubro de 2005, de acordo com o parágrafo 8 da Declaração de Bogotá sobre o Funcionamento e Aplicação da CIFTA, o Programa de Trabalho da Comissão Consultiva e a Resolução AG/RES. 1999 (XXXIV-O/04).
- Primeira Reunião do Grupo de Peritos para a Elaboração de Legislação Modelo Relacionada com as Áreas a que CIFTA se Refere, realizada de acordo com o parágrafo 3 da Metodologia para a Elaboração de Legislação Modelo a fim de Facilitar a Aplicação Efetiva da CIFTA [Resolução CP/RES. 884 (1484/05)], realizada em 6 e 7 de fevereiro de 2006.

O OCJ continua desempenhando seus trabalhos em estreita cooperação com outras instituições internacionais, como as Nações Unidas, o BID, o Conselho da Europa e a OCDE, bem como de instâncias sub-regionais.

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados membros. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, acatando as disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram apresentados pelos seguintes Organismos Especializados:

- a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
- o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN);
- a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
- o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
- o Instituto Indigenista Interamericano (III); e
- o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional da Organização dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.

O Relatório Anual da Direção da OPAS referente a 2005, “Conjugar esforços em prol da saúde das Américas”, ressaltou as realizações dos Estados membros, parceiros e aliados estratégicos que colaboram com a OPAS no melhoramento da saúde nas Américas. Essas realizações estão compreendidas nas três linhas que constituem a estrutura de cooperação da OPAS que a seguir se comentam.

Abordagem da Agenda Inacabada

Com vistas à formação de consenso para reduzir a mortalidade materna nas Américas, foi criado um grupo de estudo interinstitucional, do qual a OPAS é a secretaria técnica, constituído, entre outros, pelos seguintes organismos: FNUAP, UNICEF, USAID, BID e BM. Esse grupo apoiou politicamente a redução da mortalidade materna.

Em matéria de redes sociais e prevenção da mortalidade infantil, foi acordada a Declaração de Tegucigalpa, que recomenda a preparação de uma estratégia regional para a saúde neonatal, atualmente em elaboração.

Levando-se em conta a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo foram incorporados ao Plano de Ação 2005-07 a renovação da atenção primária de saúde, o acesso a água de qualidade para consumo humano, tratamento de resíduos sólidos e melhoramento de práticas higiênicas.

Quanto a nutrição e segurança alimentar no combate à pobreza, vários países do Hemisfério colaboram na promoção de iniciativas para o melhoramento da disponibilidade de alimentos, seu acesso e consumo pelos municípios mais pobres ou por áreas afetadas por desastres naturais, bem como em programas destinados à redução das causas estruturais da pobreza e da fome.

Proteção das Realizações da Saúde

Em 2005, os países vacinaram mais de 43,7 milhões de pessoas, principalmente crianças; 1,5 milhão de mulheres em idade reprodutiva e mais de 12 milhões de pessoas maiores de 60 anos de idade foram imunizadas contra gripe. A semana de vacinação de 2006 será em abril, quando se espera superar as cifras anteriores.

Em julho de 2005, foi realizada a Reunião Regional de Consulta sobre a Renovação da APS, com a finalidade de preparar um relatório expositivo, uma declaração regional e um plano de ação para todas as Américas nessa área. O Conselho Diretor dos Ministros da Saúde aprovou esses documentos em setembro de 2005.

Resposta a Novos Desafios

Quanto ao combate à infecção por HIV/AIDS, o compromisso da Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Monterrey, México, em 2004, com o tratamento universal para todos os necessitados, ou pelo menos para 600.000 pessoas, teve suas metas alcançadas e superadas. Em novembro de 2005, a Quarta Cúpula das Américas solicitou à OPAS que mantivesse a cooperação técnica para alcançar a cobertura universal no tratamento do HIV/AIDS, atuar na prevenção para a redução dos casos, da discriminação e do estigma dos portadores de HIV nos locais de trabalho.

Os diretores regionais dos organismos das Nações Unidas que constituem o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS (UNAIDS) realizaram atividades no sentido de fortalecer o apoio que esses organismos prestam aos países da América Latina e do Caribe no combate ao HIV/AIDS. Cumpre salientar: i) o diálogo com altos representantes de organismos regionais em Washington, D.C., para harmonizar a cooperação internacional na área do HIV/AIDS nas Américas, no decorrer da reunião anual de diretores regionais, realizada em 3 e 4 de março de 2005, na OPAS, com a presença do BID, representado por seu Presidente, Enrique Iglesias, da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID), do Departamento de Estado e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC); ii) a publicação *Qué debe señalar el personal de las Naciones Unidas en América Latina y el Caribe acerca de la epidemia de VIH*; e iii) a reunião dos diretores regionais em 7 e 8 de fevereiro de 2006, inclusive um diálogo com o Fundo Global contra a AIDS, a Tuberculose e a Malária.

Também cumpre lembrar que a OPAS coordena a coalizão IACVP, voltada principalmente para jovens e gangues no plano municipal.

O novo Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que aborda assuntos como a pandemia de gripe, foi aprovado pela 58ª Assembléia Mundial da Saúde em setembro de 2005 e orientará a comunidade internacional mediante um código de conduta para as emergências de saúde pública de interesse internacional. A Quarta Cúpula das Américas solicitou aos Estados membros que ratifiquem sua adesão ao RSI com a brevidade possível.

Atenta à ameaça da pandemia de gripe, e em cumprimento aos mandatos da Quarta Cúpula das Américas, a OPAS lançou um Plano Regional Estratégico e Operacional para Responder à Pandemia de Gripe. A OPAS promove e apóia a formulação de Planos Nacionais de Preparação para uma Pandemia de Gripe na Região.

Representantes da Organização Mundial de Sanidade Animal, da FAO, do IICA e do BID se reuniram em março de 2006 na OPAS para considerar ações conjuntas de preparação para a possibilidade da chegada do vírus da gripe aviária H5N1, em aves selvagens ou de curral nas Américas.

Após a Convenção Marco para o Controle do Tabaco (CMCT), da OMS, 31 países assinaram e 16 ratificaram a legislação. No âmbito da iniciativa “América Livre de Fumo”, desde julho de 2005, nove países das Américas ratificaram a CMCT e outros três aprovaram sua ratificação.

Trabalho Conjunto

Além das três grandes ações acima referidas, há várias iniciativas conjuntas em curso, dentre as quais salientamos as que se seguem.

Mais de 65 projetos foram formulados em desenvolvimento sustentável e intervenções intersetoriais, informação sanitária e tecnologia, acesso universal a serviços de saúde, gestão de riscos, controle de doenças e saúde familiar e comunitária.

A OPAS apoiou vários países em situação de emergência (inundações e furação Jeanne, furacão Frances, inundações na Guiana, furacão Katrina e furacão Stan). Também prestou assistência técnica nos casos do terremoto no Paquistão e do tsunami na Ásia.

A OPAS vem prestando apoio especial a cinco países chave: Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua.

No que se refere à colaboração com o Sistema Interamericano, a OPAS coopera com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos na formulação de normas ou guias em direitos humanos e saúde, participa de audiências e organiza workshops de capacitação nos Estados membros para o pessoal de saúde pública e a sociedade civil.

Com a OEA, a OPAS participou de reuniões interamericanas e conferências de ministros de outros setores como trabalho, educação, meio ambiente e desenvolvimento social.

A saúde ocupou lugar de destaque na agenda da Quarta Cúpula das Américas, cuja Declaração ressaltou o fortalecimento da cooperação no combate a doenças crônicas e enfermidades emergentes e reemergentes. A OPAS recebeu solicitações no sentido de coordenar esforços regionais de luta contra o HIV/AIDS, gripe aviária e humana, promover o desenvolvimento dos sistemas de proteção social e a saúde dos trabalhadores. Membro do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas, a OPAS vem apoiando o acompanhamento e execução das Declarações e Planos de Ação das Cúpulas e apoiará a preparação das futuras Cúpulas.

Realizações

Em síntese, no período de que se trata, o plano de cooperação técnica da OPAS foi executado de acordo com o previsto no que se refere a quatro grandes temas.

As principais realizações da Agenda Inacabada se concentram em reduzir a mortalidade materna e infantil na região, melhorar a saúde dos povos indígenas e das pessoas que vivem na pobreza e atender a doenças como Chagas, filaríase, esquistossomose, tracoma e outras.

Na área da proteção das conquistas da saúde, a cobertura de vacinação manteve-se alta e a Semana de Vacinação foi um êxito em todas as Américas. Cumpre também salientar a “estratégia de municípios e comunidades saudáveis”, os processos de integração sub-regional, a saúde das populações fronteiriças, a renovação da atenção primária de saúde e o apoio prestado aos países nas políticas públicas de saúde.

No campo dos novos desafios, focaliza-se a infecção pelo HIV/AIDS, no contexto da estratégia “Três milhões para 2005”, a prevenção da violência, o controle do fumo, as emergências de saúde pública, inclusive as doenças infecciosas emergentes como a gripe pandêmica, e os preparativos e respostas em casos de desastre.

Para responder ao desafio da colaboração interinstitucional, a OPAS cooperou com diversos parceiros, inclusive os Estados membros, o Sistema Interamericano, o Sistema das Nações Unidas e outros setores no sentido de reforçar ainda mais as alianças estratégicas e formar consenso para que se continue a melhorar a saúde nas Américas.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No âmbito do Plano Estratégico 2005-08, aprovado pelo Conselho Diretor, a nova Direção-Geral do IIN e sua equipe técnica estão elaborando o Plano Programático e o Plano Operacional que permitirão dar cumprimento a seus Objetivos e Princípios Retores e alcançar o previsto na visão de futuro do Plano. Seu Conselho Diretor --integrado por representantes de todos os Estados membros-- aprovou, mediante a resolução CD/RES. 06 (79-04), a reforma do Estatuto do ex-Instituto Interamericano da Criança, atualmente denominado Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN).

Dando cumprimento aos mandatos recebidos de seus órgãos e dos órgãos da OEA, o IIN continuou proporcionando constantemente aos Estados membros serviços e produtos. Prestou também assistência técnica para a implementação do Protótipo do Sistema Nacional de Infância (SNI) e do Sítio de Coordenação de Ações em Prol da Infância e da Adolescência (Sítio CA); para a instalação de novos centros - incluindo em Antígua e Barbuda e na Jamaica - da Rede Interamericana de Informação sobre Infância e Família (RIIN); assistência técnica e capacitação sobre Protótipos Normativos e sobre Protótipos de Políticas Públicas Focalizadas (PPF); e submeteu o Relatório Anual ao Secretário-Geral da OEA sobre a Situação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas.

Foram realizadas mais de 60 intervenções nos Estados membros e na sede do IIN em Montevidéu, de assistência técnica, capacitação, pesquisa, organização de reuniões, divulgação de informação, formulação de projetos, elaboração de relatórios, entre os quais merecem destaque:

- Fortalecimento dos sistemas de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, em aspectos chave como a monitoramento das ações governamentais na proteção da infância contra a violência sexual, a investigação do tráfico de crianças, a pornografia infantil na Internet, o estudo dos marcos normativos nestes temas e a implementação de sistemas de monitoramento de direitos (Chile, Uruguai, Paraguai, Panamá e República Dominicana)
- Pesquisa na Nicarágua e na Costa Rica de caráter complementar à execução do Projeto sobre Tráfico de Crianças, Pornografia Infantil na Internet e Marcos Normativos para o MERCOSUL, Bolívia e Chile
- Pesquisa na Costa Rica, Colômbia, Brasil e Uruguai sobre boas práticas em matéria de crianças em conflito com a legislação penal, com a realização em Montevidéu do Seminário Workshop “Boas Práticas na Execução de Medidas de Privação de Liberdade na América Latina”
- Criação de um sítio referente à Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores, no qual os Estados membros recebem informação sobre o tema
- Início de um estudo sobre “Governabilidade e Direitos das Crianças e dos Adolescentes”, que fixará as bases para uma intervenção do IIN com relação a seu Plano Estratégico 2005-08
- Realização do estudo “Situação dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes nas Américas”, diagnóstico em nível regional da situação dos direitos das crianças e adolescentes, realidade que servirá de base para a formulação de políticas e a elaboração de programas, estudo esse que foi concluído em abril de 2006
- Cooperação Técnica com a República Argentina no âmbito do Plano Nacional de Ação pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Conselho Nacional de Políticas Sociais da Presidência da Nação, para informar e capacitar na aplicação de diversos mecanismos para monitorar o cumprimento dos Direitos da Infância, utilizando o “Suporte para o Monitoramento de Direitos” (SMD)

A nova Direção-Geral do IIN, que assumiu suas funções em dezembro de 2005, está realizando ações para basear o trabalho do Instituto na promoção da governabilidade e na democracia no contexto de seu Plano Estratégico, pelo qual uma perspectiva fundamental da ação do IIN será a de fortalecer o relacionamento e o trabalho em rede com as outras instâncias da OEA que dedicam seus esforços à promoção e proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano.

Apesar da aguda crise institucional financeira e dos cortes de cargos técnicos efetuados desde 2001, o IIN está mantendo um relacionamento sustentado com os organismos da sociedade civil e buscando o fortalecimento de alianças com as autoridades dirigentes no campo da infância e da adolescência da região. Por último, com a implementação de um sistema de planejamento estratégico e monitoramento de seus programas e atividades, o IIN está empreendo gestões no sentido de uma estratégia sustentada com a cooperação internacional que lhe permita consolidar-se como a entidade técnica dirigente do Sistema Interamericano para a promoção e proteção de um setor da população que requer máxima atenção em nossa região.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA em assuntos relacionados com a mulher no Hemisfério.

As atividades da CIM em 2005 estiveram orientadas para dar cumprimento ao Programa Bienal de Trabalho 2004-06, aos mandatos aprovados pela Trigesima Segunda Assembléia de Delegadas da CIM e aos mandatos da Assembléia Geral da OEA, em seu Trigesimo Quinto Período Ordinário de Sessões, e das Cúpulas das Américas. Mereceram maior atenção o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e o projeto de combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças.

Direitos Humanos e Eliminação da Violência contra a Mulher

A CIM continuou promovendo a ratificação da Convenção de Belém do Pará por parte de todos os Estados membros da OEA. Em 14 de dezembro de 2005, o Governo da Jamaica depositou seu instrumento de ratificação, com o qual a Convenção já conta com 32 Estados Partes.

Na qualidade de Secretária do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), solicitou a designação de um perito para integrar a Comissão de Peritas/os do MESECVI (CEVI) por parte dos Estados Partes. Em julho, convocou a primeira reunião da Comissão de Peritas/os do MESECVI, que foi realizada de 22 a 24 de agosto de 2005. Com base nos projetos preparados pela Secretária, a CEVI aprovou a agenda, regulamento, questionário, cronograma e metodologia de trabalho. Posteriormente, a CIM solicitou aos Estados Partes que designassem a autoridade nacional competente para servir de ligação com a Secretária. Uma vez recebidas as designações, iniciou-se a primeira rodada de avaliação, mediante o envio às autoridades nacionais competentes, do questionário para a avaliação da implementação da Convenção. As respostas aos questionários serão analisadas pela CEVI em sua primeira reunião da rodada de avaliação multilateral, a realizar-se em meados de 2006.

Além disso, com o objetivo de promover a implementação da Convenção, a CIM participou em diversos foros regionais, entre outros, o Congresso Internacional para Apoiar a Harmonização das Legislações Locais com os Instrumentos Internacionais em Matéria de Direitos Humanos das Mulheres – Vigência Plena dos Direitos Humanos no México.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 2118 (XXXV-O/05), “Combate ao delito do tráfico de pessoas”, a CIM continuou trabalhando na luta contra o tráfico de pessoas no Hemisfério. Organizou numerosos seminários de capacitação e conscientização destinados a funcionários governamentais, parlamentares, diplomatas, funcionários policiais e de imigração, ONGs, jovens e meios de comunicação, realizados em Belize, Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru. Estas atividades procuram fortalecer e fomentar a capacidade a nível governamental e não-governamental para poder responder efetivamente aos problemas que representa o delito de tráfico de mulheres e crianças.

Também participou na elaboração de campanhas para a prevenção do tráfico de pessoas na Bolívia e México. Estas atividades foram levadas a cabo em colaboração com os Ministérios de Relações Exteriores, Ministérios do Trabalho e do Emprego, a Organização Internacional de Migrações, a Organização Internacional do Trabalho e ONGs.

No âmbito do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA), foram realizadas várias ações entre as quais merece destaque o Projeto

Curso de Capacitação sobre Gênero, Conflito e Construção da Paz. A esse respeito, a CIM levou a cabo em Lima, Peru, o “Primeiro Curso de Capacitação sobre Gênero, Conflito e Construção da Paz: Região Andina”, iniciativa conjunta da CIM, do Escritório para a Prevenção e Solução de Conflitos (OPRC) e do programa Inclusive Security do Fundo Hunt Alternatives. Foram capacitadas 30 mulheres e homens dos países participantes que trabalham em temas de paz e segurança, para que promovam a integração da perspectiva de gênero e a participação de mulheres na solução de conflitos e construção da paz. Um segundo curso será levado a cabo na América Central em 2006. O projeto foi financiado pelo Fundo Hunt Alternatives – do qual depende Inclusive Security - e pelo Governo da República Popular da China. Foi programado um segundo curso de capacitação a levar-se a cabo na América Central em 2006.

Outra iniciativa é o Projeto de Incorporação da Perspectiva de Gênero no âmbito da OEA. Depois do êxito alcançado por esse projeto no período de 2001-03, no qual funcionários da OEA encarregados de programas e políticas receberam treinamento em matéria de gênero, o Governo do Canadá está proporcionando financiamento para cursos de capacitação adicionais. Em outubro, foi levada a cabo a sessão de coordenação da Etapa II do projeto, com a presença de funcionários de diversas repartições da OEA. De outubro de 2005 a fevereiro de 2006, foram planejadas e realizadas sessões de treinamento com funcionários de diversas unidades da OEA encarregados de programas e políticas, a fim de capacitá-los em análise de gênero aplicável ao seu setor. Foi também realizada uma sessão informativa especial para os diretores e chefes de unidades.

Estes cursos reforçam a capacitação já recebida em matéria de incorporação de uma perspectiva de gênero, abordando também outros temas, como o assédio e o abuso de poder. É de grande importância o módulo de capacitação de treinadores para institucionalizar o treinamento em matéria de gênero na OEA e criar uma equipe experimentada dotada dos conhecimentos, técnicas e materiais necessários para reproduzir o programa.

Cúpulas das Américas

Dando cumprimento à resolução CIM/RES. 230 (XXXI-O/04), “Gênero e acesso ao trabalho decente para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática”, a CIM colaborou com a Secretaria do Processo de Cúpulas e as Missões dos Estados membros para assegurar a incorporação de uma perspectiva de gênero na Declaração e Plano de Ação e Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas. Com esse fim, a Secretaria preparou recomendações que foram submetidas ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), para sua consideração. A CIM também participou do Fórum de Gênero da Quarta Cúpula realizado em Buenos Aires, em abril de 2005, onde fez uma apresentação sobre as recomendações da CIM à Cúpula.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, capacitação em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica. Tem sede no México, D.F.

As principais reuniões estatutárias quadrienais do IPGH foram realizadas em Caracas, Venezuela, de 16 a 23 de novembro de 2005, encerrando um biênio especial para o IPGH: de reengenharia em 2004 e de planejamento para o futuro em 2005. Desse modo, avançada a transição e concluída a primeira fase da reengenharia implementada, a situação financeira e administrativa da organização é melhor e há todas as condições de consolidar o IPGH como a entidade continental que apóia os Estados membros em sua tarefa de interpretação do território, com base na análise geográfica e histórica e numa visão continental.

Modernização e reengenharia do IPGH

Salientam-se a seguir algumas das principais realizações decorrentes da modernização do IPGH realizada entre 2003 e 2005.

- Redução dos custos trabalhistas totais em 37% e da folha de pagamento em 56%.
- Recuperação de 81% do devido a título de cotas dos Estados membros.
- Aumento da execução de atividades científicas em 43,7%.
- Recuperação do Fundo Operacional do IPGH e garantia da execução do Programa de Assistência Técnica de 2006.
- Criação da Rede Profissional Pan-Americana com vistas à reunião de especialistas em áreas afins às do IPGH.
- Edição e produção digital das publicações institucionais.
- Definição do IPGH como elemento de ligação regional com as principais organizações internacionais de geografia e história.

Mediante esse esforço recuperou-se a sustentabilidade do IPGH, que vive hoje de sua receita real e não apresenta déficit, revitalizou-se o sentido pan-americano do Instituto e reposicionou-se o IPGH como principal organização continental na área de geografia, história e informação espacial.

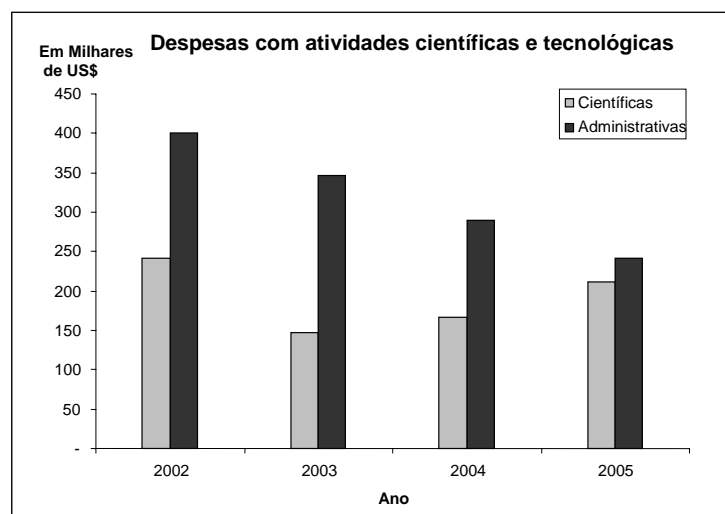
Programa de Assistência e Cooperação Técnica 2005

O Programa de Assistência e Cooperação Técnica executado em 2005 foi constituído por 28 projetos no total de US\$211.000, em benefício dos Estados membros, montante consideravelmente maior em comparação com os dos anos recentes destinados a cartografia, geografia, história e geofísica.

Também foi expedida a Convocatória 2006, mediante a qual se aprovou assistência a um total de 27 projetos num total de US\$ 163.580. Prepara-se neste momento a Convocatória 2007 destinada a incentivar e apoiar novas iniciativas pan-americanas nos seguintes temas: 1) infra-estrutura de dados espaciais; 2) ordenamento territorial; 3) nova história global aplicada à América; e 4) resposta a situações de emergência ocasionadas por desastres naturais.

**IPGH - Montantes Despendidos em 2002-05 em
Atividades Científicas e Administrativas**

<i>Atividades</i>	<i>2002</i>	<i>%</i>	<i>2003</i>	<i>%</i>	<i>2004</i>	<i>%</i>	<i>2005</i>	<i>%</i>
Científicas	241,296	38	146,831	30	165,845	36	211,000	47
Administrativas	401,198	62	345,919	70	290,110	64	241,920	53
Total	642,494	100	492,750	100	455,855	100	452,920	100



As despesas administrativas e operacionais, que significavam 62% do total em 2002, chegam hoje a 47%, ao passo que as despesas com atividades científicas passaram de 38 para 53% do total.

Programa de publicações eventuais e periódicas 2005

O trabalho de divulgação constitui uma das finalidades principais do IPGH. Neste contexto, a Secretaria-Geral levou a cabo, com resultados positivos, a produção de suas publicações em 2005, fazendo uso de um orçamento de US\$42.615 e de novas ferramentas tecnológicas incorporadas ao processo, que se traduziram em maior agilidade, economia orçamentária e eficácia editorial. Desse modo foram impressas publicações periódicas, tais como as revistas institucionais Cartográfica, Geofísica, Antropologia e Arqueologia Americana, História e Geografia e reduzido o atraso acumulado entre 2002 e 2004.

Reuniões estatutárias

As seguintes reuniões estatutárias anuais e quadrienais do IPGH de 2005 foram realizadas em Caracas, Venezuela: Sexagésima Terceira Reunião de Autoridades (15 a 17 de junho); Sexagésima Quarta Reunião de Autoridades (15 a 20 de novembro); Vigésima Reunião de Consulta de Cartografia (16 a 18 de novembro); Décima Oitava Reunião de Consulta de Geografia (16 a 18 de novembro); Décima Sexta

Reunião de Consulta de História (16 a 18 de novembro); Décima Reunião de Consulta em Geofísica (16 a 18 de novembro); Décima Oitava Assembléia Geral (20 a 23 de novembro).

Anteriormente a essas reuniões, a Secretaria-Geral cumpriu estritamente o disposto nas 31 resoluções aprovadas na Trigésima Oitava Reunião do Conselho Diretor (Costa Rica, 2004). Como resultado desses trabalhos, os Estados membros elegeram Presidente Óscar Aguilar Bulgarelli (Costa Rica) e Secretário-Geral Santiago Borrero Mutis (Colômbia) para o período 2005-09.

A Secretaria-Geral General considera que esses eventos foram relevantes, porquanto neles se conseguiu o seguinte: decidida contribuição para o pan-americanismo num contexto de pluralidade, diversidade e convergência; progresso na incorporação regional das tecnologias da informação espacial e de novas aproximações à análise geográfica e histórica em benefício da América; novo esforço por tornar o IPGH mais relevante e consolidá-lo como a organização intergovernamental em geografia e história na América.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado mediante a Convenção Internacional de Pátzcuaro, em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover atividades de pesquisa e capacitação de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas. Tem sede na Cidade do México, D.F.

No que se refere às atividades realizadas, destacam-se, dentre outras, as abaixo descritas. A Biblioteca catalogou 51.022 publicações, 32.057 artigos de revistas do acervo, 3.263 artigos de livros, 165 mapas, 774 artigos de medicina tradicional e 6.400 livros. Foi ordenado cerca de 60% do Arquivo Histórico anterior a 1980. Deu-se continuidade a sua digitalização para protegê-lo fisicamente e encaminhar posteriormente cópias aos povos indígenas. Quanto à colaboração acadêmica, a Doutora Laura Giraud, historiadora da Universidade de Milão, Itália, colaborou na revisão e ordenamento do Arquivo Histórico do III, no período de novembro de 2004 a fevereiro de 2005.

A página na Web manteve em 2005 a mesma tendência de crescimento do número de visitas de 2004. Foi iniciada a preparação para a mudança de servidor e para a ampliação das seções da página. Chega a 90% o nível de execução da pesquisa “Cantos do povo wirrírrika em sua peregrinação a Wirikuta”, financiada com a doação da Senhora Elizabeth Córdova MacArthur, recebida em 2004. Prossegue também a pesquisa “História do processo de reforma constitucional mexicana de 1992 na área indígena. Testemunho de um dos negociadores”, realizada em colaboração com o Instituto de História da Universidade de Michoacán, México, cujo nível de execução chegou a 96%.

Para a realização dos trabalhos da Biblioteca e do Arquivo Histórico no período a que se refere este relatório, contou-se com o apoio dos estudantes da Universidade del Mar, Oaxaca, e continua-se a ter a colaboração de um estudante da Escola de História da Universidade Metropolitana.

Acha-se em vias de instalação a Comissão de Viabilidade Financeira.

Quanto a eventos, foi expedida a convocação para a realização do “Proyecto Xocotzin. Venerável pequeno 2005. Tohuehuehuilli, os jogos de nossos avós”, promovido pela Secretaria de Educação Pública, pelo Governo do Distrito Federal, pela Mixtin A.C. e pelo Instituto Indigenista Interamericano, e realizado na Cidade do México.

No que se refere a publicações, em 31 de dezembro de 2005 foram publicados dois números da revista América Indígena, com o que se completaram os números de 2004 e os de 2005. Os dois números foram colocados na página do Instituto na Web para serem consultados sem custo para o usuário. Também foram publicadas em CD 32 obras constituídas de material do Arquivo Histórico do próprio Instituto.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Estimula, promove e apóia os esforços dos Estados membros por alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Tem sede em São José, Costa Rica.

O IICA prossegue sua tarefa de promover, juntamente com os Estados membros, o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade rural do Hemisfério.

Em 2005, o IICA intensificou a divulgação dos resultados de estudos sobre a importância real da agricultura e da vida rural, que mostram que ambas as áreas são estratégicas para o desenvolvimento integral das nações. Esta tese foi apoiada pelos Chefes de Estado e de Governo na Quarta Cúpula das Américas realizada em Mar del Plata, Argentina, e pelos Ministros da Agricultura do Hemisfério na Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, realizada em Guayaquil, Equador.

O Instituto contribuiu, por meio das suas unidades operacionais e escritórios, para a implementação dos mandatos emanados do processo de Cúpulas e das Reuniões Ministeriais, mediante a prestação de cooperação técnica destinada a atender às demandas dos Estados membros, promover os processos de integração, acompanhar a situação da agricultura e da vida rural no Hemisfério e facilitar o consenso hemisférico e a coordenação de estratégias e ações com outros organismos internacionais e regionais.

Na Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), os Ministros reconheceram o trabalho de modernização realizado no Instituto nos últimos anos, sucedido pela harmonização de agendas e pela prestação periódica de contas. Cumpre salientar que nessa reunião o Doutor Chelston W. D. Brathwaite foi reeleito por unanimidade Diretor-Geral do IICA para o período 2006-10.

A estratégia “Trabalhando juntos” foi fortalecida mediante a ação conjunta com a OMC, a CEPAL, a OEA, a FAO, a UNESCO, a OIT, o BID, o Banco Mundial, o CATIE, o CTA, a OPAS, a USAID, a AECI e a GTZ, entre outros. Esse trabalho conjunto gerou importantes resultados em seus programas de desenvolvimento rural, negociações comerciais, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, informação, promoção do agronegócio, inovação tecnológica, projetos de investimento, gestão ambiental e capacitação.

O IICA promoveu o desenvolvimento e o fortalecimento de capacidade e conhecimentos empresariais por meio do Programa Interamericano para a Promoção do Comércio, dos Negócios Agrícolas e da Inocuidade dos Alimentos. Esse trabalho foi realizado mediante a identificação de oportunidades comerciais, a capacitação, a facilitação do acesso a mercados como os dos Estados Unidos, Canadá e Europa, o desenvolvimento de sistemas de informação, o apoio à modernização de mercados e o incentivo à pequena agroindústria rural.

No que se refere às políticas e negociações comerciais, o Instituto ajustou suas ações de cooperação à nova realidade decorrente dos processos de liberalização e de proliferação de acordos bilaterais e multilaterais em que se desenvolvem a atividade produtiva e o comércio agrícola. Nesse sentido, continuou-se a prestar grande apoio aos escritórios de política comercial agrícola dos países, com a finalidade de facilitar as negociações comerciais agrícolas, a avaliação do impacto dos acordos comerciais no setor agropecuário e a importante tarefa de administrá-los.

Nessa mesma linha, foi implementado o programa de cooperação horizontal “Nodo de Política e Comércio: Ponto Focal México”, destinado a facilitar o intercâmbio de experiências nessas áreas no Hemisfério. O Instituto serviu ademais de secretaria técnica de diversos fóruns regionais ministeriais que procuram alcançar e consolidar consensos em políticas para a agricultura, a prosperidade rural e o comércio.

Outra ação destinada ao melhoramento da competitividade agropecuária foi a promoção da metodologia “Cadeias e diálogo para a ação” (CADIAC), principalmente em países das regiões Central, Andina e do Caribe. Sua aplicação facilitou a obtenção de consensos entre os atores dos setores público e privado sobre assuntos críticos que afetam a competitividade das cadeias agroalimentares e a implementação de ações conjuntas necessárias para superá-los.

Foi iniciada a formulação de um programa hemisférico de agrobiotecnologias e biossegurança, com a definição por peritos dos países e técnicos do IICA das linhas de ação cooperativa prioritárias. O IICA facilitou a implementação efetiva do Protocolo de Cartagena sobre a Segurança da Biotecnologia e fortaleceu sua articulação com a Iniciativa Norte-Americana de Biotecnologia e o Grupo de Biotecnologia do CAS. Também se concluiu uma análise regional sobre a situação institucional das agrobiotecnologias na ALC e se colocou em funcionamento uma página na Internet especializada no assunto.

Acrescente-se ao acima exposto o acompanhamento dos processos de modernização dos sistemas de inovação tecnológica agropecuária dos países, a elaboração de estudos regionais sobre temas prioritários do FORAGRO e a consolidação do sistema regional cooperativo de inovação tecnológica por meio dos PROCI.

A crescente importância do comércio agropecuário mundial provocou o aumento da cooperação no campo da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos (SAIA). Cumpre salientar a aplicação do instrumento “Desempenho, Visão e Estratégia” (DVE), com o objetivo de avaliar os serviços do sistema SAIA e apoiar sua modernização institucional, a fim de que contribua para o aumento dos intercâmbios comerciais agrícolas.

Deu-se continuidade à “Iniciativa das Américas em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias”, que possibilitou a participação permanente de representantes dos serviços sanitários e fitossanitários dos Estados membros no Comitê de MSF da OMC.

Consciente da amplitude dos temas relacionados com o SAIA, entre eles o da gripe aviária, o Instituto fortaleceu suas alianças e vínculos de cooperação com outras organizações como a OMS-OPAS, a Comissão do Codex Alimentarius, o OIE e a CIPF. O IICA continuou a promover e divulgar o enfoque territorial do desenvolvimento rural e a prestar apoio à gestão de políticas, mecanismos, estratégias e investimentos coerentes com esse enfoque. A ação do Instituto neste campo alcançou maior impacto graças às sinergias decorrentes do trabalho conjunto realizado com outras organizações, no âmbito tanto do Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural quanto no dos grupos interinstitucionais nacionais constituídos para abordar esse tema.

Dentre as ações que se sobressaíram na área do desenvolvimento rural, destacam-se o incentivo do IICA ao eixo estratégico de trabalho denominado “BRAMCO”, de que participam instituições de desenvolvimento rural do Brasil, México e Colômbia, e a implementação de um programa de mestrado em gestão do desenvolvimento rural. A prestação de assistência técnica, a realização de grande número de eventos de capacitação, a implementação de projetos piloto, a publicação de documentos técnicos e o trabalho com sócios estratégicos, entre eles o Rural Policy Research Institute, o Global Environmental Change and Food Systems, a UICN e a RUTA, constituíram outras ações importantes.

O desenvolvimento do capital humano continuou a ser uma das prioridades em 2005. Para atender a essa prioridade, o IICA prestou apoio aos processos de integração da educação agrícola superior, ao aumento da pertinência e da qualidade da educação agrícola e rural e ao reconhecimento e homologação de carreiras agropecuárias nas Américas. Além disso, em resposta às demandas constantes das agendas nacionais e regionais, foram organizados cursos de educação e capacitação a distância nos temas estratégicos para o desenvolvimento agropecuário e rural da ALC.

Como corolário da cooperação técnica direta, o Instituto realizou uma grande mobilização no campo da gestão da informação e do conhecimento agropecuário e rural, na tentativa de se transformar na principal referência do Hemisfério nesse campo. Para isso, modernizou sua página www.iica.int, aperfeiçoou os conteúdos técnicos, expandiu o número de assinantes do sistema de informação Infoagro (Comércio, INFOTEC, Agrossaúde, Desenvolvimento Rural, PRODAR), renovou o SIDALC, tornou visível o sistema de bibliotecas, aprimorou a gestão de publicações e fortaleceu o sistema de informação interna (Intranet e VPN).

No interesse de promover a capacidade institucional, realizaram-se quatro fóruns técnicos de alto nível e publicaram-se mais de 150 documentos, além de se ter continuado a reconhecer o desempenho do capital humano mediante a premiação da excelência.

No plano regional, além de servir de secretaria técnica de diversos fóruns ministeriais permanentes, o Instituto colaborou na facilitação e administração de plataformas e redes temáticas de profissionais e técnicos e na busca de consensos, tanto entre países quanto entre regiões, com vistas à constituição de agendas comuns.

Finalmente, em seus 34 Estados membros, a ação do IICA se resume aos programas, projetos e atividades relacionados com a promoção da competitividade, do comércio, da inocuidade dos alimentos e da sanidade agropecuária, do fortalecimento das comunidades rurais, da integração hemisférica, do desenvolvimento do capital humano, da gestão ambiental e da modernização institucional. Constituíram tarefas permanentes a preparação, execução e avaliação de projetos de investimento em desenvolvimento agrícola e rural, por meio do trabalho em equipe e intertemático, de acordo com o pensamento estratégico da instituição.

IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana é um dos órgãos por meio dos quais a OEA realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte maneira: serve de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e estuda os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Continente. Tem sua sede no Rio de Janeiro e é constituída por onze juristas oriundos dos Estados membros, eleitos pela Assembléia Geral.

A Comissão Jurídica Interamericana realizou em 2005 dois períodos ordinários de sessões, o primeiro em Manágua, Nicarágua, de 28 de fevereiro a 11 de março de 2005, e o segundo em sua sede, no Rio de Janeiro, de 1º a 19 de agosto de 2005. Em ambas as reuniões, constaram da agenda da Comissão Jurídica os seguintes temas: o esforço conjunto das Américas no combate à corrupção e à impunidade; aspectos jurídicos do cumprimento, no âmbito interno dos Estados, das decisões de tribunais ou cortes internacionais ou outros órgãos internacionais com funções jurisdicionais; aspectos jurídicos da interdependência entre democracia e desenvolvimento econômico e social; Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII); análise da codificação e uniformização do Direito Internacional nas Américas; preparação da comemoração do centenário da Comissão Jurídica Interamericana; Tribunal Penal Internacional; princípios de ética judicial; direito da informação: acesso e proteção da informação e dados pessoais; aspectos jurídicos da segurança interamericana; acompanhamento da aplicação da Carta Democrática Interamericana; e elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e resoluções relativas a esses temas.

A Comissão Jurídica Interamericana foi constituída em 2005 pelos seguintes membros: Mauricio Herdocia (Presidente), Jean-Paul Hubert (Vice-Presidente), Luis Herrera, Galo Leoro, Antonio Pérez, Eduardo Vio, Ana Elizabeth Villalta, Stephen Vasciannie, Luis Marchand, João Grandino Rodas e Alonso Gómez-Robledo.

No decorrer do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Fort Lauderdale, junho de 2005) os Doutores Jaime Aparicio (Bolívia) e José Manuel Delgado (Venezuela) foram eleitos membros da Comissão Jurídica Interamericana e foi reeleita a Doutora Ana Elizabeth Villalta (El Salvador). Os mandatos desses três membros serão iniciados em 1º de janeiro de 2006 e terão a duração de quatro anos. Deixaram a Comissão Jurídica Interamericana em 31 de dezembro de 2005 os Doutores Luis Herrera (Venezuela) e Stephen Vasciannie (Jamaica).

O Doutor Mauricio Herdocia apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual das atividades deste órgão em 2004.

Em representação da Secretaria-Geral prestaram apoio técnico e administrativo à Comissão Jurídica Interamericana os Doutores Jean-Michel Arrighi, Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, e Manoel Tolomei Moletta e Dante M. Negro, funcionários de alto nível do referido Departamento.

Finalmente, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Escritório de Direito Internacional, do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, organizou, de 1º a 26 de agosto de 2005 o Trigésimo Segundo Curso de Direito Internacional, com a participação de 28 professores de diferentes países da América e Europa, 29 bolsistas da OEA, eleitos dentre mais de 70 candidatos, e 14

alunos que financiaram os custos de sua participação. O tema central do curso foi A contribuição das organizações internacionais para o Direito Internacional atual.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Santiago, Chile, em 1959. Foi formalmente instalada em 1960, quando o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. Seu Regulamento, aprovado em 1980, foi modificado em várias ocasiões, a última delas em 2000.

Períodos de sessões da Comissão realizados em 2005

No período a que se refere este relatório, a Comissão se reuniu em duas ocasiões: de 23 de fevereiro a 11 de março de 2005, no Centésimo Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, e de 11 a 28 de outubro de 2005, no Centésimo Vigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões.

No Centésimo Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, a Comissão elegeu suas novas autoridades, a saber: Clare K. Roberts, Presidente; Susana Villarán, Primeira Vice-Presidenta; e Paulo Sérgio Pinheiro, Segundo Vice-Presidente. A Comissão também atribuiu responsabilidades a suas diferentes relatorias e examinou numerosas petições individuais sobre violações dos direitos humanos, em que se alegava responsabilidade internacional de Estados membros da OEA. Aprovou um total de 51 relatórios sobre petições e casos individuais e realizou 43 audiências sobre casos individuais, situação dos direitos humanos em diferentes países do Hemisfério, medidas cautelares e acompanhamento de suas recomendações, além de ter examinado outras matérias de sua competência.

No decorrer do Centésimo Vigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 11 a 28 de outubro de 2005, a Comissão continuou a examinar numerosas comunicações individuais em que se alegavam violações dos direitos humanos protegidos pela Convenção Americana e pela Declaração Americana e aprovou um total de 66 relatórios sobre casos e petições individuais. A Comissão convocou 55 audiências entre 17 e 21 de outubro de 2005, com relação a petições e casos individuais, medidas cautelares e situações gerais e específicas vinculadas aos direitos humanos. Também no decorrer do referido período de sessões a Comissão, em cumprimento a mandato disposto na resolução AG/RES. 2074 (XXXV-0/05), da Assembléia Geral da OEA, organizou um workshop sobre direitos econômicos, sociais e culturais, de que participaram especialistas internacionais, representantes de Estados membros da OEA que fazem parte do Grupo de Trabalho Encarregado da Elaboração da Carta Social das Américas e representantes da sociedade civil.

Visitas

Em 2005, a Comissão realizou três visitas à República do Haiti, com o apoio financeiro do Governo da França e apoio logístico da Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti. De 18 a 22 de abril de 2005, o Relator Especial da Comissão para a República do Haiti, Presidente Clare K. Roberts, visitou esse país a convite do seu governo. De 11 a 15 de julho de 2005, uma delegação da Secretaria da Comissão realizou outra visita de trabalho à República do Haiti, cuja finalidade principal foi reunir informação adicional sobre a situação da administração de justiça nesse país, a fim de concluir um relatório sobre o tema. De 2 a 5 de novembro de 2005, a Comissão realizou uma terceira visita à República do Haiti, juntamente com o Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe. A delegação foi chefiada pelo Comissário e Relator Especial para a Infância da CIDH e Perito Independente do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Estudo Mundial sobre Violência contra as Crianças, Paulo Sérgio Pinheiro, e pela Assessora Regional de Proteção da Infância para a América Latina e o Caribe, do UNICEF, María Jesús Conde.

De 18 a 21 de julho de 2005, a Primeira Vice-Presidenta e Relatora da CIDH para a República da Guatemala, Susana Villarán, visitou este país a convite do seu governo e a pedido de representantes da sociedade civil, com apoio financeiro da Comissão Européia. Nesse contexto foram realizadas reuniões de trabalho sobre cinco casos em que se chegou a importantes acordos de solução amistosa, cinco casos de acompanhamento de recomendações e oito medidas cautelares.

Também como parte de suas atividades, a Relatora compareceu a um ato de reconhecimento público das vítimas do massacre de Plan de Sánchez, de 18 de julho de 1982, em que membros do Exército guatemalteco e colaboradores civis sob o comando do Exército executaram 268 pessoas, a maior parte delas indígenas maias. Também apresentou no decorrer da visita um documento sobre reparações a vítimas de violações de direitos humanos, acompanhou os temas administração de justiça e violência contra a mulher e avaliou a situação de líderes sociais, indígenas, funcionários de justiça e homens e mulheres defensores de direitos humanos.

De 15 a 19 de fevereiro de 2005, viajou a Bogotá uma delegação da CIDH chefiada pela Vice-Presidenta e Relatora da CIDH para a Colômbia, Susana Villarán, a fim de apresentar formalmente o Relatório sobre o Processo de Desmobilização na Colômbia. Em 14 e 15 de dezembro de 2005, uma delegação da CIDH chefiada pelo Secretário Executivo Santiago A. Canton visitou Bogotá, para acompanhar o processo de desmobilização na Colômbia, de acordo com o mandato disposto na resolução CP/RES. 859 (1397/04) do Conselho Permanente da OEA, em que se convida a Comissão Interamericana de Direitos Humanos a prestar serviços de assessoramento à MAPP/OEA.

A convite do Governo mexicano e a pedido de vários representantes da sociedade civil desse país, com apoio financeiro da Comissão Européia, a Comissão Interamericana visitou o México de 25 a 31 de agosto de 2005. Fizeram parte da delegação o Comissário José Zalaquett, na qualidade de Relator da Comissão para o México e Relator Especial da Comissão para os Direitos dos Povos Indígenas, bem como funcionários da Secretaria da Comissão. O programa constituiu a primeira visita oficial da Comissão ao Estado de Oaxaca.

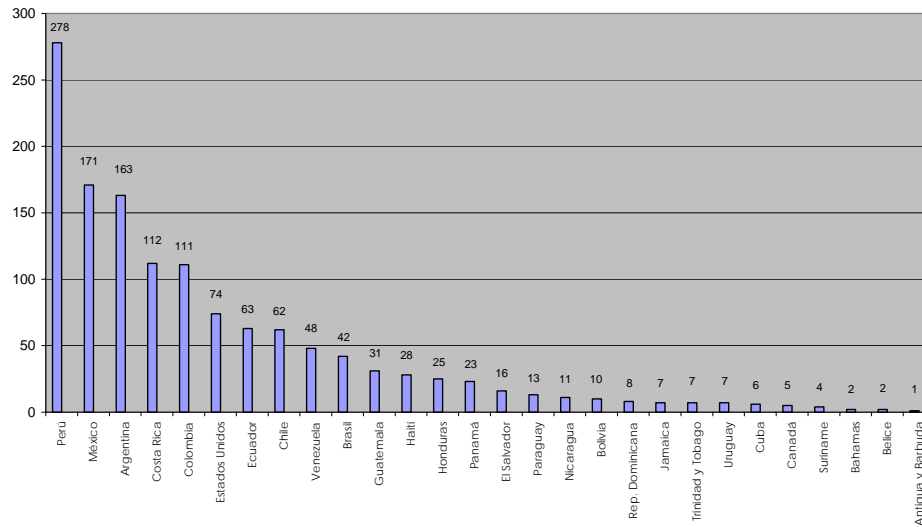
Situação financeira

Também com respeito à situação financeira experimentada em 2005, a Comissão salientou com satisfação as contribuições financeiras significativas dos Governos da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Irlanda, Itália, México e Suécia, bem como o financiamento concedido pelas seguintes entidades, que contribuíram concretamente para o fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Européia, Fundação Direitos e Democracia, Fundação McCormick e Universidade Notre Dame. No entanto, a Comissão continua sendo gravemente afetada por uma grave crise financeira, uma vez que o volume das petições e seus âmbitos de responsabilidade continuam aumentando.

Petições e casos

Em 2005, a Comissão Interamericana recebeu 1.330 petições individuais.

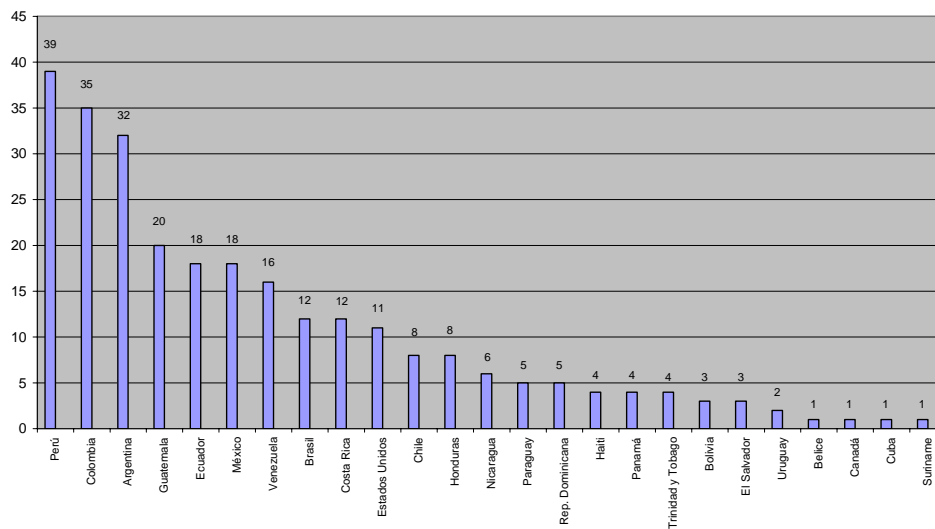
TOTAL DE PETICIONES RECIBIDAS POR PAIS EN EL AÑO 2005
Total: 1330



Medidas cautelares

Em 2005, a Comissão Interamericana recebeu 269 solicitações de medidas cautelares.

TOTAL DE SOLICITUDES DE MEDIDAS CAUTELARES RECIBIDAS POR PAIS EN EL AÑO 2005
Total: 269



Atividades da Comissão Interamericana relacionadas com a Corte Interamericana de Direitos Humanos

Em 2005, a Comissão deu continuidade à tramitação de uma série de matérias perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2005, a Comissão apresentou 10 casos à Corte Interamericana: Nogueira de Carvalho (Brasil), Quatro Pontos Cardeais (Honduras), Comunidade Indígena Sawhoyamaxa (Paraguai), Trabalhadores do Congresso (Peru), Bernabé Baldeón-García (Peru), Retén de Catia (Venezuela), Vargas Areco (Paraguai), Goiburú, Mancuello e Villalta (Paraguai), Claude Reyes e outros (Chile) e Almonacid Arellano (Chile). Apresentou também à Corte sete solicitações de medidas provisórias nos casos: Fermín Ramírez (Guatemala), Gutiérrez Soler (Colômbia), López Álvarez (Honduras), Ramírez Hinostroza e Rivera Paz (Peru), Febem Tatuapé (Brasil), Castañeda Gutman (México) e Centro Penitenciário de La Pica (Venezuela). Ainda em 2005, a Comissão participou de numerosas audiências públicas perante a Corte.

**V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS
AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral, por meio da resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99), para enfrentar os problemas relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) para analisar este tema em coordenação com as organizações nacionais competentes.

O Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) foi criado pela Assembléia Geral por meio da resolução AG/RES. 1327 (XXV-O/95), para prestar auxílio disponível de natureza social, humanitária, material, técnica e financeira a qualquer Estado membro da Organização que esteja ameaçado, tenha sofrido ou esteja passando por uma situação de emergência, provocada por desastres naturais.

A resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05) “Redução de desastres naturais e gestão de riscos” determinou a formação de um órgão consultivo conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) com as seguintes funções principais:

- a. Trabalhar na implementação imediata das recomendações do Conselho Permanente estabelecidas nas “Recomendações da Comissão de Segurança Hemisférica sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos” (CP/CSH-718/05);
- b. Examinar os estatutos do FONDEM e do CIRDN e propor as modificações necessárias para criar uma única comissão interamericana permanente para abordar os desastres naturais e outros desastres.
- c. Convocar uma reunião de organismos de preparação para casos de desastre, com a participação de peritos governamentais, instituições sub-regionais do setor e peritos internacionais para intercambiar experiências e métodos de análise da vulnerabilidade e risco e do custo-benefício de investir na mitigação dos desastres naturais; e
- d. Desenvolver uma metodologia de financiamento orientada especificamente à prevenção de desastres naturais e à reconstrução e recuperação, caso ocorram.

O órgão consultivo conjunto reuniu-se pela primeira vez em 12 de setembro de 2005 e em outras duas ocasiões em 2006. As agendas das reuniões evidenciam o progresso alcançado na realização da tarefa confiada ao OC. As reuniões serviram de foro para o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e organismos do Sistema Interamericano fazerem apresentações sobre temas como “A Resposta Interamericana – Experiências e desafios”, “Recomendações sobre gestão sistemática de riscos” e “Metodologia de financiamento orientada especificamente para a prevenção de desastres naturais e a reconstrução e recuperação caso ocorram”.

O progresso alcançado pelo OC no estabelecimento da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) como uma única comissão interamericana permanente para abordar desastres naturais e outros desastres merece menção especial. Com isso não só foi criada uma entidade que consolida todos os esforços da OEA em matéria de desastres naturais e o mecanismo para continuar a implementação dos outros mandatos da resolução AG/RES. 2114, mas também se proporciona um foro único para estabelecer relações e coordenar atividades com outros organismos interessados na mitigação dos desastres naturais. Neste sentido, cumpre também mencionar a incorporação da Junta Interamericana de Defesa (JID) como membro do CIRDN.

FONDEM (Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência)

No período coberto por este relatório e em resposta a diversos desastres naturais na região, a Secretaria-Geral da OEA fez as seguintes contribuições em dólares dos Estados Unidos:

2005

El Salvador (Furacão e atividade vulcânica)	US\$15.000
México (Furacão e atividade vulcânica)	US\$15.000
Guatemala	US\$15.000
Grenada (Furacão)	US\$10.000

2006

Bolívia (Inundações)	US\$15.000
----------------------	------------

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

Em cumprimento aos mandatos constantes do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações aprovadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, o Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral [AG/RES.1 (XXVI-E/99)] como entidade intergovernamental, com autonomia técnica e operacional. O Centro é regido por seu Estatuto e seu Regulamento e tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica e o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça na região.

Apoio à reforma da justiça criminal

No período a que se refere este relatório, e em apoio à reforma da justiça criminal, o CEJA desenvolveu o projeto piloto “Fortalecimento do sistema acusatório da Província de Buenos Aires”, com o objetivo de implementar um sistema de audiências orais que agilize a resolução de casos de flagrante, em Mar del Plata, Argentina.

Também foram preparados os seguintes estudos:

- “Acompanhamento das reformas processuais penais”, Córdoba, Argentina. Os estudos de acompanhamento das reformas procuram obter informações passíveis de confirmação sobre o funcionamento dos sistemas de justiça criminal, a fim de detectar seus principais problemas frente à consolidação de sistemas plenamente adversariais e públicos.
- “Gênero e reformas processuais penais (2ª etapa)” (Bolívia, Argentina). Prestar informações sobre de que maneira os sistemas de justiça criminal, especialmente os que foram objeto de reformas profundas nos últimos anos, se encarregam dos delitos que afetam principalmente mulheres: violência física e delitos sexuais.
- “Avaliação empírica da reforma processual penal chilena” (Chile). Por meio de uma licitação do CEJA em conjunto com a Fundação Paz Cidadã, foi adjudicado esse estudo cujo objetivo foi detectar as virtudes e deficiências da reforma processual penal chilena.
- “A reforma da justiça penal e os indígenas” (Bolívia, Chile, Colômbia, Guatemala e Peru). Proceder a uma primeira aproximação dos impactos e temas que decorrem da aplicação dos novos sistemas de justiça criminal de corte adversarial no problema indígena.
- “Manual de Defensoria Penal Pública para a América Latina e o Caribe”. Disponibilizar um conjunto de ferramentas obtidas com a experiência prática, para formular e administrar eficaz e eficientemente um sistema de defensoria penal pública.
- “Desafios do Ministério Público Fiscal na América Latina”. Detectar os principais problemas enfrentados pelo processo penal nos países em que o sistema de justiça processual penal foi reformado, no sentido de a eles proporcionar soluções criativas e inovadoras.

Foram ademais ministrados vários programas de capacitação, entre eles:

- Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal (segunda versão), que tem por objetivo melhorar os resultados dos processos de reforma da justiça penal na região, mediante a capacitação de um grupo relevante de líderes e da realização de atividades que reproduzam essa capacitação em seus respectivos países. Participaram alunos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, República Dominicana, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

- Programa de formação CEJA, INECIP e Diário Judicial da Argentina. Dirigido a advogados e estudantes avançados de direito e a operadores do sistema penal, o curso de especialização ministrou conhecimentos básicos sobre as reformas processuais penais de caráter acusatório oral implementadas em vários países da região nas últimas décadas.
- Fortalecimento e modernização da administração de justiça no México. Consiste na organização de fóruns no México sobre temas chave no processo de reforma do sistema judicial, a fim de mostrar experiências comparadas e provocar debates no âmbito interno.

No período a que se refere este relatório, o CEJA organizou três seminários interamericanos: i) Terceiro Seminário Interamericano sobre Gestão Judicial, realizado em Manágua, Nicarágua, cujo objetivo era analisar experiências e lições aprendidas na formulação, implementação e funcionamento dos aspectos substantivos dos modelos de gestão de despachos e sua sustentabilidade quanto a aspectos organizacionais, funcionais, econômicos e culturais; ii) Seminário Interamericano de Justiça Civil, realizado em Santiago, Chile, com a finalidade de oferecer uma visão panorâmica dos principais aspectos em discussão com relação à reforma da justiça civil nos países da América Latina; e iii) Seminário Interamericano de Modernização do Processo Penal na América Latina, para dar continuidade ao debate sobre a situação atual e os desafios do processo penal em virtude das mudanças que as reformas processuais penais provocaram nos ministérios públicos.

Desenvolvimento de sistemas de informação e gestão judicial

Vários projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido de fortalecer os sistemas de informação judicial, inclusive os seguintes: “Estatísticas judiciais penais para a Guatemala”, com o objetivo de realizar um levantamento de informação estatística no país e contribuir para o melhoramento de seus sistemas de informação; “Índice de acessibilidade à informação judicial via Internet”, com vistas a comparar o desempenho dos diversos países da Região, definindo o nível de acessibilidade que conferem à informação de seus sistemas judiciais; e um “Relatório sobre a Justiça nas Américas (2004-05)”, que pretende oferecer uma visão completa dos sistemas judiciais de todos os países da região, inclusive estrutura e características, funcionamento, produtividade e iniciativas de reforma em curso em cada um deles.

Também com relação ao apoio à gestão, vem sendo preparado o “Manual de Gestão Judicial”, com a finalidade de oferecer instrumentos e relatar experiências úteis no momento de abordar o desafio de formular ou reformular despachos judiciais.

Outras atividades

A fim de analisar em profundidade os sistemas de justiça e elaborar propostas inovadoras para a discussão das reformas judiciais, vem sendo preparado o estudo “Despesas judiciais”, que procura divulgar informação quantitativa acerca do orçamento público destinado às instituições do sistema de justiça nos países da região.

Para favorecer a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores chave do setor de justiça no âmbito regional, o programa “Estágios CEJA” constitui uma maneira eficaz de enriquecer o trabalho do CEJA com a participação de profissionais e/ou estudantes de diversos países das Américas ou, em alguns casos, de outros continentes.

Com o propósito de melhorar a informação sobre justiça nas Américas, o CEJA produziu e divulgou os instrumentos de informação a seguir relacionados.

- Centro de Informação Virtual do CEJA, a plataforma virtual mediante a qual o CEJA coloca à disposição da comunidade regional toda a informação que produz e/ou coleta, relativa aos sistemas judiciais. A página www.cejaamericas.org mostra o CEJA ao mundo e aos demais países das Américas, exibindo todos os documentos, estudos, atividades e informações que elabora ou compila.
- Biblioteca Virtual do CEJA, que presta informação sobre temas de justiça em geral e a reforma de justiça nos países membros da OEA.
- Boletim Nexos, que pretende ser uma ferramenta de comunicação com nosso público externo. Seu objetivo é proporcionar um resumo atual dos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça nos países da América, informar sobre os eventos nessa área e proporcionar dados de serviço às pessoas e instituições que participam dessas atividades ou nelas têm interesse.
- Revista Sistemas Judiciais, publicada em conjunto pelo CEJA e pelo INECIP. Seu objetivo é promover a discussão e o intercâmbio de informações e experiências sobre o funcionamento da justiça nos países das Américas.
- Publicações CEJA. Por meio de suas publicações, o CEJA tenta atingir um público mais amplo que às vezes não dispõe de um sistema de Internet eficiente para acessar os estudos que se encontram disponíveis on-line. No caso de alguns estudos, o CEJA dispõe de edições limitadas impressas em papel, que também são distribuídas gratuitamente na região, mediante pagamento antecipado dos custos de remessa.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. É constituído por seis membros e pela Secretaria do Tribunal.

No Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, o Tribunal foi representado pelo seu Secretário, Reinaldo Rodríguez Gallad. Nessa ocasião, o Senhor André M. Surena foi eleito por aclamação como juiz deste órgão até 2011.

Em outubro de 2005, o Tribunal, tendo convocado a totalidade de seus membros, realizou o seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, com a presença dos juízes Morton Sklar (Presidente), Agustín Gordillo (Vice-Presidente), Alma Montenegro de Fletcher e José Antonio Arze Aguirre. Iniciado o período de sessões, o Juiz José Antonio Arze Aguirre tomou posse do seu cargo. Na oportunidade, foram considerados os seguintes temas: independência do Tribunal; Recurso Nº 283 Relinda Louisy v. Secretário-Geral; emendas ao Regulamento; comemoração dos 35 anos do Tribunal; e designação do Secretário do Tribunal. O Secretário informou sobre os resultados quantificáveis do orçamento do Tribunal de 2005 e tomou-se nota do orçamento para 2006, previsto na resolução AG/RES. 2157 (XXXV)-O/05). Também foram aprovadas as seguintes resoluções:

- Resolução 350 (LIII-O/05), Independência do Tribunal Administrativo
- Resolução 351 (LIII-O/05), Solicitação de correção de erros na Sentença Nº 151
- Resolução 352 (LIII-O/05), Comemoração dos 35 anos do Tribunal
- Resolução 353 (LIII-O/05), Emendas ao Regulamento do Tribunal
- Resolução 354 (LIII-O/05), Designação do Consultor/Secretário do Tribunal

Os membros do Tribunal, reunidos em sua quase totalidade, foram recebidos pelo Secretário-Geral, ao qual entregaram uma cópia da resolução 350 (LIII-O/05), “Independência do Tribunal Administrativo”.

Em 3 de outubro de 2005, realizou-se um almoço de trabalho com a participação dos membros do Tribunal presentes ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões do Tribunal e de distintos representantes da OEA e de tribunais administrativos do BAD, ONU, FMI e BID. Os temas discutidos giraram em torno dos problemas atuais desses órgãos. Nessa ocasião, assumiu-se o compromisso de participação na publicação do livro e na realização do seminário, ambos comemorativos do aniversário do Tribunal, tarefas a que a Secretaria tem se dedicado.

A Secretaria elaborou um novo projeto de emendas do Estatuto, o qual será distribuído aos membros do Tribunal e submetido à consideração do Conselho Permanente para, posteriormente, ser encaminhado à Assembléia Geral.

A Secretaria contratou os serviços da OITS/OEA para modificar a página do Tribunal na Internet, atualizando o sistema de busca de documentos, com a utilização do sistema Triblex, adotado pelo Tribunal Administrativo da OIT.

A Secretaria, a pedido de seus membros, elaborou os seguintes relatórios: Artigo XII do Estatuto do Tribunal; Independência do Tribunal; Jurisprudência de Tribunais Administrativos Internacionais sobre Contratos de Consultorias Externas; Política Salarial da SG/OEA.

A Secretaria, além de desempenhar as atividades que lhe correspondem conforme o Estatuto e o Regulamento do Tribunal, também cooperou com as comissões de trabalho do Conselho Permanente, CICTE, CIM e CEJA.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

A Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), criada em 1962, é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. A OEA foi o primeiro organismo multilateral a instituir uma organização não-governamental, a FUPAD, como sua filiada.

O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora, constituída por 28 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. A Presidenta da Fundação é Ruth Espey-Romero e o Diretor Executivo, John Sanbrailo. Todos os membros da Junta Diretora trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem financeiramente e em bens para os programas da Fundação. A FUPAD mantém sua sede nas instalações da OEA, de quem aluga seus escritórios, responsabilizando-se ela própria por todos os seus custos e serviços.

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil na região e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, tais como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros. Também administra contribuições de entidades governamentais da região.

O período de março de 2005 a fevereiro de 2006 destacou-se pelas numerosas atividades desenvolvidas sob a direção do Secretário-Geral Interino, Luigi Einaudi, do Secretário-Geral, José Miguel Insulza, e do Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin. A fim de responder à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continuou a proporcionar emprego, capacitação técnica e outros serviços a milhares de deslocados pela violência na Colômbia e a cultivadores de coca que decidiram abandonar o cultivo ilícito no país. Nos últimos cinco anos, os programas da FUPAD beneficiaram mais de 300.000 colombianos, especialmente a população afro-colombiana, mulheres e crianças. Este ano a FUPAD obteve novos fundos da USAID, para dar continuidade, no período 2006-10, ao programa de ajuda aos deslocados na Colômbia, bem como colaborar com o desenvolvimento alternativo em zonas cocaleiras do país, em apoio às políticas do Governo colombiano e da OEA, desse modo consolidando sua democracia por meio do processo de paz.

A FUPAD também estendeu seu financiamento ao Haiti, para programas de desenvolvimento agrícola e rural, geração de emprego, ajuda a vítimas de desastres naturais, reconstrução de infra-estrutura e fortalecimento de organizações comunitárias, bem como para o combate ao tráfico de pessoas. Foi iniciado um programa de manejo de lixo e limpeza de ruas, com o propósito de gerar emprego em diversos bairros em conflito em Port-au-Prince, em apoio ao processo eleitoral assessorado pela OEA, utilizando recursos proporcionados pela USAID e trabalhando com a Fundação Yéle Haiti, criada pelo famoso cantor haitiano Wyclef Jean. Obteve-se uma nova doação para apoiar um modelo haitiano de community-driven development, financiado pelo Banco Mundial. Dentre outras iniciativas da FUPAD salientam-se a promoção de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, como meio de reduzir conflitos, proteger os direitos humanos e promover o diálogo e a paz.

A Fundação também ampliou suas atividades na cidade de El Alto, Bolívia, em projetos sociais e na reparação da infra-estrutura comunitária para apoiar o processo democrático. Com financiamento do

Fundo Produtivo Social (FPS) e do Banco Mundial, a FUPAD lançou um programa de assessoramento a municípios bolivianos na preparação e implementação de projetos rurais.

No período 2005-06, as doações da FUPAD chegaram a mais de US\$2,0 milhões em equipamentos médico-dentários e ferramentas para centros de capacitação técnica na Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Venezuela, entre outros, que ajudaram organizações comunitárias a ampliar seus serviços aos beneficiários de baixa renda que não dispõem de acesso a serviços básicos. A Fundação continuou a intermediar novas doações de equipamentos médico-dentários, ferramentas para o desenvolvimento, ônibus escolares, carros de bombeiros, máquinas e equipamentos para diversos municípios da região.

Sob a liderança do Secretário-Geral, e com o objetivo de ajudar as ilhas caribenhas e outros países afetados por furacões e inundações, a FUPAD mobilizou mais de US\$1 milhão para ajuda humanitária e reconstrução em Grenada, Jamaica, Haiti, Guatemala, El Salvador e Bolívia, entre outros, com o apoio da OEA, da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais, das Câmaras Americanas de Comércio e doadores privados como Chevron, Citigroup, Altria, Kraft Foods, Caterpillar, Stanford Financial, etc. A FUPAD utiliza as contribuições da OEA para conseguir doações adicionais do setor privado. Por dólar destinado pela OEA, a FUPAD obteve mais de US\$10 adicionais para beneficiar vítimas de desastres naturais. Também conseguiu uma doação do Escritório de Assistência Externa em Casos de Desastre (OFDA), da USAID, para facilitar a maior participação do setor privado em programas que visam a preparação para casos de desastre, bem como sua redução, em países como a Costa Rica, Colômbia e Trinidad e Tobago, entre outros.

Em apoio à Carta Democrática Interamericana, a Fundação também ampliou seus esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a região, criando vínculos com doadores privados e governamentais, a fim de intensificar as práticas e valores democráticos nas Américas. Cumpre salientar que a FUPAD obteve doações privadas para ONGs na Argentina, Brasil, Honduras e Peru, entre outros.

Também se ampliou a cooperação com os grupos hispânicos e caribenhos residentes nos Estados Unidos, a fim de canalizar suas remessas comunitárias para projetos de desenvolvimento, especialmente para educação e agricultura. Com este objetivo, trabalhou-se com 30 grupos latinos e caribenhos dos Estados Unidos, especialmente salvadorenhos e haitianos. Foram obtidos aproximadamente US\$2 milhões em contribuições desses grupos e de outros doadores para projetos em seus países. Com base nos bem-sucedidos projetos ALCANCE e Manos Unidas, foi consolidada uma parceria com o Banco Agrícola de El Salvador para ampliar projetos de desenvolvimento no país.

A FUPAD continua a procurar novos mecanismos e fontes de financiamento, com vistas à implementação de projetos com ONGs, grupos comunitários, municípios e empresas privadas, em apoio à OEA e às iniciativas da Cúpula das Américas.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral.

A Junta realizou sua reunião anual de 27 a 31 de março de 2006, com a finalidade de preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e dos demonstrativos financeiros da OEA referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 10 de maio de 2006, a Junta apresentará suas observações no Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: Auditoria de Contas e Demonstrativos Financeiros, 31 de dezembro de 2005 e 2004 (OEA/Ser.S JAE/doc.36/06). O relatório será dividido em cinco seções: a) comentários e recomendações para o melhoramento dos procedimentos operacionais e controles internos contábeis; b) demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) demonstrativos financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) demonstrativos financeiros de outras entidades e organismos relacionados com a Organização dos Estados Americanos; e) demonstrativos financeiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões (auditado pela empresa Ernst and Young, LLP).

Com base nos pareceres emitidos pela SB and Company, LLC, a empresa de auditores independentes, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta se reuniu com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria e suas recomendações, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são descritas abaixo.

Ao Conselho Permanente:

- Conferir alta prioridade à arrecadação de cotas e definir métodos mais efetivos de incentivo ao pagamento oportuno de cotas atrasadas, de modo a reduzir o nível desses atrasos, e considerar possíveis mudanças nas exigências a serem cumpridas pelos Estados membros para o pagamento de suas cotas no início do exercício financeiro.
- Reafirmar a recomendação de que seja implementado um processo de planejamento que defina os objetivos e prioridades da OEA, de maneira a possibilitar a destinação de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades mais relevantes.
- Como iniciativa orçamentária estabelecer um mecanismo visível e sistemático que leve à economia de recursos.
- Considerar o uso de outras fontes de receita, inclusive a decisão de maximizar o potencial da propriedade da Junta Interamericana de Defesa, localizada na Rua 16 com Euclids em Washington, D.C.

À Secretaria-Geral:

- Realizar uma análise de custo que identifique todos os elementos administrativos de custo de supervisão utilizados no apoio aos fundos específicos. O mecanismo dela decorrente deverá ser eficaz no cálculo do custo referente a cada uma das propostas de doação aos fundos específicos.

- Proporcionar financiamento que assegure a capacitação adequada do pessoal fora da sede. Elaborar uma metodologia apropriada ao monitoramento e melhoramento dos controles internos dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.
- Assegurar que as políticas e procedimentos de controle interno referentes ao uso das bolsas de estudo sejam os mais adequados. Além disso, a OEA deverá desenvolver e colocar em prática um procedimento que assegure o cumprimento estrito de todas as políticas internas vinculadas ao processo de seleção e aprovação das bolsas e que seja devidamente documentado.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais a ela destinadas, a OEA levou em conta as iniciativas da administração da Secretaria-Geral para colocar em prática as recomendações constantes do relatório da Junta do ano anterior, bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2005:

- Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
- Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
- Fundação para as Américas
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Escritório para a Promoção da Democracia
- Fundo da Junta Interamericana de Defesa
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi instituída em 1942 para analisar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério. É a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre as partes, mediante vínculos de cooperação militar, e fortalece as relações entre civis e militares. A Junta Interamericana de Defesa (JID) promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental. A Junta atua em assuntos como a remoção humanitária de minas e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisiona um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

Com relação à remoção humanitária de minas, a JID continua a coordenar e supervisionar a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) e na América do Sul (MARMINAS), no âmbito do Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA), da OEA. Cumpre salientar que nas duas missões foram empregados, durante o ano, 32 supervisores e monitores internacionais, representantes das Forças Armadas do Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela. Em dezembro de 2005, a MARMINCA concluiu o seu trabalho de remoção de minas na Guatemala; essa tarefa continua em cinco setores na região norte da Nicarágua. Em 15 de dezembro, a Guatemala terminou as operações de remoção humanitária de minas e declarou-se um país livre de minas antipessoal. No tocante à MARMINAS, em 2005 foram ministrados cursos de Remoção Humanitária de Minas a efetivos peruanos e equatorianos, dos quais participaram militares, policiais e funcionários. Também foram realizadas tarefas de monitoramento da remoção de minas no lado equatoriano. Até o final de fevereiro de 2006, a quantidade de minas e artefatos explosivos destruídos nas duas missões de remoção de minas totalizou 55.367 unidades, tendo sido limpa uma área total de quase 2.800.000 metros quadrados.

A JID está atualmente organizando um Grupo de Monitores Interamericanos para apoiar os compromissos da OEA em apoio ao Plano Nacional de remoção de minas na Colômbia. Este Grupo de Monitores tem o apoio voluntário das Forças Armadas do Brasil, Honduras e Nicarágua. A República Dominicana e o Equador também manifestaram sua disponibilidade de apoiar com pessoal técnico militar.

Quanto às medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, foi dado cumprimento ao estabelecido na resolução AG/RES. 2113 (XXXV-O/05), atualizando-se o inventário das medidas aplicadas em 2004 no Hemisfério, com base nos relatórios dos Estados membros. Também foi preparado o inventário de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança de outras regiões do mundo. Ambos os relatórios foram encaminhados como o documento C-3183-S à Secretaria-Geral da OEA para serem apresentados oportunamente à Comissão de Segurança Hemisférica. Procede-se atualmente à atualização hemisférica e de outras regiões do mundo com base nas medidas aplicadas em 2005. Em 25 e 26 de abril de 2005, a JID participou do Primeiro Foro de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, realizado pela Comissão de Segurança Hemisférica no Salão das Américas da OEA. Foram apresentados relatórios sobre essas medidas no Hemisfério e em outras regiões do mundo.

No que se refere à educação, o Colégio Interamericano de Defesa (CID) realizou seu curso de altos estudos para funcionários civis, pessoal militar e de segurança, que proporciona amplos conhecimentos profissionais e interdisciplinares sobre sistemas governamentais, contexto internacional, estrutura e funcionamento do Sistema Interamericano, análise das ameaças, preocupações e desafios pertinentes à segurança hemisférica, operações de manutenção da paz, desastres naturais, solução de conflitos e manejo de crises. Até esta data, esse curso foi concluído por 2.128 graduados, dos quais mais de 500 conseguiram

as mais altas patentes militares em seus respectivos países, inclusive os cargos de ministros da defesa. Cabe destacar que dois distintos graduados chegaram à Presidência de seus países.

Cabe mencionar que, com vistas à consecução de maior nível de excelência acadêmica, o CID oferece atualmente dois mestrados; um em Serviços Internacionais, com orientação em Segurança e Defesa, em coordenação com a American University, e outro em Defesa e Segurança, em coordenação com a Universidad del Salvador, da República Argentina. É oportuno mencionar também a viagem de estudos do CID à Argentina, ao Paraguai e ao Brasil.

Um aspecto relevante para o ano acadêmico 2005-06 é a inclusão de um módulo acadêmico sobre relações civil-militares na democracia. Este curso foi amplamente informativo e ofereceu importantes perspectivas e análises da dinâmica atual entre civis e militares nos países do Hemisfério.

Neste sentido, a fim de complementar e aprofundar conteúdos acadêmicos incluídos em seu plano de estudos, o desenvolvimento do Programa Amizade, surgido de um convênio assinado com a National Defense University (NDU), permitiu oferecer o “Curso de terrorismo e outras formas de violência organizada”. Esse programa permitiu aos alunos do CID, à NDU e a participantes da JID e da OEA a análise da ameaça que estes flagelos significam para a governabilidade democrática e a viabilidade econômica no contexto do reordenamento econômico e político que sucedeu à dissolução da ordem internacional bipolar, colocando em evidência a necessidade de uma efetiva cooperação regional e internacional para enfrentá-los com êxito.

A JID recebeu visitantes ilustres no período a que se refere este relatório, dentre os quais se destacam a do Senhor Secretário-Geral da OEA, a dos Senhores Embaixadores Representantes Permanentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Honduras, Peru, Paraguai e Venezuela, além das visitas do Senhor Ministro da Defesa da Guatemala e do Vice-Ministro da Argentina. Também se destacam as visitas de diferentes instituições: do Instituto Nacional de Guerra do Equador; dos Colégios de Guerra da Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, México e República Dominicana; dos Colégios de Comando e Estado-Maior da Guatemala e de Honduras; e do Centro de Estudos de Defesa Nacional da Guatemala.

Finalmente, em relação às atividades acadêmicas do CID merecem menção os trabalhos de pesquisa realizados pelos membros da Classe XLIV, que compõem um acervo de 35 monografias/tese dessa classe. A maioria dessas pesquisas está acessível na página do CID na Internet (<http://library.jid.org/en/mono44.htm>), mas todas elas podem ser consultadas na biblioteca do CID.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva e é constituída por sete juízes eleitos a título pessoal, na Assembléia Geral da Organização, pelos Estados Partes na Convenção.

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Sergio García Ramírez (México), Presidente; Alirio Abreu Burelli (Venezuela), Vice-Presidente; Oliver Jackman (Barbados); Antonio A. Cançado Trindade (Brasil); Cecilia Medina Quiroga (Chile); Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); e Diego García Sayán (Peru). O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

Casos, medidas provisórias e pareceres consultivos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu 10 casos contenciosos à consideração da Corte em 2005, a saber: Caso Nogueira de Carvalho contra o Brasil, Caso Servellón García e outros contra Honduras, Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa contra o Paraguai, Caso dos “Trabalhadores Demitidos do Congresso” contra o Peru, Caso Baldeón García contra o Peru, Caso Montero Aranguren contra a Venezuela, Caso Vargas Areco contra o Paraguai, Caso Goiburú e outros contra o Paraguai, Caso Claude Reyes e outros contra o Chile e Caso Luis Almonacid Arellano contra o Chile.

Oito solicitações de medidas provisórias foram submetidas à consideração da Corte em 2005, nos seguintes casos: “Massacre de Mapiripán” com relação à Colômbia, Gutiérrez Soler com relação à Colômbia, Ivcher Bronstein com relação ao Peru, López Álvarez com relação a Honduras, Ramírez Hinstroza e outros com relação ao Peru, Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil, Castañeda Gutman com relação ao México e Cesti Hurtado com relação ao Peru.

Períodos de sessões

No período a que se refere este relatório, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões e um período extraordinário de sessões, nos quais considerou os assuntos a seguir enumerados.

No Sexagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, realizado de 28 de fevereiro a 15 de março de 2005, a Corte emitiu quatro sentenças, a saber: Caso das Irmãs Serrano Cruz contra El Salvador (mérito, reparações e custas), Caso Huilca Tecse contra o Peru (mérito, reparações e custas), Caso Caesar contra Trinidad e Tobago (mérito, reparações e custas) e Caso do “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia (exceções preliminares e reconhecimento de responsabilidade). Foram emitidas sete resoluções sobre medidas provisórias nos casos: James e outros com relação a Trinidad e Tobago, Liliana Ortega e outras com relação à Venezuela, Bámaca Velásquez com relação à Guatemala, Fermín Ramírez com relação à Guatemala, Comunidades do Juguamiandó e do Curbaradó com relação à Colômbia, Comunidade de Paz de San José de Apartadó com relação à Colômbia e Gutiérrez Soler com relação à Colômbia. A Corte também realizou sete audiências públicas nos seguintes casos: Comunidade Indígena Yakye Axa contra o Paraguai, “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia, YATAMA contra a Nicarágua, Gutiérrez Soler contra a Colômbia, Comunidades do Juguamiandó e do Curbaradó com relação à Colômbia (medidas provisórias), Comunidade de Paz de San José de Apartadó com relação à Colômbia (medidas provisórias) e Meninas Yean e Bosico contra a República Dominicana. Finalmente, foram emitidas duas resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: Loayza Tamayo (Peru) e Bámaca Velásquez (Guatemala).

Por ocasião do Vigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões, realizado de 9 a 13 de maio de 2005, em Assunção, Paraguai, a Corte emitiu uma resolução sobre a solicitação de parecer consultivo apresentada pelo Estado da Costa Rica e promoveu quatro audiências públicas nos seguintes casos: Palamara Iribarne contra o Chile, García Asto e Ramírez Rojas contra o Peru, Penitenciárias de Mendoza com relação à Argentina (medidas provisórias) e Comunidade Sarayaku com relação ao Equador (medidas provisórias).

Em seu Sexagésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 13 a 30 de junho de 2005, a Corte emitiu seis sentenças, a saber: Caso Moiwana contra o Suriname (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Comunidade Indígena Yakye Axa contra o Paraguai (mérito, reparações e custas), Caso Fermín Ramírez contra a Guatemala (mérito, reparações e custas), Caso YATAMA contra a Nicarágua (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Lori Berenson contra o Peru (interpretação da sentença de mérito, reparações e custas), Caso Acosta Calderón contra o Equador (mérito, reparações e custas). Foram expedidas dez resoluções sobre medidas provisórias nos casos: López Álvarez com relação a Honduras, Massacre Plan de Sánchez (Salvador Jerónimo e outros) com relação à Guatemala, Blake com relação à Guatemala, Liliana Ortega e outras com relação à Venezuela, Boyce e Joseph com relação a Barbados, Povo Indígena Sarayaku com relação ao Equador, Penitenciárias de Mendoza com relação à Argentina, “Massacre de Mapiripán” com relação à Colômbia, Pilar Noriega García e outros com relação ao México e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela. A Corte também realizou três audiências públicas nos seguintes casos: Blanco Romero e outros contra a Venezuela, López Álvarez contra Honduras e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela (medidas provisórias). Finalmente, a Corte emitiu uma resolução sobre a solicitação de parecer consultivo apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e uma resolução de cumprimento de sentença no Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) (Guatemala), bem como uma resolução geral sobre cumprimento de sentenças e um acordo sobre traduções.

No Sexagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, realizado de 7 a 24 de setembro de 2005, a Corte emitiu cinco sentenças, a saber: Caso das Meninas Yean e Bosico contra a República Dominicana (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Irmãs Serrano Cruz contra El Salvador (solicitação de interpretação da sentença sobre o mérito, reparações e custas), Caso Gutiérrez Soler contra a Colômbia (mérito, reparações e custas), Caso do “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia (mérito, reparações e custas) e Caso Raxcacó Reyes contra a Guatemala (mérito, reparações e custas). Foram emitidas seis resoluções sobre medidas provisórias nos casos: Fermín Ramírez com relação à Guatemala, Luisiana Ríos e outros (Radio Caracas Televisión – RCTV) com relação à Venezuela, López Álvarez e outros com relação a Honduras, Penitenciária Urso Branco com relação ao Brasil, Ramírez Hinostroza e outros com relação ao Peru e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela. A Corte também realizou três audiências públicas nos casos “Massacre de Pueblo Bello” contra a Colômbia, Acevedo Jaramillo e outros (SITRAMUN) contra o Peru e Ituango contra a Colômbia. Finalmente, neste período ordinário de sessões, a Corte emitiu oito resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: Juan Humberto Sánchez (Honduras), Trujillo Oroza (Bolívia), Myrna Mack Chang (Guatemala), Herrera Ulloa (Costa Rica), Barrios Altos (Peru), Maritza Urrutia (Guatemala), Ivcher Bronstein (Peru) e “Cinco Pensionistas” (Peru).

No Sexagésimo Nono Período Ordinário de Sessões, realizado de 17 de novembro a 2 de dezembro de 2005, a Corte emitiu cinco sentenças, a saber: Caso Palamara Iribarne contra o Chile (mérito, reparações e custas), Caso Gómez Palomino contra o Peru (mérito, reparações e custas), Caso García Asto e Ramírez Rojas contra o Peru (exceção preliminar, mérito, reparações e custas), Caso Blanco Romero e outros contra a Venezuela (mérito, reparações e custas) e Caso Ximenes Lopes contra o Brasil (exceção preliminar). Foi emitido o parecer consultivo OC-19 (Controle de Legalidade no Exercício das Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (artigos 41 e 44 a 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos) solicitado pela Venezuela. Foram emitidas três resoluções sobre

medidas provisórias nos casos: Pilar Noriega García e outros com relação ao México, Castañeda Gutman com relação ao México e Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil. A Corte também realizou duas audiências públicas nos casos Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil (medidas provisórias) e Ximenes Lopes contra o Brasil. Finalmente, no decorrer deste período ordinário de sessões, a Corte emitiu três resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: Baena Ricardo e outros (Panamá), Cantos (Argentina) e Irmãos Gómez Paquiyauri (Peru).

No período a que se refere este relatório, a Corte aprovou decisões ou pareceres que continuam a contribuir para a formação e consolidação da jurisprudência interamericana na área de direitos humanos. Entre os pontos mais destacados da doutrina jurisprudencial deste Tribunal em 2005 figuram os seguintes: proteção de direitos nas relações entre indivíduos, vida digna, direito à vida e à liberdade de associação, pena de morte, execuções extrajudiciais, tortura e investigação da prática de tortura, penas corporais, condições carcerárias, detenção, desaparecimento forçado e habeas corpus, princípio de legalidade e retroatividade, excludentes de responsabilidade penal, liberdade de pensamento e expressão, direito à nacionalidade, personalidade jurídica e nome, direitos de propriedade e de autor, terras ancestrais de comunidades indígenas, deslocamento forçado de pessoas, direitos da criança, direitos políticos, jurisdição penal militar, notificação ao réu da acusação contra ele formulada, assistência consular, correlação entre acusação e sentença, prisão preventiva, controle jurisdicional do processo eleitoral, controle de legalidade no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e situação das prisões.

Nos cinco períodos de sessões mencionados, a Corte considerou ademais diversos assuntos nela pendentes e analisou os diferentes relatórios apresentados pela Comissão, as vítimas ou seus representantes e os Estados implicados, em que tenham sido adotadas medidas provisórias ou que se encontrem na etapa de cumprimento de sentença. Finalmente, em 11 de maio de 2005, membros da Corte e da Comissão mantiveram uma reunião conjunta na cidade de Assunção, Paraguai, em que foram analisados os desafios presentes e futuros do Sistema Interamericano.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (OIG) regem-se pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG) -- Capítulo IX, Assessoramento, Auditoria e Fiscalização Financeira, pelas Normas Orçamentárias e Financeiras, e pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1.

Auditorias

No período de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2006, o OIG levou a cabo oito auditorias e três investigações, a fim de avaliar as operações e assegurar o cumprimento das diretrizes e realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. Na execução de suas atividades, o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas cuja eficiência, economia e eficácia poderia ser aumentada. O OIG atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede quanto nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Neste período também foram realizadas as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e dos procedimentos da OEA. O OIG examinou os Mecanismos dos Contratos por Tarefa (CPRs), as aplicações do Oracle, as contribuições do Fundo Específico para Apoio Administrativo e Direção Técnica e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Também foram examinadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral nas Bahamas, Bolívia, Equador e Saint Kitts e Nevis para determinar se suas atividades foram executadas em conformidade com as normas e procedimentos da OEA. O OIG realizou também as seguintes três investigações na sede e fora da mesma: 1) Manutenção e gastos de edifícios em 2004; 2) Transações financeiras e procedimentos de compras na SG/OEA em Honduras; e (3) Telefones celulares na sede da SG/OEA.

O Escritório também avaliou 19 projetos executados em vários Estados membros para assegurar conformidade com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos sujeitos a auditoria foram os seguintes: 1) Programa de Assistência à Ação Integral contra as Minas Antipessoal no Peru (AICMA); 2) SAP – Bacia Binacional do Rio Bermejo; 3) Desenvolvimento e Implementação de Prevenção e Solução Conflitos na Bolívia; 4) Transição Democrática - 2004; 5) Avaliação Generalizada do Uso da Terra e Ferramenta de Administração (GLEAM); 6) Programa de Treinamento e Certificação do Turismo; 7) Melhoramento da Metrologia Legal; 8) Fortalecimento da Administração do Serviço ao Cliente/Desenvolvimento do Pessoal; 9) Técnicas de Treinamento para Desenvolvimento da Comunidade; 10) Projeto para o Desenvolvimento Geotérmico do Caribe Oriental; 11) AICMA- Equador (Programa de Remoção de Minas); 12) Fortalecimento e Consolidação da Gestão Empresarial da PME comunitária Jambí Kiwa; 13) Capacitação Ocupacional a Pessoas Portadoras de Deficiência Física; 14) Aprendizagem e Capacidades Inatas em Crianças entre 2 ½ e 5 Anos na Área Rural de Quito; 15) Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático; 16) Honduras: Salvemos o Primeiro Grau; 17) Ajudando o Desenvolvimento do Setor Nutracêutico na Jamaica; 18) Ajuda Pedagógica para a Integração de Menores no México; 19) Iniciativa para o Desenvolvimento da Capacidade Técnica Pedagógica na Nicarágua.

Outras Atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou avaliando respostas e dando seguimento às ações corretivas para assegurar que as recomendações emitidas pela OIG foram implementadas de forma efetiva. O Escritório continuou prestando assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e

recomendações e participou como observador em vários comitês da Secretaria-Geral, e mediante a apresentação de relatórios às diversas instâncias estabelecidas.

COMISSÃO PARA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A CFDH foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. Conta com uma secretaria em nível de departamento e é constituída de três seções: Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e Portal Educacional das Américas.

Bolsas de Estudo e Treinamento

O Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA continuou colaborando com os Estados membros em seus esforços para alcançar seus objetivos de desenvolvimento integral mediante o desenvolvimento de seus recursos humanos nas áreas prioritárias estabelecidas pelas Cúpulas das Américas, pelo Plano Estratégico de Cooperação Solidária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e pela Assembléia Geral da Organização. Na consecução deste objetivo, em 2005 o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA concedeu mais de 900 bolsas para estudos acadêmicos e desenvolvimento profissional a pessoas qualificadas dos Estados membros da OEA.

O Programa sofreu uma transformação radical nos últimos anos, deixando de ser um mero administrador passivo dos recursos do mesmo para ser uma fonte de novas e inovadoras formas de expansão de oportunidades educacionais na região.

Nesse sentido, continuou apoiando o desenvolvimento das capacidades dos países da região por meio da implementação de uma série de estratégias orientadas à expansão dos serviços de bolsas de estudo nos Estados membros para estudos de pós-graduação e de pesquisa, estudos de graduação e formação profissional.

Os esforços de modernização levados a cabo resultaram num significativo aumento da eficácia do Programa, o que levou a um aumento de cerca de 45% no número de bolsas de pós-graduação concedidas no período de 2001 a 2005.

A modernização e maior eficiência do Programa foi alcançada por meio, entre outras, das seguintes estratégias: i) implementação de mecanismos inovadores para melhorar a relação custo-benefício do Programa com vistas à maximização do número de bolsas de estudo concedidas com os recursos disponíveis. Esta estratégia teve dois componentes: de um lado, o mecanismo de colocação de bolsistas por parte da OEA e, de outro, o estabelecimento do Consórcio de Universidades da OEA. No momento, participam do Consórcio cerca de 60 instituições de excelência em mais de 12 países da região; ii) a identificação e implementação de estratégias destinadas a aumentar o acesso ao ensino superior e à formação profissional e técnica, por meio da intensificação dos esforços para expandir a modalidade de estudos à distância. Em 2005, o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento celebrou um acordo de co-financiamento de mestrados à distância com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM); iii) o desenvolvimento de alianças com programas de bolsas de estudo atualmente existentes em Estados membros e em Estados Observadores Permanentes mediante a identificação e celebração de acordos com instituições nacionais. Além do programa conjunto de bolsas no campo da ecologia que o Programa de Bolsas de Estudo da OEA mantém com o Programa Fulbright, a Secretaria-Geral da OEA, o Ministério de Planejamento e Cooperação do Chile (MIDEPLAN) e a Agência de Cooperação Internacional do Governo do Chile (AGCI) assinaram um Acordo de Cooperação que prevê o co-financiamento de bolsistas do Programa de Bolsas de Estudo Presidente da República nas instituições que integram o Consórcio de Universidades da OEA. Estão em andamento negociações com entidades semelhantes na Argentina, Brasil e Colômbia.

Não obstante os resultados alcançados nos últimos três anos, as perspectivas de uma continuada expansão das oportunidades educacionais apresentam uma série de desafios devido aos crescentes custos de matrícula e ao aumento do custo de vida, bem como aos escassos recursos disponíveis. Esses aspectos, junto com outros, estão sendo atualmente considerados no processo de análise e transição em que se encontra atualmente o Programa de Bolsas de Bolsas de Estudo.

Com referência às bolsas de estudo concedidas em 2005, foram mantidas cerca de 430 bolsas para estudos acadêmicos de longo prazo e para pesquisa em universidades em toda a região. Os estudos são realizados em áreas prioritárias oportunamente estabelecidas.

Em matéria de estudos de pós-graduação (em nível de mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior da região, o número de estudantes que se beneficiaram com estas se elevou a um total de 405 bolsistas dos quais 168 correspondem a novas bolsas e 237 a prorrogações de bolsas de estudo já existentes (ver o Anexo F, Quadro 1).

Com referência a estudos de pré-graduação para estudantes elegíveis para completar os últimos dois anos de estudos conducentes a um título de Bacharel ou Licenciado ou seu equivalente, estes se aplicam para os países do Caribe de língua inglesa. A resolução AG/RES. 1387 (XXVI-O/96) estendeu os benefícios deste Programa à Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Bolívia, Equador e Paraguai, sujeito à obtenção de recursos externos. Em 2005, foram concedidas 23 bolsas de estudo presenciais de pré-graduação das quais 14 corresponderam a bolsas de estudo novas e nove a prorrogações (ver o Anexo F, Quadro 2).

No que se refere às bolsas de estudo para o desenvolvimento profissional, as mesmas oferecem oportunidades para a atualização em campos de especialização relacionados com as áreas prioritárias da OEA e do CIDI. Estas bolsas são oferecidas pelos Governos dos Estados membros e Estados Observadores Permanentes da OEA, organizações regionais ou internacionais, organismos públicos e privados, e instituições de ensino superior por meio de co-financiamento da OEA. As bolsas de desenvolvimento profissional também são oferecidas para realizar programas específicos de estudos propostos pelos Comitês e Comissões Interamericanos da OEA ou pelas unidades técnicas da Secretaria-Geral, em apoio a suas respectivas atividades. Este tipo de bolsas de estudo tem se concentrado nas áreas de telecomunicações, Direito Internacional, direitos humanos e jornalismo. Em 2005, foram concedidas 571 bolsas de atualização profissional (ver o Anexo F, Quadro 3).

Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe

Este Fundo concede empréstimos educacionais a indivíduos competentes de países latino-americanos e do Caribe para ajudá-los a financiar seus estudos de nível superior nos Estados Unidos, entendendo que, uma vez concluídos esses estudos, os estudantes devem regressar a seus respectivos países com o ânimo de colaborar para o desenvolvimento e bem-estar destes. Além disso, concede empréstimos a membros do pessoal da Secretaria-Geral da OEA, quer seja para seus estudos, os estudos de seus dependentes, ou para emergências, os quais, ao contrário dos empréstimos a estudantes, estão sujeitos à cobrança de juros.

Tem se conseguido de maneira progressiva, nos últimos anos, uma melhor distribuição geográfica na carteira de empréstimos, resultando em maior equidade de gênero na distribuição dos recursos do Fundo. Em 2005, foram concedidos 79 empréstimos por US\$373.232 distribuídos da seguinte maneira: 54 empréstimos a estudantes por um total de US\$275.570 e 25 empréstimos a membros do quadro de pessoal por US\$97.462. Além disso, em 2005 foram adotadas uma série de políticas tendentes a conseguir maior equilíbrio entre a necessidade de fortalecer a posição financeira de longo prazo do Fundo Rowe e os objetivos filantrópicos que animaram seu estabelecimento em 1948. Essas políticas estão relacionadas

com o melhoramento de alguns procedimentos administrativos, bem como com os períodos e modalidades de recuperação dos empréstimos concedidos a estudantes.

Portal Educacional das Américas

No período abrangido por este relatório, o Portal levou a cabo, entre outras, as seguintes atividades: i) manutenção da plataforma técnica educacional em linha (Aula Virtual), que proporciona acesso a oportunidades de formação profissional para indivíduos que não podem sair de casa ou do trabalho; ii) desenvolvimento e realização de 35 cursos de educação à distância por meio da Aula Virtual, incluindo: “Qualidade da Educação Básica” (versões em inglês, espanhol e português); “Introdução à Formulação de Estratégias de Governo Eletrônico” (versões em inglês, espanhol e português); “Educação Alimentar” (versão em espanhol); “Como Ensinar Ética, Capital Social e Desenvolvimento na Universidade?” (versão em espanhol); iii) promoção da educação à distância por meio de alianças estratégicas com universidades, centros de excelência e consórcios de ensino superior e universitário do Hemisfério; iv) distribuição de quase 100 revistas e monografias gratuitas por meio da biblioteca virtual, as quais incluem La Educ@ción, a coleção INTERAMER, a Revista Interamericana de Bibliografía (RIB) e a série Tendencias para un Futuro Común; v) preparação e publicação da versão digital da revista La Educ@ción; vi) divulgação de informação sobre 4.500 diferentes programas e cursos de cerca de 1.500 universidades acreditadas de toda a região por meio de um banco de dados que permite a busca de informação; vii) divulgação mensal de notícias e eventos sobre a educação à distância na região; viii) execução de um projeto do FEMCIDI para capacitar educadores e promover a criação de capacidade na região; ix) manutenção e divulgação de informação sobre o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA; x) desenvolvimento de manutenção da infra-estrutura necessária para promover reuniões virtuais, salas de diálogo, foros e as instalações e ferramentas necessárias para criar sítios na Internet; xi) elaboração e divulgação de seções editoriais e de boletins mensais.

No contexto dos mandatos conferidos pelos órgãos dirigentes, em matéria de formação de recursos humanos por meio do Portal, os serviços são prestados por uma taxa mínima destinada à recuperação parcial de gastos e que contribui para a sua sustentabilidade parcial. Nesse sentido, a renda proveniente das atividades do Portal até a data se eleva a mais de US\$800.000 a título de matrículas, contribuições de fundos voluntários e doações do setor privado.

No que se refere a seu rendimento operacional, o Portal contribuiu para a formação, atualização e capacitação de quase 14.000 profissionais da região (ver o Anexo F, Quadro 4). Por sua vez, desde seu lançamento (setembro de 2001), o Portal recebeu mais de 340 milhões de acessos provenientes de 210 países e territórios do mundo (ver o Anexo F, Quadro 5). Em 2005, contou com uma média de 8,2 milhões de acessos por mês, e uma média de 1.200 novos usuários se registram mensalmente no Portal. No momento, quase 14.000 sítios na Internet remetem visitantes ao Portal Educacional.

O Portal Educacional das Américas integra o Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM). Este foi estabelecido em 2001 pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). O INEAM é um metacampus virtual destinado a fortalecer a formação e capacitação de recursos humanos mediante o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) com um enfoque interdisciplinar e multisetorial. Participam das mesmas universidades e centros de ensino superior do Hemisfério para, além dos serviços que oferecem em seus diversos países, levar algumas dessas ofertas educacionais por meio do INEAM utilizando suas respectivas plataformas ou a infra-estrutura do Portal. Dentre as diversas ações levadas a cabo em 2005, merecem destaque as seguintes: o fortalecimento das atividades, programas e serviços do Portal com outras instituições, tais como a OUI, UDUAL, ISTEAC, OEI, entre outras; a constituição de órgãos dirigentes e assessores do INEAM em caráter ad honorem e voluntário; os trabalhos para estabelecer, junto com a Organização Universitária Interamericana, dois centros acadêmicos sub-regionais para receber o sinal Internet do Portal (Brasil e México) e serviços como bases

de apoio; formular um projeto para iniciar, com caráter experimental, o serviço sem fio do sinal Internet do Portal mediante a rede elétrica (América Central, Caribe e Região Andina); negociar o estabelecimento de um centro regional com o ISTECH, na University of New Mexico, a fim de prestar apoio tecnológico adicional complementar gratuito; participar no estabelecimento do Instituto de Qualidade Educacional (Equador); a terceira edição do Prêmio de Inovações Educacionais; e o início de serviços especiais para alguns países e instituições.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A CITELE, estabelecida pela Assembleia Geral em 1994, tem autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites estabelecidos pela Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), seu Estatuto e os mandatos da Assembleia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Como forma de seguimento e divulgação da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito, em 2005, foi realizado um estudo das iniciativas de conectividade e do andamento de sua implementação na região, em particular no que se refere à utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Com base nesse estudo, serão identificadas medidas concretas que requerem o apoio regional para definir as prioridades e estratégias da Segunda Etapa da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito.

A fim de atender à crescente necessidade de pessoal capacitado em telecomunicações, em 2005 a CITELE ofereceu 15 cursos (10 à distância e 5 presenciais) sobre política, regulação, gestão e tecnologia de telecomunicações, concedendo mais de 249 bolsas de estudo em toda a região. A CITELE conta com 16 Centros Regionais de Capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência para as Américas da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Em 2005, foi publicado o Livro Azul sobre Políticas de Telecomunicações para as Américas, um empreendimento conjunto da CITELE e da UIT, que servirá de referência para proporcionar descrições e informações objetivas sobre políticas de telecomunicações e assuntos relativos à regulação, incluindo as dificuldades e oportunidades que apresenta o desenvolvimento das TIC. Foi concluída também o portfólio técnico sobre Análise dos Aspectos Econômicos do Serviço Universal nos países da região com informação que ajudará os países a participar na economia e na sociedade mundiais da informação.

Empreendeu-se também a elaboração de estudos sobre os seguintes temas estratégicos para a região: Estrutura de custos dos serviços de telecomunicações; Estudo metodológico sobre a influência que tem o custo do capital sobre a estrutura de custos dos serviços de telecomunicações; Estudo sobre os aspectos econômicos do acesso de pessoas portadoras de deficiência às comunicações, para que os operadores introduzam sistemas que possibilitem o acesso da população, e Segurança Cibernética.

Foram também levadas a cabo importantes pesquisas técnicas sobre como melhorar o acesso às telecomunicações. Merecem destaque os trabalhos de identificação da situação atual do uso de frequências radioelétricas, para elaborar recomendações para a harmonização do uso do espectro para os serviços de radiocomunicações terrestres fixos e móveis. Em particular, foram aprovadas recomendações sobre disposições de bandas de frequências para as IMT-2000, sobre o uso das bandas de 400 MHz para serviços fixos e móveis, particularmente em áreas de baixa densidade populacional e sobre dispositivos de acesso sem fio que funcionem na gama de 5 GHz.

Quanto à coordenação de normas técnicas, merece destaque a aprovação da norma coordenada do Protocolo de Controle de Iniciação de Sessão SIP, que constitui a base de uma arquitetura de comunicações multimídia baseada na Internet.

Concluiu-se a elaboração de um CD sobre aspectos técnicos e regulamentares relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes para ajudar o público a entender os alcances deste importante tema. Este CD será distribuído em breve.

O satélite é um dos meios mais adequados para alcançar regiões que carecem de acesso terrestre, permitindo, portanto, a integração geográfica. Com o objetivo de facilitar a prestação de serviços de satélite, foram aprovados procedimentos para a concessão de licenças de estações terrestres em bloco ou genéricas e procedimentos que as administrações da CITEEL poderiam utilizar para autorizar o uso das estações terrestres de barco (ESV) nas bandas 5925-6 425 MHz e 14,0 -14,5 GHz. Foi também atualizada a situação regulamentar dos sistemas de satélites na região.

A radiodifusão de televisão digital terrestre oferece novas formas para acessar e compartilhar informação. Terminou-se a preparação de um “Guia de radiodifusão terrestre digital nas Américas”. Esta publicação apoiará o efeito multiplicador de um processo de conversão ordenado de um sistema de televisão analógico para um sistema digital.

Para melhorar as condições de introdução de produtos ao mercado tanto em termos de custos como do tempo requerido, deu-se prosseguimento aos procedimentos de harmonização dos processos de Avaliação da Conformidade na região, realizando em outubro de 2005 um workshop em nível internacional para analisar o alcance destes procedimentos. Está bem adiantada a atualização do Livro Amarelo sobre este tema.

Estão sendo elaborados relatórios sobre os seguintes temas de prioridade para os países: Porta-Fólio Técnico “Portabilidade de Números”; Porta-Fólio Técnico “Tecnologias de Banda Larga”; Políticas de Atribuição de Endereços IPV; Estudo sobre SPAM; Preparação de posições comuns do Hemisfério para reuniões internacionais.

Uma das prioridades da CITEEL é a prestação de apoio à obtenção de pontos de vista harmonizados na região. Atualmente, estão muito adiantados os preparativos para a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) (Catar, março de 2006) e da Conferência de Plenipotenciários (Turquia, novembro de 2006). Estas conferências internacionais têm especial importância porque têm como propósito adotar, em escala mundial, programas de desenvolvimento da UIT, estratégias de trabalho e futura gestão.

Em 2003, deu-se início à preparação da Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR) da UIT, a realizar-se 2007, na qual serão considerados cerca de 30 temas, entre os quais merecem destaque: progresso das novas técnicas de modulação e estudos que têm por objetivo definir critérios de compartilhamento e procedimentos de coordenação e notificação de redes de satélite.

Está também sendo estudado o Regulamento de Telecomunicações Internacionais com vistas à Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais (CMTI) programada para 2007.

No que se refere ao intercâmbio de informação e de melhores práticas para poder fazer face às mudanças no ambiente das telecomunicações, em 2005 foram realizados oito workshops, que contribuíram para divulgar conhecimento especializado sobre tecnologias de ponta. Além disso, continuou-se a divulgar o Boletim Eletrônico mensal “info@CITEEL”. Até fevereiro de 2006, foram publicados 146 artigos e 124 notícias de países. Em matéria de acordos, a CITEEL tem 16 Acordos de Cooperação em temas de interesse comum para evitar a duplicação de esforços e reduzir o tempo de solução de conflitos.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE PORTOS

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) foi criada pela Assembléia Geral e teve sua hierarquia funcional estabelecida pela Ordem Executiva N° 05-13 rev. 1. Tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da Organização para o fortalecimento da cooperação na área do desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado.

A fim de alcançar os objetivos fixados e responder aos desafios do setor portuário, bem como dar cumprimento ao Plano de Ação da CIP 2004-07, a Secretaria realizou e apoiou a execução das atividades a seguir relatadas.

Fortalecimento do diálogo portuário interamericano

A CIP constitui a única instância de diálogo entre as mais altas autoridades governamentais portuárias das Américas, o que é fundamental para o encaminhamento do cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral, da Reunião de Ministros da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental (ITHO), da Cúpula das Américas e de outros foros do setor no nível hemisférico. Para essa finalidade a Secretaria organizou e promoveu a realização da Quarta Reunião da CIP (Maracaibo, setembro de 2005) e simultaneamente das reuniões de seus Comitês Técnicos Consultivos: Segurança Portuária; Operações Portuárias; e Controle da Navegação e Proteção Ambiental. Organizou e promoveu também a Sétima Reunião do Comitê Executivo e seus subcomitês: Política e Coordenação; Planejamento e Gestão Portuária; Estatística, Custos e Tarifas; Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros de Turismo; Desenvolvimento de Portos Fluviais e Lacustres; Treinamento; e Desenvolvimento Portuário Regional (Houston, dezembro de 2005). Finalmente organizou e promoveu uma reunião adicional do Subcomitê de Planejamento e Gestão Portuária (Washington, D.C., abril de 2005).

Cooperação para o desenvolvimento portuário interamericano

Para facilitar a modernização e o desenvolvimento dos portos do Hemisfério foram executadas as atividades abaixo descritas.

- Treinamento. Trata-se da atividade prioritária de cooperação da CIP. A Secretaria planejou, programou e executou atividades, bem como realizou gestões para a captação de recursos externos complementares necessários à execução das seguintes atividades: Seminário sobre Planejamento Portuário Estratégico (Manzanillo, México, abril de 2005); Seminário Regional sobre Reforma e Modernização Portuária (Guaiaquil, junho de 2005); Seminário sobre Concessões de Terminais Portuários (São Domingos; julho de 2005); Seminário de Reforma e Tarifas Portuárias (São Domingos, setembro de 2005); Seminário sobre a Participação da Mulher no Setor Portuário do Hemisfério (Maracaibo, setembro de 2005); Décimo Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (Madri, setembro/outubro de 2005); Sexto Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental Portuária (Santander, Espanha, setembro/outubro de 2005); Seminário sobre Planejamento e Desenvolvimento Portuário (Santa Fé, Argentina, novembro de 2005), Seminário sobre Reformas Estratégicas para a Modernização Portuária (Houston, dezembro de 2005); e Curso sobre Gestão Portuária (São Domingos, fevereiro de 2006).
- Assistência técnica especializada. Prestou-se assessoramento à Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM) na preparação de projetos de cooperação portuária para a captação de recursos externos e à Autoridade Portuária Nacional do Peru na gestão de projetos de cooperação

portuária. Também se assessorou a Autoridade Portuária de El Salvador na preparação dos termos de referência de um projeto portuário nacional.

- Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas. A Secretaria continuou a divulgar e a promover o Acordo, que estabelece a estrutura jurídica para essa cooperação, aprovada pela Comissão em 2001. Em 2005, o Panamá e Trinidad e Tobago aderiram ao Acordo, chegando a 19 o número de países signatários, ao passo que o México e o Equador o ratificaram, como anteriormente haviam feito a Argentina e o Peru. Com isso, o Acordo, que entrou em vigor em 5 de março de 2004, passa a vigor para esses países membros.
- Cooperação com outros organismos internacionais. A Secretaria se empenhou em aumentar a cooperação mútua com outros organismos internacionais relacionados com a atividade portuária. Para isso, manteve os memorandos de entendimento assinados entre a Secretaria-Geral e o Órgão Público de Portos do Estado da Espanha bem como com a Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), o que possibilitou a execução de diversas atividades regionais de interesse mútuo. Além disso, foram assinados memorandos de entendimento com a Associação Internacional de Portos (IAPH) (outubro de 2005) e com a Associação Internacional de Navegação (PIANC), Seção dos Estados Unidos (dezembro de 2005), a fim de conjugar esforços na capacitação, assistência técnica, participação em eventos e intercâmbio de melhores práticas. Finalmente também foram estabelecidos vínculos de cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mediante resolução da CIP (dezembro 2005), e vem sendo planejada a assinatura de memorandos de entendimento com a RETE e com a AIPPYC.
- Apoio a instituições portuárias marítimas. A Secretaria também apoiou os esforços de outras entidades nacionais, regionais e globais que se ocupam dos temas portuários e, nesse sentido, participou de seus eventos, colaborando com exposições técnicas, elaborando documentos de discussão e prestando assistência na promoção de suas reuniões e conferências, ressaltando as realizações com o Banco Mundial, a Comissão Centro-Americana de Transporte Marítimo (COCATRAM), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Caribbean Shipping Association (CSA), a Corporação Andina de Fomento (CAF), a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Reunião de Empresários Portuários do Istmo Centro-Americano (REPICA), entre outros.

Divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP

A Secretaria também divulgou e prestou informações sobre os principais portos dos países membros e sobre as atividades da CIP utilizando-se dos seguintes meios: i. portal da CIP (www.oas.org/cip) que reúne informações dos países membros, suas autoridades portuárias, seus portos e seus projetos de desenvolvimento setorial, bem como do conjunto de projetos e atividades da CIP; ii. Revista da CIP: publicação com distribuição global em dois idiomas (espanhol e inglês) e três números anuais, que divulga e promove as atividades da Comissão e ensaios escritos por autoridades portuárias e especialistas sobre temas especializados e projetos de interesse setorial; iii. Boletim informativo: documento eletrônico distribuído em âmbito global cinco vezes por ano, com informações sobre as principais atividades dos portos e da CIP, bem como sobre outras entidades regionais com as quais foram estabelecidas linhas de cooperação; iv. consultas: atendimento de solicitações de informação, por via eletrônica, sobre os portos do Hemisfério e as atividades da Comissão; e v) documentos, estudos e outros materiais técnicos especializados. Produção desses trabalhos sobre portos do Hemisfério e temas relevantes do setor portuário.

VI. OBSERVADORES PERMANENTES

OBSERVADORES PERMANENTES

A condição de Observador Permanente na Organização dos Estados Americanos foi estabelecida pelo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizada em São José, Costa Rica, em 1971 (AG/RES. 50 (I-O/71)). Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para seus programas.

O Escritório de Relações Exteriores e Mobilização de Recursos (OREMR), dependência do Departamento de Relações Exteriores, é responsável pela gestão diária das atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes. Por meio de reuniões informativas, intercâmbio de documentos e informações e eventos especiais, a OREMR promove a ativa participação e colaboração destes países nas atividades da Secretaria-Geral.

Existem atualmente 60 Observadores Permanentes junto à Organização dos Estados Americanos: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, China, Chipre, Coreia, Croácia, Dinamarca, Egito, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné Equatorial, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Cazaquistão, Letônia, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Portugal, Catar, Reino Unido, a República Tcheca, Romênia, Federação Russa, Santa Sé, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, a União Européia e Iêmen.

No período abrangido por este relatório, a Organização recebeu contribuições em dinheiro em montante total aproximado de US\$11,7 milhões dos seguintes países observadores permanentes: Alemanha, China, Coreia, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Catar, Reino Unido, Suécia, Turquia e a União Européia. Além disso, foram recebidas contribuições importantes em espécie da Coreia, Espanha e França em montante total aproximado de US\$500.000. O Anexo G deste relatório apresenta detalhadamente as respectivas contribuições. As áreas principais apoiadas por estes países são democracia, direitos humanos, solução de conflitos, luta contra o narcotráfico e desenvolvimento sustentável e meio ambiente, entre outros. Neste sentido, o Escritório negociou muitas destas contribuições e organizou diversas cerimônias de doação para reconhecer publicamente o apoio dos países observadores às atividades da Organização.

Também durante o período abrangido por este relatório foram recebidas diversas visitas de alto nível de representantes dos governos de países observadores à Secretaria-Geral da OEA, entre as quais se destacam a visita do Chanceler da Polônia e Presidente do Conselho da Europa, Adam Daniel Rotfeld, e a do Ministro de Justiça da Espanha, Juan Fernando López Aguilar. Igualmente, o Escritório organizou uma visita oficial do Secretário-Geral à Europa, onde se reuniu com o Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Angel Moratinos Cuyaubé. Essa viagem também incluiu uma visita a Áustria, onde assinou um instrumento de cooperação com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial ONUDI-OEA e à Itália, onde assistiu a um seminário sobre América Latina organizado pelo governo italiano.

**VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E DO
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

Viagens do Secretário-Geral

Conferência sobre o Sistema Interamericano
São Domingos, República Dominicana, 2 e 3 de junho de 2005

Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral
Fort Lauderdale, Flórida, EUA, 4 a 8 de junho de 2005

Missão Especial na Nicarágua
Manágua, Nicarágua, 15 a 18 de junho de 2005

Reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas
Nova York, NY, EUA, 20 de junho de 2005

Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe
(CARICOM)
Castries, Santa Lúcia, 2 a 5 de julho de 2005

Visita Oficial ao Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 5 a 7 de julho de 2005

Cátedra das Américas
Lima, Peru, 14 a 16 de julho de 2005

Reunião de Alto Nível de Organismos Internacionais
Nova York, NY, EUA, 24 e 25 de julho de 2005

Visita Oficial ao Equador
Quito, Equador, 27 de julho de 2005

Visita Oficial ao Panamá
Cidade do Panamá, Panamá, 28 e 29 de julho de 2005

Quarta Reunião de Ministros da Educação
Scarborough, Trinidad e Tobago, 10 e 11 de agosto de 2005

Seminário “*Vocerías Públicas*”, patrocinado pela CEPAL
Santiago, Chile, 17 e 18 de agosto de 2005

Décima Nona Cúpula do Grupo do Rio
Bariloche, Argentina, 27 a 29 de agosto de 2005

Reunião sobre a Carta Social das Américas
Caracas, Venezuela, 30 de agosto de 2005

Visita Oficial à Colômbia
Bogotá, Colômbia, 31 de agosto de 2005

Sessão Plenária de Alto Nível das Nações Unidas
Nova York, NY, EUA, 12 a 16 de setembro de 2005

Reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Canadá
Ottawa, Canadá, 23 de setembro de 2005

Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
Cidade do México, México, 25 a 27 de setembro de 2005

Seminário na Notre Dame University
Chicago, IL, EUA, 7 de outubro de 2005

Assembléia sobre Sociedade Interamericana da Imprensa
Indianápolis, IN, EUA, 9 de outubro de 2005

Décima Quinta Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo
Salamanca, Espanha, 14-16 de outubro de 2005

Segunda Conferência Anual sobre a América Latina
Milão, Itália, 17 e 18 de outubro de 2005

Assinatura do Acordo com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
(ONUDI)
Viena, Áustria, 19 de outubro de 2005

Quarta Cúpula das Américas
Mar del Plata, Argentina, 31 de outubro a 5 de novembro de 2005

Conferência na Miami University
Miami, Flórida, EUA, 16 a 18 de novembro de 2005

Cúpula do MERCOSUL
Montevideu, Uruguai, 7 a 9 de dezembro de 2005

Missão de Observação Eleitoral
Port-au-Prince, Haiti, 17 de dezembro de 2005

Reunião com Autoridades de Governo
Buenos Aires, Argentina, 16 de janeiro de 2006

Tomada de Posse do Presidente da Bolívia
La Paz, Bolívia, 21 e 22 de janeiro de 2006

Reunião Anual do Foro Econômico Mundial
Davos, Suíça, 23 a 29 de janeiro de 2006

Conferência do *National Democratic Institute for International Affairs (NDI)* sobre Crise de Governo na América Latina
Nova York, NY, EUA, 3 a 5 de fevereiro de 2006

Visita Oficial para a Eleição Presidencial
Port-au-Prince, Haiti, 6 a 8 de fevereiro de 2006

Missão Especial vinculada ao Processo Eleitoral
Port-au-Prince, Haiti, 15 a 17 de fevereiro de 2006

Seminário Observatório de Políticas Externas
Madrid, Espanha, 16 a 19 de fevereiro de 2006

Conferência “*Council of the Americas*”
Nova York, NY, EUA, 22 e 23 de fevereiro de 2006

Viagens do Secretário-Geral Adjunto

Visita Oficial a Santa Lúcia, Trinidad e Tobago e Suriname
30 de junho a 7 de julho 2005

Terceira Reunião Ministerial do IICA, “Agricultura e Vida Rural nas Américas”
Guaiquil, Equador, 28 a 31 de agosto de 2005

Reunião do GRIC em preparação para a Quarta Cúpula das Américas
Buenos Aires, Argentina, 5 a 10 de setembro de 2005

Reunião com as Nações Unidas sobre o tema do Haiti
Nova York, NE, 16-17 de setembro de 2005

“Building a Culture of Peace and Preventing Conflict in the Greater Caribbean”
São Domingos, República Dominicana, 21 e 22 de setembro de 2005

Visita Oficial ao Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 25 e 26 de setembro de 2005

Quinta Semana Caribenha sobre Agricultura
Basseterre, Saint Kitts e Nevis, 4 e 5 de outubro de 2005

Sexta Reunião de Negociações para a Busca de Consensos: Projeto de Declaração Americana sobre os
Direitos dos Povos Indígenas
Antígua, Guatemala, 10 a 14 de outubro de 2005

Reuniões de Alto Nível das Nações Unidas
Nova York, NY, 16 e 17 de outubro de 2005

“Re-Mapping the Americas-Globalization, Regionalisation and the FTAA”
St. Augustine, Trinidad e Tobago, 18 e 19 de outubro de 2005

Reunião sobre Haiti
Bruxelas, Bélgica, 19 a 22 de outubro de 2005

Quarta Cúpula das Américas, Foro Hemisférico do Setor Privado
Buenos Aires, Argentina, 31 de outubro a 2 de novembro de 2005

Reunião Extraordinária do GRIC e Quarta Cúpula das Américas
Mar del Plata, Argentina, 2 a 6 de novembro de 2005

Visita Oficial ao Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente
Montevideu, Uruguai, 7 de novembro de 2005

Workshop sobre os Jovens no Suriname
Suriname, 23 a 29 de novembro de 2005

Visita Oficial ao Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 19 a 21 de novembro de 2005

Missão de Observação Eleitoral
Kingstown, São Vicente e Granadinas, 4 a 9 de dezembro de 2005

Missão de Observação Eleitoral
Port-au-Prince, Haiti, 16 a 20 de dezembro

Tomada de Posse do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya
Tegucigalpa, Honduras, 26 de janeiro de 2006

ANEXOS

ANEXO A

CONSELHOS E COMISSÕES INTERAMERICANOS

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)

Presidente da Décima Reunião Ordinária: Embaixador Izben Williams (Saint Kitts e Nevis)

Vice-Presidente da Décima Reunião Ordinária: Patricio Powell (Chile)

COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)

Presidente: Gordon Shirley (Jamaica)

Vice-Presidente: Margarita Riva (Estados Unidos)

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

Mauricio Herdocia Sacasa – Presidente (Nicarágua)

Jean-Paul Hubert (Vice-Presidente (Canadá)

Alonso Gomez Robledo Verduzco (México)

João Grandino Rodas (Brasil)

Luis Marchand Stens (Peru)

Eduardo Vío Grossi (Chile)

Galo Leoro Franco (Equador)

Antonio Fidel Pérez (Estados Unidos)

Ana Elizabeth Villalta Vizcarra (El Salvador)

José Delgado Ocando (Venezuela)

Jaime Aparicio Otero (Bolívia)

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Presidente: Sergio García Ramírez (México)

Vice-Presidente: Alirio Abreu Burelli (Venezuela)

Oliver Jackman (Barbados)

Antônio Augusto Cançado Trindade (Brasil)

Cecilia Medina Quiroga (Chile)

Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica)

Diego García-Sayán (Peru)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Evelio Fernández Arévalos (Paraguai)

Paulo Sérgio Pinheiro (Brasil)

Florentín Meléndez (El Salvador)

Clare Kamau Roberts (Antígua e Barbuda)

Freddy Gutiérrez Trejo (Venezuela)

Paolo G. Garozza (Estados Unidos)

Víctor E. Abramovich (Argentina)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Presidente: Morton Sklar (Estados Unidos)
Vice-Presidente: Agustín Gordillo (Argentina)
Albert Matthew (Dominica)
Alma Montenegro de Fletcher (Panamá)
José Antonio Arze (Bolívia)
Lionel Alain Dupuis (Canadá)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Presidenta: Nilcéia Freire (Brasil)
Vice-Presidenta: María José Argaña de Mateu (Paraguai)
Juliana di Tullio (Argentina)
Florence Ievers (Canadá)
Cecilia Pérez (Chile)
Patricia Espinoza (México)
Urmila Joella-Sewnundun (Suriname)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

Presidente da COM/CITEL: Pablo Cob Saborio (Costa Rica)
Presidente da CCP.I: Mario Guillermo Moreno (Argentina)
Presidente Suplente da CCP.I: Sergio Scarabino (Argentina)
Presidente da CCP.II: Alván Lezama (Venezuela)
Presidente Suplente da CCP.II: Mikhail Marsiglia (Venezuela)

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

Presidente: Embaixador Mauricio Dorfler Ocampo (Bolívia)
Vice-Presidente: General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa (Brasil)

ANEXO B

CONFERÊNCIAS E REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

(No período de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2006)

2-6 março	Washington, D.C.	Reunião dos Subgrupos de Análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
7-12 março	Washington, D.C.	Sétima Reunião da Comissão do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
9-10 março	Buenos Aires, Argentina	Trigésima Sétima Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
9-10 março	Buenos Aires, Argentina	Décima Terceira Reunião do Conselho Executivo do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
11 março	Buenos Aires, Argentina	Seminário “Democracia e Cúpulas das Américas”
16-18 março	Washington, D.C.	Reunião Extraordinária do Grupo de Peritos sobre o Controle da Lavagem de Dinheiro (CICAD)
18 março	Washington, D.C.	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)
28-29 março	Washington, D.C.	Reunião de Peritos sobre Cooperação Relacionada com a Negação de Acolhida a Funcionários Corruptos e Àqueles que os Corrompem, Sua Extradicação e Não-Ingrosso e Recuperação de Ativos e Bens Oriundos de Atos de Corrupção e Sua Restituição aos Legítimos Proprietários (DLAS)
4 abril	Washington, D.C.	Seminário para Jovens do Serviço Exterior (INL-CICAD)
5 abril	Washington, D.C.	Quarta Reunião do Subcomitê de Política e Coordenação
11 abril	Washington, D.C.	Trigésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
11-12 abril	Washington, D.C.	Foro Hemisférico da Sociedade Civil: Concretização dos Benefícios da Democracia
11-14 abril	Tegucigalpa, Honduras	Sexta Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos das Telecomunicações (CITEL)
14 abril	Washington, D.C.	Foro Pro-Vention-OEA: O Desenvolvimento como Ferramenta para o Manejo de Riscos de Perigos Naturais (ODSMA)
14-15 abril	Washington, D.C.	Comissão de Consulta da CIFTA: Sexta Reunião Ordinária
19-20 abril	Washington, D.C.	Seminário sobre o Acesso da Mulher à Justiça na América Latina e no Caribe (CIDH)

20-21 abril	El Puerto de Manzanillo, México	Seminário do Foro Portuário Ibero-Americano (CIP)
21-22 abril	Washington, D.C.	Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
22 abril	El Puerto de Manzanillo, México	Seminário sobre Estatística Ibero-Americana (CIP)
25 abril	Cidade da Guatemala, Guatemala	Seminário sobre Banda Larga Sem Fio (CITEL)
25-26 abril	Washington, D.C.	Foro sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança
25-27 abril	Brasília, Brasil	Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN)
26-29 abril	São Domingos, República Dominicana	Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
26-29 abril	Cidade da Guatemala, Guatemala	Quinta Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
27-29 abril	Montego Bay, Jamaica	Reunião Caribenha do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos (OPD)
28 abril	Washington, D.C.	Décima Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
3-5 maio	Washington, D.C.	Oitava Reunião das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)
4-5 maio	Washington, D.C.	Terceira Reunião do Comitê Científico (CICAD)
5-6 maio	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Trabalho de Peritos em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (DLAS)
12-13 maio	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Quarta Reunião de Ministros da Educação (OECT)
20-24 maio	Barbados	Reunião dos Observatórios de Drogas do Caribe (CICAD)
24 maio	Washington, D.C.	Painel de Peritos sobre Comércio e Sustentabilidade nas Américas (ODSMA)
25-27 maio	Washington, D.C.	Reunião para Organizar os Textos do Livro Azul (CITEL)
31 maio	Washington, D.C.	Série Científica – Painel sobre Lavagem de Dinheiro (CICAD)
1-3 junho	Washington, D.C.	Décima Quinta Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL (CITEL)
1-3 junho	Washington, D.C.	Décima Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado da Preparação das Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
1-3 Junho	Washinton, D.C.	Sexta Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Conferências (CITEL)

5-7 junho	Fort Lauderdale, Florida	Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
5-8 junho	Fort Lauderdale, Florida	Trigésima Oitava Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
5-8 junho	Fort Lauderdale, Florida	Décima Quarta Reunião do Conselho Executivo do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
13 junho	Washington, D.C.	Fortalecimento dos Sistemas e Processos Eleitorais – Vídeo-Conferência: Educação a Longa Distância (OPD)
17 junho	Washington, D.C.	Workshop Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CIDH)
17 junho	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
20 junho	Washington, D.C.	Décima Sexta Reunião Ordinária da Junta Diretora da Agência Interamericana de Coperação e Desenvolvimento (AICD)
22 junho	Washington, D.C.	Workshop sobre Sistemas de Informação Cultural (OCT)
12-22 julho	Genebra, Suíça	Décima Sexta Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado da Preparação das Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
13-14 julho	México, D.F., México	Reunião Preparatória da Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (OECT)
13-15 julho	Washington, D.C.	Trigésima Nona Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
21-22 julho	Bridgetown, Barbados	Foro Sub-Regional do Caribe com a Sociedade civil (OPC)
11-12 agosto	Puerto Espana, Trinidad e Tobago	Quarta Reunião de Ministros da Educação (ODSE)
22-23 agosto	México, D.F., México	Octogésima Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN)
22-24 agosto	Washington, D.C.	Reunião de Peritos do MESECVI (CIM)
25-26 agosto	Washington, D.C.	Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (OECT)
1º-3 setembro	Brasília, Brasil	Segunda Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e Extradução (DLAS)
7-9 setembro	Buenos Aires, Argentina	XL Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) – (OPC)
12-16 setembro	Maracaibo, Venezuela	Quarta Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
13-15 setembro	Ottawa, Canadá	Sétima Reunião do Grupo de Peritos em Redução da Demanda (CICAD)
14-16 setembro	São Paulo, Brasil	Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre Segurança Cibernética (CICTE)

18 setembro-15 outubro	Santander, Espanha	Sexto Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental em Portos (CIP)
19-23 setembro	Washington, D.C.	Sétima Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
21-23 setembro	Washington, D.C.	Reuniões dos Subgrupos de Análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DLAS)
25 setembro-21 outubro	Madrid, Espanha	Décimo Curso Ibero-Americano sobre Gestão Portuária (CIP)
26-27 setembro	México, D.F., México	Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (OECT)
26-28 setembro	Washington, D.C.	Despesas – Reunião Final dos Países Piloto do Programa de Despesas (CICAD)
26 setembro-1º outubro	Washington, D.C.	Oitava Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DLAS)
1º outubro-23 junho 2006	Valencia, Espanha	Mestrado em Gestão Portuária e Transporte Intermodal (CIP)
3-7 outubro	Washington, D.C.	XLI Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) – (OPC)
3-7 outubro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória do Grupo de Trabalho Intergovernamental (PRE-GTI) (CICAD)
3-7 outubro	Washington, D.C.	LIII Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo (TRIBAD)
6-7 outubro	Washington, D.C.	Comissão Consultiva da CIFTA – Reunião Informal dos Estados Partes (CIFTA)
10-14 outubro	Antígua, Guatemala	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Sexta Reunião de Negociações para a Busca de Consensos)
10-14 outubro	Cidade do Panamá, Panamá	Seminário da ERCAIAD sobre Técnicas Especiais de Investigação do Narcotráfico (CICAD)
10-28 outubro	Washington, D.C.	Centésimo Vigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
24 outubro	Washington, D.C.	Primeira Reunião Preparatória do Sexto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
25-27 outubro	México, D.F., México	Reunião do Grupo de Peritos sobre o Narcotráfico Marítimo (CICAD)
25-28 outubro	São José, Costa Rica	Sexta Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)

26-28 outubro	Recife, Pernambuco, Brasil	Terceira Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis das Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério (OPD)
4-5 novembro	Mar del Plata, Argentina	Quarta Cúpula das Américas (SCA)
9-10 novembro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho da REMJA sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação (DASJ)
10-21 novembro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Alternativo (CICAD)
11-17 novembro	Costa Rica	Sexta Reunião das Primeiras Damas da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana (IIN)
21-25 novembro	Porto Seguro, Bahia, Brasil	Seminário Regional de Radiocomunicações da UIT (CITEL)
28-29 novembro	Washington, D.C.	Sessão Especial de Reflexão e Análise sobre a Natureza de uma Futura Convenção Interamericana contra o Racismo e toda a Forma de Discriminação e Intolerância
28-30 novembro	México, D.F., México	Primeiro Workshop Regional Indígena de Tecnologia da Informação e Comunicação (CITEL)
28 novembro-2 dezembro	Santa Cruz de la Sierra, Bolívia	Descentralização das Políticas sobre Drogas nos Países Andinos (CICAD)
30 novembro-3 dezembro	Washington, D.C.	Vigésima Quarta Assembléia Geral Modelo da OEA para Estudantes (MOAS)
2 dezembro	Washington, D.C.	Segunda Reunião Preparatória do Sexto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
6-9 dezembro	Buenos Aires, Argentina	Décima Quinta Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL
6-9 dezembro	Buenos Aires, Argentina	Décima Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Conferências (CITEL)
6-9 dezembro	Buenos Aires, Argentina	Sexta Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
6-9 dezembro	Washington, D.C.	Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
7-9 dezembro	Houston, Texas, Estados Unidos	Sétima Reunião da Comissão Executiva da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
8-9 dezembro	Washington, D.C.	Segundo Período Ordinário de Sessões do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
9-14 dezembro	Washington, D.C.	Curso de Monitorização e Avaliação (CICAD)
9-16 dezembro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho sobre o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)
9-10 janeiro	Washington, D.C.	Reunião de Planejamento de Autoridades da Comissão Interamericana de Cultura (CIC)

16-20 janeiro	São José, Costa Rica	Conferência do Hemisfério Ocidental sobre Espécies Migratórias (ODSMA)
19-20 janeiro	Washington, D.C.	CICTE/Grupo de Trabalho Informal sobre o Projeto de Declaração de San Carlos (CICTE)
30-31 janeiro	Washington, D.C.	Trigésimo Primeiro Período Extraordinário da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OCR)
29 janeiro-3 fevereiro	Nicarágua	Cursos Anti-Lavagem de Dinheiro para Juízes e Fiscais (CICAD)
2-4 fevereiro	Iquitos, Peru	Simpósio Científico Amazônico (ODSMA)
3 fevereiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião Preparatória do Sexto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
4-10 fevereiro	Guatemala	Cursos Anti-Lavagem de Dinheiro para Juízes e Fiscais (CICAD)
6-7 fevereiro	Washington, D.C.	Primeira Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD para a Elaboração de Legislação Modelo Relacionada com as Áreas a que se Refere a CIFTA (DASJ)
13-26 fevereiro	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI) do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) (CICAD)
14 fevereiro	Washington, D.C.	Segundo Fórum sobre Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança (CSH)
20-25 fevereiro	São José, Costa Rica	Quarta Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
23 fevereiro	São José, Costa Rica	Décima Sétima Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL (CITEL)
24 fevereiro	São José, Costa Rica	Décima Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar Conferências (CITEL)
24 fevereiro	São José, Costa Rica	Reunião do Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (CMTI) da CCP.I (CITEL)
27 fevereiro-17 março	Washington, D.C.	Centésimo Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
27-28 fevereiro	Washington, D.C.	Quarta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético (DLAS)

NOTA: Esta Relação Cronológica de Conferências apresenta modificações durante o ano calendário à medida que são registradas novas reuniões ou cancelamento das mesmas.

ANEXO C

TRATADOS E CONVENÇÕES INTERAMERICANOS

De forma cronológica segue-se a relação de acordos que, com relação aos tratados interamericanos, foram registrados no decorrer de 2005.

Em **5 de janeiro de 2005, Antígua e Barbuda** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana de Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em **6 de janeiro de 2005, o Paraguai** depositou o instrumento de ratificação à Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em **13 de janeiro de 2005, o Equador** designou como autoridade central o Conselho Nacional da Criança e da Adolescência para a Convenção Interamericana sobre Obrigações Alimentícias, a Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores, e a Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **13 de janeiro de 2005, a Bolívia** designou o Vice-Ministro da Juventude, Infância e Terceira Idade como autoridade central para a Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **1º de março de 2005, o Equador** designou o Diretor do Departamento de Controle de Armas do Comando Conjunto das Forças Armadas como autoridade nacional encarregada de outorgar autorizações ou licenças de armas, relacionadas com a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

Em **2 de março de 2005, o Peru** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **11 de março de 2005, El Salvador** designou o Ministro das Relações Exteriores como autoridade central responsável pelo envio e recebimento das solicitações de assistência, de conformidade com o artigo 3 da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em **16 de março de 2005, a República da Coreia** assinou o depósito do instrumento de aceitação ao Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em **12 de abril de 2005, a Colômbia** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Em **15 de abril de 2005, o Paraguai** assinou a Convenção sobre Defesa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas (Convenção de San Salvador).

Em **27 de abril de 2005, a Venezuela** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais.

Em **10 de maio de 2005, Belize** assinou a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em **26 de maio de 2005, o Panamá** designou a Direção Institucional de Assuntos de Segurança Pública do Ministério do Governo e Justiça como ponto de contato para os assuntos relacionados com a

Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiales Correlatos.

Em **31 de maio de 2005**, **Antígua e Barbuda** designou o Escritório do Procurador-Geral como a autoridade central relacionada com a Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **31 de maio de 2005**, **Antígua e Barbuda** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **1º de junho de 2005**, **os Estados Unidos** designaram o Representante Permanente dos Estados Unidos junto à OEA como autoridade central com o propósito de canalizar as solicitações de cooperação técnica mútua, em conformidade com os artigos XIV.2 e XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em **7 de junho de 2005**, **a Nicarágua** designou o Conselho Nacional de Atenção e Proteção Integral à Infância e à Adolescência (CONAPINA) como autoridade central encarregada do cumprimento das obrigações estabelecidas pela Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Em **14 de junho de 2005**, **os Estados Unidos** designaram o Escritório Jurídico Internacional da Divisão de Crimes do Departamento de Estado dos Estados Unidos como autoridade central encarregada da assistência jurídica mútua, em conformidade com o artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em **11 de julho de 2005**, **Honduras** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Em **15 de julho de 2005**, **Belize** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em **16 de agosto de 2005**, **o Canadá** designou autoridades centrais com relação à Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em **15 de setembro de 2005**, **a Jamaica** designou o *Minister Responsible for Justice* e o *Director of Public Prosecutions* para assistência às questões de assistência judicial mútua e o *Minister of Justice* e o *Director of Public Prosecutions*, para questões de cooperação técnica mútua, em conformidade com o artigo XVII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em **25 de outubro de 2005**, **o Brasil** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em **15 de novembro de 2005**, **os Estados Unidos** designaram, em conformidade com o artigo 4.1 da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a *Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN)*, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, como sua Unidade de Inteligência Financeira.

Em **15 de novembro de 2005**, **os Estados Unidos** depositaram o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, sujeito a entendimento.

Em **18 de novembro de 2005**, **a Nicarágua** depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores.

Em **2 de dezembro de 2005**, **Trinidad e Tobago** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em **14 de dezembro de 2005**, **a Jamaica** assinou e depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”.

Em **16 de dezembro de 2005**, **a Argentina** depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em **21 de dezembro de 2005**, **o Peru** depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar.

Em **22 de dezembro de 2005**, **El Salvador** depositou o instrumento de adesão, com reserva, à Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores e designou, como autoridade central, o Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência (ISNA).

ANEXO D

RECURSOS HUMANOS

Os quadros a seguir apresentam informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2005. Os funcionários são classificados segundo o tipo de nomeação e o fundo que os financia; sua categoria e nacionalidade; seu tempo de serviço; o nível do cargo que ocupam; o sexo; o lugar de exercício; e conforme pertençam ou não ao serviço de carreira.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E FUNDO 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Serviço de carreira	Contrato contínuo	Longo Prazo	Curto prazo	Outro tipo de nomeação	Total
Fundo Ordinário ^{a/}	170 ^{b/}	43 ^{c/}	168 ^{d/}	60	41	482
Outros	4	1	52	51	15	123
TOTAL	174	44	220	111	56*	605

- a. *Inclui o pessoal da Secretaria da CIDH, do IIN, da CIM, da CICAD e dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.*
- b. *Inclui cinco funcionários em cargos de confiança, membros do serviço de carreira.*
- c. *Inclui um funcionário em cargo de confiança.*
- d. *Inclui 41 funcionários em cargo de confiança.*
- * *Inclui pessoal em cargos de confiança não pertencente ao serviço de carreira, associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.*

QUADRO 2

VARIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO 31 DE DEZEMBRO 2004 A 31 DE DEZEMBRO DE 2005 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Dezembro 2004	Dezembro 2005	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	490	482	- 8	- 1,6
Outros	140	123	- 17	- 12,8
TOTAL	630	605*	- 25	+ 3,9

* *Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.*

QUADRO 3

**VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2004 A 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Tipo de nomeação	Dezembro 2004	Dezembro 2005	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	187	169	- 18	- 9.6
Serviço de carreira Em cargos de confiança	8	5	- 3	- 37.5
Contrato contínuo	44	44		
Pessoal em cargos de confiança Não pertencente ao serviço de carreira	32	43	+ 11	- 34.3
Longo prazo	239	220	- 19	- 7.9
Curto prazo	83	111	- 28	- 33.7
Outro tipo de nomeação*	37	13	- 24	- 64.8
TOTAL	630	605	- 25	+ 3.9

* *Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores locais.*

QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE (Inclui todas as fontes de financiamento)

Países	31 de dezembro de 2004			31 de dezembro de 2005		
	Profissionais	Serviços gerais	Total	Profissionais	Serviços gerais	Total
Antígua e Barbuda				1	2	3
Argentina	26	7	33	29	5	34
Bahamas	-	2	2	-	1	1
Barbados	2	3	5	5	3	8
Belize	1	1	2	1	1	2
Bolívia	8	9	17	8	10	18
Brasil	15	4	19	15	6	21
Canadá	15	-	15	16	-	16
Chile	15	6	21	21	11	32
Colômbia	32	18	50	33	20	53
Costa Rica	10	3	13	5	3	8
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica	1	3	4	1	3	4
El Salvador	2	15	17	3	15	18
Equador	6	12	18	4	11	15
Estados Unidos	110	43	153	92	43	135
Grenada	5	2	7	3	2	5
Guatemala	8	11	19	5	10	15
Guiana	1	-	1	1	1	2
Haiti	2	2	4	2	3	5
Honduras	4	2	6	2	1	3
Jamaica	6	3	9	4	3	7
México	12	4	16	13	3	16
Nicarágua	2	9	11	2	7	9
Panamá	7	2	9	6	2	8
Paraguai	5	1	6	5	1	6
Peru	24	31	55	22	27	49
República Dominicana	2	6	8	2	5	7
Saint Kitts e Nevis	1	2	3	3	2	5
Santa Lúcia	2	2	4	2	2	4
São Vicente e Granadinas	2	3	5	3	3	6
Suriname	2	2	4	4	2	6
Trinidad e Tobago	14	3	17	11	4	15
Uruguai	28	12	40	23	10	33
Venezuela	20	11	31	21	10	31
Países não-membros da OEA	5	1	6	3	-	3
TOTAL	234	396	630	373	232	605*

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005 POR ANOS DE SERVIÇO (Inclui todas as fontes de financiamento)

Anos de Serviço	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Menos de 3	0	124	124	0
3 até menos de 5	0	90	90	0
5 até menos de 10	0	127	127	0
10 até menos de 15	6	84	90	6
15 até menos de 25	73	7	80	91
25 e mais	90	4	94	96
TOTAL	169	436	605*	28

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005
POR NACIONALIDADE

(Pessoal do serviço de carreira *versus* pessoal não pertencente ao serviço de carreira)
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem do pessoal do serviço de carreira
Antígua e Barbuda	0	3	3	0
Argentina	10	24	34	29
Bahamas	0	1	1	0
Barbados	2	6	8	25
Belize	0	2	2	0
Bolívia	9	9	18	50
Brasil	6	15	21	29
Canadá	0	16	16	0
Chile	7	25	32	22
Colômbia	10	43	53	19
Costa Rica	2	6	8	25
Dominica	0	4	4	0
El Salvador	8	10	18	44
Equador	9	6	15	60
Estados Unidos	39	97	136	28
Grenada	0	5	5	0
Guatemala	7	8	15	46
Guiana	0	2	2	0
Haiti	1	4	5	20
Honduras	1	2	3	33
Jamaica	3	4	7	43
México	5	11	16	31
Nicarágua	4	5	9	44
Panamá	3	6	9	33
Paraguai	1	5	6	17
Peru	15	34	49	31
República Dominicana	3	4	7	43
Saint Kitts e Nevis	1	4	5	20
Santa Lúcia	1	3	4	25
São Vicente e Granadinas	1	5	6	17
Suriname	1	5	6	16
Trinidad e Tobago	1	14	15	6
Uruguai	16	17	33	48
Venezuela	3	28	31	10
Países não membros da OEA	0	3	3	0
TOTAL	165	440	605*	27

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA GERAL
1º DE ENERO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005
POR NÍVEL
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Nível do funcionário	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem do pessoal do serviço de carreira
Cargos não classificados*	0	2	2	0
D-1	0	9	9	0
P-5	30	63	93	32
P-4	20	61	81	25
P-3	16	61	77	21
P-2	21	48	69	30
P-1	2	23	25	8
G-7	3	6	9	33
G-6	35	40	75	46
G-5	21	48	69	30
G-4	8	31	39	20
G-3	11	17	28	39
G-2	2	3	5	40
G-1	0	3	3	0
<i>Outros cargos**</i>	0	11	11	0
TOTAL	169	436	605	28

* *Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto.*

** *Associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.*

QUADRO 8

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(HOMENS-MULHERES)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Sexo	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Percentagem do pessoal do serviço de carreira
Mulheres	92	232	324	28
Homens	77	204	281	27
TOTAL	169	436	605*	28

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

QUADRO 9

**COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005
POR LUGAR DE DESTINO
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Lugar de Destino	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Percentagem do pessoal do serviço de carreira
Sede	142	360	502	28
Fora da sede	27	76	103	26
Total	169	436	605*	28

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

QUADRO 10

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Dezembro 2004			Diciembre 2005		
	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	3	3	0	3	3
Argentina	11	22	33	10	24	34
Bahamas	0	2	2	0	1	1
Barbados	2	3	5	2	6	8
Belize	0	2	2	0	2	2
Bolívia	10	10	20	9	9	18
Brasil	6	15	21	6	15	21
Canadá	0	15	15	0	16	16
Chile	9	13	22	7	25	32
Colômbia	11	37	48	10	43	53
Costa Rica	2	11	13	2	6	8
Dominica	0	4	4	0	4	4
El Salvador	8	10	18	8	10	18
Equador	10	8	18	9	6	15
Estados Unidos	42	109	151	39	97	136
Grenada	0	7	7	0	5	5
Guatemala	10	9	19	7	8	15
Guiana	0	1	1	0	2	2
Haiti	2	2	4	1	4	5
Honduras	1	5	6	1	2	3
Jamaica	3	6	9	3	4	7
México	6	10	16	5	11	16
Nicarágua	7	4	11	4	5	9
Panamá	3	6	9	3	6	9
Paraguai	1	5	6	1	5	6
Peru	21	34	55	15	34	49
República Dominicana	4	4	8	3	4	7
Saint Kitts e Nevis	1	2	3	1	4	5
Santa Lúcia	1	3	4	1	3	4
São Vicente e Granadinas	1	4	5	1	5	6
Suriname	1	3	4	1	5	6
Trinidad e Tobago	1	16	17	1	14	15
Uruguai	16	19	35	16	17	33
Venezuela	4	27	31	3	28	31
Países não membros da OEA	1	4	5	0	3	3
TOTAL	195	435	630	165	440	605*

Categoria	Dezembro 2004	Dezembro 2005	Variação	
			Absoluta	%
Profissionais	353	365	+ 12	- 3
Serviços Gerais	277	231	- 46	- 16
TOTAL	630	605	- 25	- 4

* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

ANEXO E
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA OEA

QUADRO 1

FUNDO ORDINÁRIO
SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS
(US\$1.000)
(Dados preliminares e não auditados)

	31 de dezembro	
	2005	2004
Ativos		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	US\$ 9.260	US\$4.215
Adiantamentos a funcionários	20	-
Outros ativos	4.519	6.550
Valor atual de anuidades da OEA	7.201	4.980
Investimento em fundo de ativos fixos	59.270	57.014
<i>Total de ativos</i>	<u>US\$80.270</u>	<u>US\$72.759</u>
Passivos e saldos de fundos		
Obrigações a liquidar	US\$ 1.698	US\$ 1.128
Cotas/oferecimentos arrecadados antecipadamente	89	-
Montantes a debitar a dotações de anos futuros	7.201	4.980
Contas a pagar e outros passivos	1.852	2.061
Dívida hipotecária	24.235	24.550
<i>Total de passivos</i>	<u>35.075</u>	<u>32.719</u>
Saldos de fundos		
Reserva para dotações suplementares	-	865
Alocados por mandato da resolução CP/RES. 894 (1516/05)	1.552 ^{1/}	-
Subfundo de reserva	8.608	6.711
<i>Total de saldos de fundos</i>	<u>10.160</u>	<u>7.576</u>
Patrimônio em ativos fixos	35.035	32.464
<i>Total de passivos e saldos de fundos</i>	<u>US\$80.270</u>	<u>US\$72.759</u>

1. Alocado para complementar o Fundo de Capital dos Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, para custear obrigações excedentes executadas pelo Departamento de Bolsas de Estudo.

QUADRO 2
DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES NOS SALDOS DE FUNDOS
(US\$1.000)

	Anos terminados em	
	31 de dezembro	
	2005	2004
Aumentos		
Arrecadação de cotas/oferecimentos	US\$76.278	US\$67.051
Menos créditos por pagamento imediato	309	246
	<u>75.969</u>	<u>66.805</u>
Contribuições a título de apoio administrativo e técnico	1.181	1.223
Receitas do Fundo de Tesouraria da OEA	397	173
Receita de aluguel	500	-
Otras receitas, reembolsos e descomprometimentos	1.733	145
<i>Total de aumentos</i>	<u>79.780</u>	<u>68.346</u>
Reduções		
Despesas e obrigações correspondentes a dotações:		
Asembleía Geral e Conselho Permanente	12.561	12.764
Escritório Executivo da Secretaria-Geral	9.799	11.109
Unidades e Escritórios Especializados	11.113	11.907
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)	10.939	11.243
Escritórios nos Estados membros	5.915	5.561
Atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	3.073	2.102
Atividades da Subsecretaria de Administração	12.030	12.520
Despesas comuns, administrativas e de pessoal	7.752	8.396
Contribuições a outras agências	4.014	4.266
<i>Total de reduções</i>	<u>77.196</u>	<u>79.868</u>
Aumento (redução) líquido durante o ano	2.584	(11.522)
Saldo do fundo no início do ano	7.576	19.098
<i>Saldo do fundo no final do ano</i>	<u>US\$10.160</u>	<u>US\$ 7.576</u>

QUADRO 3

FUNDOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS A ATIVIDADES DO FUNDO ORDINÁRIO

DEMONSTRATIVO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS (US\$1.000) (Dados preliminares e não auditados)

	31 de dezembro	
	2005	2004
Ativos		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo da Tesouraria da OEA	US\$67.832	US\$71.037
Adiantamentos a funcionários e outras contas a receber	430	272
<i>Total de ativos</i>	<u>US\$68.262</u>	<u>US\$71.309</u>
Passivos e saldos de fundos		
Obrigações a liquidar	US\$13.908	US\$10.041
Contas a pagar e outros passivos	7.054	8.039
Saldos de fundos		
Fundos específicos	48.500	57.963
Fundos de serviços	3.153	1.611
Fundo de reembolso de impostos	(4.353)	(6.345)
<i>Total de passivos e saldos de fundos</i>	<u>US\$68.262</u>	<u>US\$71.309</u>

QUADRO 4**DEMONSTRATIVOS DE VARIAÇÕES NOS SALDOS DE FUNDOS
(US\$1.000)
(Preliminar e não auditado)**

	Anos terminados em 31 de dezembro	
	2005	2004
Aumentos		
Contribuições fundos específicos	US\$61.732	US\$101.197
Contribuições fundos de serviços	1.584	3.058
Contribuições para reembolsos de impostos	9.205	8.443
Transferências	1.937	441
Outras receitas e interesses	9.502	7.784
<i>Total de aumentos</i>	<u>83.960</u>	<u>120.923</u>
Reduções		
Despesas e obrigações dos fundos específicos	67.614	80.321
Despesas e obrigações dos fundos de serviços	17.473	18.835
Transferências	712	-
Reembolso aos doadores	4.090	381
<i>Total de reduções</i>	<u>89.889</u>	<u>99.537</u>
(Redução)/Aumento líquido durante o ano	(5.929)	21.386
Saldo do fundo no início do ano	53.229	31.843
Saldo do fundo no final do ano	<u>US\$47.300</u>	<u>US\$53.229</u>

QUADRO 5

AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
 DEMONSTRATIVO COMBINADO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS
 (US\$1.000)

31 de dezembro de 2005	Fundo de Operações	FEMCIDI	Fundos específicos	Fundação para as Américas	Combinado
Ativos					
Dinheiro e depósitos no Fundo de Tesouraria da OEA	US\$211	US\$9.836	US\$17.122	US\$908	US\$28.077
Outras contas a cobrar	1	-	-	-	1
Ativos fixos	12	-	-	-	12
Total de ativos	US\$224	US\$9.836	US\$17.122	US\$908	US\$28.090
Passivos e saldos de fundos					
Obrigações a liquidar / Contas a pagar	US\$105	US\$2.048	US\$ 1.626	US\$332	US\$ 4.111
Oferecimentos arrecadados antecipadamente	-	31	-	-	31
Contas a pagar e outros ativos	1	1	84	12	98
	106	2.080	1.710	344	4.240
Saldos de fundos					
Fundo de Operações não-alocado	106	7.718	15.412	564	23.800
Subfundo de Reserva	-	38	-	-	38
	106	7.756	15.412	564	23.838
Patrimônio em ativos fixos	12	-	-	-	12
Total de passivos e saldos de fundos	US\$224	US\$9.836	US\$17.122	US\$908	US\$28.090

QUADRO 6

**DEMONSTRATIVO COMBINADO DE VARIAÇÕES NOS SALDOS DE FUNDOS
(USUS\$1.000)**

Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2005	Fundo de operações	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundação para as Américas	Combinado
AUMENTOS					
Subsídio do Fundo Ordinário da OEA	US\$425	US\$ -	US\$ -	US\$ -	US\$ 425
Contribuições	-	-	3.277	3.013	6.290
Arrecadação de oferecimentos	-	1.270	-	-	1.270
Receitas de juros	6	343	557	18	924
Transferências de fundos	1	-	12	76	89
Outras receitas, reembolsos e descomprometimentos	14	162	-	3	179
Contribuições em dinheiro	-	-	-	231	231
SEDI Contribuições em dinheiro	-	-	-	354	354
Total de aumentos	446	1.775	3.846	3.695	9.762
REDUÇÕES					
Despesas e obrigações	385	-	7.340	2.084	9.809
Despesas e obrigações de projetos	-	4.047	-	-	4.047
Transferências a outros fundos	-	391	-	258	649
Apoio técnico e administrativo à SG/OEA	-	1.206	-	-	1.207
Reembolsos de anos anteriores	-	-	14	-	13
Retorno ao doador	-	-	-	2	2
Gastos em bens	-	-	-	231	231
Unidade de Comércio gastos em bens	-	-	-	354	354
Total de reduções	385	5.644	7.354	2.929	16.312
Aumento (redução) líquido durante o ano	61	(3.869)	(3.508)	766	(6.550)
Saldos de fundos no início do ano	57	11.625	18.920	(202)	30.400
Saldos de fundos no final do ano	US\$118	US\$ 7.756	US\$15.412	US\$ 564	US\$23.850

ANEXO F

SELEÇÃO DE BOLSISTAS

**Quadro 1: Bolsas de estudo concedidas para estudos acadêmicos de pós-graduação
(1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2005)**

País	Auto-colocadas	Colocadas	Ecologia (OEA/Fulbright)	Número de bolsas de estudo	Outros programas anunciados	Total de novas bolsas de estudo	Prorrogações	Total de bolsas de estudo de pós-graduação
Antígua e Barbuda	2	2	0	4	0	4	5	9
Argentina	2	5	1	8	0	8	9	17
Bahamas	1	1	1	3	0	3	7	10
Barbados	2	1	1	4	1	5	3	8
Belize	2	2	1	5	0	5	6	11
Bolívia	2	4	0	6	0	6	10	16
Brasil	2	4	1	7	0	7	7	14
Canadá	0	0	1	1	0	1	1	2
Chile	2	6	1	9	1	10	8	18
Colômbia	2	4	1	7	0	7	7	14
Costa Rica	3	3	1	7	0	7	10	17
Dominica	0	2	0	2	0	2	6	8
El Salvador	3	3	0	6	0	6	9	15
Equador	1	4	1	6	0	6	10	16
Estados Unidos	3	0	0	3	0	3	2	5
Grenada	2	2	0	4	0	4	4	8
Guatemala	2	3	1	6	1	7	10	17
Guiana	1	2	0	3	0	3	5	8
Haiti	2	3	1	6	0	6	6	12
Honduras	1	3	1	5	0	5	10	15
Jamaica	1	3	1	5	1	6	4	10
México	1	4	1	6	0	6	7	13
Nicarágua	3	3	0	6	0	6	9	15
Panamá	1	3	1	5	0	5	7	12
Paraguai	1	3	0	4	0	4	12	16
Peru	1	4	1	6	0	6	10	16
Rep. Dominicana	2	3	1	6	0	6	9	15
Saint Kitts e Nevis	1	0	0	1	0	1	7	8
Santa Lúcia	2	2	0	4	0	4	5	9
São Vicente e Granadinas	2	2	0	4	0	4	5	9
Suriname	1	0	0	1	0	1	5	6
Trinidad e Tobago	2	2	0	4	0	4	5	9
Uruguai	3	3	1	7	0	7	11	18
Venezuela	0	3	0	3	0	3	6	9
Especiais								0
TOTAL	56	89	19	164	4	168	237	405

Quadro 2: Bolsas de estudo de pré-graduação concedidas em 2005

Países	Novas bolsas de estudo	Número total de prorrogações	Número total de bolsas de estudo
Antígua e Barbuda	1	1	2
Bahamas	1		1
Barbados	1		1
Belize	1		1
Dominica	1	1	2
Grenada	1	2	3
Jamaica	1		1
Saint Kitts e Nevis	2	1	3
Santa Lúcia	2	1	3
São Vicente e Granadinas	1	2	3
Trinidad e Tobago	2	1	3
TOTAL	14	9	23

Quadro 3: Bolsas de estudo de atualização profissional, concedidas em 2005

Países	Programa com Países Observadores		Programa com Estados membros OEA	Financiamento de outras áreas da SG/OEA		Número de bolsas de estudo
	Presencial	E-Bolsas		Presencial	E-Bolsas	
Antígua e Barbuda	-	-	-	1	1	2
Argentina	4	-	5	6	18	33
Bahamas	-	-	-	2	-	2
Barbados	1	-	1	7	5	14
Belize	-	-	-	2	2	4
Bolívia	1	2	2	1	9	15
Brasil	-	-	4	3	1	8
Canadá	-	-	-	2	-	2
Chile	2	-	6	1	5	14
Colômbia	2	-	4	4	17	27
Costa Rica	2	1	5	9	12	29
Dominica	-	-	-	4	2	6
El Salvador	-	-	2	4	9	15
Equador	2	1	2	4	16	25
Estados Unidos	-	-	-	-	-	-
Grenada	-	-	-	4	4	8
Guatemala	2	-	6	7	19	34
Guiana	-	-	-	-	1	1
Haiti	-	-	-	1	4	5
Honduras	3	1	7	6	16	33
Jamaica	1	-	2	4	7	14
México	-	-	2	6	3	11
Nicarágua	5	1	1	6	25	38
Panamá	2	1	3	4	21	31
Paraguai	4	-	2	6	9	21
Peru	4	1	5	7	11	28
República Dominicana	-	-	-	1	-	1
Saint Kitts e Nevis	-	-	-	1	2	3
Santa Lúcia	-	-	-	4	3	7
São Vicente e Granadinas	-	-	-	2	-	2
Suriname	-	-	-	3	1	4
Trinidad e Tobago	-	-	-	2	1	3
Uruguai	2	-	3	4	14	23
Venezuela	3	1	8	3	7	22
TOTAL	40	9	70	121	245	485

Quadro 4: Portal Educacional das Américas
Total de pessoas capacitadas em 2001-2005

País	2001-02	2003	2004	2005	TOTAL
Antígua e Barbuda	0	5	2	5	12
Argentina	64	397	1093	840	2394
Bahamas	7	7	4	0	18
Barbados	7	3	3	5	18
Belize	2	4	6	0	12
Bolívia	24	78	91	121	314
Brasil	53	522	2381	206	3162
Canadá	0	33	1	0	34
Chile	24	34	183	162	403
Colômbia	43	68	297	276	684
Costa Rica	34	47	54	194	329
Cuba (*)	0	0	0	0	0
Dominica	2	2	0	10	14
El Salvador	20	7	35	51	113
Equador	26	103	102	266	497
Estados Unidos	4	47	30	6	87
Grenada	11	3	0	15	29
Guatemala	24	22	36	71	153
Guiana	5	2	2	3	12
Haiti	5	6	9	5	25
Honduras	18	8	53	46	125
Jamaica	5	4	2	38	49
México	44	27	183	372	626
Nicarágua	35	9	27	82	153
Panamá	16	17	35	60	128
Paraguai	10	80	47	45	182
Peru	1627	1003	384	465	3479
República Dominicana	14	152	137	314	617
Santa Lúcia	0	4	4	23	31
São Vicente	1	5	4	1	11
Saint Kitts e Nevis	1	3	0	0	4
Suriname	10	1	2	1	14
Trinidad e Tobago	2	8	12	74	96
Uruguai	52	19	91	84	246
Venezuela	82	113	153	195	543
Outros	30	7	40	26	103
TOTAL	2.302	2.850	5.503	4.062	14.717

Quadro 5: Portal Educacional das Américas
Acessos: Número de acessos por país

País	Número de acessos
Argentina	56.649.743
Antígua e Barbuda	678.778
Bahamas	310.539
Barbados	671.392
Belize	180.096
Bolívia	6.124.964
Brasil	66.042.796
Canadá	4.302.806
Chile	11.908.704
Colômbia	17.606.733
Costa Rica	6.539.153
Cuba	166.137
Dominica	371.915
El Salvador	3.630.403
Equador	6.061.577
Estados Unidos	45.047.144
Guatemala	3.562.338
Grenada	444.288
Guiana	134.744
Honduras	1.556.937
Haiti	73.730
Jamaica	479.710
México	18.832.479
Nicarágua	1.616.558
Panamá	3.495.957
Paraguai	1.462.441
Peru	32.159.377
República Dominicana	8.157.670
Santa Lúcia	357.612
São Vicente	65.650
Suriname	27.158
Saint Kitts e Nevis	34.859
Trinidad e Tobago	3.044.802
Uruguai	7.113.188
Venezuela	10.845.571
Número total de acessos	319.757.949

ANEXO G

**CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTES EM 2005
(EM DINHEIRO)**

País	Área/Projeto	US\$	Total US\$
Suécia	CIDH – Acompanhamento do Processo de Desmobilização na Colômbia	181.922	4.707.846
	CIDH – Relatoria para a Liberdade de Expressão	65.537	
	DADP – Missão de Observação Eleitoral na Bolívia, 2005	100.276	
	DADP – Apoio Programa Eleitoral	953.721	
	DADP – MAPP-OEA Colômbia	92.559	
	DADP – Modernização e Agenda Parlamentar dos Congressos	634.100	
	DADP – Gerência Política, Guatemala	421.734	
	DADP – Sistema Eleitoral, Guatemala, 2005-07	350.834	
	DADP – Modernização dos Sistemas Eleitorais, Guatemala	59.024	
	DADP – Apoio a Mediadores Jurídicos Rurais	1,438.393	
	DSM – Remoção de minas, PADCA, Nicarágua	409.746	
Noruega	OSC – Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas	39.749	2.112.651
	DADP – Programa Solução de Conflitos, Guatemala	542.205	
	DADP – Missão de Observação Eleitoral, Venezuela, 2005	107.159	
	DADP – Gerência Política, Guatemala	542.081	
	DADP – Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti	157.376	
	DSM – Remoção de minas AICMA/PADCA NI F04	506.969	
	DMS – Remoção de minas PADCA, Guatemala	214.136	
	SEDI – Programa Especial de Portos	976	
	IIN – Vídeo sobre os Direitos da Infância	2.000	
Países Baixos	DADP – Fórum Interamericano de Partidos Políticos	10.004	1.744.109
	DADP – Missão de Observação Eleitoral na Bolívia	94.955	
	DADP – MAPP-OEA	1.500.000	
	DADP – Gerência Política, Guatemala	139.150	
União Européia	CIDH – Fortalecimento do Acesso à Justiça nas Américas (Etapa-II)	512.414	913.917
	DSM – AICMA/PADCA NI F04 & SP-EACO	293.232	
	ODSMA– Integração de Desenvolvimento Sustentável	108.271	
Espanha	CIDH – Fortalecimento do Sistema de Casos da CIDH	238.790	540.682
	DSM – CICAD-Descentralização dos Planos Nacionais de Drogas	237.440	
	OCT – Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	48.987	
	SEDI – Programa Especial de Portos	15.465	
Reino Unido	DADP – Fundo de Paz – Sub-Fundo Belize/Guatemala	492.140	492.140
Itália	CIDH – Promoção da educação e dos direitos humanos no Caribe	61.950	317.555
	CIDH – Relatoria para os Direitos dos Povos Indígenas	61.950	

	CIDH – Relatoria para os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade	61.950	
	CIDH – Fortalecimento do Sistema de Casos da CIDH	22.618	
	DADP – Fortalecimento dos Partidos Políticos – com ênfase no Haiti	61.985	
	DADP – Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti	19.455	
	DSM – Remoção de minas	27.647	
Irlanda	DADP – MAPP-OEA, Colômbia	155.996	311.971
	CIDH – Apoio à Colômbia	155.975	
China	DCRE – Revista Américas	3.200	200.000
	DCRE – Museu de Artes das Américas	20.000	
	IIN – Projego de Jogos em Vídeo	25.000	
	DCRE – Cátedra das Américas	40.000	
	DCRE – Encontro de Porta-Vozes de Governos das Américas	60.000	
	CIM – Curso de Treinamento sobre Gênero	30.000	
	CIFTA – Reunião de Peritos	21.800	
Dinamarca	DADP – Missão de Observação Eleitoral, Bolívia, 2005	100.000	150.000
	DADP – Missão de Observação Eleitoral, Honduras, 2005	50.000	
Coréia	DADP – Missão de Observação Eleitoral, Honduras, 2005	20.000	50.000
	DADP – Missão de Observação Eleitoral, Venezuela, 2005	30.000	
França	DSM – CICAD, Fundo Geral	47.468	47.468
Grécia	DCRE – Cátedra das Américas	15.000	30.000
	DCRE – Encontro de Porta-Vozes de Governos das Américas	15.000	
Turquia	DCRE – Museu de Artes das Américas	6.000	12.200
	DCRE – Revista Américas	3.200	
	DSM – CICTE	3.000	
Catar	DCRE – Museu de Artes das Américas	10.000	10.000
Alemanha	OCT – PBT	9.500	9.500
TOTAL			11.650.039

CIDH: Comissão Interamericana de Directos Humanos

DADP: Departamento de Assuntos Democráticos e Políticos

DSM: Departamento de Segurança Multidimensional

OSC: Escritório de Acompanhamento das Cúpulas

SEDI: Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral

OCT: Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia

DCRE: Departamento de Comunicações e Relações Exteriores

CIM: Comissão Interamericana de Mulheres

CIFTA: Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiales Correlatos

IIN: Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente

ODSMA: Escritório de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

**CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTES EM 2005
(EM BENS)**

Países	Área/Projeto	Montante	TOTAL US\$
Espanha	OEST: Bolsas de estudo e treinamento	US\$270.400 Bolsas de estudo, treinamento e peritos	270.400
Coréia	DDPA: MAPP-OEA, Colômbia	US\$ 110.000 em equipamento	110.000
França	DMS: CICAD: Lavagem de dinheiro	US\$96.000 para um especialista em Lavagem de Dinheiro	96.000
China	OEST: Bolsas de estudo e treinamento	US\$40.000 programas de idiomas	40.000
TOTAL:			516.400

ANEXO H

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

